



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MESP - POLÍCIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

BRASÍLIA
2018



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MESP - POLÍCIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Conta está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Resolução TCU nº 234/2010, de 1º de setembro de 2010, Resolução TCU nº 244/2011, de 20 de julho de 2011, Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 1º de setembro de 2010, Instrução Normativa TCU nº 72/2013, de 15 de maio de 2013, da Decisão Normativa TCU nº 161/2017, de 1º de novembro de 2017, da Decisão Normativa TCU nº 163/2017, de 6 de dezembro de 2017, da Portaria TCU 65/2018, de 28 de fevereiro de 2018 e das orientações do órgão de controle interno.

Unidade Prestadora de Contas: Polícia Federal

BRASÍLIA
2018

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACAF - Autoridade Central Administrativa Federal
AFIS - *Automated Fingerprint Identification System* (Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais)
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil
ANP/DGP/PF - Academia Nacional de Polícia
BDCRIM - Biblioteca Digital da Criminalística
CEF - Caixa Econômica Federal
CENSIPAM - Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia
CETIR - Centro de Pesquisas Bancos Centro de Coordenação
CGCINTEPOL/DIP/PF - Coordenação-Geral do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica
CGCOR/COGER/PF - Coordenação-Geral de Correições
CGTI/DLOG/PF - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU - Controladoria Geral da União
CIAER - Centro de Inteligência da Aeronáutica
CIE - Centro de Inteligência do Exército
CGE/PF - Coordenação de Gestão Estratégica
CIM - Centro de Inteligência da Marinha
CINDACTA II - Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
CINTEPOL - Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CNV – Carteira Nacional de Viajante
COAD/DLOG/PF - Coordenação de Administração
COAF/MINISTÉRIO DA FAZENDA - Conselho de Controle de Atividades Financeiras
COCIT/MRE - Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais
COF/DLOG/PF - Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade
COGER/PF - Corregedoria-Geral de Polícia Federal
COMDABRA - Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro
CONAT – Comissão Nacional de Credenciamento de Instrutor de Armamento e Tiro
COPS - Controle de Operações Policiais Permanentes
CPDs - Comissões Permanentes de Disciplina
CRAF - Certificado de Registro de Arma de Fogo
CSP - Conselho Superior de Polícia
DARM/DIREX/PF - Divisão Nacional de Armas
DBR - Declaração de Bens e Rendas
DCPQ/DIREX/PF - Divisão de Controle de Produtos Químicos
DCS/GAB/PF - Divisão de Comunicação Social
DELECOR - Delegacia de Repressão a Corrupção e Crimes Financeiros
DELEFIN - Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos
DELEMIG - Delegacia de Polícia de Imigração
DELESP - Delegacia de Controle de Segurança Privada
DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito
DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional
DETRAN - Departamento de Trânsito
DFIN/DICOR/PF - Divisão de Repressão a Crimes Financeiros

DFSP - Departamento Federal de Segurança Pública
DG - Direção-Geral
DGP/PF - Diretoria de Gestão de Pessoal
DICOR/PF - Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado
DIP/PF - Diretoria de Inteligência Policial
DIREX/PF - Diretoria-Executiva
DITEC/PF - Diretoria Técnico-Científica
DITEL - Divisão de Telecomunicações
DLOG/PF - Diretoria de Administração e Logística Policial
DMAT/COAD/DLOG/PF - Divisão de Materiais
DOU - Diário Oficial da União
DPAG/CRH/DGP/PF - Divisão de Pagamento
DPF/CAS/SP - Delegacia de Polícia Federal em Campinas
DPF/FIG/PR - Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu
DPF/LDA/PR - Delegacia de Polícia Federal em Londrina
DPF/STS/SP - Delegacia de Polícia Federal em Santos
DPF/VLA/RO - Delegacia de Polícia Federal em Vilhena
DPREC - Divisão Policial de Retiradas Compulsórias
DRCI - Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional
DSG/COAD/DLOG/PF - Divisão de Serviços Gerais
DSIC - Departamento de Segurança da Informação e Comunicação
EDUCA - Gestão de Atividades Acadêmicas da Academia Nacional de Polícia
E-LOG - Sistema de Gestão Eletrônica de Administração e Logística
EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações
ENAFRON - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras
E-PLAN - Módulo Metas
E-POL - Gestão da Atividade de Polícia Judiciária
ETIR - Equipes de Tratamentos
FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPI - Ficha-Padrão de Indicador
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNAPOL - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal
GED - Gestão Eletrônica de Documentos
GEINC/COINC/STN - Gerência de Informação de Custos
GESCON - Gestão de Contratos
GESP - Gestão de Segurança Privada
GesPública - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
GISE – Grupos Especiais de Investigações Sensíveis
GRFIN - Grupo de Repressão a Crimes Financeiros
GRU - Guia de Recolhimento da União
GTED - Grupo Técnico de Edificações
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICE - *International Collaborative Exercise*
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
II - Institutos de Identificação
IML - Instituto Médico Legal
INC/DITEC/PF - Instituto Nacional de Criminalística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INI/DIREX/PF - Instituto Nacional de Identificação
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INTERPOL - *International Criminal Police Organization* (Organização Internacional de Polícia Criminal)
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MD - Ministério da Defesa
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MJ - Ministério da Justiça
MOC - Mensagem Oficial-Circular
MPF - Ministério Público Federal
MRE - Ministério das Relações Exteriores
NAD/SELOG/SR/PF/RO - Núcleo Administrativo
NBR - Norma Brasileira
NUCOR/COR/SR/PF - Núcleo de Correições
NUDIS/COR/SR/PF - Núcleo de Disciplina
NUMAT/SELOG/SR/PF/RJ - Núcleo de Material
OACI - Organização de Aviação Civil Internacional
OCI - Órgão de Controle Interno
OEA - Organização dos Estados Americanos
OEPJ - Operações Especiais de Polícia Judiciária
ONU - Organização das Nações Unidas
PAAV - Plano Anual de Aquisição de Veículos
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAI - Processo Administrativo de Infração
PALAS - Sistema de Cadastro de Informações de Interesse Policial
PF - Polícia Federal
PNPT - Programa Nacional de Proteção à Testemunha
PPA- Plano Plurianual
PPNE - Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais
PRB - Consulta Integrada às Bases de Dados Corporativas
RAVEL - Rastreamento Veicular
REF - Controle de Frequência
REMO - Controle de Processo Seletivo Interno de Servidores
RFB – Receita Federal do Brasil
RIP - Registro Imobiliário Patrimonial
RMB - Relatório de Movimentação de Bens
SAD - Sistema de Acompanhamento de Processo Disciplinar
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAPS - Sistema de Acompanhamento do Processo de Software
SAS - Sistema de Afastamento de Sigilos
SCGPCI - Sistema de Gestão de Processos da Coordenação Geral de Polícia Criminal Internacional
SECAD/DRH/CRH - Serviço de Cadastro
SECC/DICON/COAD/DLOG/PF - Serviço de Contratos e Convênios
SECONT/COF/DLOG/PF - Serviço de Contabilidade
SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos
SELOG - Setor de Administração e Logística Policial
SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPAT/DMAT/COAD/DLOG/PF - Setor de Patrimônio
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
SGU - Sistema de gerenciamento de usuários: controle do cadastro de usuários de TI
SIAFI - Sistema de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAR 2 - Sistema de Informações de Arrecadação - versão 2
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC - Serviço de Informações ao Cidadão
SIC - Sistema de Custos do Governo Federal
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGAI - Sistema de Gerenciamento de Adoção Internacional
SIGRH/UFRN - Sistema Integrado de Gestão de Recursos
SINARM - Sistema Nacional de Armas
SINCAC - Sistema Nacional de Antecedentes Criminais
SINCRE - Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros
SINDRE - Sistema Nacional de Repressão a Entorpecentes
SINESP - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública
SINIC - Sistema Nacional de Informações Criminais
SINPA - Sistema Nacional de Passaporte
SINPI - Sistema Nacional de Procurados e Impedidos
SINTERPOL - Sistema de Meios Eletrônicos de Comunicação de Polícia Criminal Internacional
SINTI - Sistema Nacional de Tráfego Internacional de Pessoal
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAC/UFRN - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SIPROQUIM - Sistema de Controle de Produtos Químicos
SIS - Sistema de Interceptação de Sinais
SISBIN - Sistema Brasileiro de Inteligência
SISCAER - Sistema de Controle de Aeroportos
SISCART - Sistema de Controle de Atividades Cartorárias
SISEG - Sistema de Segurança
SISREI - Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis
SISVANT - Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados
SISVIP - Sistema Nacional de Vigilância Privada
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário
SR/PF - Superintendência Regional de Polícia Federal
SR/PF/AC - Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre
SR/PF/AL - Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas
SR/PF/AM - Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas
SR/PF/AM - Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas
SR/PF/AP - Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá
SR/PF/BA - Superintendência Regional de Polícia Federal na Bahia
SR/PF/CE - Superintendência Regional de Polícia Federal no Ceará
SR/PF/DF - Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal
SR/PF/ES - Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo
SR/PF/GO - Superintendência Regional de Polícia Federal em Goiás
SR/PF/MA - Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão

SR/PF/MG - Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais
SR/PF/MS - Superintendência Regional de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul
SR/PF/MT - Superintendência Regional de Polícia Federal no Mato Grosso
SR/PF/PA - Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará
SR/PF/PB - Superintendência Regional de Polícia Federal na Paraíba
SR/PF/PE - Superintendência Regional de Polícia Federal em Pernambuco
SR/PF/PI - Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí
SR/PF/PR - Superintendência Regional de Polícia Federal no Paraná
SR/PF/RJ - Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio de Janeiro
SR/PF/RN - Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Norte
SR/PF/RO - Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia
SR/PF/RR - Superintendência Regional de Polícia Federal em Roraima
SR/PF/RS - Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Sul
SR/PF/SC - Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina
SR/PF/SE - Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe
SR/PF/SP - Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo
SR/PF/TO - Superintendência Regional de Polícia Federal em Tocantins
SRCC/CGPFAZ - Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos
SRH - Sistema de Gestão de Recursos Humanos
SSP - Secretaria de Segurança Pública
STI - Sistema de Tráfego Internacional
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
TJ - Tribunal de Justiça
UG - Unidade Gestora
UJ- Unidade Jurisdicionada
VANT - Veículo Aéreo Não Tripulado

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1: Normas de criação e alteração e funcionamento da unidade.....	16
Figura 1: Organograma.....	17
Quadro 2: Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	18
Quadro 3: Macroprocessos Finalísticos.....	20
Figura 2: Objetivos Institucionais e Ações Estratégicas.....	37
Quadro 4 – Objetivos estabelecidos pela UPC.....	39
Quadro 5 - Dois projetos estratégicos da PF e que compõem a carteira de projetos estratégicos do MESP monitorados pelo Gepnet2	39
Quadro 6 – Portfólio de Projetos.....	42
Quadro 7 – Portfólio de Projetos.....	43
Gráfico 1: Quantidade de melhorias.....	44
Gráfico 2: Percentual de execução.....	45
Tabela 1: Distribuição de Quantidade de Projetos.....	45
Gráfico 3: Distribuição percentual de projetos.....	46
Gráfico 4: Distribuição de projetos por situação.....	46
Tabela 2: Eventos de capacitação.....	52
Gráfico 5: Distribuição de Projetos por situação.....	53
Tabela 3: Procedimentos disciplinares e penalidades.....	55
Gráfico 6: Procedimento Administrativo Disciplinar.....	55
Quadro 8: Segurança Orgânica.....	58
Gráfico 7: Prejuízos causados à União.....	59
Gráfico 8: Bens apreendidos.....	60
Gráfico 9: Operações especiais de Polícia Judiciária.....	60
Gráfico 10: Total de buscas e apreensões.....	64
Gráfico 11: Total de prisões e operações deflagradas.....	64
Gráfico 12: Fugitivos capturados.....	65
Tabela 4: Cursos recebidos COT.....	65
Tabela 5: Cursos ministrados COT.....	66
Tabela 6: Cursos ministrados CAOP Avião.....	66
Tabela 7: Cursos ministrados CAOP Helicóptero.....	66
Tabela 8: Cursos recebidos CAOP.....	67
Tabela 9: Trabalhos realizados pela DIP/PF.....	67
Tabela 10: Laudos produzidos.....	70
Tabela 11: Requisições atendidas.....	71
Tabela 12: Solicitações pendentes	71
Gráfico 13: Passaportes.....	72
Tabela 13: Passaportes.....	72

Tabela 14: Controle de imigrações.....	73
Tabela 15: Cidadão estrangeiro.....	73
Tabela 16: Segurança privada.....	74
Tabela 17: Atividade SINARM.....	75
Tabela 18: Produtos Químicos.....	76
Tabela 19: Atividades INI.....	77
Tabela 20: Atividades de proteção a testemunhas.....	78
Tabela 21: Cursos de Segurança.....	78
Tabela 22: Segurança de Dignitários.....	78
Tabela 23: Atividades de Cooperação Internacional.....	82
Tabela 24: Dados referentes às Adidâncias.....	82
Tabela 25: Acordos Válidos.....	84
Tabela 26: Atividades de TI.....	87
Quadro 9: Identificação da Ação.....	95
Quadro 10: Identificação da Ação.....	103
Quadro 11: Orçamento.....	107
Quadro 12: Resumo dos instrumentos celebrados.....	108
Quadro 13: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ.....	108
Quadro 14: Situação da análise das contas prestadas no exercício.....	109
Quadro 15: Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas.....	109
Quadro 16: Despesas por grupo e elementos de despesa.....	111
Quadro 17: Despesas por grupo e elementos de despesa.....	113
Quadro 18: Indicadores de desempenho institucional (medidos no nível global)	116
Tabela 27: Indicadores de desempenho das unidades descentralizadas.....	120
Quadro 19: Procedimentos Disciplinares.....	125
Quadro 20: Distribuição de efetivo.....	128
Quadro 21: Cargos ocupados.....	128
Quadro 22: Cargos ocupados PEC/PF.....	129
Quadro 23: Força de Trabalho.....	131
Quadro 24: Distribuição da dotação orçamentária.....	131
Quadro 25: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	131
Quadro 26: Despesas de Pessoal.....	132
Quadro 27: Composição de Cargos Policiais.....	134
Quadro 28: Contratos de prestação de serviços.....	135
Quadro 29: Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	202
Quadro 30: Cessão de espaço.....	214
Quadro 31: Descrição dos principais sistemas da CGTI.....	227
Quadro 32: Capacitação em TI.....	229
Tabela 28: Processos de Gerenciamento relacionados no ITILv3.....	233
Tabela 29: Descrição projetos TI.....	234

Quadro 33: Aspectos sobre gestão ambiental.....	240
Quadro 34: Arrecadação Funapol.....	244
Quadro 35: Série histórica.....	245
Figura 3: Título da cadeia.....	253
Gráfico 14: Distribuição percentual dos cursos por macroprocessos.....	255
Tabela 30: Custo mensais por macroprocesso	255
Quadro 36: Caracterização da determinação/recomendação TCU.....	257
Quadro 37: Medidas adotadas em caso de dano ao erário.....	259
Tabela 31: Despesas com publicidade e propaganda.....	261

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I – Condução dos Macroprocessos finalísticos

ANEXO II – Indicadores de Desempenho das Unidades Descentralizadas

ANEXO III – Relatório Espelho de Monitoramento Simplificado PPA

ANEXO IV - Notas explicativas.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	14
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	15
2.1 Finalidade e Competências.....	15
2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Unidade.....	16
2.3. Ambiente de atuação.....	16
2.4 Organograma.....	17
2.5. Macroprocessos finalísticos.....	19
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	36
3.1. Planejamento organizacional.....	36
3.1.1.Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	36
3.1.2.Estágio de implantação do planejamento estratégico.....	37
3.1.3.Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos..	38
3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	41
3.3. Desempenho Orçamentário.....	93
3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	93
3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	108
3.3.3 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	108
3.3.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	108
3.3.4 Informações sobre a execução das despesas.....	109
3.4. Desempenho operacional.....	116
3.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	116
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	123
4.1. Descrição das estruturas de governança.....	123
4.2. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	124
4.3. Gestão de riscos e controles internos.....	126
5.ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	128
5.1.Gestão de Pessoas.....	128
5.1.1.Estrutura de pessoal da unidade.....	131
5.1.2.Demonstrativo das despesas com pessoal.....	132
5.1.3.Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	133
5.1.4.Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	135
5.1.4.1 Contratação de pessoal de apoio.....	135
5.1.4.2 Contratação de estagiário.....	202
5.2.Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	203
5.2.1.Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	203
5.3.Gestão da tecnologia da informação.....	226
5.3.1. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).....	226
5.3.2. Principais sistemas de informações.....	227
5.4. Gestão ambiental e sustentabilidade.....	240
5.4.1.Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	240
5.5.Gestão de Fundos e de Programas.....	243
5.5.1.Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade.....	243
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	246
6.1.Canais de acesso do cidadão.....	246

6.2. Carta de Serviços ao Cidadão.....	247
6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	247
6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	248
6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	249
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	250
7.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	250
7.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	251
7.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	255
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	256
8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	256
8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	259
8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	259
8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	260
8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	260
8.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	261

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão constitui uma das peças do processo de prestação de contas relativa ao exercício de 2017 da Polícia Federal a que está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, consolidando as informações das 27 (vinte e sete) Superintendências Regionais de Polícia Federal, da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR – DPF/FIG/PR, da Diretoria Técnico-Científica - DITEC/PF, da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI/DLOG/PF, da Academia Nacional de Polícia - ANP/DGP/PF, da Coordenação de Administração - COAD/DLOG/PF e da Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade - COF/DLOG/PF.

A forma e conteúdo deste documento seguem as orientações e os atos normativos emanados do Tribunal de Contas da União - TCU e da Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU, tendo por referência as disposições da Resolução TCU nº 234/2010, de 1º de setembro de 2010, Resolução TCU nº 244/2011, de 20 de julho de 2011, Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 1º de setembro de 2010, Instrução Normativa TCU nº 72/2013, de 15 de maio de 2013, da Decisão Normativa TCU nº 161/2017, de 1º de novembro de 2017, da Decisão Normativa TCU nº 163/2017, de 6 de dezembro de 2017, da Portaria TCU nº 65/2018, de 28 de fevereiro de 2018 e das orientações do órgão de controle interno e as orientações do Sistema de Prestação de Contas – e-contas -.

Neste documento o cidadão terá acesso às principais realizações da Polícia Federal no exercício de 2017, dentre as quais se destacam a intensa atividade de investigação policial realizada pela instituição, especialmente no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, em que foram recuperados para o patrimônio da União valores de grande vulto, desviados dos cofres públicos. Outro destaque no exercício de 2017 foram os resultados obtidos no combate ao tráfico de drogas e em outras operações de polícia judiciária, em que foram deflagradas 1.199 (um mil, cento e noventa e nove) operações, as quais evitaram aos cofres públicos prejuízos de grande vulto, conforme se verá neste relatório.

Na atividade de polícia administrativa, destaque para a atividade de emissão de documentos de viagem, em que foram expedidos 2.561.874 (dois milhões, quinhentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e quatro) documentos de viagem, predominantemente passaportes.

Em matéria orçamentária, foi identificada a necessidade de incremento na Lei Orçamentária Anual, LOA/2017 para financiar todas as atividades da PF. Após tratativas e providências das instâncias superiores, houve a suplementação do orçamento em R\$ 102 milhões, a qual foi materializada pela Lei nº 13.469, de 19 de julho de 2017.

Desta forma, esta unidade prestadora de contas enfrentou, como principais dificuldades no exercício de 2017, a restrição orçamentária e a carência de efetivo, que se mostra em quantitativo inadequado, colocando em risco de comprometimento o cumprimento da missão institucional da Polícia Federal, que possui um rol extenso de competências institucionais previstas na Constituição Federal e na legislação federal.

2. VISÃO GERAL

2.1. Finalidade e Competências

A Polícia Federal é órgão integrante da administração pública direta do Governo Federal, subordinado ao Ministério Extraordinário da Segurança Pública e encontra raízes históricas na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI, em 1808. Posteriormente, recebeu a denominação de Departamento Federal de Segurança Pública - DFSP, conforme Decreto-Lei nº 6378/1944, passando por outras mudanças até tomar a atual configuração.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos órgãos responsáveis pela segurança pública nacional, devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. O art. 144 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, prevê que:

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

A sede da Polícia Federal fica situada em Brasília, no Distrito Federal, havendo unidades descentralizadas (Superintendências Regionais) em todas as capitais dos estados da federação, bem como delegacias e postos avançados em diversas cidades do país, e apura crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, terrorismo, de tráfico ilícito de drogas e armas, combate à corrupção, lavagem de dinheiro, desvios de recursos públicos, dentre outros.

Cabem ainda à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983 e Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357, de 17 de dezembro de 2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807, de 13 de julho de 1999).

Com a finalidade de proporcionar recursos e meios destinados a aparelhar a Polícia Federal e a manter suas atividades essenciais e competências típicas, foi instituído pela Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL.

Conforme o Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997, os recursos do FUNAPOL são aplicados em ações de modernização, aparelhamento e operacionalização das atividades da PF, na construção/reforma/revitalização de suas edificações, na formação de seus quadros e na participação em eventos técnico-científicos de interesse policial, no custeio de despesas com transporte, hospedagem e alimentação de servidores policiais em missão, dentre outras aplicações.

Atualmente a Polícia Federal está organizada de acordo com a Portaria nº 1.252/MJ, de 29 de dezembro de 2017, que aprova o Regimento Interno do órgão, bem como pela Portaria nº 6.335-DG/PF, de 12 de maio de 2016, que define a estrutura das Superintendências Regionais e das Delegacias Descentralizadas da Polícia Federal.

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Quadro 1: Normas de criação e alteração e funcionamento da unidade

CRIAÇÃO
A Polícia Federal foi criada em 28 de março de 1944, data em que Decreto-Lei nº 6.378 transformou a antiga Polícia Civil do Distrito Federal (na cidade do Rio de Janeiro então capital da República) em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP).
ALTERAÇÃO
Decreto-Lei nº 9.353, de 13 de junho de 1946 (Dispôs sobre novas atribuições do Departamento Federal de Segurança Pública);
Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964 (Reorganizou o Departamento Federal de Segurança Pública);
A Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967 alterou o nome do órgão para Departamento de Polícia Federal, estabelecendo atribuições de caráter nacional.
FUNCIONAMENTO
Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
Lei Complementar 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL);
Portaria nº 1.252/MJ, de 29 de dezembro de 2017, que aprova o Regimento Interno da Polícia Federal;
Portaria Nº 6335-DG/PF, de 12 de maio de 2016, que define a estrutura das Superintendências Regionais e das Delegacias Descentralizadas da Polícia Federal.
Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, que define competências e atribuições das Unidades da Polícia Federal.

2.3 Ambiente de atuação

O ambiente de atuação da Polícia Federal cinge-se ao cumprimento de suas atribuições constitucionais e infraconstitucionais, abarcando todo o território nacional, em que realiza, mais especificamente:

- a apuração de infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas,

bem assim outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

- a prevenção e repressão do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, contrabando e descaminho de bens e valores, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- o exercício das funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, além de exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

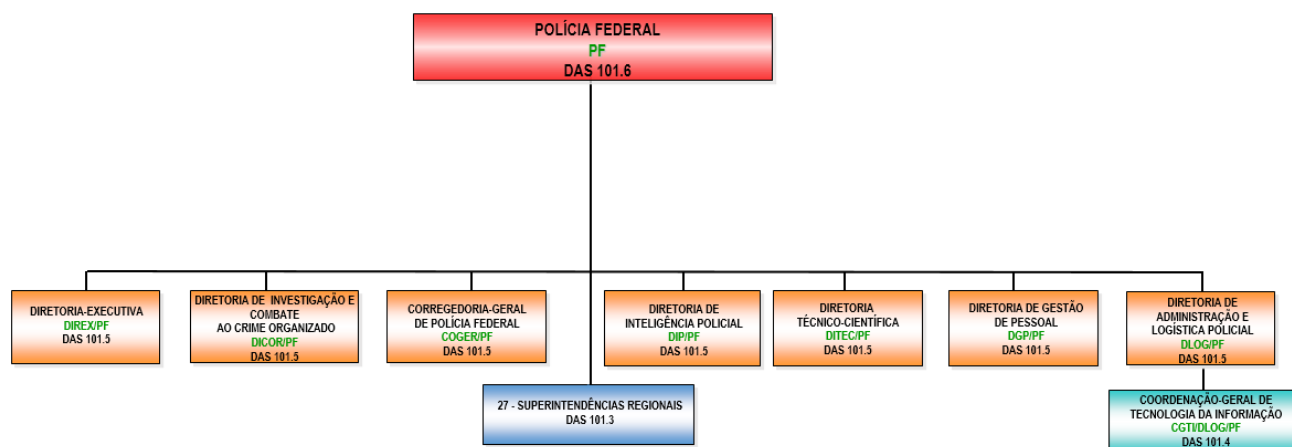
Além disso, sua atuação inclui coibir a turbacão e o esbulho possessório dos bens e dos prédios da União e das entidades integrantes da administração pública federal, sem prejuízo da manutenção da ordem pública pelas Polícias Militares dos Estados e o acompanhamento e instauração de inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem assim prevenir e reprimir esses crimes.

Dentro desse contexto, a Polícia Federal atua, em âmbito nacional, nas investigações policiais, operações policiais, levantamentos de inteligência, perícias e condução de inquéritos policiais, que tratem das matérias relacionadas aos temas acima especificados.

Além disso, também atua nas atividades de polícia administrativa, realizando a expedição de passaportes e documentos de viagem, registro de estrangeiros, controle de produtos químicos, controle de armas, controle de segurança privada, e demais atribuições, que serão detalhadas no decorrer deste relatório.

2.4 Organograma

Figura 1: Organograma



Quadro 2: Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Direção-Geral (DG)	Promover a execução das atividades, ações e operações, a fim de estabelecer os objetivos, políticas, metas prioritárias da Polícia Federal em consonância com as diretrizes de segurança pública estabelecidas pelo Ministro de Estado da Justiça, expedindo os atos administrativos necessários à consecução dos objetivos finalísticos; firmar contratos, convênios e outros atos negociais congêneres com entidades de direito público e privado; gerir os recursos orçamentários e financeiros consignados à Polícia Federal; administrar o Departamento de Polícia Federal procedendo as adequações necessárias a estrutura do órgão, bem como as demais incumbências definidas em Regimento Interno.	Leandro Daiello Coimbra	Delegado de Polícia Federal	01/01/2017 a 8/11/2017
		Fernando Queiroz Segovia Oliveira	Delegado de Polícia Federal	9/11/2017 a 31/12/2017
Diretoria-Executiva (DIREX)	Dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades de polícia marítima, aeroportuária, de fronteiras, registro de estrangeiros, controle migratório, segurança privada, controle de produtos químicos, controle de armas, e outras atividades de polícia administrativa; além de prestar apoio operacional e de aviação operacional às atividades finalísticas, bem como de segurança institucional, de segurança de dignitários e depoente especial, identificação humana civil e criminal e emissão de documentos de viagem.	Rogério Augusto Viana Galloro	Delegado de Polícia Federal	01/01/2017 a 21/11/2017
		Sandro Torres Avelar	Delegado de Polícia Federal	22/11/2017 a 31/12/2017
Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (DICOR)	Dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar a atividade de investigação criminal de infrações penais praticadas por organizações criminosas, contra os direitos humanos e comunidades indígenas, contra o meio ambiente e patrimônio histórico, contra a ordem econômica e o sistema financeiro nacional, contra a ordem política e social, de tráfico ilícito de drogas e de armas, de contrabando e descaminho de bens, de lavagem de ativos, de repercussão interestadual ou internacional e que exija repressão uniforme e em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas.	Maurício Leite Valeixo	Delegado de Polícia Federal	01/01/2017 a 21/11/2017
		Eugenio Coutinho Ricas	Delegado de Polícia Federal	22/11/2017 a 31/12/2017
Corregedoria- Geral de Polícia Federal (COGER)	Dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades correicional e disciplinar, orientar a interpretação e o cumprimento da legislação pertinente às atividades de polícia judiciária; disciplinar e apurar as infrações cometidas por servidores da Polícia Federal.	Roberto Mario da Cunha Cordeiro	Delegado de Polícia Federal	01/01/2017 a 17/07/2017
		Omar Gabriel Haj Mussi	Delegado de Polícia Federal	18/07/2017 a 31/12/2017
Diretoria de Inteligência Policial (DIP)	Dirigir, planejar, coordenar, controlar, avaliar e orientar as atividades de inteligência no âmbito da Polícia Federal, bem como planejar e executar operações de contrainteligência e antiterrorismo.	Sandro Luciano Caron de Moraes	Delegado de Polícia Federal	01/01/2017 a 10/04/2017
		Elton Roberto Manzke	Delegado de Polícia Federal	11/04/2017 a 21/11/2017

		Cláudio Ferreira Gomes	Delegado de Polícia Federal	22/11/2017 a 31/12/2017
Diretoria Técnico-Científica (DITEC)	Dirigir, planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de perícia criminal.	José Jair Wermann	Perito Criminal Federal	01/01/2017 a 21/11/2017
		Amaury Alan Martins De Souza Junior	Perito Criminal Federal	22/11/2017 a 31/12/2017
Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP)	Dirigir, planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de seleção, formação e capacitação de servidores, pesquisa e difusão de estudos científicos relativos à segurança pública e gestão de pessoal.	Luiz Pontel de Souza	Delegado de Polícia Federal	01/01/2017 a 21/11/2017
		Clyton Eustáquio Xavier	Delegado de Polícia Federal	22/11/2017 a 31/12/2017
Diretoria de Administração e Logística Policial (DLOG)	Dirigir, planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de orçamento e finanças, modernização da infraestrutura e logística policial e gestão administrativa de bens e serviços.	Omar Gabriel Haj Mussi	Delegado de Polícia Federa	01/01/2017 a 17/07/2017
		Roberval Ré Vicalvi	Delegado de Polícia Federal	18/07/2017 a 21/11/2017
		Alfredo Jose De Souza Junqueira	Delegado de Polícia Federa	22/11/2017 a 31/12/2017
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI)	Propor diretrizes para o planejamento, a supervisão, a coordenação, a orientação e a avaliação da política de informática, tecnologia da informação e de telecomunicações; dotar a Polícia Federal de sistemas informatizados integrados, administrar os recursos da tecnologia da informação, incluindo a internet e intranet, bem como as instalações da rede de telecomunicações; identificar as necessidades, bem como supervisionar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento, a implantação, a implementação, a manutenção e a atualização tecnológica dos sistemas corporativos; coordenar e acompanhar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática e de telecomunicações.	Marcelo de Azambuja Fortes	Perito Criminal Federal	01/01/2017 a 25/12/2017
		William Marcel Murad	Delegado de Polícia Federal	26/12/2017 a 31/12/2017

2.5 Macroprocessos finalísticos

A Arquitetura de Processos da Polícia Federal está representada por 25 macroprocessos, os quais contemplam 275 processos. Desses 25, 14 são considerados Macroprocessos Finalísticos, conforme detalhamento na tabela a seguir.

Quadro 3: Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos/ Descrição	Produtos e Serviços	Processo Responsável pela Entrega	Principais Clientes	Principais Parceiros	Subunidades Responsáveis
Investigação Criminal - Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.	Informações sobre Tráfico de Drogas	Levantamento Preliminar de Informações Sobre Crimes de Tráfico de Drogas	Polícia Federal	Não se aplica	DICOR/PF
	Inquérito Policial	Realização da Investigação Criminal	Sociedade	Poder Judiciário, Ministério Público	DICOR/PF
	Operações Permanentes	Planejamento, Execução e Análise de Resultados das Operações Permanentes	Sociedade	Força Nacional, Ibama	DICOR/PF
	Informações estatísticas sobre investigações	Produção de Dados Estatísticos Sobre Investigações Criminais	Polícia Federal	Não se aplica	DICOR/PF
	Produção de Provas	Fase Ostensiva da Operação Especial de Polícia Judiciária	Sociedade	Órgãos Governamentais, Ministério Público, Poder Judiciário	DICOR/PF
	Informações Estruturadas	Análise de Material e Produção de Resultados da Operação Especial	Polícia Federal	Não se aplica	DICOR/PF
	Informações sobre crimes praticados com uso da WEB	Produção de Informações Sobre Crimes Praticados com Uso da Web	Polícia Federal	Não se aplica	DICOR/PF
	Informações de Inteligência	Fase Sigilosa da Operação Especial de Polícia Judiciária	Polícia Federal	Ministério Público, Poder Judiciário	DIP/PF
	Termo Circunstanciado	Lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência	Poder Judiciário	Não se aplica	COGER/PF
	Registro Especial	Efetivação do Registro Especial	Poder Judiciário	Não se aplica	COGER/PF

Macroprocessos/ Descrição	Produtos e Serviços	Processo Responsável pela Entrega	Principais Clientes	Principais Parceiros	Subunidades Responsáveis
	Arquivos interceptados	Interceptação Telemática	Unidades responsáveis pela investigação	Provedores	DICOR/PF
	Inquérito Policial	Condução do Inquérito Policial	Poder Judiciário Ministério Público	Poder Judiciário, Ministério Público	COGER/PF
	Dados de inteligência Provas	Atendimento a Situações que Exijam Técnicas Especiais de Investigação	Polícia Federal	Não se aplica	DIP/PF
	Informações estratégicas e de inteligência sobre fraudes eletrônicas	Produção de Informações sobre Fraudes Eletrônicas (Projeto Tentáculo)	Unidades descentralizadas, Grupos, Alta Administração, Sociedade	Caixa Econômica Federal (CEF) Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)	DICOR/PF
	Informações de inteligência de ataques cibernéticos, Relatórios estatísticos e gerenciais	Segurança Cibernética Nacional	Órgãos Governamentais, Alta Administração, Delegacias Descentralizadas	Departamento de Segurança da Informação e Comunicação (DSIC) Centro de Pesquisas Bancos Centro de Coordenação (CETIR) Equipes de Tratamentos (ETIR)	DICOR/PF
	Relatórios de informações gerenciais Planilhas com as estatísticas de Polícia Judiciária	Produção de Informações Gerenciais na Área de Polícia Judiciária	Corregedor-Geral Direção Geral (DG) Superintendências Regionais Ministério da Justiça (MJ) Imprensa/Mídia	Não se aplica	COGER/PF
	Prisão do procurado	Requisição de Apoio de Busca e Captura de Fugitivos	Superintendências Regionais	Não se aplica	DIREX/PF
	Relatórios analisados pela DFIN/DICOR/PF	Gerenciamentos dos Relatórios de Inteligência Financeira do COAF	Delegacia de Crimes Financeiros (DELEFIN) Grupo de Repressão a	Conselho de Controle de Atividades Financeiras	DICOR/PF

Macroprocessos/ Descrição	Produtos e Serviços	Processo Responsável pela Entrega	Principais Clientes	Principais Parceiros	Subunidades Responsáveis
	disponibilizados, Cadastramento no SEI		Crimes Financeiros (GRFIN) Servidores cadastrados no SEI	(COAF/Ministério da Fazenda)	
Inteligência Policial - Consiste no conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional.	Conhecimento	Produção de Conhecimento em Nível de Polícia Judiciária	Polícia Federal	Não se aplica	DIP/PF
	Relatórios identificadores das vulnerabilidades e mecanismos de segurança a ser implementados	Gestão da Segurança Orgânica da Polícia Federal	Polícia Federal	Não se aplica	DIP/PF
	Relatórios de Inteligência	Produção de Conhecimento em Nível Estratégico em Caso Específico	Diretoria de Inteligência Policial (DIP), Demais Diretorias, Órgãos do SISBIN, Polícias e órgãos de Inteligência, International Criminal Police Organization (INTERPOL), outras unidades de inteligência da Polícia Federal	Integrantes dos Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) Polícias e órgãos de inteligência internacionais, International Criminal Police Organization (INTERPOL)	DIP/PF
	Plano de Inteligência, Relatórios de Inteligência (Apreciação e Estimativa)	Produção de Conhecimento em Nível Estratégico	Alta Administração	Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) (ABIN, MD, CIE, CIM, CIAER, etc)	DIP/PF
	Relatório de inteligência	Produção de Conhecimento Sobre Pessoas	Alta Administração, Órgãos governamentais	Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN)	DIP/PF
Recursos Especiais - Consiste no	Apoio Aéreo	Planejamento e Execução de Operações Aéreas Externas	Órgãos e entidades externas	Não se aplica	DIREX/PF

Macroprocessos/ Descrição	Produtos e Serviços	Processo Responsável pela Entrega	Principais Clientes	Principais Parceiros	Subunidades Responsáveis
conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os câes de serviço.	Emprego de Embarcações	Planejamento e Execução de Operações com Embarcações	Polícia Federal	Não se aplica	DIREX/PF
	Relatórios Gerenciais	Produção de Informações Estatísticas da Aviação Operacional	Polícia Federal	Não se aplica	DIREX/PF
	Documentação técnica atualizada	Manutenção de Documentação Técnica da Aviação Operacional	Polícia Federal	Fornecedores de peças Fornecedores de aeronaves Órgãos de fiscalização e controle da aviação	DIREX/PF
	Imagens (eletro-ótico, SAR, eletromagnética, ISAR) Conhecimento produzido a partir das imagens obtidas Informação (dado não trabalhado) Patrulhamento ostensivo Repetição de sinais	Operação do Sistema VANT da Polícia Federal	Órgãos externos com acordo de cooperação Secretarias de Segurança Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) Órgãos externos sem acordo de cooperação INPE IBAMA Fundação Nacional do Índio (FUNAI) Unidades da Polícia Federal CGCintepol	Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de tráfego Aéreo (CINDACTA II) Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA)	DIP/PF
	Operação executada Relatórios das operações Estatísticas	Planejamento e Execução de Operações Táticas	Unidades Descentralizadas, Alta Administração, Órgãos do Governo (Caixa Econômica Federal, IBAMA, INCRA e FUNAI)	Não se aplica	DIREX/PF
	Planejamento da operação aérea e a	Planejamento e Execução de Operações Aéreas Internas	Alta Administração (Diretorias), Unidades	Ministério da Justiça e Segurança Pública -	DIREX/PF

Macroprocessos/ Descrição	Produtos e Serviços	Processo Responsável pela Entrega	Principais Clientes	Principais Parceiros	Subunidades Responsáveis
	execução exitosa		Descentralizadas, Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (SENAD), Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Fundação Nacional do Índio, ICMBio, MJ, entre outros	MJSP (autorização dos PCDPs)	
	Cão adestrado	Aquisição e Adestramento de Cães de Serviço	Canil Central e Canis Regionais	Não se aplica	DICOR/PF
	Serviço de detecção disponibilizado	Planejamento e Execução de Operações com Cães de Serviço	Superintendências Regionais, Delegacias Descentralizadas, Instituto Nacional de Criminalística (INC), Órgãos externos (Correios, Receita Federal do Brasil, Embaixadas, etc)	Não se aplica	DICOR/PF
Controle Migratório - Consiste no conjunto de processos que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do	Documentos de viagem	Emissão de Documentos de Viagem	Unidades Descentralizadas, Cidadão	Não se aplica	DIREX/PF
	Controle Migratório, Relatório anual, Estatísticas de entrada e saída de pessoas, Número de impedidos de entrar no Brasil	Controle Migratório Internacional	Alta Administração, DIP, DELEMIG, MRE, Ministério da Justiça, Ministério do Turismo, ANAC	Não se aplica	DIREX/PF
	Registro das	Cadastro de Empresas de	Empresas que necessitam	Não se aplica	DIREX/PF

Macroprocessos/ Descrição	Produtos e Serviços	Processo Responsável pela Entrega	Principais Clientes	Principais Parceiros	Subunidades Responsáveis
cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.	empresas de transporte, Relatórios estatísticos	Transporte Internacional de Pessoas e Cargas	do cadastro de transporte internacional		
	Manutenção dos Registros, Padronização dos procedimentos, Orientações, Insumo para capacitação	Gerenciamento do Sistema Nacional de Procurados e Impedidos	Descentralizadas, Alta Administração, Poder Judiciário, Órgãos do Governo	Não se aplica	DIREX/PF
	Relatórios de Inteligência	Produção de Informações de Inteligência Relacionadas à Migração	Órgãos de inteligência Delegacia de Polícia de Imigração (DELEMIG) Núcleos de Inteligência Policial Embaixadas Alta Administração	Ministério das Relações Exteriores (MRE) Embaixadas	DIREX/PF
	Carteira de Estrangeiro	Expedição da Carteira de Identidade de Estrangeiro	Estrangeiros	Não se aplica	DIREX/PF
	Retirada Compulsória de Estrangeiros	Retirada Compulsória de Estrangeiros	Alta Administração, Ministério da Justiça, Presidência da República	MJSP, Ministério das Relações Exteriores, Poder Judiciário	DIREX/PF
Segurança de Portos e Aeroportos – Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.	Segurança Portuária	Planejamento e Execução da Segurança Portuária	Portos	Não se aplica	DIREX/PF
	Policiamento Marítimo e Fluvial	Planejamento e Execução do Policiamento Marítimo e Fluvial	Sociedade	Não se aplica	DIREX/PF
	Segurança Aeroportuária	Planejamento e Execução da Segurança Aeroportuária	Comunidade Aeroportuária, Alta Administração	Ministério das Relações Exteriores (MRE)	DIREX/PF
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos - Consiste no conjunto	Certificado de Cadastramento de entidade que atua em	Fiscalização de Adoção Internacional de Crianças e Adolescentes Brasileiros	Entidades de adoção internacional Superintendências	Ministério das Relações Exteriores (MRE), MJSP,	DIREX/PF

Macroprocessos/ Descrição	Produtos e Serviços	Processo Responsável pela Entrega	Principais Clientes	Principais Parceiros	Subunidades Responsáveis
de processos destinado à proteção à vida e aos direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à Testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.	adoção internacional de crianças e adolescentes brasileiros		Regionais	Consulados Entidades credenciadas, Justiça	
	Acolhimento definitivo do depoente especial	Inclusão de Depoente Especial no Serviço Proteção ao Depoente Especial	Ministério da Justiça Justiça Federal.	Ministério da Justiça Justiça Federal.	DIREX/PF
	Acolhimento provisório	Acolhimento Provisório de Depoente Especial	Depoente Especial; Justiça Federal; Ministério da Justiça.	Justiça Federal e Ministério da Justiça.	DIREX/PF
	Proteção à testemunha	Proteção de Pessoas que Aguardam Decisão de Inclusão no PNPT	Testemunhas	Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) Secretarias de Segurança Pública Estadual Procuradoria da República Poder Judiciário Ministério de Relações Exteriores (MRE)	DIREX/PF
Proteção ao réu colaborador preso	Proteção ao Réu Colaborador Preso	Réu colaborador preso e seus familiares	Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) Poder Judiciário Secretaria Especial de Direitos Humanos Ministério Público Estadual e Federal	DIREX/PF	
Identificação Criminal - Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários	Boletim de Informações Criminais	Elaboração e Atualização do Boletim de Informações Criminais	Polícia Federal	Institutos de Identificação Estaduais Tribunais de Justiça dos Estados Justiça Federal	DIREX/PF
	Folha de	Emissão de Folhas de	Poder Judiciário, Polícia	Secretarias de	DIREX/PF

Macroprocessos/ Descrição	Produtos e Serviços	Processo Responsável pela Entrega	Principais Clientes	Principais Parceiros	Subunidades Responsáveis
para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.	Antecedentes Criminais	Antecedentes Criminais	Federal, Secretarias de Segurança Pública	Segurança Pública Tribunais de Justiça dos Estados Justiça Federal	
	Certidão de Antecedentes Criminais	Emissão da Certidão de Antecedentes Criminais	Sociedade	Não se aplica	DIREX/PF
	Banco de dados de informações criminais atualizados	Gestão dos Registros de Informações Criminais	Polícia Federal	Institutos de Identificação Estaduais Tribunais de Justiça dos Estados Justiça Federal	DIREX/PF
Segurança das Pessoas – Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.	Segurança de Presidênciaáveis	Realização de Segurança de Presidênciaáveis	Presidênciaáveis	MJSP, Justiça Eleitoral	DIREX/PF
	Segurança de Dignitários	Realização de Segurança de Dignitários	Dignitários	MJSP	DIREX/PF
	Relatório de nível de risco	Avaliação de Nível de Proteção para Visita de Autoridade Estrangeira	Ministério das Relações Exteriores; Câmara dos Deputados; Senado Federal.	Ministério das Relações Exteriores; Câmara dos Deputados; Senado Federal.	DIREX/PF
	Relatório de nível de risco	Análise de Risco e Proteção a Magistrados e Membros do MPF	Superior Tribunal de Justiça; Supremo Tribunal Federal; Ministério Público Federal.	Superior Tribunal de Justiça; Supremo Tribunal Federal; Ministério Público Federal.	DIREX/PF
	Segurança de Autoridades	Realização de Segurança de Autoridades	Autoridades	Órgão Governamentais MJSP	DIREX/PF
Controle de Armas de Fogo - Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a	Credenciamento de instrutores de armamento e tiro da iniciativa privada	Credenciamento de Instrutores que Atuam na Iniciativa Privada Sob o Controle da CONAT	Instrutores de armamento e tiro que atuam na iniciativa privada	Não se aplica	DARM/CGCSP/DIREX/PF
	Certificado de Credenciamento Licença (arquivo)	Credenciamento de Psicólogos, Instrutores de Tiro e Armeiros	Requerente (Psicólogos, armeiro, instrutor)	Não se aplica	DIREX/PF

Macroprocessos/ Descrição	Produtos e Serviços	Processo Responsável pela Entrega	Principais Clientes	Principais Parceiros	Subunidades Responsáveis
gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.	Arma retirada de circulação	Recebimento de Armas de Fogo	Requerentes (possuidores de armas)	Parceiros conveniados para coleta, Exército	DIREX/PF
	Guia de trânsito	Autorização para Trânsito de Arma de Fogo	Requerentes (Proprietários de arma)	Instrutores de tiro, Psicólogos	DIREX/PF
	Convênio	Autorização para Emissão de Porte de Arma de Fogo para Guarda Municipal	Requerentes (Prefeituras)	Secretarias de Segurança Pública (SSP) Prefeituras	DIREX/PF
	Concessão (ou não) da autorização	Autorização do Porte de Arma de Fogo de Uso Permitido	Requerentes (cidadão proprietário de arma de fogo)	Não se aplica	DIREX/PF
	Porte de arma de fogo	Autorização do Porte de Arma de Fogo para Segurança de Dignitários Estrangeiros	Estados estrangeiros (Embaixadas)	Ministério das Relações Exteriores (MRE)	DIREX/PF
	Concessão (ou não) da autorização	Autorização para Aquisição de Armas de Fogo de Uso Permitido	Requerentes (cidadão)	Não se aplica	DIREX/PF
	Registro de arma de fogo (CRAF)	Registro de Arma de Fogo	Requerentes (cidadão)	Exército, Secretarias de Segurança Pública	DIREX/PF
Controle de Precursores Químicos - Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização de produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.	Autorizações de importação e exportação Notificações bilaterais	Controle de Importação e Exportação de Produtos Químicos	Pessoas Físicas e Jurídicas (requerentes), Órgãos de controle dos países-sede das empresas que recebem as autorizações	Receita Federal do Brasil (RFB) Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) Banco Central do Brasil Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) Organização das Nações Unidas (ONU) Organização dos Estados Americanos (OEA) Órgão de Fiscalização de outros Países	DIREX/PF

Macroprocessos/ Descrição	Produtos e Serviços	Processo Responsável pela Entrega	Principais Clientes	Principais Parceiros	Subunidades Responsáveis
	Penalidade administrativa (multa, advertência, perda de produto, etc)	Instauração e Condução de Processo Administrativo de Infração (PAI)	Sociedade	Não se aplica	DIREX/PF
	Certificados de Cadastro e/ou de Licença Informações sobre empresas cadastradas e licenciadas para prática de atividades controladas	Cadastro e Licenciamento de Empresas de Produtos Químicos	Pessoas Físicas e Jurídicas conforme descrição (requerente)	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD)	DIREX/PF
	Relatório de fiscalização Multa Encerramento da empresa Notificação da empresa	Fiscalização de Empresa que Trabalha com Produtos Químicos Controlados	Sociedade	Não se aplica	DIREX/PF
Controle da Segurança Privada - Consiste no conjunto de processos destinado: ao controle das atividades de segurança privada no País desenvolvidas por empresas especializadas com a finalidade de proceder à vigilância e segurança patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos; à garantir a incolumidade física de pessoas; à realizar transporte de valores e prover segurança no transporte de	Portaria de Cancelamento	Cancelamento de Atividade e de Autorização de Funcionamento	Empresas Especializadas de Segurança Privada, Empresas de Serviço Orgânico de Segurança Privada	Não se aplica	DIREX/PF
	Autorizações para Aquisição	Autorização para Aquisição de Armas, Munições, Petrechos e Coletes Balísticos	Empresas Especializadas de Segurança Privada, Empresas de Serviço Orgânico de Segurança Privada	Não se aplica	DIREX/PF
	Credenciamento de instrutor para Escola de Formação de Vigilante	Credenciamento de Instrutor para Escola de Formação de Vigilante	Escolas de Formação de Vigilantes Instrutores	Não se aplica	DIREX/PF

Macroprocessos/ Descrição	Produtos e Serviços	Processo Responsável pela Entrega	Principais Clientes	Principais Parceiros	Subunidades Responsáveis
qualquer outro tipo de carga; e ao recrutamento, seleção, formação e reciclagem do pessoal a ser qualificado e autorizado a exercer essas atividades. Esse controle prevê a normatização e a concessão das autorizações pertinentes ao serviço de segurança privada do País.	Encerramento de Atividade Clandestina de Segurança Privada	Encerramento de Atividade Clandestina de Segurança Privada	Sociedade	Não se aplica	DIREX/PF
	Certificado de Aprovação do Plano de Segurança	Aprovação do Plano de Segurança Bancária	Instituições Financeiras	Não se aplica	DIREX/PF
	Certificado de Vistoria de Carro-Forte	Emissão do Certificado de Vistoria de Carro-Forte	Empresas de Transporte de Valores	Não se aplica	DIREX/PF
	Vigilante habilitado ao exercício de vigilância patrimonial em todo o território nacional	Emissão do Registro de Certificado de Formação do Vigilante	Escolas de Formação de Vigilante, Vigilante	Não se aplica	DIREX/PF
	Guia de Transporte de Armas, Munições, Explosivos e Petrechos de Recarga	Emissão de Guia de Transporte de Armas, Munições, Explosivos e Petrechos de Recarga	Empresas Especializadas de Segurança Privada, Empresas de Serviço Orgânico de Segurança Privada	Não se aplica	DIREX/PF
	Carteira emitida	Emissão da Carteira Nacional de Vigilante - CNV	Empresas de segurança e vigilantes	Não se aplica	DIREX/PF
	Alvará de autorização	Expedição da Autorização de Funcionamento e Alteração de Atos Constitutivos	Empresas Especializadas de Segurança Privada, Empresas de Serviço Orgânico de Segurança Privada	Não se aplica	DIREX/PF
	Portaria de julgamento publicada no DOU	Processo Punitivo em Desfavor de Empresas de Segurança Privada e Instituição Financeira	Delegacia de Controle de Segurança Privada (DELESP), Comissão de Vistoria Coordenação	Não se aplica	DIREX/PF
Criminalística - Consiste no conjunto de processos de	Vistoria, Formulário de Entrega, Formulário de	Vistoria Antibomba	Órgãos no campo da atribuição da Polícia Federal, Grandes	Polícia Militar Polícia Civil Bombeiros	DITEC/PF

Macroprocessos/ Descrição	Produtos e Serviços	Processo Responsável pela Entrega	Principais Clientes	Principais Parceiros	Subunidades Responsáveis
descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.	Dispensa de Vistoria		eventos, outros órgãos governamentais sob demanda	Defesa Civil Exército	
	Relatório da avaliação da qualidade da gestão da criminalística	Avaliação da Qualidade da Gestão da Criminalística	Diretores da Diretoria Técnico-Científica (DITEC) Instituto Nacional de Criminalística (INC)	Não se aplica	DITEC/PF
	Produtividade	Acompanhamento e Apoio na Produção de Laudos Periciais	Polícia Federal	Não se aplica	DITEC/PF
	Documentos e planilhas Relatório estatístico anual do Sistema Nacional de Criminalística	Produção de Informações Estatísticas para Gestão da Criminalística	Divisão de Pesquisa, Padrões e Dados Criminalísticos (DPCRIM) Instituto Nacional de Criminalística (INC) Diretoria Técnico-Científica (DITEC) Chefias das unidades de criminalística	Não se aplica	DITEC/PF
	Ambiente Seguro, ameaça neutralizada, Relatório	Segurança e Contrainformações	Órgãos e pessoas no campo da atribuição da Polícia Federal, Grandes eventos	Polícia Militar, Polícia Civil, Defesa Civil Bombeiros Exército, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)	DITEC/PF
	Parecer Técnico	Avaliação Técnica de Documentos de Segurança	Autarquias, Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Conselhos de Classe, Ministérios, Polícia Federal	Não se aplica	DITEC/PF
	Relatórios Técnicos	Localização e Identificação de Vestígios de Desaparecidos	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência	Secretaria de Direitos Humanos da	DITEC/PF

Macroprocessos/ Descrição	Produtos e Serviços	Processo Responsável pela Entrega	Principais Clientes	Principais Parceiros	Subunidades Responsáveis
		Políticos	da República, Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos	Presidência da República Ministérios Públicos IML	
	Documento Técnico	Varredura Eletrônica	Órgãos e entidades dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, em todas as esferas	Não se aplica	DITEC/PF
	Laudo de Perícia Criminal, Informação Técnica	Realização de Exames Periciais	Autoridade Policial, Ministério Público, Poder Judiciário	Poder Judiciário	DITEC/PF
	Formulários de avaliação dos Laudos Periciais Criminais, Manuais e orientações para elaboração de laudos e documentos contendo informações para subsidiar a tomada de decisões pela diretoria do INC	Avaliação da Qualidade dos Laudos Periciais Criminais	Instituto Nacional de Criminalística (INC), Diretoria Técnico-Científica (DITEC), Unidades Descentralizadas, Peritos Criminais Federais	Não se aplica	DITEC/PF
	Padrões de referência e fontes de pesquisa para realização de perícias disponibilizados	Provimento de Padrões de Referência e Fontes de Pesquisa para Realização de Perícias	Peritos Criminais Federais, Polícia de Imigração (servidores policiais), Exceção (outros policiais, BDCRIM)	Embaixadas Indústrias farmacêuticas Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) Departamento de Trânsito (Detran) dos estados Secretaria de Segurança Pública (SSP) dos estados	DITEC/PF

Macroprocessos/ Descrição	Produtos e Serviços	Processo Responsável pela Entrega	Principais Clientes	Principais Parceiros	Subunidades Responsáveis
				Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	
Cooperação Internacional - Consiste no conjunto de processos que visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais visando o cumprimento das atribuições institucionais recíprocas.	Localização de Pessoas	Localização de Pessoas com Fins Humanitários	Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF), Parentes dos localizados	Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF) Ministério das Relações Exteriores (MRE), International Collaborative Exercise (ICE) International Criminal Police Organization (INTERPOL)	DIREX/PF
	Transferência de Presos	Transferências Ativas e Passivas de Presos para Fins Humanitários	Ministério da Justiça (MJ)	Ministério da Justiça (MJ) Autoridades estrangeiras Ministério das Relações Exteriores (MRE)	DIREX/PF
	Recepção e acompanhamento de autoridades estrangeiras em visita oficial ao Brasil	Recepção de Autoridades Estrangeiras em Visita Oficial	Autoridades estrangeiras	Órgãos de Segurança Pública Ministério das Relações Exteriores (MRE) Ministério da Justiça (MJ) Adidos estrangeiros no Brasil	DIREX/PF
	Controle das demandas Informações ou	Controle de Demandas de Cooperação Internacional	Unidades Descentralizadas Poder Judiciário	Não se aplica	DIREX/PF

Macroprocessos/ Descrição	Produtos e Serviços	Processo Responsável pela Entrega	Principais Clientes	Principais Parceiros	Subunidades Responsáveis
	providências solicitadas		Polícias Congêneres estrangeiras		
	Atendimento às demandas apresentadas pelas autoridades estrangeiras	Cooperação Jurídica Internacional	Autoridades Estrangeiras, Polícia Federal, Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI)	Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI)	DIREX/PF
	Relatório de Supervisão Relatório consolidado trimestral para a COCIT/MRE	Supervisão das Adidâncias e Oficialatos de Ligação no Exterior	Polícia Federal, Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais (COCIT/MRE)	Não se aplica	DIREX/PF
Identificação Civil - Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.	Aperfeiçoamento da Identificação Civil	Prospecção de Métodos, Padrões e Ferramentas para Identificação Humana	Polícia Federal	Não se aplica	DIREX/PF
	Gerenciamento e disponibilização de documentos	Administração de Documentos Relacionados à Identificação Humana	Usuários do AFIS, Usuários do SINIC	Não se aplica	DIREX/PF
	Carteira de Identificação Funcional	Emissão da Carteira de Identificação Funcional	Servidores ativos e inativos da PF	Não se aplica	DIREX/PF
	Gestão dos Registros	Gestão dos Registros de Identificação Civil	Polícia Federal	MJSP	DIREX/PF
	Laudos e Informações Técnicas, Laudo Prosopográfico, Retrato Falado	Representação Facial Humana	Superintendências Regionais, Delegacias Descentralizadas, Órgãos Externos	Não se aplica	DIREX/PF
	Laudo, Registro no AFIS, Incremento da base de dados de individualização da Pessoa	Individualização Humana (Sistema AFIS)	Usuários do Sistema AFIS, Poder Judiciário, Polícia Internacional (Interpol), Secretarias de Segurança Pública,	Poder Judiciário Interpol Secretarias de Segurança Pública	DIREX/PF

Macroprocessos/ Descrição	Produtos e Serviços	Processo Responsável pela Entrega	Principais Clientes	Principais Parceiros	Subunidades Responsáveis
			Superintendências, Delegacias Descentralizadas, Postos Avançados, Instituto Nacional de Identificação (INI)		

A descrição sintética da condução dos Macroprocessos supracitados, em 2017, consta no “ANEXO I – Condução dos Macroprocessos Finalísticos – Síntese 2017”

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento organizacional

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Objetivos Institucionais:

I - fortalecer a cultura de gestão estratégica: implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades;

II - valorizar o servidor: estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente;

III – ampliar a credibilidade institucional: estabelecer e promover ações para a proteção da imagem, políticas de responsabilidade socioambiental e implantação de canais de comunicação que possam responder com rapidez e eficiência às demandas da sociedade e dos servidores;

IV - reduzir a criminalidade: reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação;

V - promover a cidadania: promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras;

VI - incrementar os acordos e parcerias: promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras;

VII - otimizar o emprego dos bens e recursos materiais: modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização;

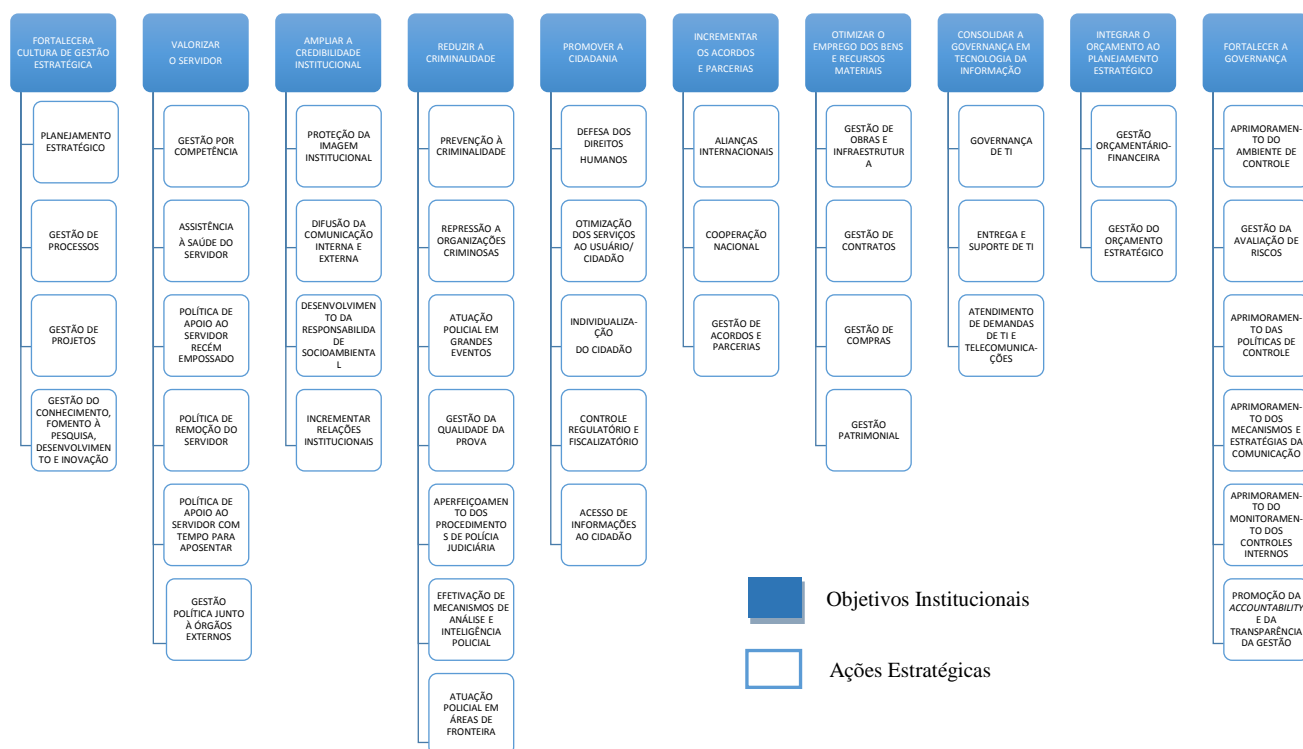
VIII - consolidar a governança em tecnologia da informação: estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição;

IX - integrar o orçamento ao planejamento estratégico: vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão; e,

X – fortalecer a governança: fortalecer os mecanismos do órgão que definem o direcionamento estratégico, supervisionam a gestão, promovem o envolvimento das partes interessadas, gerenciam riscos estratégicos, monitoram os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos e promovem a **accountability** e a transparência, garantindo a eficácia e efetividade das ações e fornecendo subsídios para processo decisório de qualidade.

A seguir são elencados, em forma gráfica, os Objetivos Institucionais e as respectivas Ações Estratégicas - priorizadas pela Polícia Federal para buscar ao alcance desses objetivos:

Figura 2: Objetivos Institucionais e Ações Estratégicas



Outras informações atinentes aos objetivos e metas do exercício estão apresentadas nos itens 3.1.2, 3.1.3 e 3.2 deste relatório.

3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

Em relação ao estágio de implementação do planejamento estratégico, a Polícia Federal -PF vem concentrando esforços para a melhoria de sua capacidade gerencial e para a modernização dos seus mecanismos de gestão.

Os documentos estratégicos da PF, em vigor para o período de 2014 a 2022, estão formalizados por meio do Plano Estratégico 2014/2022, Portfólio Estratégico e Mapa Estratégico. A última atualização foi publicada nos termos da Portaria nº 4.453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, Boletim de Serviço nº 093, de 19 de maio de 2014.

A composição desses documentos estratégicos é a seguinte:

a) Plano Estratégico - é composto de:

I – Histórico;

II – Negócio;

- III – Missão;
- IV – Visão;
- V – Valores;
- VI – Fatores Críticos de Sucesso;
- VII – Políticas Corporativas;
- VIII – Macro-objetivos;
- IX – Objetivos Institucionais; e
- X – Ações Estratégicas;

b) Portfólio Estratégico - é composto por:
I - Objetivos Institucionais (dez) e,
II - Ações Estratégicas (quarenta e quatro); e

c) Mapa Estratégico - é composto de:

I – Missão;

II – Visão;

III – Perspectivas (Orçamento e Finanças; Aprendizado e Crescimento; Processos Internos; e Clientes e Resultados);

IV – Macro-objetivos;

V – Objetivos Institucionais, contendo as respectivas sínteses; e,

VI – Síntese das Ações Estratégicas, conforme vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

A Missão da PF, prevista no planejamento estratégico é:

“Exercer as atribuições de polícia judiciária e administrativa da União, a fim de contribuir na manutenção da lei e da ordem, preservando o estado democrático de direito”.

Os Objetivos Institucionais da PF, previstos no planejamento estratégico, foram apresentados no item 3.1.1, supra.

3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os documentos estratégicos da PF estão aderentes às suas atribuições, previstas na Constituição Federal e em outras leis específicas (já citadas no item Visão Geral da Unidade deste relatório).

Além disso, estão aderentes ao programa Justiça, Cidadania e Segurança Pública do PPA 2016-2019 e ao Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) 2015-2019. Nesta oportunidade, cumpre destacar que as informações sobre o cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual da PF, encontram-se no ANEXO III deste relatório, por meio de Relatório Espelho de Monitoramento Simplificado extraído do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento Governo Federal – SIOP.

Destaque para o exemplo abaixo:

Quadro 4: Objetivos estabelecidos para a UPC

Objetivo do PPA	Objetivo Estratégico MESP	Objetivo Institucional PF
Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção e lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira. Metas PPA: “Incrementar o combate ao crime organizado por meio de operações especiais de polícia judiciária da União” e “Contribuir para a redução da impunidade ampliando o percentual de elucidação de infrações penais de atribuição da Polícia Federal.	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em organizações criminosas, tráfico, corrupção e lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira.	Reduzir a Criminalidade.

Ressalta-se que dois projetos estratégicos da PF compõem a carteira de projetos estratégicos do MJSP e são monitorados utilizando o Sistema Gestor de Escritórios de Projetos (Gepnet), estruturado em conformidade aos processos da Metodologia de Gerenciamento de Projetos da PF (MGP-PF), apresentados na tabela a seguir.

Quadro 5: Dois projetos estratégicos da PF e que compõem a carteira de projetos estratégicos do MESP

Projetos Estratégicos - PF e MESP	Objetivo Institucional PF	Objetivo Estratégico MESP
Perfil Químico de Drogas – PeQui – FASE II	Reduzir a criminalidade	Fortalecer o Enfrentamento à Criminalidade, com Enfoque em Organizações Criminosas, Tráfico, Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Atuação na Área de Fronteira
Modernização da solução SINAPSE Busca e SINAPSE BI	Consolidar a Governança em TI	Fortalecer a Estrutura e os Serviços de TI

Dentre outras ações e projetos, no que tange ao monitoramento da atuação da PF para o alcance do seu objetivo institucional de reduzir a criminalidade, da sua contribuição para o atingimento daquele objetivo estratégico do MESP e das supracitadas metas do PPA, foram formulados, respectivamente, dois indicadores estratégicos: “Quantidade de operações especiais de polícia judiciária desencadeadas pelo Departamento de Polícia Federal” e “Eficácia dos inquéritos do Departamento de Polícia Federal” (Relação entre a quantidade inquéritos relatados com indicação da autoria somados aos relatados sem indicação da autoria por não constatação de prática de infração penal e o total de inquéritos relatados).

Esses indicadores tem o propósito de mensurar o esforço de atuação da PF na repressão efetiva ao crime e avaliar a eficácia das investigações criminais, respectivamente, já que a profundidade e

a clareza do trabalho desenvolvido pelos órgãos policiais na elucidação de infrações penais impactam diretamente nas atribuições de órgãos ligados à justiça criminal.

Em relação à gestão de riscos que podem comprometer o alcance dos Objetivos Institucionais, além das ações atinentes aos gestores, relativas à gestão diária dos seus processos, com o objetivo de aprimorar a atuação da PF e atender ao disposto na Instrução Normativa Conjunta nº 01 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria Geral da União, de 10 de maio de 2016, foi publicada a Portaria nº 7.413-DG/PF de 8 de setembro de 2017 que instituiu a Política de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos e o respectivo Comitê, no âmbito da Instituição.

A partir da publicação dessa política, foi iniciado e está em andamento na Coordenação de Gestão Estratégica - CGE/PF, o Projeto 001-2017/CGE - Estruturação da Gestão de Riscos na PF, patrocinado pelo senhor Diretor-Geral e que tem como objeto a estruturação, formalização e disseminação da Gestão de Riscos no âmbito da PF, incluindo elaboração de fluxos, metodologia e padrões, bem como a sua respectiva validação mediante execução de projeto-piloto, tendo como foco de aplicação um processo crítico identificado a partir de priorização de processos da arquitetura de processos.

Além dessas ações de iniciativa da Alta Administração que objetivam a estruturação formal de um modelo de gestão de riscos para toda a instituição, o Serviço de Análise Estratégica SAE/CGI/DIP/PF segue aperfeiçoando o método de Avaliação de Riscos denominado SABRE (utilizado para análise de riscos pela área de inteligência policial da PF) e que consiste em identificar e estimar os riscos de eventos específicos, bem como sugerir ações que mitiguem, controlem ou evitem suas consequências à segurança do evento específico sob análise, em diversos níveis, permitindo, assim, apontar opções de tratamento dos riscos identificados (contramedidas), bem como mensurar a capacidade de resiliência dos setores avaliados.

O método SABRE vem sendo aplicado nos grandes eventos sediados no Brasil desde 2013, que contam com o apoio da PF e atuação conjunta com órgãos de segurança congêneres, nacionais e internacionais. Em 2017, o método foi utilizado para avaliação de riscos na segurança pública de fronteira, focando os sistemas da PF mais sensíveis envolvidos, como por exemplo Controle Migratório, Segurança Aeroportuária e Polícia Marítima.

Ainda como forma de planejamento, a PF conta com outros planos institucionalizados e com foco em áreas específicas de atuação, de médio e curto prazos, aderentes ao Plano Estratégico da PF, que são:

- I. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação -PETI CGTI 2015-2017** – nível estratégico: estabelece os princípios de trabalho, os objetivos estratégicos e as metas balizadoras do plano tático de Tecnologia da Informação e Comunicação -TIC. Esse plano é um instrumento derivado do planejamento estratégico da PF para as ações dependentes de TIC.
- II. Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2017-2018** – nível tático: tem como objetivo a priorização de ações e investimentos na área de Tecnologia da Informação para o referido biênio, definindo essas ações, seus prazos e orçamento, que deverão ser executadas em alinhamento ao PETI e ao Plano Estratégico da PF. Tanto o PETI como o PDTI são instrumentos de planejamento da CGTI/DLOG/PF, que possui a responsabilidade pela sua execução e monitoramento, utilizando-se para tal de pessoal do quadro próprio e de fornecedores externos. No nível operacional, a CGTI/DLOG/PF definiu um portfólio de projetos que é gerenciado com a utilização do sistema GEPnet.

III. Plano Anual de Capacitação - PAC/2017 – nível tático: tem a finalidade de definir as ações educacionais de formação profissional, de educação continuada, de especialização e outras instituídas, gerenciadas e monitoradas pela ANP/DGP/PF, no decorrer do ano de 2017, em conformidade com as Diretrizes Gerais de Ensino publicadas pela Portaria nº 4.669/2016-GAB/ANP/DGP, de 01 de dezembro de 2016.

3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

A seguir, apresentam-se as principais formas utilizadas pela PF para monitorar a execução de projetos e ações planejadas com o fim de implementar melhorias em seus processos de trabalho, com vistas a atribuir maior eficiência, eficácia e efetividade na entrega de seus produtos e serviços e a contribuir para o alcance dos objetivos institucionais.

O monitoramento da execução dos planos específicos – PETI CGTI 2015-2017 e PDTI 2017-2018 – foi realizado no âmbito da CGTI/DLOG/PF, e do PAC/2017, no âmbito da ANP/DGP/PF.

O acompanhamento do resultado dos indicadores de desempenho institucional e das unidades descentralizadas é realizado pelas unidades centrais gestoras dos temas relacionados a cada indicador e consolidados pela Coordenação de Gestão Estratégica - CGE/PF.

No exercício de 2017 foi dada continuidade ao “Diagnóstico para Melhoria da Gestão” que tem como principal objetivo a identificação e o registro de sugestões de melhorias para os processos de trabalho da PF, observado o alinhamento aos objetivos institucionais. Esse diagnóstico é de abrangência nacional e vem sendo realizado em parceria com diversas unidades da PF.

Até o final de 2014, a metodologia havia sido aplicada nas Superintendências Regionais de Goiás, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e na Delegacia de Campinas/SP. Em 2015, abrangeu as Superintendências Regionais de Mato Grosso, Ceará e Amazonas e na Diretoria de Inteligência Policial - DIP. Em 2016, novas aplicações da Metodologia de Diagnóstico para Melhoria da Gestão em outras unidades não puderam ser realizadas em virtude da mobilização do quadro de pessoal da PF (unidades centrais e descentralizadas) para atuação nas Olimpíadas e Paralimpíadas 2016 e Eleições 2016. Já em 2017, tal diagnóstico foi realizado na Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul.

Nesses trabalhos, é oferecida para servidores e cidadãos a oportunidade de apresentarem suas sugestões para a construção de uma PF melhor para todos, por meio de entrevistas e pesquisas de satisfação. As sugestões de melhorias são identificadas com a participação efetiva da Administração, servidores e cidadãos, mediante entrevistas e pesquisas de satisfação.

As melhorias são classificadas como de implantação nacional – cuja responsabilidade de análise de viabilidade e implementação recai sobre os Órgãos Centrais – e de implantação local e regional, ou seja, cuja implantação é possível no âmbito da própria unidade diagnosticada (Diretoria, Superintendência, Delegacia).

As de implantação nacional identificadas durante o ano de 2014 foram apresentadas em 2015 para análise da Direção-Geral, onde o comitê, formado pelos Diretores e pelo Corregedor-Geral, decidiu

quanto às sugestões que seriam efetivamente priorizadas e aos esforços a serem investidos para sua implementação.

Como resultado final do trabalho de priorização, foi construído um portfólio com 21 projetos de melhorias, alinhados aos objetivos institucionais do planejamento estratégico da PF, para implantação pelas respectivas Diretorias, que é acompanhado/monitorado pela Direção-Geral, por intermédio das informações do sistema Gepnet2.

Segue a relação dos projetos desse portfólio, sua vinculação com os objetivos institucionais, o percentual de execução e situação:

Quadro 6: Portfólio de Projetos do Programa: Melhorias Nacionais 2015 - monitorados pelo Gepnet2.

Portfólio de Projetos Programa: Melhorias Nacionais 2015	Objetivo Institucional	Unidade Central	% executada do projeto	Situação (em 15/01/2018) 1 - Concluído 2 - Cancelado 3 - Paralisado 4 - Em andamento
E_Pol - Gestão da Atividade de Polícia Judiciária	Reduzir a Criminalidade	COGER	100%	1 – Concluído (2017)
Implantação de assinatura digital nos Laudos Periciais	Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação	DITEC	100%	1 – Concluído (2017)
Divulgação e capacitação CINTEPOL	Valorizar o Servidor	DIP	100%	1 – Concluído (2017)
Sistema de catalogação e pesquisa da legislação interna do DPF	Fortalecer a cultura de gestão estratégica	DLOG	100%	1 – Concluído (2017)
Implantação da Gestão Eletrônica de documentos	Fortalecer a Cultura de Gestão Estratégica	DLOG	100%	1 – Concluído (2016)
Nova Instrução Normativa de Polícia Judiciária	Reduzir a Criminalidade	COGER	100%	1 – Concluído (2016)
Atualizar e disseminar procedimentos padronizados (Manuais) para a investigação criminal	Reduzir a Criminalidade	DICOR	100%	1 – Concluído (2015)
Levantar as necessidades de acesso à informação dos procedimentos de investigação criminal	Reduzir a Criminalidade	DICOR	100%	1 – Concluído (2015)
Gestão por Competências: Trilhas de Competência	Valorizar o Servidor	DGP	10%	3 - Paralisado
Saúde Integral do Servidor: Entrega - Implementação do TAF	Valorizar o Servidor	DGP	34%	3 - Paralisado
Gestão por Competências: Entrega - Banco de Perfis	Valorizar o Servidor	DGP	4%	3 - Paralisado

Portfólio de Projetos Programa: Melhorias Nacionais 2015	Objetivo Institucional	Unidade Central	% executada do projeto	Situação (em 15/01/2018)
				1 - Concluído 2 - Cancelado 3 - Paralisado 4 - Em andamento
Projeto Modernização da Solução SINAPSE Busca e SINAPSE BI*	Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação	DIP	41%	4 - Em andamento
Projeto Arcanjo	Reduzir a Criminalidade	DIREX	45%	4 - Em andamento
Implantação da Informação de Custos no Departamento de Polícia Federal	Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico	DLOG	42%	4 - Em andamento
Programa de preparação para a aposentadoria	Valorizar o Servidor	DGP	45%	4 - Em andamento
Atualização das Regras de Remoção e Movimentação	Valorizar o Servidor	DGP	95%	4 - Em andamento
Saúde Integral do Servidor: Entrega Manual de Saúde do servidor	Valorizar o Servidor	DGP	99%	4 - Em andamento

* Também definido como Projeto Estratégico do MJ (vide tabela anterior)

A média geral de execução desse portfólio até 2017, considerando os projetos concluídos, em andamento e paralisados ficou em 71%. Em 2016 a média observada foi de 48%.

Tendo em vista a oportunidade e conveniência, os projetos abaixo que inicialmente faziam parte desse portfólio foram cancelados.

Quadro 7: Portfólio de Projetos do Programa: Melhorias Nacionais 2015 – Cancelados

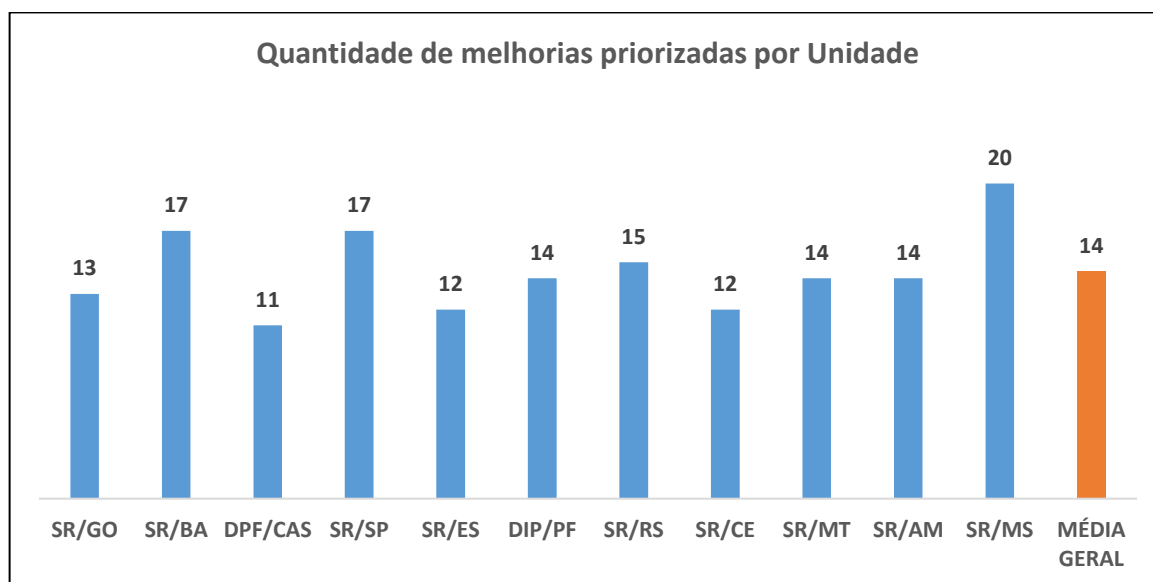
Portfólio de Projetos Programa: Melhorias Nacionais 2015	Objetivo Institucional	Unidade Central	% executada do projeto	Data da Situação
Ampliação da comunicação na área de gestão de pessoal: Programa de divulgação DGP	Ampliar a Credibilidade Institucional	DGP	1%	Cancelado (2016)
Dimensionamento e distribuição da força de trabalho	Fortalecer a Cultura de Gestão Estratégica	DGP	1%	Cancelado (2016)
Telefonia móvel institucional	Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação	DLOG	41%	Cancelado (2017)

Revisão do Processo de Manutenção do PROMASP	Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação	DLOG	0%	Cancelado (2017)
--	---	------	----	------------------

Para as melhorias de implantação local e regional, na esfera tático-operacional, as unidades descentralizadas apresentaram planos de ação (planilhas eletrônicas) elaborados para o planejamento, execução e monitoramento do portfólio de melhorias locais ou regionais, ou seja, aquelas melhorias priorizadas para implantação na própria unidade a partir do conjunto de melhorias obtidas durante os trabalhos do Diagnóstico para a Melhoria da Gestão realizados em 2014, 2015 e 2017.

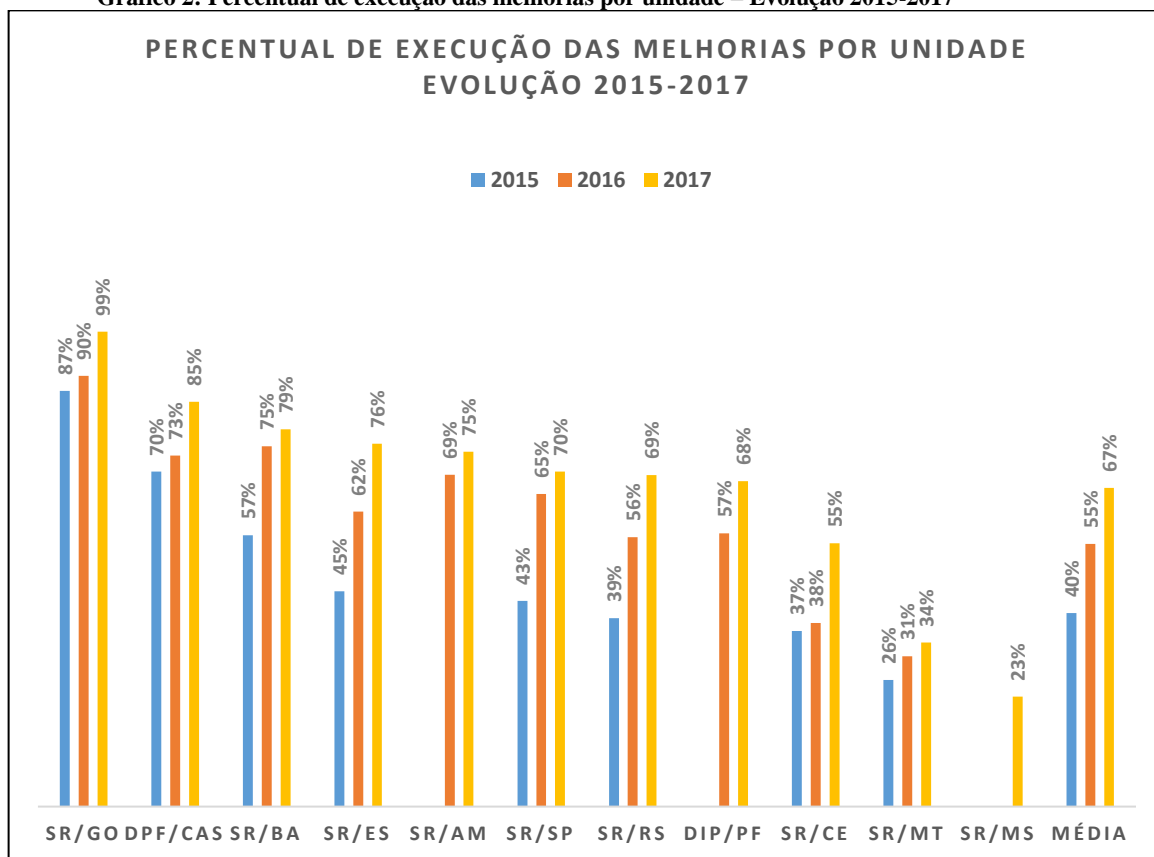
No gráfico a seguir é apresentada a quantidade de melhorias priorizadas em cada unidade e a média geral.

Gráfico 1: Quantidade de melhorias priorizadas por Unidade



A Instituição, por meio da CGE/PF, em conjunto com as Unidades de Gestão Estratégica das descentralizadas e com o Grupo de Gestão Estratégica da DPF/CAS/SP, no intuito de buscar a efetiva implantação dessas melhorias priorizadas, vem monitorando a execução de tais planos de ação, cuja média geral de execução atingida até dezembro de 2017 foi de sessenta e sete por cento, demonstrando aumento de vinte e dois por cento na média de execução, em comparação ao final do exercício de 2016, quando tal média foi de cinquenta e cinco por cento, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 2: Percentual de execução das melhorias por unidade – Evolução 2015-2017



Várias melhorias prioritizadas já foram concluídas, trazendo ganhos para a gestão da unidade e valorização do cidadão e do servidor, autores legítimos das sugestões que as originaram.

Além disso, as unidades centrais possuem projetos específicos a cada área de atuação, monitorados por meio do sistema Gepnet2 e observada a aderência aos Objetivos Institucionais do Planejamento Estratégico da PF. Destaca-se que alguns desses projetos podem ultrapassar o período de um exercício.

As tabelas e os gráficos a seguir apresentam a síntese da distribuição percentual desse conjunto de projetos em relação aos objetivos institucionais e situação.

Tabela 1: Distribuição da Quantidade dos Projetos por Objetivos Institucionais

Objetivo Institucional	Total por Objetivo
Reduzir a Criminalidade	22
Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação	19
Valorizar o Servidor	8
Ampliar a Credibilidade Institucional	4
Fortalecer a Cultura de Gestão Estratégica	3
Fortalecer a Governança	3
Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico	2
Incrementar os Acordos e Parcerias	1

Objetivo Institucional	Total por Objetivo
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais	1
Total Geral	63

Gráfico 3: Distribuição Percentual dos Projetos por Objetivos Institucionais

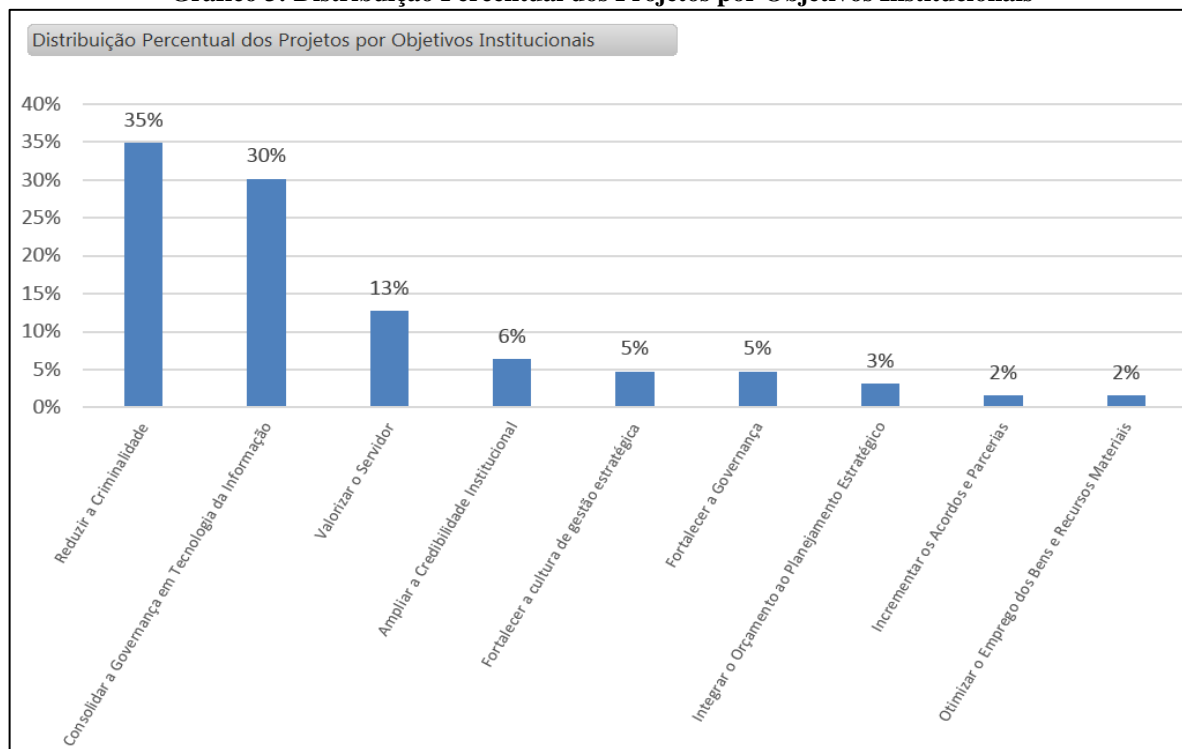
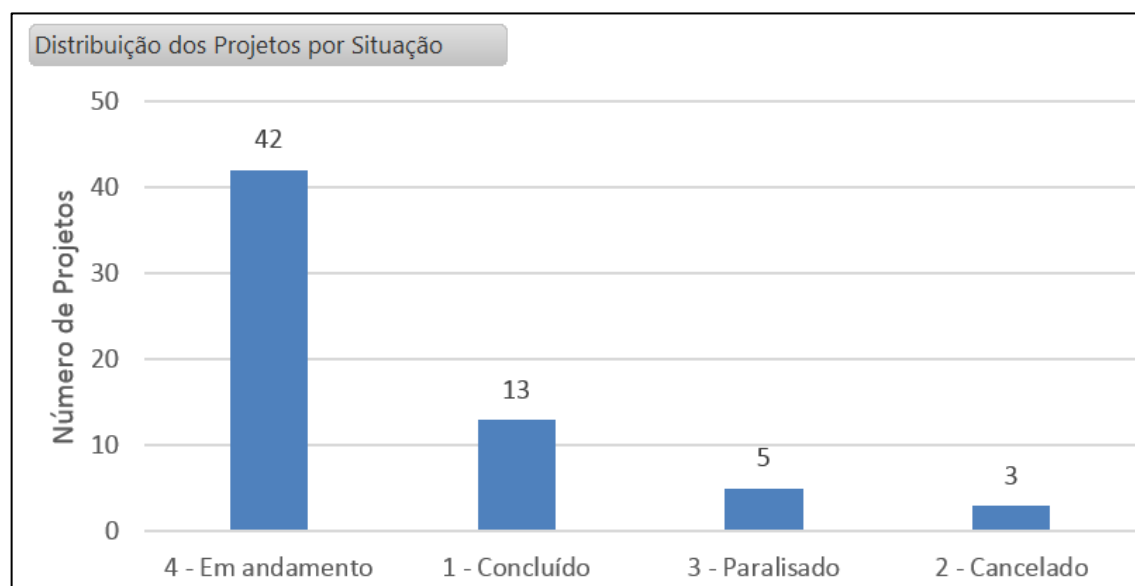


Gráfico 4: Distribuição dos Projetos por Situação



A seguir estão descritas as principais estratégias de atuação de 2017 e resultados de seu desempenho, relacionadas aos objetivos institucionais do Planejamento Estratégico da PF, indicando a unidade fonte da informação.

FORTALECER A CULTURA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

CGE/PF

Foi realizado o monitoramento de indicadores e projetos estratégicos da PF inseridos no Plano Estratégico 2015-2019 do MJSP; elaboradas informações diversas requeridas por esse Ministério; e representação da PF no Comitê Permanente de Desburocratização do MJSP.

Coordenação do trabalho de elaboração da Mensagem Presidencial 2017, relativa às ações desenvolvidas pelas diversas diretorias da PF, para subsidiar a Mensagem a ser enviada pelo MJSP à Presidência da República.

Solicitação e consolidação de informações das unidades centrais da PF e elaboração do Relatório Gerencial da PF de 2016, que subsidiaram a construção do Relatório de Gestão 2016 da Instituição.

Na área de gestão de processos, foi homologada e disponibilizada para os servidores da PF, na intranet corporativa, a Biblioteca de Processos, espaço virtual destinado à publicação dos processos organizacionais que foram objeto de mapeamento e documentação pelas áreas gestoras, com apoio da CGE/PF.

Foram treinados, na modalidade à distância, 102 servidores no curso EAD Fundamentos de Gestão de Processos e 129 servidores no curso EAD Fundamentos em Modelagem de Processos. Na modalidade presencial foram capacitados 35 servidores no Treinamento em Modelagem de Processos.

Coordenação de trabalho baseado na Metodologia de Diagnóstico para Melhoria da Gestão, executado no âmbito da Superintendência Regional de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul (SR/PF/MS), cujo objetivo principal foi o levantamento de sugestões de melhoria junto aos servidores da Unidade e a apuração de índices de satisfação de cidadãos e servidores. Como resultado, foram priorizadas 20 sugestões de melhorias para serem implantadas naquela Superintendência.

No que se refere às onze Unidades que já realizaram o Diagnóstico para Melhoria de Gestão, foi realizado o acompanhamento semestral, a atualização e publicação, na intranet, dos percentuais de execução das melhorias priorizadas.

Foram disponibilizados na Biblioteca de Processos os fluxogramas da Metodologia de Diagnóstico para Melhoria da Gestão.

Além disso, foi publicada a Instrução Normativa nº 114-DG/PF, de 6 de junho de 2017, que disciplina a gestão da Arquitetura de Processos da Polícia Federal.

Deu-se continuidade aos trabalhos para atualização da Arquitetura de Processos da Polícia Federal, cuja proposta de portaria destinada à sua publicação está em fase final de análise pela Alta Administração.

Em relação a área de gestão de projetos, o sistema Gepnet2 foi aprimorado, especialmente no que diz respeito ao módulo “Cronograma” e velocidade de atualização, facilitando a utilização pelo usuário e tornando o sistema mais preciso.

Foi realizada gestão junto às áreas com o objetivo de manter seus projetos atualizados no referido sistema.

O curso presencial de Gerenciamento de Projetos foi atualizado, ficando em conformidade com o Guia PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*) 6ª edição, publicada em meados de 2017.

Além disso, na área de gestão de projetos, foram capacitados, na modalidade à distância, 11 servidores no curso sobre a Metodologia de Gerenciamento de Projetos da PF. Na modalidade presencial, foram capacitados 10 servidores no Treinamento Gepnet - Nível Básico e 37 no Treinamento para Gerentes de Projetos.

DIREX/PF

Finalização do desdobramento do planejamento estratégico da Polícia Federal ao nível da DIREX/PF, com definição de indicadores de desempenho, metas e alinhamento dos projetos.

Definição do Índice de Desempenho de Polícia Administrativa (IPA) - indicador de desempenho composto objetivando a medição matemática dos resultados obtidos na PF pelas unidades da federação com relação às atividades de Polícia Administrativa.

Continuação do levantamento e publicação de indicadores de desempenho e modelagem de processos da DIREX/PF em especial os processos de Cumprimento dos Mandados de Prisão pelo Grupo Especial de Busca e Capturas, Grupo de Processos de Controle de Produtos Químicos, Comércio Exterior de Produtos Químicos, Cadastro e Licença de Comercialização de Produtos Químicos, Acolhimento Provisório de Depoente Especial, Proteção para Visita de Autoridades Estrangeiras, Proteção de Magistrados e Membros do Ministério Público Federal.

No que tange aos projetos da Diretoria, em 2017 foram encerrados 4 projetos (2 concluídos e 2 cancelados) bem como paralisados outros 3. Atualmente, encontra-se em acompanhamento o Projeto Arcanjo, sob a tutela do SAER/CGPI/DIREX que também está incluso no rol dos projetos do Portfólio de Melhorias Nacionais 2015 da PF.

OUVIDORIA

Utilizando como subsídio as manifestações e os pedidos de acesso à informação recebidos pela Ouvidoria, algumas gestões foram realizadas junto às respectivas unidades especializadas a fim de solicitar ou sugerir adequações procedimentais para ajustes e melhorias nos processos e serviços prestados, bem como para prevenção de potenciais riscos vislumbrados durante a atuação da Ouvidoria.

DIP/PF

Com foco na Ação Estratégica Planejamento Estratégico, foram direcionados esforços para a execução das 14 (quatorze) propostas de melhorias do Diagnóstico para Melhoria da Gestão realizado na DIP/PF em 2016, sendo que algumas foram concluídas e outras estão em fase de implementação pelas unidades. A seguir são destacadas as principais realizações para a implementação de tais melhorias.

Em relação a capacitações, sob responsabilidade da Divisão de Doutrina e Capacitação em Inteligência (DDCI), foram executadas as seguintes ações: elaboração, implementação e divulgação de cursos afetos à área de inteligência, visando capacitar, aperfeiçoar e atualizar os servidores, notadamente quanto à nova doutrina de inteligência policial do órgão. Foram promovidos 29 cursos, resultando em um total de 1094 alunos capacitados e certificados.

Ainda com relação ao tema capacitação, a DDCI promoveu estudos e discussões em torno da viabilidade do curso de habilitação para o exercício da atividade de inteligência. Como resultado, houve duas edições desse curso, o que possibilitou a capacitação de 220 servidores.

A Coordenação-Geral de Inteligência realizou tratativas visando a celebração de novos Acordos de Cooperação Técnica, bem como do compartilhamento dos dados com aplicação do Decreto nº 8.789/2016, para replicação das bases de dados no CINETEPOL, o que se encontra em estágio avançado.

Quanto à atuação na Ação Estratégica Gestão de Processos, os processos modelados em 2016, com a utilização da ferramenta Bizagi, foram revisados em 2017. Além disso, foram iniciadas modelagens de novos processos.

Em relação à Ação Estratégica Gestão do Conhecimento, Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, o Centro de Documentação (CEDOC), inaugurado em 2016, sob a coordenação da Divisão de Doutrina e Capacitação em Inteligência (DDCI/DIP/PF), e destinado ao armazenamento de documentos úteis ao ensino e à pesquisa na área especializada de inteligência e informação, assim como a Doutrina de Inteligência da DIP/PF, atendeu às demandas das diversas unidades de Inteligência da PF, além dos alunos participantes das ações de capacitação dessa diretoria.

Ainda sobre essa Ação, a DIP/PF indicou 2 (dois) servidores para a Escola Superior de Guerra, no intuito de desenvolverem conhecimentos voltados à inteligência estratégica, e endossou a inclusão de 2 (dois) servidores membros do Sistema de Inteligência Policial (SINPOL) em Mestrado Profissional nas linhas de pesquisa “Gestão da Informação” e “Sistemas de Informação e Decisão”, através de parceria da PF com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

DITEC/PF

Foi organizado o XXIII Encontro Anual de Chefes da Perícia Criminal Federal realizado no período de 22 a 26 de maio de 2017, no Hotel Royal Tulip, na cidade de Brasília/DF. O Encontro reuniu todos os chefes das unidades da Perícia Criminal Federal no Brasil e Diretores da PF e teve como objetivos promover: o debate e propor soluções, de forma colegiada, para as necessidades e os problemas que surgem no segmento técnico-científico da PF e o aprimoramento da gestão das Unidades de Criminalística por meio de iniciativas que busquem a integração e o amplo conhecimento dos processos inerentes à atuação das Unidades descentralizadas de Criminalística.

Esse encontro permitiu identificar um conjunto de oportunidades de melhoria e sofisticação das atividades necessárias ao bom desempenho das unidades de Criminalística pelo território nacional.

Identificadas essas oportunidades, em especial as comuns à maioria das unidades, são elaboradas e ministradas capacitações para os chefes e seus substitutos. Como exemplo, em outubro de 2017 foi realizado o primeiro Curso para Chefes das Unidades de Criminalística.

As aptidões desenvolvidas estão relacionadas ao planejamento estratégico e visão global da perícia criminal no contexto do processo penal, assim como à atribuição cotidiana dos chefes, tais como normas legais e procedimentos relativos à perícia, gestão de pessoas, gestão da qualidade, uso de sistemas informatizados, conhecimentos relativos à cadeia de custódia, à formatação de documentos, a procedimentos de segurança relativos a produtos perigosos, varredura eletrônica, entre outros.

Dado o sucesso alcançado e o atual universo de Peritos Criminais que ocupam chefias como titulares ou substitutos nas unidades descentralizadas de Criminalística e na DITEC, se mostra estrategicamente vantajosa a realização de novas turmas do referido curso.

Concomitante àquele Encontro de Chefes foi realizado o Congresso Internacional InterFORENSICS (de 23 a 25 de maio), que contou com palestrantes e expositores nacionais e internacionais em dez trilhas temáticas relacionadas à perícia criminal e que teve a participação de mais de 1.200 inscritos. Os chefes das unidades da Perícia Criminal Federal puderam assistir às palestras dos *key notes* desse congresso.

ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA (ANP/DGP/PF)

Para ampliar a cultura de gestão estratégica, o Projeto de Desenvolvimento Humano realizou as capacitações da Alta Administração por meio de Coaching Executivo para os Diretores. Foram também realizados dois cursos de Liderança com conteúdo customizado para a PF e destinado aos Superintendentes Regionais e Coordenadores-Gerais.

Para atingir os demais níveis de chefia foi estruturada e aplicada a Oficina de Liderança, cuja primeira edição foi aplicada aos chefes de delegacias descentralizadas em regiões de fronteira.

Em relação aos resultados institucionais na promoção da capacitação e educação continuada nos diversos temas e interesses da PF, foram realizadas 622 ações de capacitação entre ensino presencial e a distância, o que representou um crescimento de 10% em relação ao ano de 2016, em número de cursos. No total foram oferecidas 44.067 capacitações perfazendo um total de 2.328.564 homem/hora de capacitação.

Foram oferecidos dois cursos de especialização em Ciência Policial pela Escola Superior de Polícia para 58 servidores.

No que tange ao apoio à comunidade, a PF capacitou por meio da plataforma de ensino a distância ANPCIDADÃ 23 cursos atingindo 7.674 pessoas. Além disso, 1.113 pessoas foram convidadas a participarem de ações presenciais ofertadas pela ANP.

Para a capacitação de servidores em temas de interesse da PF, entre policiais e servidores administrativos foram ofertadas 36.005 capacitações.

Atendendo também aos anseios de capacitação em nível de pós-graduação foram celebrados acordos para Mestrados com a UFPE, e iniciados os convênios com a Unb e UFSC.

No que tange à difusão do conhecimento a ANP vem buscando ampliar a oferta de capacitações por meio do ensino a distância, e neste contexto foram criados em 2017 os seguintes cursos: Curso de Saúde do Servidor para Gestores, Curso Avançado de Polícia Judiciária, Curso de Gestão de Investigações de Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo, **Curso de manejo de investigaciones de trata de personas y trabajo esclavo**, revisão do Curso de Alinhamento Conceitual do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – PNLD, Sistema de Interceptação de Sinais – SIS e Curso de Investigação de Crimes contra a Propriedade Intelectual (INTERPOL).

A seguir, segue quadro contendo informações quantitativas relativas aos eventos de capacitação realizados no período de 2014 a 2017.

Tabela 2: Eventos de Capacitação

EVENTOS DE CAPACITAÇÃO												
DESCRIÇÃO	2014			2015			2016			2017		
	Nº DE AÇÕES INSTITUÍDAS	ALUNOS MATRICULADOS	CARGA HORÁRIA TOTAL (ALUNOS X H/A)	Nº DE AÇÕES INSTITUÍDAS	ALUNOS MATRICULADOS	CARGA HORÁRIA TOTAL (ALUNOS X H/A)	Nº DE AÇÕES INSTITUÍDAS	ALUNOS MATRICULADOS	CARGA HORÁRIA TOTAL (ALUNOS X H/A)	Nº DE AÇÕES INSTITUÍDAS	ALUNOS MATRICULADOS	CARGA HORÁRIA TOTAL (ALUNOS X H/A)
Cursos de Pós-Graduação: Especializações	3	91	32.811	1	0	0	1	0	0	2	58	10.440
Cursos da Escola Superior de Polícia	10	804	151.860	10	1.030	216.468	14	1.405	232.573	20	3.402	299.327
Curso de Formação Profissional	3	655	529.520	1	736	606.464	1	143	37.466	0	0	0
Ensino Presencial	139	4.027	184.928	136	3.788	184.002	152	4.993	329.756	224	6.940	328.994
Ensino à Distância	106	22.230	1.101.706	108	7981	435.300	183	63.639	1.549.692	184	23.989	1.188.881
Ações Educacionais internacionais	4	129	29154	8	227	15.576	8	347	472	7	330	17.476
Serviços Contratados - CGC/DGP	209	842	6.103	194	830	39.426	164	1.143	35.077	152	561	56.296
Ações EAD oferecidas à público externo	Não medido	Não medido	Não medido	21	2.572	120.720	41	42.132	915.895	23	7.674	371.500
Ações Presenciais oferecidas à público externo	Não medido	Não medido	Não medido	6	187	9.806	5	353	18.510	10	1.113	55.650
TOTAL	474	28.778	2.036.082	478	14.592	1.627.762	563	114.149	3.119.441	622	44.067	2.328.564

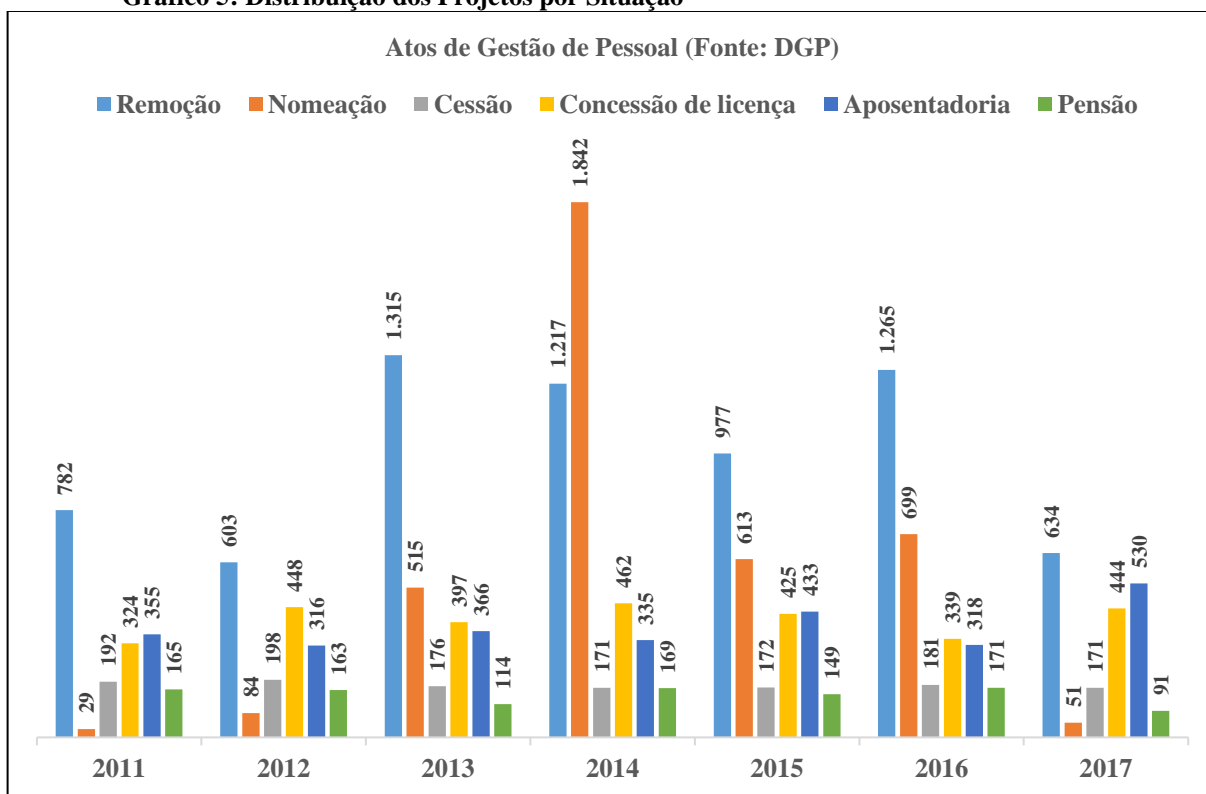
VALORIZAR O SERVIDOR

DGP/PF

Com o intuito de alcançar a melhoria da qualidade de vida e saúde e valorizar o servidor, foram realizados seminários, oficinas e outras ações, a exemplo de: Grupo de Habilidades Sociais e Mediação de Conflitos; Prevenção em Saúde; Campanha Setembro Amarelo: palestra e roda de conversa com profissionais de saúde sobre prevenção do suicídio; Programa de Preparação para Aposentadoria no âmbito das unidades centrais e devido ao grande êxito do evento, há a perspectiva de torná-lo um programa oficial da DGP/PF; Curso de Gerenciamento de Stress; e Semana do Servidor.

Além disso, o gráfico a seguir apresenta histórico quantitativo dos atos de gestão de pessoal.

Gráfico 5: Distribuição dos Projetos por Situação



DITEC/PF

Com a finalidade de valorizar e reconhecer a dedicação dos servidores, em 2017 foi promovida a premiação das Unidades de Criminalística que se destacaram no ano de 2016, em cerimônia realizada no XXIII Encontro Anual de Chefes da Perícia Criminal Federal.

No âmbito do Instituto Nacional de Criminalística (INC), foi iniciado o ciclo mensal de palestras denominado “Em Evidência”, realizado nas dependências de seu auditório, com o objetivo de dar maior divulgação aos estudos e trabalhos realizados, assim como promover o reconhecimento do esforço e realizações dos Peritos Criminais Federais. Ao término desses eventos é aberto espaço para parabenizar os

aniversariantes do mês e promover homenagem, pelo Diretor Técnico-Científico, a servidor (es) da casa que se destaque (m) pelos serviços prestados.

DIP/PF

Buscando a valorização do seu quadro de pessoal, para a seleção dos discentes, em todas as iniciativas de capacitação, incluindo as parcerias externas com a Escola Superior de Guerra, a UFPE para o Mestrado Profissional e instituições internacionais nas quais membros do SINPOL participaram de cursos, foi observada a política de Gestão por Competência.

DIREX/PF

Foram deliberadas 120 solicitações de licença capacitação para os servidores lotados na DIREX/PF.

Conforme previsto no PAC 2017, com a realização de 58 cursos presenciais foi disponibilizado um total de 1.706 vagas para toda a PF.

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (DCS/GAB/PF)

Em janeiro de 2017 foi implementada a campanha “Uma Atitude Transforma” com objetivo de resgatar a autoconfiança nos servidores da PF. Composta por um vídeo e 12 imagens de apoio, com imagens que retratam o dia a dia do Policial Federal, acompanhadas de frases motivacionais.

Em março de 2017 foi lançado o vídeo institucional. Filmado ao longo do ano de 2016 em todo o território brasileiro, com foco no seu capital humano e material, além das tecnologias utilizadas pela instituição, o vídeo retrata as diversas atribuições da PF.

OUVIDORIA

Elogios a servidores, unidades e serviços foram diretamente encaminhados às respectivas chefias para ciência aos gestores e aos elogiados, como forma de incentivo à boa prestação dos serviços realizados.

Também foi elaborada, na página da Ouvidoria na intranet, uma seção contendo elogios para divulgação interna, com vistas ao reconhecimento e ao incentivo pela constante melhoria.

Ainda, em atuação conjunta com a DCS/GAB/PF foi publicada uma matéria interna tendo por objeto os elogios recebidos pelo órgão.

AMPLIAR A CREDIBILIDADE INSTITUCIONAL

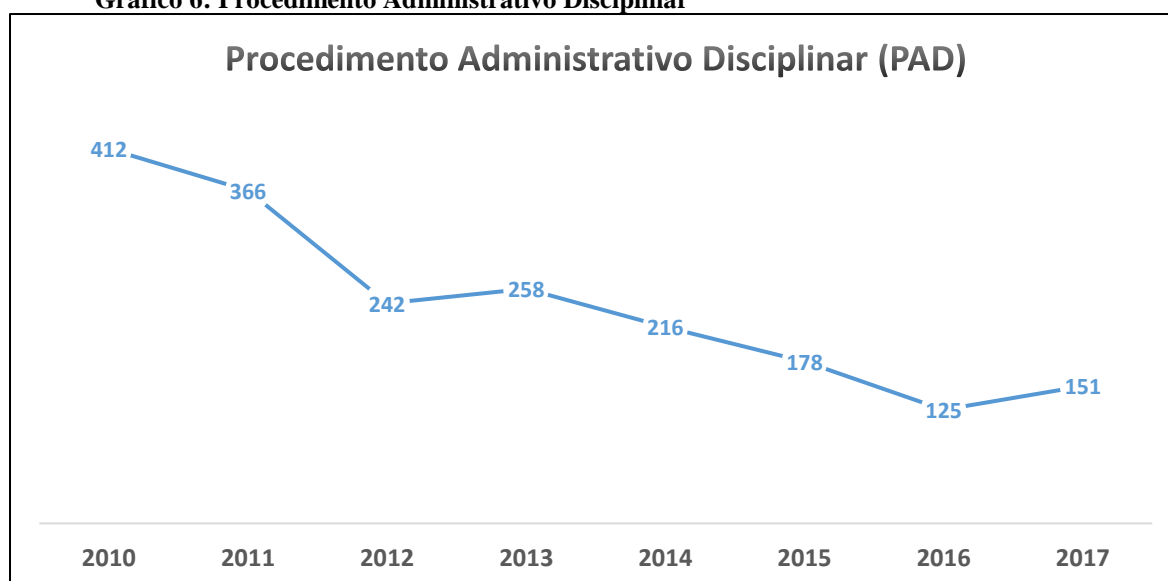
COGER/PF

A seguir, são apresentadas informações que demonstram resultados que buscam, dentre outras finalidades, a proteção da imagem institucional.

Tabela 3: Procedimentos Disciplinares e Penalidades Aplicadas

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES E PENALIDADES APLICADAS								
Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD)	412	366	242	258	216	178	125	151
Sindicância Investigativa	980	718	556	583	610	583	502	459
Defesa Prévia	-	-	327	326	441	430	405	346
Sindicância Acusatória	22	22	7	19	7	10	11	8
Sindicância Patrimonial	18	18	18	21	6	6	10	8
Advertência Aplicada	12	25	17	14	15	17	7	3
Repreensão Aplicada	18	7	6	4	15	10	2	4
Suspensão Aplicada (até 30 dias)	128	134	124	69	74	95	65	52
Suspensão Aplicada (acima de 30 dias)	0	0	2	3	4	6	5	1
Demissão	15	28	18	16	8	13	33	31
Cassação de aposentadoria	0	1	8	3	0	10	4	2
Nota de Culpa	3	15	8	5	9	5	13	9

As penalidades aplicadas em 2017 o foram em quantidades semelhantes às de 2016, considerando cada espécie de pena. A proporção entre o número de casos julgados e o número de penas aplicadas no ano reflete a manutenção da busca de maior efetividade para os procedimentos disciplinares, por meio de, entre outros fatores importantes, um aprimoramento do juízo de admissibilidade dos procedimentos acusatórios – mais complexos e dispendiosos. Esses, de modo geral, vêm sendo instaurados apenas naqueles casos em que de fato se mostram necessários – o que, por outro lado eleva as chances de que resultem em punições aos servidores acusados.

Gráfico 6: Procedimento Administrativo Disciplinar

Conforme ilustrado no gráfico acima, comparados aos do ano anterior, os números de 2017 indicam um aumento de cerca de 20% no número de PADs instaurados, quebrando a trajetória de queda verificada nos últimos anos. Se o aumento constitui uma tendência de alta ou apenas uma variação pontual (tal como o experimentado em 2013) seguido da retomada do trajeto descendente, só será possível dizer com acompanhamento e cotejo dos números futuros.

DICOR/PF

Com o intuito de promover o desenvolvimento da responsabilidade socioambiental, desde 2013, a PF integra o Programa **Greenhouse Gas Protocol** (GHG) no qual está inserido o Programa Carbono Neutro. Assim, em continuidade a esses programas, em 2017 foram realizados eventos sobre sustentabilidade e importância da preservação do meio ambiente, sendo ministradas palestras e realizados plantios de árvores.

DITEC

Participação do Diretor Técnico-Científico na Academia Iberoamericana de Criminalística e Estudos Forenses (AICEF) e no Conselho Nacional de Perícia Criminal (CNPC).

A DITEC/PF realizou atualizações frequentes em sua intranet, de forma a manter todos os Peritos Criminais Federais do Brasil atualizados com relação aos acontecimentos, como exemplo, o citado evento “Em Evidência”, que é transmitido ao vivo pela intranet para permitir a maior difusão possível de informações.

A Diretoria participou de todas as edições do projeto “Traga sua família para a PF”, realizado no hangar da Coordenação de Aviação Operacional (CAOP/DIREX/PF), direcionado para servidores da PF e seus familiares, no qual é demonstrada a atuação da Perícia Criminal Federal com a utilização de Realidade Virtual, distribuição de material infantil educativo e teatro de fantoches.

DIP/PF

Os canais “Fale com o DIP” e “Dúvidas sobre Verba Secreta” foram utilizados para encaminhar dúvidas, sugestões e reclamações, fortalecendo a comunicação interna no âmbito da Diretoria.

O projeto do Boletim Informativo “Inteligência em Foco”, iniciado em 2016 e mantido pela DDCI/DIP/PF, permanece em atividade passando a ter publicações bimestrais com o intuito de informar e atualizar os dirigentes das Unidades de Inteligência sobre assuntos relacionados à área, passando a integrar atividades de todo o SINPOL em 2017.

Além disso, o Serviço de Análise Estratégica - SAE/CGI/DIP é responsável pela produção de *clipping* diário com as principais notícias do dia com repercussão nacional e foco em temas de interesse relacionados à segurança pública e no âmbito das atribuições da PF. Na engrenagem da Proteção da Imagem Institucional, o *clipping* materializa-se como peça chave na identificação, análise e acompanhamento das informações concernentes às atividades da PF, sendo distribuído diariamente para todas as chefias da DIP (unidades centrais e descentralizadas), adidâncias da PF e autoridades de órgãos que compõem o SISBIN e SISP.

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (DCS/GAB/PF)

Na área de comunicação social, em 2017, deu-se continuidade aos produtos e serviços já desenvolvidos anteriormente, a exemplo de "Destaque Nacional", "Direto da Sede" e "Linha Direta com a Direção", PF em destaque" (*newsletter* semanal interna com resumo de informações relevantes aos servidores) e "Fica a dica" (quinzenalmente é encaminhado aos e-mails de todos os servidores uma informação específica e objetiva sobre serviços disponíveis ao efetivo).

Foi apresentada proposta de novo normativo interno de comunicação social e do novo Manual de Redação e Comunicação Social da PF, além de uma campanha institucional interna de motivação.

A política de atuação nas redes sociais foi mantida, porém constantemente revisada visando a ampliação de do número de “seguidores”. Sempre com enfoque na PF como instituição e suas várias atribuições, são diariamente divulgadas fotos de ações da PF, artes com engajamento em campanhas diversas (previstas no Planejamento de Comunicação Social elaborado em 2016), além de releases e informações de operações deflagradas. Em 2017 as redes sociais oficiais da PF atingiram a marca de 2.600.000 seguidores no Facebook, 340.000 seguidores no Instagram e 773.000 no Twitter.

Todas as Operações deflagradas pela Polícia Federal foram divulgadas na Agência de Notícias da PF (<http://www.pf.gov.br/agencia/>), além de sistemáticas postagens de conteúdos relacionados às operações nas redes sociais. A divulgação das operações deflagradas contribui para a disseminação das atividades da Polícia Federal à população brasileira, contribuindo para a diminuição da sensação de impunidade para crimes no país.

Houve divulgação de campanhas, internas e externas, via canais de comunicação com os servidores e redes sociais, focando, entre outros, assuntos sensíveis aos temas em discussão na sociedade brasileira; informações de acordos e parcerias firmados, incentivando a utilização das ferramentas disponibilizadas pelos mesmos; informações para o uso racional de bens e recursos materiais.

Além disso, a Assessoria de Imprensa é a porta de entrada para recebimento de questionamentos e pedidos de informações por parte da imprensa. Diariamente foram atendidas demandas da imprensa de forma geral, onde o gerenciamento de informações é mantido de forma direta com grandes mídias e formadores de opinião.

Visando o acompanhamento da repercussão de fatos relacionados à PF foi realizado também o monitoramento de mídia e de redes sociais, com o intuito de acompanhar e tentar antever possíveis crises que tenham influência na imagem da instituição.

OUVIDORIA

Os pedidos de acesso à informação mantiveram-se com prazo médio de atendimento de cerca de um terço do prazo máximo previsto em lei, demonstrando eficiência mesmo com o aumento de 35% das demandas recebidas em relação ao ano anterior.

A Ouvidoria intermediou a solução de diversos conflitos apresentados pelos cidadãos no que tange à prestação de serviços e demais atividades do órgão.

DIREX/PF

Ainda com foco em Ampliar a Credibilidade Institucional, foram realizadas ações para melhorar a segurança orgânica do prédio do Edifício Sede, como segue:

Quadro 8: Segurança Orgânica do Edifício Sede

SEGURANÇA ORGÂNICA DO EDIFÍCIO SEDE (FONTE: DSDE/DIREX)	
AÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
Ações na supervisão: acautelamento de espingarda 12 para recrutamento da segurança do prédio através do plantão da sede.	Concluído
Ações na supervisão: criação do e-mail institucional para o plantão, com a finalidade em dar maior celeridade às comunicações entre a segurança e a DSDE.	Concluído
Elaboração de pedido de dilação nº01 de prazo de notificação nº489/2015, do CBMDF, que trata de pendências em adequações da segurança de edificação no combate e evacuação no caso de incêndio.	Concluído
Ações na supervisão: acompanhamento de produção e finalização de processo para aquisição de novo sistema de câmeras para o edifício sede.	Em processo de instalação
Gestões junto à DEA/CGPLAM a substituição dos hidrantes danificados através do contrato de manutenção predial.	Em execução
Gestões junto à DMAT/COAD para conclusão do processo de aquisição de vidros de fachada do prédio, inclusive com auxílio na elaboração de orçamento balizador das demais pesquisas de mercado.	Concluído
Aquisição de novas munições junto à DMAT/COAD e SAT/ANP para substituição das antigas.	Concluído
Aquisição, junto à DMAT/COAD, de novas camisas operacionais para os plantonistas da sede.	Concluído
Participação no processo para elaboração de curso de brigada voluntária, concluindo-o, parcialmente, com a formação de 60 servidores.	Concluído
Elaboração de pedido de dilação nº 2 de prazo de notificação nº489/2015, do CBMDF, o qual trata de pendências em adequações da segurança de edificação no combate e evacuação no caso de incêndio. Simulação no final de janeiro será executada e serão formados no final de fevereiro/2016 os 43 servidores restantes para conclusão da exigibilidade na formação de 103 servidores para tal tarefa.	Em execução
Aprovação do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) do Ed. Sede pelo corpo de bombeiros militar do DF.	Concluído

REDUZIR A CRIMINALIDADE

DICOR/PF

No intuito de proporcionar o aperfeiçoamento da atuação dos servidores em ações de polícia judiciária e contribuir para a redução da criminalidade, houve atualização e disseminação de procedimentos padronizados para investigação criminal, aprimoramento dos sistemas que auxiliam nas investigações e

estímulo para os encontros e eventos de capacitação. Para tanto, foram aperfeiçoados os canais de contato entre as unidades centrais e as descentralizadas com destaque para a criação de espaços específicos nas páginas das especializadas facilitando o acesso aos conteúdos didáticos, aos sistemas que auxiliam no cumprimento das diligências investigativas e aos eventos de capacitação, bem como com a criação de um espaço específico para a comunicação.

Destaca-se ainda a divulgação do Manual de Planejamento Operacional, onde existe um padrão para as ações e operações da Instituição, com a finalidade de tornar a PF referência em qualidade de atuação e difundir a cultura do planejamento operacional, e da Instrução Normativa de Polícia Judiciária visando o alinhamento entre os procedimentos.

Os Resultados Operacionais de polícia judiciária são obtidos pela medição de diversos indicadores operacionais, que geram o Índice de Produtividade Operacional (IPO), podendo ser destacados entre eles os valores das drogas apreendidas, dos bens apreendidos, sequestrados e recuperados, dos prejuízos causados e evitados à união pelas ações e operações, demonstrando que o retorno dos recursos investidos na PF é positivo, e, ainda, tal atuação contribui para desestimular a realização de novos crimes.

Em 2017, o valor em drogas apreendidas foi de **R\$ 1.587.494.720,66** (um bilhão, quinhentos e oitenta e sete milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, setecentos e vinte reais e sessenta e seis centavos).

Nos gráficos a seguir, estão demonstrados outros valores obtidos por meio das ações e operações de polícia judiciária.

Gráfico 7: Prejuízos Causados à União (R\$)

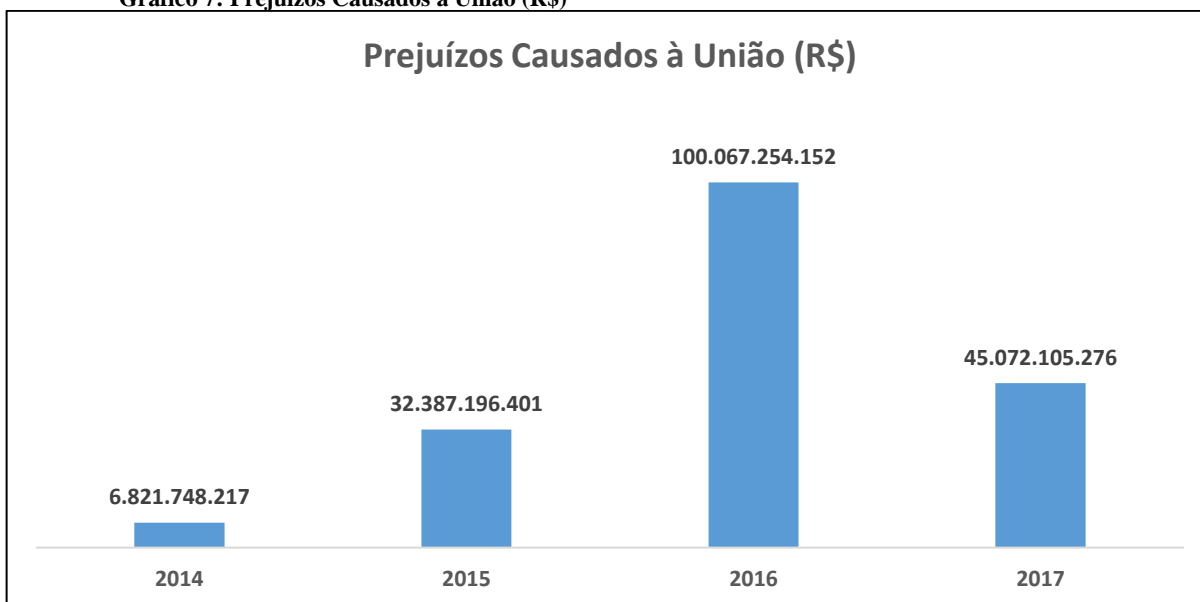
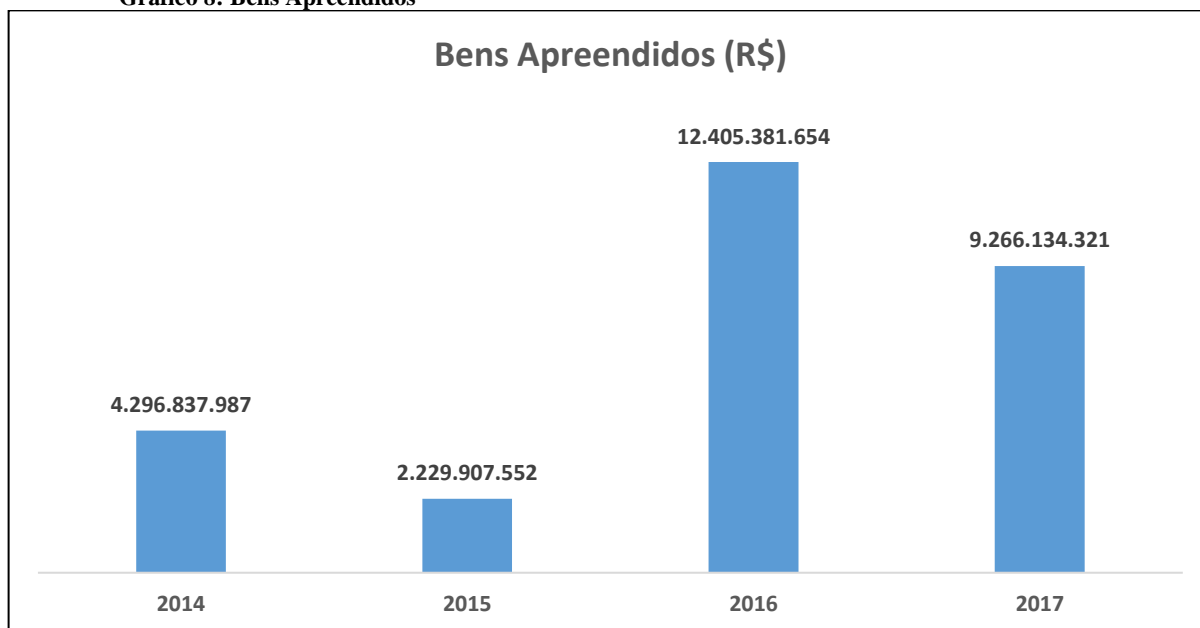


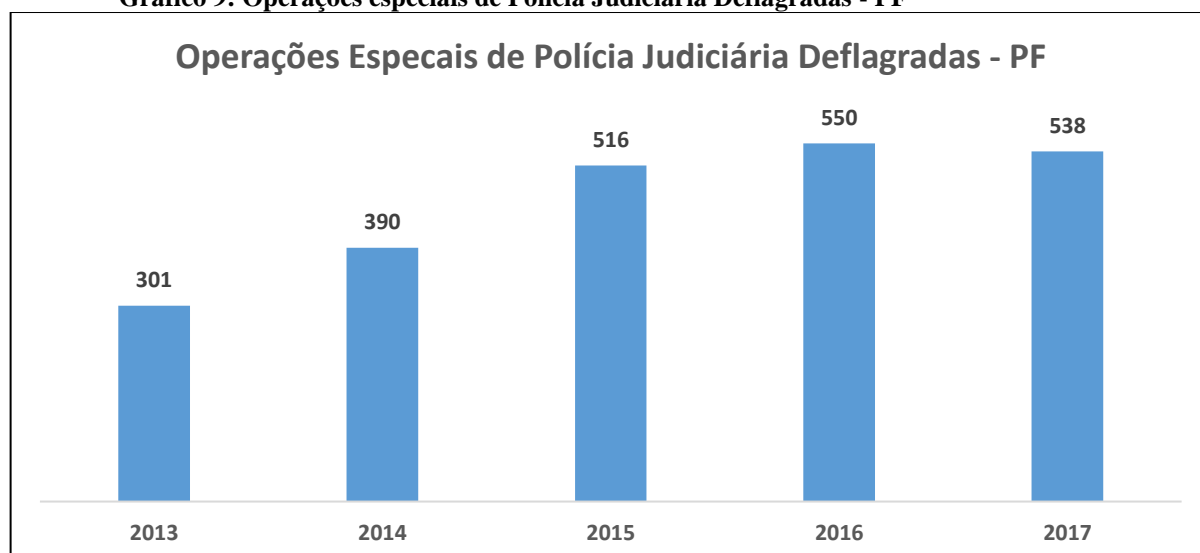
Gráfico 8: Bens Apreendidos



As Operações Especiais de Polícia Judiciária tiveram seus critérios de classificação alterados em 2017, por meio dos Memorandos Circulares nº 03, 04 e 05/2017-DICOR/PF, para adequação às inovações adotadas no enfrentamento às Organizações Criminosas e ampliando as exigências para que uma operação seja classificada como Especial de forma a garantir o aprimoramento constante na qualidade dessas operações.

Em 2017, foram deflagradas **1.199** operações, sendo **538** Especiais e **661** Comuns. No gráfico que segue é demonstrado o histórico de Operações Especiais da PF.

Gráfico 9: Operações especiais de Polícia Judiciária Deflagradas - PF



Na sequência, apresentam-se as principais realizações e algumas operações realizadas em 2017, classificadas por área de investigação, conforme atribuição prevista na Constituição.

Foram deflagradas operações para o enfrentamento de crimes nas áreas de desvios de recursos públicos, cibernéticos, previdenciários, fazendários, ambientais, defesa institucional, direitos humanos, tráfico de drogas, financeiros e contra o patrimônio.

Na área de desvio de recursos públicos foram deflagradas **168** operações entre especiais e comuns, evitando-se prejuízos superiores a R\$ **19,1** bilhões.

Visando à melhoria do processo de investigação e ao aumento de operações contra desvios de recursos públicos e corrupção, foi oficializado o uso do sistema ATLAS, o maior em análise e cruzamento de bases de dados policiais, desenvolvido pelo Serviço de Repressão a Desvios de Recursos Públicos - SRDP em conjunto com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI. Atualmente, o ATLAS conta com 65 bases de dados, mas a previsão é que esse número chegue aproximadamente a 100 em 2018. A ferramenta deve otimizar e diminuir o tempo de conclusão das investigações policiais em andamento, introduzindo nova metodologia de investigação que faz uso de interface web, de fácil utilização e compreensão. Além disso, o ATLAS alia o trinômio integração, inteligência e tecnologia, agregando o que há de mais eficiente no combate à corrupção e ao crime organizado.

Assim, por intermédio do cruzamento de bases de dados de pessoas, empresas, licitações, contratações, compras governamentais, pagamentos, transferências de recursos da união, assim como de bases de dados de execução financeira, licitação, contratos e servidores estaduais e municipais, a Instituição será capaz de mapear as áreas de maior incidência de desvios de recursos públicos no Brasil.

Essa iniciativa de utilização da tecnologia para facilitar o combate à corrupção, resultou na deflagração de operações de grande relevância, tais como: Operação Bullish, Operação Perfídia e Operação Quinto do Ouro, que prendeu cinco conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ).

Na área de crimes cibernéticos foram deflagradas **120** operações entre especiais e comuns e a atuação ocorreu principalmente no enfrentamento aos crimes de pornografia infantil e de fraudes bancárias.

Encontra-se em desenvolvimento o sistema Rapina que visa auxiliar nas investigações dessa área de atuação, com vistas a otimizar ainda mais o trabalho dos investigadores. Destacam-se, entre outras, as operações Cabrera (âmbito nacional), Glasnost II (PR), Valentina (CE), Darkcode II (GO), Grande Irmão (GO), Stalker (PA).

No combate às organizações criminosas voltadas para delitos contra a Previdência Social foram deflagradas **66** operações entre especiais e comuns, com destaque para as operações Nômade da SR/PF/RJ, Constrição da SR/PF/MG e Oruza da SR/PF/GO. Ressalta-se que o prejuízo apurado ao erário, oriundo de ações debeladas pela PF, foi superior a R\$ **182** milhões e o prejuízo evitado foi estimado em mais de R\$ **329** milhões.

Na repressão aos Crimes Fazendários foram deflagradas **231** operações entre especiais e comuns, sendo o prejuízo evitado estimado em mais de R\$ **3,4** bilhões. Destacam-se as operações Adinamia da DPF/JNE/CE, Passe Fácil da SR/PF/PE, Bachaquero da SR/PF/RR, Stellio da SR/PF/TO, Ex Fumo da DPF/VGA/MG, Revanche da SR/PF/SP, Proteína da DPF/RGE/RS e Equipos da DPF/DCQ/PF.

Ainda nessa área de atuação, está em andamento o aprimoramento das investigações de falsificação de moedas e de fraudes praticadas mediante o uso de cheques, com a implantação do Projeto

Moeda Falsa e de fraudes, com a implantação do Projeto Prometheus, sendo necessária a finalização da estruturação da base de investigação centralizada.

Na repressão aos crimes contra o Meio Ambiente foram intensificadas as investigações contra grandes organizações criminosas, com especial foco na repressão à corrupção de servidores públicos e na quantificação dos danos ambientais. O prejuízo causado e investigado foi superior a R\$ **4,4** bilhões, dado utilizado para a adoção de medidas de descapitalização dos grupos criminosos como estratégia de combate à impunidade. Foram deflagradas **79** operações entre especiais e comuns, com destaque para as operações Floresta Virtual – SR/DPF/MT; Anhangá Arara – SR/DPF/PA; Quantum Debeatur e Órion – SR/DPF/AP; Descarte – SR/DPF/ES; e, Philby – SR/DPF/MG.

Para 2018, está prevista a intensificação da utilização de técnicas modernas de investigação, como o georreferenciamento e a utilização de imagens de satélite, o que demandará investimento para implementação e manutenção dos laboratórios de geointeligência.

Na área de enfrentamento aos crimes eleitorais houve o acompanhamento das ocorrências criminais eleitorais das unidades descentralizadas, bem com difusão de doutrina com vistas ao alinhamento das ações nas eleições de 2018 e o apoio quando necessário.

Destaca-se em 2017 a organização conjunta da Unidade de Repressão a Crimes Eleitorais (URCE/DASP/CGDI/DICOR/PF) e da SR/PF/AM, para a realização de eleições suplementares para o cargo de governador no estado do Amazonas, devido a anulação do primeiro pleito. Os dois turnos transcorreram com tranquilidade com ações operacionais que resultaram em 67 notícias criminais com 05 flagrantes, 05 Termos Circunstanciados, sendo 25 conduzidos, e um total de 123 ocorrências atendidas, tendo a URCE participado da auditoria da confiabilidade das urnas eletrônicas no TSE, com testes de tentativa de fraudar o sistema.

Nas atividades desenvolvidas na temática indígena, diversas foram as negociações lideradas pelo Serviço de Repressão a Crimes Contra Comunidades Indígenas (SEINC/DASP/CGDI/DICOR/PF) quanto às ocupações irregulares de imóveis rurais com mandados de reintegração de posse expedidos, bem como realizada pacificação de aldeias indígenas adversárias em área ainda não demarcada e pacificação de conflitos entre índios e proprietários rurais, resultando na prisão de produtores rurais e expedição de mandado de prisão em desfavor de um indígena que se encontra evadido. Tendo estas temáticas eleitoral e indígena resultado na deflagração de **51** operações, entre especiais e comuns.

Em relação aos crimes contra Direitos Humanos foram feitas diversas investigações e operações especiais, visando enfrentar o tráfico de pessoas, o trabalho escravo e os grupos de extermínio, resultando na deflagração de **44** operações, entre especiais e comuns. Destaque para as operações Marguerita (tráfico de Pessoas), deflagrada pela Polícia Federal no Ceará, Operação Minamata (trabalho escravo), deflagrada no Amapá, e a Operação Pau D'Arco (grupo de extermínio), deflagrada no Pará.

No combate às organizações criminosas relacionadas ao tráfico de drogas, destacam-se os investimentos na ampliação e modernização das unidades responsáveis por investigar esta atividade delitativa, quais sejam os Grupos Especiais de Investigações Sensíveis (GISEs), as Delegacias Regionais de Repressão a Drogas (DREs) e os Núcleos de Operações e de Análise (inteligência policial) das delegacias descentralizadas no interior dos estados. Registra-se que os resultados estatísticos apresentados pela PF em 2017 quebraram os recordes da série histórica, tendo sido deflagradas um total de **275** operações entre especiais e comuns, com apreensão de **47.392,70** kg de cocaína e **923.996,98** kg de maconha. Além disso, destaca-se também as operações de erradicação de plantios de maconha no nordeste brasileiro e no Paraguai

("Operação Aliança", em que a PF atua em conjunto com a Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai) e as operações voltadas à destruição de laboratórios de produção e refino de cocaína na região da tríplice fronteira amazônica ("Operação Amazônia", em que a PF atua em conjunto com a Polícia Nacional do Peru e a Polícia Nacional da Colômbia), que visam a eliminar no nascedouro uma importante fonte de produção de toneladas de drogas.

É sabido que o principal objetivo do crime organizado é a busca do lucro econômico. Portanto, qualquer ação repressiva contra o tráfico de drogas e os crimes correlatos deve ser acompanhada de levantamento (pesquisa) patrimonial das organizações criminosas investigadas, sendo certo que em 2017 este objetivo foi alcançado com expressivos R\$ **585.869.843,02** de bens apreendidos.

No que diz respeito à atuação operacional da PF sobre crimes financeiros, citam-se as atividades relacionadas ao recebimento e análise dos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), com a produção de informações para subsidiar investigações criminais e sua disseminação, quando confirmados indícios de práticas criminosas. Além disso, foram deflagradas **33** operações entre especiais e comuns, com destaque para fases das operações Lava Jato da SR/PF/PR, *Greenfield* da SR/PF/DF e Recomeço da SR/PF/RJ. O valor, somente relativo aos bens apreendidos, foi superior a R\$ **4,2** bilhões.

Também nessa área de crimes financeiros foi iniciado um projeto pioneiro de implantação de uma "Delegacia Modelo de Investigação e Análise Financeira" no âmbito da Delegacia de Repressão a Corrupção e Crimes Financeiros da Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná. O objetivo desta iniciativa é criar um centro de treinamento permanente voltado para a capacitação de policiais na execução de rotinas padronizadas na área de investigação e análise financeira, mediante a supervisão e auxílio de policiais mais experientes.

Essa será a terceira etapa de um programa de capacitação mais longo e amplo, que conta atualmente com duas outras fases preliminares: (1) Estágio Supervisionado no Órgão Central – no qual os policiais aqui recebidos executam rotinas de análise de Relatórios de Inteligência Financeira mediante supervisão de agentes aqui lotados; (2) Curso de Investigação e Análise Financeira (CIAF) – no qual os policiais aprendem a manipular sistemas da PF (SIMBA, SITTEL, SINAPSE) e documentos relacionados à área de crimes financeiros (relatórios de inteligência financeira, extratos bancários e telefônicos, dossiês integrados etc.) e são instruídos no uso de ferramentas de análise avançada (Notepad++, Excel, QlikView e Alnalyt Notebook) para gerar informações policiais de alto padrão. (3) Estágio na Delegacia Modelo – no qual o policial colocará em prática no âmbito de investigações reais todo o conhecimento adquirido nas etapas preliminares de treinamento. Por fim, uma vez implantado o centro de treinamento, será estabelecido um cronograma contínuo de recepção e treinamento de policiais de todas as unidades da PF.

Em relação à repressão aos crimes contra o patrimônio e ao tráfico de armas, foi dada ênfase aos crimes relacionados a roubos a bancos, agências dos correios e roubos de carga.

Foram deflagradas **132** operações entre especiais e comuns com destaque para as operações HICSOS e HICSOS II realizadas pela SR/PF/GO, com a participação de mais de 700 policiais de diversas forças policiais, visando a desarticulação de grupo criminoso que promovia o roubo de cargas em diversos Estados, como Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e no Distrito Federal".

Nos gráficos a seguir, são destacados outros resultados operacionais da PF que visam à redução da criminalidade, como o número de buscas e apreensões e o número de prisões realizadas ao longo dos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 10: Total de Buscas e Apreensões em Operações Deflagradas

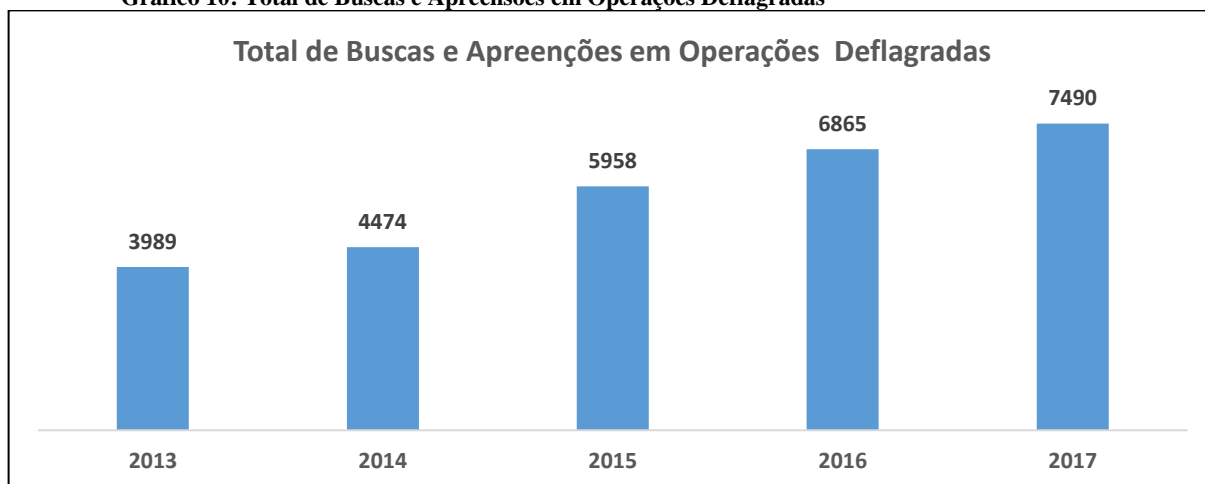
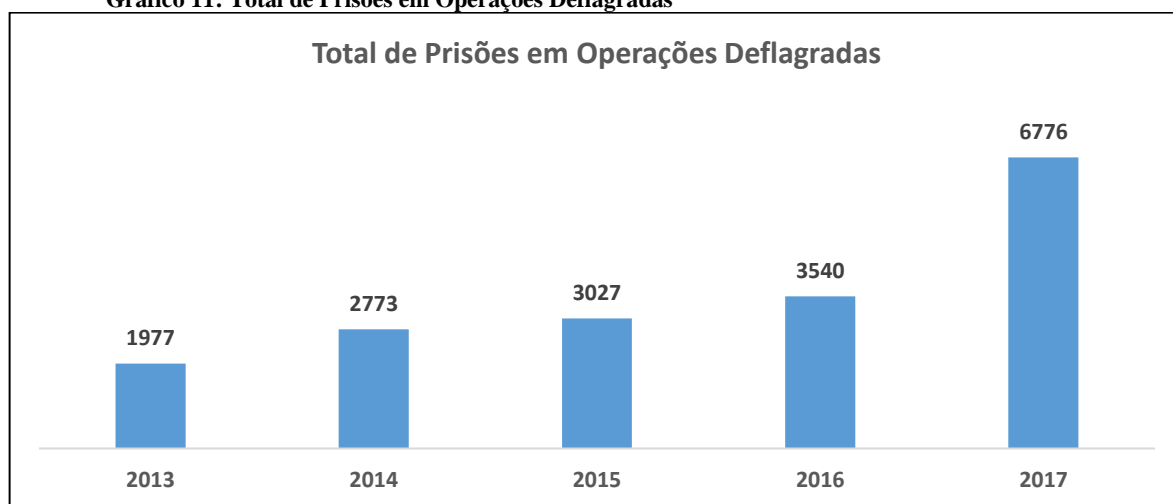


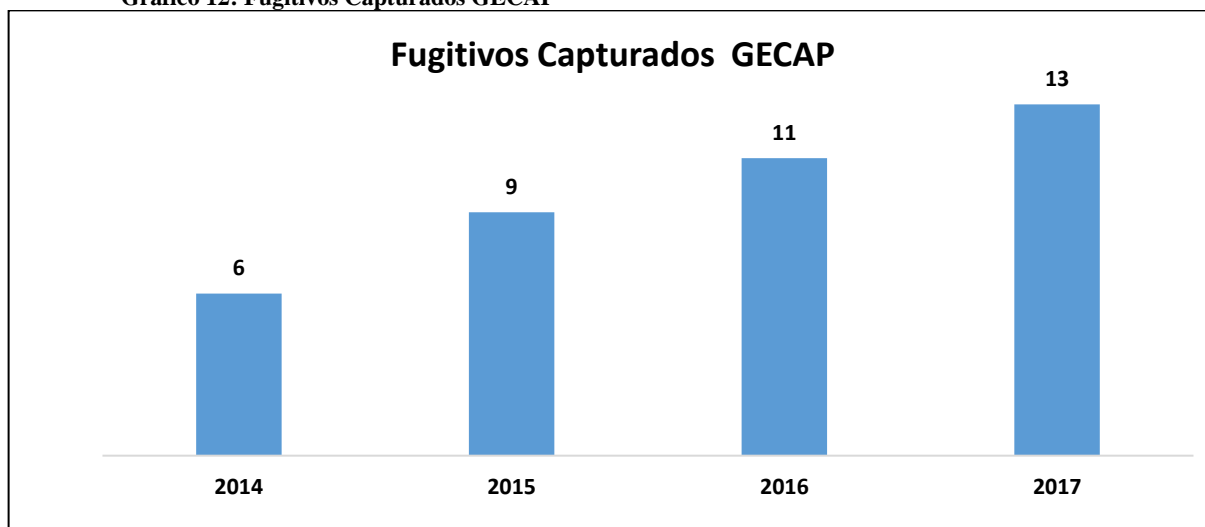
Gráfico 11: Total de Prisões em Operações Deflagradas



DIREX/PF

Com relação ao Grupo Especial de Busca e Capturas (GECAP), não obstante o reduzido efetivo, foi possível dar encerramento a treze casos que estavam sob investigação.

Gráfico 12: Fugitivos Capturados GECAP



Atualmente há 30 casos em aberto, com a perspectiva de recebimento nos próximos dias de outros casos das unidades de ponta.

Existem dois alvos em variados estágios de localização no exterior, um desses com prisão considerada iminente (a depender de tradução final de textos e/ou envio do MRE do pedido). Todos os casos foram desenvolvidos pelo GECAP, com ciência e aval da Interpol.

Ao longo de 2017, o GECAP passou a atuar também de forma proativa, ou seja, mediante a pesquisa própria no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) visando coletar casos de condenações a penas de maior duração e crimes de maior impacto social (tráfico de pessoas, tráfico de drogas, roubos, etc.), onde existem milhares de ordens abertas.

Como meta para 2018, além de dar continuidade na busca dos foragidos nos casos em aberto acima indicados, o GECAP ainda pretende lançar mão de dados obtidos pela DIP/PF e compartilhados com o GECAP, relativos a outros mandados de prisão (Federais e Estaduais, sobretudo do Distrito Federal - DF), visando retornar à população do DF e dos demais Estados alguma segurança adicional, mediante a retirada de tais pessoas de circulação. O quantitativo de casos a serem priorizados é de aproximadamente 850 alvos de prisão.

As tabelas a seguir, apresentam capacitações ministradas e recebidas pela PF, com foco em desenvolver competências que contribuam para a redução da criminalidade.

Tabela 4: Cursos recebidos – Coordenação do comando de Operações Táticas

CURSOS RECEBIDOS - COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS - COT/DIREX	
DENOMINAÇÃO	PARTICIPANTES
Curso de Mergulho Autônomo – Marinha do Brasil	3
Curso Básico de Montanhismo - Exército Brasileiro	2
Curso de Ameaças com Explosivos Improvisados – Emb EUA	4
Curso Tático de Ameaças QBRN – Emb EUA	15
Curso de Negociação de Crises em Terrorismo – Polícia Nacional da França	1

Tabela 5: Cursos ministrados pela Coordenação do Comando de Operações Táticas

CURSOS MINISTRADOS PELA COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS - COT/DIREX	
DENOMINAÇÃO	PARTICIPANTES
XIII Curso de Operações Táticas	Ministrado para 22 Policiais Federais e 04 integrantes de Grupos Especiais das Polícias Militares e Cíveis dos Estados.
XV Curso de Atirador de Precisão	Ministrado para 15 policiais, sendo 04 integrantes do COT e 11 de Grupos Especiais das Polícias Militares e Cíveis dos Estados.
XII Curso de Técnicas de Intervenção	Ministrado para 32 Policiais Federais das Superintendências da Polícia Federal do Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, São Paulo e Tocantins.
III Curso de Socorrismo Tático	Ministrado para 22 Policiais Federais oriundos do COT e dos Grupos de Pronto Intervenção das Superintendências do Amazonas, Ceará, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins, CAOP e ANP.
II Curso de Aberturas Táticas	Com a participação de 16 Policiais Federais oriundos do COT da ANP, e dos Grupos de Pronto Intervenção das Superintendências Regionais do Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Tocantins.
II Curso de Entradas Táticas com Explosivos	Com a participação de 05 Policiais Federais do COT.
I Curso de Mergulho Tático	Com a participação de 10 Policiais Federais do Comando de Operações Táticas.
XII Curso de Gerenciamento e Negociação em Crises	Ministrado para 32 policiais federais do COT e das Superintendências Regionais.

Tabela 6: Cursos ministrados pela Coordenação de Aviação Operacional – CAOP/DIREX

CURSOS MINISTRADOS PELA COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP/DIREX	
Avião	
DENOMINAÇÃO	PARTICIPANTES
Curso inicial de adaptação ao King Air 350ER	2

Tabela 7: Cursos ministrados pela Coordenação de Aviação Operacional - CAOP

CURSOS MINISTRADOS PELA COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP/DIREX	
Helicóptero	
DENOMINAÇÃO	PARTICIPANTES
Curso PPH – Scoda, Ipeúna/SP	5
Curso PCH – Scoda, Ipeúna/SP	4
Curso IFR – Scoda, Ipeúna/SP	9
Curso PPH – Scoda, Ipeúna/SP	5
Curso PCH – Scoda, Ipeúna/SP	4

Tabela 8: Cursos recebidos pela Coordenação de Aviação Operacional – CAOP/DIREX

CURSOS RECEBIDOS PELA COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP/DIREX	
Helicóptero	
DENOMINAÇÃO	PARTICIPANTES
Curso PPH – Scoda, Ipeúna/SP	5
Curso PCH – Scoda, Ipeúna/SP	4
Curso IFR – Scoda, Ipeúna/SP	9

DIP/PF

Na área de inteligência policial, a atuação principal foi no sentido de prover informações estratégicas e operacionais para as operações de polícia judiciária.

O assessoramento aos dirigentes da PF foi realizado em situações específicas a partir de elaboração de estudos, como análise de riscos, produção de relatórios de inteligência e consultas aos bancos de dados disponíveis. Importante ressaltar que, em 2017, foram produzidos pelo SAE, estudos sobre a crise na Venezuela e os impactos no Brasil. O resultado foi consignado em Relatório de Análise de Riscos e difundido aos interessados.

No âmbito do Grupo de Geointeligência (GEOINT), merecem destaque os cursos destinados à capacitação da equipe, em especial a participação no treinamento “Estágio de Geointeligência” na Escola de Inteligência Militar do Exército Brasileiro – EsIMEx, bem como os cursos de ferramentas do Portal Cintepol e do Sistema Inteligeo, estes promovidos pela PF.

Além disso, a equipe GEOINT produziu um trabalho na região de fronteira entre Brasil e Bolívia, que consistiu na interpretação de imagens, análise e mapeamento de pista de pouso, o que resultou na geração de mapas. Produziu um banco de dados das ERBs de todo o Brasil, com o objetivo de facilitar o acesso a essa fonte de investigação, a partir dos dados disponíveis na Anatel, e atualmente trabalha na atualização dos dados em parceria com a Agência reguladora. O grupo ainda efetivou integração com o sistema Inteligeo (mantido pelo INC/DITEC/PF), cujos dados, juntamente com diversos outros, foram aportados ao Cintepol através da ferramenta ClickView. Por fim, a GEOINT atendeu diversas demandas para análises ou produção de mapas e cartas para unidades centrais, tais como COT/DIREX, SAE/DIP e DAT/DIP, e diversas unidades descentralizadas, pertencentes ou não ao SINPOL.

No enfrentamento ao terrorismo a Divisão de Antiterrorismo (DAT) coordenou e executou as seguintes operações especiais de polícia judiciária: 1) Operação Átila (fases I, II e III); e 2) Operação Pressure Cook, com total de 2 mandados de prisão preventiva, 5 mandados de prisão temporária, 10 mandados de condução coercitiva, 1 prisão em flagrante e 18 mandados de busca e apreensão.

Na tabela abaixo, estão apresentadas informações quantitativas referentes a trabalhos realizados pela DIP/PF nos cinco últimos anos com relação direta ao enfrentamento à criminalidade.

Tabela 9: Descrição

DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Operações de Contrainteligência	9	2	3	5	3	15

DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Operações de Inteligência - Antiterrorismo	-	-	-	-	80	4
Treinamentos em inteligência	19	17	20	16	34	36
Apoio às investigações policiais	22	27	48	32	37	24
Usuários Portal CINTEPOL	1633	2013	2349	2273	2820	4169
Acessos ao Portal CINTEPOL	68041	105041	120733	137.531	138.073	122.052
Convênios que acessam o Portal CINTEPOL	3	11	11	12	13	17
Informes levantados*:	262	292 *3755	929 *3524 (Total Contra Brasil RI+PI)	3770 (1412 PI + 2358 RI)	4982	4853*
Operações de Polícia Judiciária	-	-	-	6	6	7
* Observação: No ano de 2017, houve a emissão de 3.191 Relatórios de Inteligência (RI), incluindo apreciações, informes e informações e 1.662 Pedidos de Inteligência (PI) em todo o Brasil, totalizando 4853 relatórios gerados. Esse número contempla as informações constantes do SISDOC tanto da Inteligência como da Contrainteligência.						

No âmbito da DICINT, foram realizadas 04 (quatro) análises de risco referentes às suas atribuições, utilizadas para subsidiar a decisão de implementação de contramedidas, ao mesmo tempo em que o método SABRE vem sendo adaptado à atividade de contra-inteligência.

Além disso, a DIP intensificou a sua participação nas ações de combate às fraudes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com a aplicação da ferramenta computacional SINAPSE-BI, utilizada para análise de grande volume de dados com cruzamentos de informações dos participantes no certame, além de empregar policiais em ações de escolta e segurança no deslocamento físico de meios digitais contendo provas e resultados.

Outro ponto que merece destaque é a participação da DIP, por meio do SAE, em gabinetes de crise no MJSP, que, através do emprego de técnicas especializadas e recursos estratégicos, buscou a prevenção de distúrbios durante as manifestações populares visando garantir a ordem na sociedade. Para tanto, adotaram-se medidas rigorosas, mas coerentes com as legislações e normativos técnicos, no intuito de gerir, evitar e até mesmo amenizar os efeitos e reflexos negativos gerados para a sociedade e Administração como um todo.

O SAE interagiu em ações de produção do conhecimento colaborativo no âmbito do SISBIN, especialmente nos temas relacionados à segurança pública, definidos no Plano Estratégico da PF, como os problemas de natureza social e política na Venezuela e seus impactos no Brasil, a crise na segurança pública do Rio de Janeiro, desmobilização das FARC e reflexos no Brasil, atuação das facções criminosas que agem de dentro dos presídios, manifestações populares com impactos na segurança pública, movimentos grevistas das forças de segurança pública, movimentos sociais e indígenas e produção de Avaliações de Riscos, a partir da metodologia SABRE, com vistas a subsidiar o planejamento estratégico e o processo decisório da PF, entre outros.

O SAE também integrou, em 2017, Grupos de Trabalhos criados pela ABIN e SENASP para discutir assuntos diversos da área de inteligência, como o Plano de Inteligência (Planint), e a Estratégia Nacional de Inteligência (ENINT), que foi publicada no Diário Oficial da União no dia 18/12/2017. Também houve a participação em Grupo de Trabalho criado pelo Estado-Maior da Armada (EMA), no qual foram trabalhadas as metodologias Global Business Network e Analysis of Competing Hypotheses, ambas com o objetivo de desenvolver e elaborar cenários prospectivos a partir da crise na Venezuela e suas implicações no Brasil.

O SAE desenvolveu o monitoramento de fontes abertas (mídia e redes sociais) para acompanhamento de temas relacionados à segurança pública, como manifestações e mobilizações com potenciais riscos à ordem pública e à realização de encontros e visitas de autoridades. Com a experiência adquirida nos Jogos Olímpicos Rio 2016, foi consolidado um relatório final que subsidiou a confecção de uma minuta de codificação de uma doutrina específica de monitoramento de redes sociais a ser utilizada em núcleos de análise de fontes abertas, encaminhada à DDCI/DIP para validação.

DITEC/PF

A atuação da perícia criminal e a robustez da materialidade da prova pericial formada foram decisivas e fator crítico para o êxito de operações policiais, como se observou nas operações Lava-Jato, Cantilínarias, Zelotes, dentre outras.

O INC renovou o Certificado de Acreditação dos dois laboratórios acreditados em 2015, pela norma internacional ISO/IEC 17025:2005.

Destaca-se ainda a atuação da DITEC/PF na Coordenação da Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos (RIBPG), que até o dia 28 de maio de 2017 apresentou ao poder público 279 coincidências de perfis genéticos confirmadas, auxiliando 372 investigações, da Polícia Federal e das polícias estaduais. Foram realizadas várias parcerias via Interpol para a busca de perfis genéticos no Banco Federal de Perfis Genéticos, bem como apoio em investigações de repercussão internacional com países como Portugal, Espanha e Guiana.

Os Peritos Criminais Federais realizaram assessoramento técnico especializado na condução de trabalhos de investigação de CPIs, como a CPI dos Fundos de Pensão e a CPI da Petrobrás.

Vários projetos e pesquisas foram executados, visando o aperfeiçoamento de sua atuação, tais como:

- ampliação das funcionalidades do sistema Inteligeo, de georreferenciamento;
- implantação da Base de Hashes de Arquivos Conhecidos – informática;
- implementação do laboratório de toxicologia;
- participação nas atividades de monitoramento de cédulas falsas em conjunto com a DFAZ e o Banco Central – Sistema de Monitoramento de Contrafações de Moeda (SIMCOM);
- desenvolvimento de metodologias de análise para estabelecimento de perfil químico de drogas (cocaína e drogas sintéticas) apreendidas e/ou recebidas pela Polícia Federal (Projeto Pequi Fase II), com a finalidade de auxiliar o combate ao tráfico desses entorpecentes;
- tratativas para implantação dos Oficialatos de Ligação para expansão do projeto Pequi (Identificação Perfil Químico de Drogas): Peru, Paraguai, Bolívia e Colômbia;

- estudo dos parâmetros que podem afetar a efetividade do Sistema de Identificação Balística Evofinder;
- consolidação do Projeto Sistema de Movimentação Bancária (SIMBA);
- estudos para definir a estratégia para aquisição de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPAs) e *softwares* com aplicação no campo da fotogrametria para uso em perícias de meio ambiente;
- implementação do *software* Sistema Integrado de Análise Forense de Imagens (SINAFI);
- disponibilização da primeira versão da plataforma Metodologia de Análise e Correlação de Evidências Eletrônicas (MACEE);
- ampliação do Guia de Identificação de Aves Traficadas.

Com relação à atuação em pesquisas, as unidades de Perícia Criminal Federal foram selecionadas no programa Pró-Forenses, da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, fundação do Ministério da Educação), que investiu mais de 28 milhões de reais em projetos que tinham como objetivo estimular, no país, a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes instituições, possibilitando a produção de pesquisas científicas em Ciências Forenses. Dos 20 projetos selecionados, 15 contam com a coordenação ou participação de Peritos Criminais Federais. Vários resultados das pesquisas já foram divulgados em publicações científicas e receberam reconhecimento internacional.

As tabelas e os gráficos a seguir, apresentam informações relativas aos resultados e à produtividade dos Peritos Criminais Federais (PCF), ao longo dos últimos seis anos.

Tabela 10: Laudos Produzidos

Laudos Produzidos							
Área de perícia / Período	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Audiovisual e Eletroeletrônicos	3.317	2.887	2.983	2.421	2.855	2.512	2.689
Balística e Caracterização Física de Materiais	2.621	2.098	2.103	2.114	2.243	2.248	2.229
Biometria Forense	13	7	6	2	14	9	12
Bombas e Explosivos	12	12	20	36	24	39	53
Contábeis e Financeiras	1.638	1.296	1.539	1.320	1.512	2.128	1.614
Documentoscópicas	11.911	10.698	9.588	9.223	10.191	10.228	9.896
Engenharia	712	571	554	471	707	749	918
Genética Forense	172	141	118	483	597	760	813
Informática	9.150	7.883	6.851	6.816	9.509	11.398	13.112
Local	1.700	1.569	1.690	2.042	2.657	3.180	2.951
Medicina e Odontologia Forense	53	120	72	31	43	56	48
Meio Ambiente	2.470	1.951	3.608	2.758	3.015	2.650	2.690

Laudos Produzidos							
Área de perícia / Período	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Merceológicas	3.344	2.568	2.494	2.063	2.177	1.914	1.724
Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	26	24	17	17	8	71	146
Química Forense	10.030	8.508	8.372	7.818	8.772	8.955	8.657
Veículos	3.756	3.512	4.115	3.930	4.497	4.571	4.208
Total	50.925	43.846	44.130	41.546	48.821	51.468	51.760

A evolução das requisições atendidas pelos peritos criminais federais e das solicitações de laudos ainda pendentes de resposta, ilustram essas observações e são apresentados a seguir.

Tabela 11: Requisições Atendidas

Requisições Atendidas		
Período	Quantidade	Variação
2011	41.545	-
2012	36.688	-11,69%
2013	37.283	1,62%
2014	34.995	-6,14%
2015	41.008	17,18%
2016	43.658	6,46%
2017	44.276	1,42%

Tabela 12: Solicitações Pendentes

Solicitações Pendentes	
Período	Quantidade
2011	7.293
2012	7.385
2013	9.850
2014	11.148
2015	13.831
2016	12.991
2017	14.084

OUVIDORIA

A Ouvidoria se apresentou como relevante canal para recebimento de denúncias sobre fatos supostamente criminosos, procedendo à orientação ao cidadão quando não presentes os requisitos mínimos de admissibilidade e encaminhando à COGER/PF para apreciação aquelas tidas como verossímeis, nos termos das normas internas.

Assim, além de proporcionar relevante via de recebimento de informações, ainda constituiu útil filtro de admissibilidade, desonerando aquela Coordenação quanto à análise preliminar da grande quantidade de manifestações rotineiramente recebidas.

PROMOVER A CIDADANIA

DIREX/PF

Em relação às atividades que contribuem para a promoção da cidadania destaca-se o aperfeiçoamento dos produtos e serviços disponibilizados ao público interno e externo, provenientes de processos relacionados às áreas que atuam com controle regulatório e fiscalizatório (produtos químicos, segurança privada, registro de armas e emissão de documentos), segurança de portos e aeroportos, controle migratório, individualização do cidadão.

Neste sentido, foram expedidos 2.561.874 (dois milhões, quinhentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e quatro) documentos de viagem, predominantemente passaportes. No decorrer do ano de 2017, a média nacional de dias para o requerente de passaportes agendar atendimento foi de 9,82 dias e o índice de satisfação do cliente-cidadão para com os serviços de emissão de passaportes, manteve-se elevado, atingindo 4,66 pontos numa escala de 0 a 5. Esse índice é gerado a partir de Pesquisa de Satisfação respondida pelo requerente após recebimento do passaporte.

Gráfico 13: Passaporte Comum – Padrão ICAO

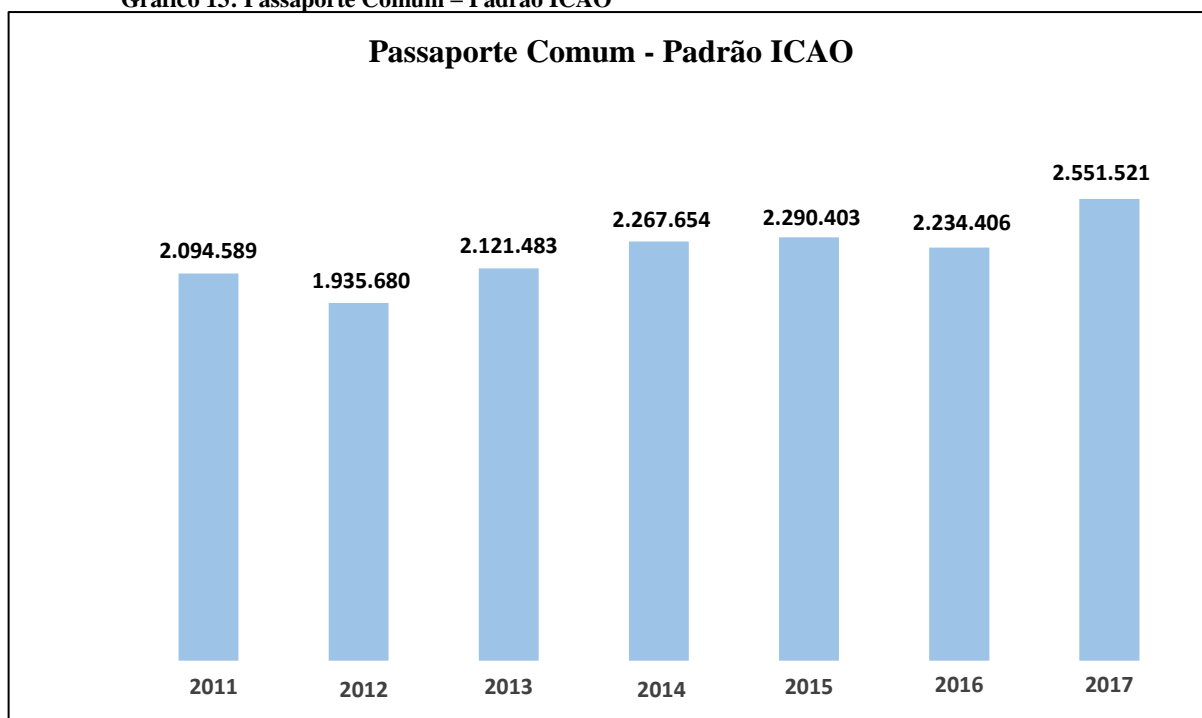


Tabela 13: Passaportes

PASSAPORTES							
DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Passaporte comum expedido - padrão ICAO	2.094.589	1.935.680	2.121.483	2.267.654	2.290.403	2.234.406	2.551.521
Passaporte brasileiro para estrangeiro expedido	217	217	243	276	336	560	536
Laissez - passer expedido	446	369	442	278	66	22	14
Passaporte cancelado	92.051	297.143	613.916	820.698	1.080.026	1.165.149	1.311.392

Em 2017, houve um incremento de mais de 1% em relação a 2016 no número de registros de controle migratório (entradas e saídas do país), totalizando pouco mais de 24 milhões em todas as fronteiras, portos e aeroportos. Para enfrentar esse aumento de demanda e atendê-la com qualidade,

segurança e rapidez a PF tem adotado novas tecnologias, a exemplo dos portais de autoatendimento (E-Gate) que foram instalados em 2015 no aeroporto de Guarulhos e em 2016, no Galeão e em Viracopos, com a finalidade de atender brasileiros em viagens internacionais.

Em novembro de 2017, o novo Sistema nacional de Procurados e Impedidos, conhecido como STI-MAR que substituiu antigo sistema SINPI mainframe foi integrado à base de dados de visto denegados no Ministério das Relações Exteriores por efeito de análise dos casos de alertas e restrições quando da realização do controle migratório no país. Nesta oportunidade, o STI-MAR foi adaptado à nova legislação sobre migração (Lei nº 9.199/2017), além de haver iniciado o plano de trabalho de saneamento de sua base de dados, conforme acordado com o Tribunal de Contas da União face ao disposto no Acórdão nº 1967/2017 de auditoria operacional voltada à avaliação do estágio de governança da política de imigração do país.

A seguir, apresentam-se informações quantitativas relativas ao controle de imigração, relativas aos últimos seis anos.

Tabela 14: Controle de Imigração

CONTROLE DE IMIGRAÇÃO							
DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Movimentos de Entradas Brasileiros	6.330.612	6.001.892	6.016.777	6.423.381	6.671.363	6.069.584	6.894.595
Movimentos de Saídas Brasileiros	6.688.612	6.104.377	6.159.591	6.756.118	6.775.244	6.367.004	7.250.122
Movimentos de Entradas Estrangeiros	5.803.710	4.973.963	4.747.027	5.192.741	5.372.587	5.897.891	6.173.805
Movimentos de Saída Estrangeiros	5.617.401	4.852.714	4.511.825	4.989.727	5.151.530	5.859.435	6.018.871
Total por ano	24.440.335	21.932.946	21.435.220	23.361.967	23.970.724	24.193.914	26.337.393

Foram emitidas 166.066 carteiras de identidade de estrangeiros. Os pedidos de refúgio alcançaram a marca de aproximadamente 33 mil solicitações registradas no STI-MAR sobretudo em razão da migração venezuelana por meio da fronteira terrestre na região norte do Brasil, além de um incremento na instauração de inquéritos policiais de expulsão.

Tabela 15: Cidadão Estrangeiro

CIDADÃOS ESTRANGEIROS							
DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Estrangeiros Multados (SINPI)	16.697	14.210	8895	8.498	9.748	25.338	18.914
Estrangeiros Notificados para sair do país	17.092	14.841	13305	536	7.468	3.274	2.147
Estrangeiros Inadmitidos - Movimento Impedido ¹	142	36	42	22	22	143	4.218
Estrangeiros Expulsos	139	139	276	198	65	79	95
Estrangeiros Autuados	17.092	14.210	8.895	6.151	39.236	55.268	51.794

CIDADÃOS ESTRANGEIROS							
DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Deportação Efetivada	131	61	23	76	131	147	61
Inquéritos Policiais de Expulsão Instaurados	899	771	579	128	299	212	1.323
Inquéritos Policiais de Expulsão Concluídos	1.359	1.426	710	404	372	367	484
Impedimentos Judiciais de saída do país	1.232	1.498	1152	1.216	2.398	1.367	1.745
Impedimentos de Entrada no país ²	409	29	11	11	38	53	53
Registro de Estrangeiro	82.767	106.757	113.365	122.665	188.192	126.141	95.501
Carteira de Estrangeiro Emitida	117.484	124.749	170.500	217.000	202.066	197.852	166.066
Pedido de Asilo/Refúgio	3.540	4.265	17.930	28.955	29.615	9.088	33.844
¹ A partir de 2017, a descrição “Estrangeiros Inadmitidos – Movimento Impedido” substituiu a anterior descrição da linha que era “Repatriados”, além disso, alguns procedimentos foram alterados, o que explica, em parte, o acréscimo do quantitativo anual. ² Até 2015, a descrição desta linha era “Impedimentos de Entrada no país por resolução da ONU”. A partir de 2016, com o advento do STI-MAR, a descrição foi ajustada para “Impedimentos de Entrada no país”.							

Na questão de segurança privada, destaca-se o acompanhamento do trâmite do novo estatuto sobre esse tema no Congresso Nacional. Além disso, foram julgados 7.923 processos punitivos, aplicadas multas no valor total de cerca de R\$ 43.355.810,42, além do cancelamento de funcionamento de 189 empresas de segurança privada. Foram emitidas 69.733 Carteiras Nacionais de Vigilantes gerando uma arrecadação de R\$ 1.878.607,02 (até 26/12/2017).

Destaca-se a melhoria nas análises dos processos autorizativos das empresas de segurança privada e a contínua evolução do sistema de Gestão Eletrônica de Segurança Privada (GESP), o que permitiu maior celeridade e produtividade no atendimento dos pedidos dos usuários e incremento nos procedimentos de controle, aumentando a eficiência, eficácia e efetividade da ação nessa área.

Tabela 16: Segurança Privada

SEGURANÇA PRIVADA						
DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Armas Cadastradas por Empresa	231.624	245.697	259.501	251.539	245.356	246.498
Agências Bancárias Cadastradas/PAB	35.935	36.860	35.987	33.346	28.826	27.287
Vistoria das Instalações de Empresas de Segurança	2.539	2.471	2.474	2.282	2.941	5.256
Vistoria de Veículos Especiais de Transporte de Valores	4.982	4.330	5.054	Não disponível	3.942	5.012
Expedição de Alvará de Funcionamento de Empresa de Segurança Privada	25	257	263	372	450	275
Expedição de Carteira Nacional de Vigilantes	169.428	154.582	284.397	153.075	141.435	70.790

SEGURANÇA PRIVADA						
DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Expedição de Alvará de Revisão de Autorização de Funcionamento.	2.061	2.159	2.499	2.465	2.778	2.881
Processos de Autorização de Funcionamento, Aquisição de Armas/Munições, etc. na CGCSP	5.512	5.901	5.775	5.697	5.830	5.677
Vistoria de Estabelecimento Financeiro por Agência ou Posto	27.775	25.834	26.995	6.521	24.293	25.684

Em relação ao tema registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, foram emitidas manifestações sobre projetos de lei que visam promover alterações na Lei nº 10.826/2003 e no Decreto nº 5.123/2004, além de outros dispositivos legais sobre esse assunto.

A fim de dar um tratamento uniforme aos casos relacionados ao controle de armas de fogo, foram realizados estudos e pesquisas que resultaram na propositura de medidas elucidativas sobre matéria controvertida, bem como na elaboração de propostas para atualização dos normativos internos vigentes na área de controle de armas de fogo.

Destaca-se o trabalho de promoção do controle estatístico de dados, operações de saneamento de informações e correção de duplicidades no SINARM, que visam melhorar a base de dados do sistema, que será migrada para o novo sistema que deve ser inaugurado em 2018.

Além desse trabalho, ainda buscando ampliar a base de dados do sistema, foi disseminada orientação, com a prestação da assessoria necessária, para que as Superintendências Regionais da Polícia Federal celebrem Acordo de Cooperação Técnica com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados, visando a alimentação/atualização do SINARM com as ocorrências envolvendo armas de fogo.

Por fim, destacamos o trabalho de acompanhamento para finalização e implantação, no mais curto prazo possível, da nova versão do SINARM, desenvolvido pela CGTI/DLOG/PF. Em março de 2017 foi iniciado o projeto piloto na DELEAQ/DREX/SR/PF/DF.

Tabela 17: Atividades do SINARM- Armas e Munições

ATIVIDADES DO SINARM – ARMAS E MUNIÇÕES						
DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Registros expedidos	156.917	29.623	226.798	201.640	224.654	231.480
Portes expedidos	4.912	839	5.595	4.416	6.740	5.748
Visitas a psicólogos	-	623	-	533	228	100
Credenciamento de Instrutores de Tiro	-	339	343	131	310	220*
Armeiros Avaliados	-	15	30	06	50	19*
Campanha do Desarmamento – armas recebidas	27.316	31.269	19.192	8.883	3.488*	2.856**

ATIVIDADES DO SINARM – ARMAS E MUNIÇÕES						
DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
*Este número refere-se à quantidade de Instrutor de Armamento e Tiro (IAT) credenciados, de um total de 753 candidatos a IAT e 20 candidatos a armeiros avaliados.						
**Total de IATs Os dados relativos à quantidade de armas recebidas na Campanha do Desarmamento a partir de 2015 dizem respeito apenas às armas entregues nos postos de recebimento da Polícia Federal.						

Em relação ao controle de produtos químicos, foram fiscalizadas 505 empresas, emitidas mais de 12 mil autorizações prévias de importação ou exportação e, entre certificados e licenças foram emitidos e/ou renovados aproximadamente 40 mil unidades. Bem como, que houve apreensão de pouco mais de 39 mil litros de produtos químicos e o total arrecadado em taxas e multas foi em torno R\$ 38 milhões. A tabela a seguir apresenta os dados quantitativos relacionados a esse tema.

Tabela 18: Controle de Produtos Químicos

CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS						
DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Empresas fiscalizadas	437	632	487	519	505	397
Certificados emitidos/renovados	16.294	21.131	24.856	29.442	28.952	28.504
Autorizações prévias emitidas - Imp/Exp	12.895	14.062	16.157	15.667	12.471	12.645
Produtos químicos apreendidos (litros)	245.467	408.753	36.650	134.000	39.034	827
Notificações prévias recebidas e respondidas	660	1.494	1.306	1.201	612	1.133
Total arrecadado em taxas (em R\$)	20.159.618	22.120.217	22.628.254	32.294.429	52.200.333	36.993.189
Total arrecadado em multas (em R\$)	655.334	980.789	1.679.496	2.217.512	1.144.080	1.453.721

Além das ações consideradas de empenho ordinário (apresentadas na tabela acima) a Divisão de Controle de Produtos Químicos (DCPQ/DIREX) realizou outras atividades, a seguir discriminadas:

- treinamento operacional em 13 (treze) cidades: Manaus/AM; São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Bauru/SP; Salvador/BA; Fortaleza/CE; Recife/PE; Itajaí/SC; Jataí/GO; Belém/PA; Santos/SP; Ji-Paraná e Costa Marques/RO. Tal treinamento consiste na realização de breve capacitação e fiscalização in loco de empresas, sempre sob a supervisão de policiais do órgão central (DCPQ);
- acompanhamento do desenvolvimento do Siproquim 2;
- acompanhamento do desenvolvimento do Sistema Reversa;
- acompanhamento legislativo (PLS 304/2011);
- acompanhamento e apoio na construção do Portal Único do Comércio Exterior - Ação da SECEX/SRF;

- elaboração de um Código Voluntário de Conduta a ser firmado junto às associações/empresas do setor regulado;
- realização do encontro de chefes de Deleaq, juntamente com a DARM, em Florianópolis/SC;
- participação em Operação Ostensiva Simultânea, em coordenação entre a Polícia Federal e a Polícia Boliviana, em região de fronteira, Epitaciolândia – Brasil/Cobija – Bolívia e Guajará-Mirim – Brasil/Guyaramerín – Bolívia; e
- participação na "2ª Semana Anual de Precursores COPOLAD ", realizada em Brasília.

Ainda em relação aos resultados de atividades relacionadas às ações estratégicas que visam a proteger a cidadania, foi realizada a interoperabilidade entre o Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC) e o sistema utilizado pelos Tribunais de Justiça. Essa interoperabilidade possibilita a inclusão de dados no SINIC pelos próprios Tribunais, assim como a realização de consultas diretamente nesse sistema pelos mesmos. Além disso, seguem na tabela a seguir, outros dados quantitativos relativos àquelas atividades.

Tabela 19: Atividades do Instituto Nacional de Identificação

ATIVIDADES DO INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO (FONTE: DIREX)						
DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Número de Registro no Sistema AFIS	10.675.947	13.839.976	15.778.341	16.971.314	17.669.182	18.421.590
Identificações de pessoas (*)	2.876.585	3.164.029	1.938.367	1.192.973	697.868	780.524
Laudos papiloscópicos produzidos	2.442	2.759	4.297	2.509	3798	4.095
Perícias papiloscópicas realizadas	993	2.874	5.376	615	3192	2.607
Produção de Representações Faciais Humanas	49	116	108	51	130	207
Inclusões no SINIC (BIC, BDI e BDJ)	113.219	150.587	152.592	194.158	144.830	107.758
Pesquisas no SINIC	978.154	1.293.136	1.145.739	1.543.512	1.194.219	1.020.218
Emissões de folha de antecedentes criminais (SINIC)	74.909	82.105	73.434	89.471	58.961	63.475
Emissão/substituição de carteiras funcionais	1.802	3.048	1.398	1.085	1387	18.797

A Coordenação de Proteção à Pessoa (CPP/DIREX/PF) coordena os trabalhos relativos à proteção de autoridades nacionais e estrangeiras; à segurança das instalações do Edifício Sede da PF, registros regulares e excepcionais em sistemas informatizados e comunicações a outras unidades/órgãos; à

proteção emergencial e temporária das vítimas e testemunhas ameaçadas no âmbito do Programa Federal de Proteção a testemunhas e vítimas ameaçadas; e análises de risco e respectivos planos de proteção a magistrados e membros do Ministério Público ameaçados.

Nas tabelas a seguir, são apresentadas outras informações que objetivam à defesa dos direitos humanos.

Tabela 20: Atividade de proteção a testemunhas

ATIVIDADES DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS (FONTE: SPDE/DSDE/DIREX)							
DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pessoas protegidas integralmente em unidade de proteção	29	35	52	44	37	50	40
Escortas no interesse da Justiça	10	12	11	05	03	4	12
Pessoas protegidas em medida isolada de proteção	4	4	4	4	4	4	4

Tabela 21: Cursos de segurança de Dignitários e proteção ao depoente especial

CURSOS DA DIVISÃO DE SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS E PROTEÇÃO AO DEPOENTE ESPECIAL (FONTE: DSDE/DIREX)	
DESCRIÇÃO	PARTICIPANTES
Curso de formação de professores em segurança de dignitários	36
Curso EAD de atualização em Segurança de Dignitários	51
Curso de proteção a magistrados para agentes de segurança do STF	49

Tabela 22: Segurança de Dignitários e demais proteções pessoais

SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS E DEMAIS PROTEÇÕES PESSOAIS (FONTE: DSDE/DIREX)						
DESCRIÇÃO	2014	2015	2016		2017	
Solicitações de Segurança MRE (atendidas)	78	63	110		88	
Solicitações de Segurança outros Ministérios (atendidas)	26	3	Permanente 1	Esporádica 13	Permanente 1	Esporádica 8
Operações de Segurança apoiadas/planejadas pelo órgão central	4	3	4		4	
Análise de Visita de Autoridade (Matrizes de nível de segurança)	0	6	75		4	
Relatórios de análise de risco à vida de Juízes e Promotores	6	6	5		12	
Proteções executadas em favor de magistrados e membros do MP	Não informado	Não informado	Não informado		6	

SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS E DEMAIS PROTEÇÕES PESSOAIS (FONTE: DSDE/DIREX)				
DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	2017
Proteções executadas em favor de outras pessoas/autoridades	-	-	-	6

DITEC

Representantes da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG), da Área de Perícias em Genética Forense (APGEF) e do Instituto Nacional de Criminalística (INC) atuaram como palestrantes em audiência pública convocada pelo STF para debater aspectos técnicos da coleta de DNA aplicada à investigação forense. O evento contou com a participação para os maiores especialistas do Brasil e do mundo em genética forense e o seu tema, tratado no Recurso Extraordinário (RE) 973837, com repercussão geral reconhecida e de relatoria do ministro Gilmar Mendes, aborda a coleta de material genético de condenados por crimes violentos ou hediondos para manutenção de banco de dados estatal.

A criação de banco de dados com perfil genético a partir da extração obrigatória de DNA de condenados por crimes dolosos, com violência de natureza grave contra pessoa ou hediondos, foi instituída pela Lei 12.654/2012, que introduziu o artigo 9º-A à Lei de Execução Penal. No RE 973837, a defesa de um condenado alega que a medida viola o princípio constitucional da não autoincriminação e o artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, segundo o qual “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.

DIP/PF

Em 2017, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS) reuniu-se três vezes com a presença de todos os seus membros. Em tais ocasiões, acordou-se a consolidação e divulgação de todos os documentos classificados quanto ao grau de sigilo na PF e que tenham repercussão geral no órgão, a exemplo da movimentação de servidores. Outrossim, foi realizada reunião com o Ouvidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, membro da CPADS/MJSP, para alinhamento de rotina de trabalho.

A CPADS assessorou os gestores em 06 (seis) processos relativos a sigilo de documentos, bem como propôs ao Diretor-Geral portaria disciplinando o manuseio de documentos não classificados, mas de acesso restrito.

OUVIDORIA

Houve avanços em relação a ações para promover a participação da sociedade na gestão da PF, seja por meio do tratamento de reclamações, elogios, sugestões, solicitações, pedidos de acesso a informação e denúncias. Como resultado, a sociedade vem ganhando voz nas decisões tomadas pela instituição com vistas a melhor atendimento de seus anseios.

Ainda, a Ouvidoria atuou em conjunto com a DCS, DICOR e ANP na realização e no desenvolvimento de ações e projetos com importantes reflexos sociais, como aqueles voltados a escolas, camadas vulneráveis, dentre outros.

INCREMENTAR ACORDOS E PARCERIAS

GAB/PF

A PF continuou firmando instrumentos de cooperação com o objetivo de compartilhamento de informações e bancos de dados.

Houve avanços na implantação da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG).

Com os Tribunais de Justiça dos Estados, o intercâmbio de informações também continua, por meio de instrumentos de cooperação que permitem o acesso ao Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC). Destacamos, por relevante, que em 2017 foram firmados dois importantes Acordos de Cooperação. Um com o Tribunal de Contas da União (TCU), que viabilizou o acesso da PF às seguintes bases de dados da Corte de Contas: i) metadados dos processos de controle externo do TCU; e ii) Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC).

Além dessas bases de dados, a parceria com o TCU permitirá o acesso ao Laboratório de Informações de Controle Externo - LAB-Contas em plataforma própria do TCU.

O outro importante acordo foi com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que dentre outros compromissos permitirá que a PF receba dados biográficos e biométricos de eleitores cadastrados, facilitando sobremaneira as consultas necessárias à emissão de passaportes.

Deu-se continuidade na elaboração da nova Instrução Normativa que disciplinará o fluxo, controle e acompanhamento dos instrumentos de cooperação firmados por esta Corporação.

OUVIDORIA

Atuou como ponto focal no que tange a projetos e programas relacionados a sua área de atuação, em especial no que refere a ações e trocas de experiências com o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e demais órgãos da administração direta e indireta.

DIREX/PF

A Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (CGCI/DIREX) visa à execução no exterior de atos de investigações para instrução de inquéritos policiais no Brasil e à realização de diligências em território brasileiro, a pedido de autoridades policiais estrangeiras. Dessa maneira, em 2017, foi atingido o seu objetivo de garantir alcance transnacional aos atos de polícia judiciária, com o gerenciamento de 105 (cento e cinco) pedidos ativos e 196 (cento e noventa e seis) pedidos passivos de Cooperação Jurídica Internacional.

No campo humanitário, por meio da Divisão de Cooperação Jurídica Internacional, foram realizadas 165 (cento e sessenta e cinco) localizações de pessoas. Também foram executadas 06 (seis) transferências ativas e 08 (oito) transferências passivas. Quanto às transferências, há a expectativa de serem efetivadas ao menos outras 65 (sessenta e cinco) transferências ativas e outras 26 (vinte e seis) passivas. O custo médio de cada transferência foi no valor de R\$ 23.381,40.

Foi iniciado o Seminário Longa Manus, com apresentações em Curitiba/PR, Goiânia/GO, Maceió/AL, Rio Branco/AC e Manaus/AM, cujo objetivo é divulgar o papel da Polícia Federal como agente de integração entre as autoridades estaduais e organizações internacionais para a cooperação penal

internacional. O seminário deverá concluir as apresentações nas 26 unidades da Federação e no Distrito Federal em dezembro de 2018.

Além da instrução de investigações policiais, outra atividade de extrema importância realizada pelo Serviço de Cooperação Policial (INTERPOL/CGCI) é a busca, localização e captura de foragidos internacionais. Para tanto, foi fortalecido o Grupo de Capturas no Escritório Central Nacional, com o apoio das Representações da Área Internacional nos Estados (Representações Regionais). A captura de foragidos internacionais foi efetivamente uma das mais marcantes atividades, contribuindo com a realização da justiça em todo o mundo, de maneira a possibilitar que pessoas que buscassem o exterior para esquivar-se da aplicação da lei penal fossem enviadas aos países onde cometeram os ilícitos para responder por seus atos.

A atuação desse Grupo de Capturas culminou com a efetiva prisão de 46 foragidos estrangeiros no Brasil. Foram também realizadas 26 extradições ativas e 32 passivas, contando ainda com aproximadamente em andamento 46 extradições ativas e 94 passivas.

A PF também participou das discussões com representantes do Serviço Europeu de Polícia (EUROPOL) acerca da minuta de Acordo de Cooperação Estratégica a ser firmado entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia.

Deu-se sequência ao acompanhamento de reuniões relacionadas aos tratados internacionais sobre armas de fogo, a exemplo da Convenção Interamericana Contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA) da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Grupo de Trabalho de Armas e Munições (GTAM) do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Diante do aumento da demanda e da importância do tema, foi publicada a IN 116/2017-DG/PF que disciplina os procedimentos a serem adotados no âmbito da PF nos pedidos de cooperação jurídica internacional para a instrução de procedimento investigatório. A regulamentação define conceitos, estabelece rotinas de trabalho e orienta os atores envolvidos no processo de cooperação jurídica internacional para a incorporação de provas obtidas no exterior que serão utilizadas em investigações criminais no país, assim como para o adequado cumprimento de medidas dessa natureza solicitadas por outros países.

Além das negociações que culminaram na assinatura de 08 Termos de Cooperação Interinstitucionais com a Polícia Judiciária de Portugal, Polícia Judiciária de Cabo Verde, SENAD/Paraguai, Polícia Nacional do Peru, ATF, Kings College e City of London Police e MAOC-N, a Divisão de Relações Internacionais (DRI/CGCI) participou da coordenação da Comissão Técnica preparatória à Reunião de Ministros do Interior e da Justiça e da reunião de Chefes de Polícia do Mercosul, durante a presidência Pro-Tempore do Brasil no segundo semestre de 2017, bem como, atuou no processamento de pedidos de afastamento do país de servidores da PF para participação em eventos internacionais de capacitação e/ou representação da instituição, fortalecendo as parceiras internacionais e cumprindo com o previsto em Acordos internacionais firmados pelo Brasil.

Realizou-se, ainda, o Programa de Cooperação Internacional em Aeroportos (INTERCOPS), que visa ao intercâmbio de experiências e metodologias de trabalho entre policiais de vários países envolvidos na repressão ao tráfico internacional de drogas e outros crimes.

No tocante aos Postos da Polícia Federal no Exterior, cumpre informar que no decorrer de 2017, foram criados 02 (dois) Oficialatos de Ligação: (Quito/Equador) e Colégio Interamericano de Defesa (CID) que é sediado em Washington/EUA. Em novembro de 2017, houve a criação de um terceiro Oficialato de Ligação (OEA/Washington), cuja missão da servidora designada terá início no início de fevereiro/2018.

Das 05 (cinco) vagas de Oficiais de Ligação da Interpol em Lyon/França existentes, somente duas contaram com representantes da Polícia Federal. Entretanto, já no início de fevereiro/2018, outras duas vagas serão ocupadas pelos respectivos servidores designados (um Delegado de Polícia Federal e um Papiloscopista Policial Federal).

A seguir, apresentam-se informações quantitativas relativas às atividades de cooperação internacional e às representações da PF existentes no exterior para apoiá-las.

Tabela 23: Atividades de Cooperação Internacional

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (FONTE: CGCI/DIREX)							
DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pedidos de cooperação jurídica internacional	4.986	4.165	5.652	3.969	3.623	3.928	3.632
Pedidos de cooperação policial internacional	41.840	30.393	27.108	15.955	17.461	20.677	18.784
Acordos de cooperação com organismos internacionais **	3	1		0	1	4	8
Estrangeiros presos no Brasil	26	28	20	32	56	46	91

Tabela 24: Dados referentes às Adidâncias

DADOS REFERENTES ÀS ADIDÂNCIAS (FONTE: CGCI/DIREX)							
DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Adidâncias	13	16	16	16	22	16	16
Oficialatos de Ligação	16	14	14	16	15	16	15

DITEC/PF

Verificou-se incremento e renovação de acordos e parcerias objetivando o compartilhamento e intercâmbio de informações e banco de dados com outros órgãos e instituições, nacionais e internacionais, robustecendo a capacidade decisória em ações envolvendo os ramos da polícia judiciária, técnico-científica e administrativa.

Foram celebrados Acordos de Cooperação Técnica da RIBPG entre a PF, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, somando, até maio de 2017, 18 laboratórios estaduais e 1 laboratório da PF participando efetivamente da RIBPG.

A RIBPG tem por objetivo propiciar o intercâmbio de perfis genéticos de interesse da Justiça, obtidos em Laboratórios de Perícia Oficial, para subsidiar a apuração criminal e a identificação de pessoas desaparecidas. Concebida em 2009, já com a adesão das diversas Unidades da Federação por meio

de Acordos de Cooperação Técnica, a RIBPG foi normatizada no ordenamento jurídico por meio do Decreto Presidencial nº 7.950, de 12 de março de 2013.

Ligada diretamente ao MJSP, a RIBPG é formada pelos diversos Bancos de Perfis Genéticos (nível estadual, distrital e federal) e o Banco Nacional de Perfis Genéticos (nível nacional). O Banco Nacional de Perfis Genéticos, necessário para o confronto interestadual de perfis genéticos, é alimentado pela sincronização periódica dos diversos Bancos e está sob a responsabilidade de unidade de perícia oficial daquele Ministério, administrado por Perito Criminal Federal.

Os Peritos Criminais Federais participam em diversos Colegiados, Grupos de trabalho e Comitês oficiais, nacionais e internacionais, a saber:

- Comissão para Elaboração do Projeto IntegraVANT.
- Interpol Global Cybercrime Expert Group.
- Comitê Gestor do Simba.
- Scientific Working Group for the Analysis of Seized Drugs (SWGDRUG).
- GT-LABORATÓRIO FORENSE/SENASP.
- Grupo de Trabalho para Classificação de Substâncias Controladas/ANVISA.
- Grupo Iberoamericano de Trabalho em Drogas de Abuso (GITADA/AICEF).
- Grupo Iberoamericano de Trabalho em Toxicologia Forense (GITOF/AICEF).
- Comitê Gestor da Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos (Administrador).
- Comitê Gestor da Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos (Coordenador).
- Comitê Gestor da Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos (Representante da PF).
- Grupo de Trabalho do Araguaia - GTA.
- GT de rodovias no Instituto Brasileiro de Obras Públicas – IBRAOP.
- GT para elaboração de anatomias e protótipos do projeto do novo passaporte brasileiro, instituído pela Portaria nº 7.098-DG/PF de 17/04/2017).
- Grupo Iberoamericano de Trabajo en Escena de Crimen da AICEF.
- Subcomissão de Avaliação de Assuntos Sigilosos (DITEC).
- Comissão de Assessoramento Técnico ao Diretor Técnico-Científico para ampliação e reforma do Instituto Nacional de Criminalística (DITEC).
- Comissão de Gestão de Capacitação (ANP).

DIP/PF

No sentido de estabelecer mútua cooperação voltada para a troca de informações e ampliação das capacidades operacionais, relacionada com a busca de dados para confirmação de identidades de pessoas físicas e jurídicas, a DIP vem trabalhando no sentido de firmar acordos e parcerias com diversos órgãos da administração pública.

Com o advento do Decreto Presidencial nº 8789/2016, editado para simplificar o compartilhamento das bases de dados na Administração Pública Federal, as tratativas com os órgãos interessados no compartilhamento com as bases da PF iniciaram no âmbito da Coordenação-Geral de Inteligência (CGI/DIP/PF).

Existem acordos de cooperação que estão em fase de andamento (26), de negociação (13) e, até mesmo, vencidos e com interesse em renovação (49). A seguir será apresentada uma planilha expondo os acordos válidos no ano de 2017.

Tabela 25: Instituição

Instituição	Instrumento/Objeto
Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC	Acordo de Cooperação Técnica
Advocacia Geral da União – AGU	Acordo de Cooperação Técnica e Protocolo de Execução
Caixa Econômica Federal - CEF	Acordo de Cooperação Técnica
DENATRAN	Acordo de Cooperação Técnica (Termo de autorização)
Departamento de Migração – SNJ/MJ	Acordo de Cooperação Técnica – Pendente de análise CGTI
DEPEN	Acordo de Cooperação Técnica – Pendente de análise ACI/PF
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	Acordo de Cooperação Técnica
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP	Acordo de Cooperação Técnica
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP	Termo Aditivo
Marinha do Brasil	Acordo de Cooperação e Plano de Trabalho
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.	Acordo de Cooperação Técnica
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.	Protocolo de Execução
OBMIGRA (PF-MJ, SNJ-MJ, UNB, IBGE, MTPS)	Acordo de Cooperação Técnica
Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN	Acordo de Cooperação Técnica – Renovação – Aguarda análise da CGTI
Receita Federal do Brasil	Acordo de Cooperação Técnica
Tribunal de Contas da União – TCU	Acordo de Cooperação Técnica
Tribunal Superior Eleitoral – TSE	Acordo de Cooperação Técnica
BA - Secretária da Segurança Pública do Estado da Bahia	Acordo de Cooperação Técnica
ES - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo	Acordo de Cooperação Técnica
GO – Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás	Acordo de Cooperação Técnica – Pendente de análise INI/DIREX
MA - Secretaria da Segurança Cidadã - SESEC/MA	Acordo de Cooperação Técnica e Plano de Trabalho
MG - Secretaria de Estado de Defesa Social; Polícia Militar de Minas Gerais; Polícia Civil de Minas Gerais; Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais	Acordo de Cooperação Técnica – Renovação – Pendente de análise NIP/MG
MS – Empresas Águas Guariroba S.A.	Acordo de Cooperação Técnica
MT - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso	Acordo de Cooperação Técnica
MT - Tribunal de Justiça do Mato Grosso	Acordo de Cooperação Técnica
RJ - Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro - Iniciado pelo CINTEPOL	Proposta de Acordo de Cooperação Técnica – Pendente de Análise pela CGTI
RN - Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social - Rio Grande do Norte	Acordo de Cooperação Técnica
RN - Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social - Rio Grande do Norte	Protocolo de Execução
RO – Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia	Proposta de Acordo de Cooperação Técnica – Pendente de análise pela ACI/PF
RS - Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul	Acordo de Cooperação Técnica
SC – Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina	Acordo de Cooperação Técnica
SP – Secretaria da Segurança Pública	Proposta de Acordo de Cooperação Técnica – Pendente de análise pela ACI/PF

O SAE também enviou professores ao Curso Básico Internacional de Análise e Tratamento de Informações Policiais, realizado no Centro das Forças de Segurança em Guiné-Bissau (África). O curso foi voltado aos policiais da Polícia Judiciária, Polícia da Ordem Pública, Guarda Nacional e para os

componentes do Serviço de Informações de Segurança. A capacitação ocorreu no âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre os Governos do Brasil e de Guiné-Bissau.

ANP/DGP/PF

No âmbito da Cooperação Internacional enfatizam-se a continuação do Projeto de Capacitação e Formação das forças de Guiné Bissau e o Programa de Capacitação Internacional em Aeroportos (INTERCOPS) os quais abrangeram um total de 330 policiais estrangeiros capacitados.

DICOR/PF

As investigações patrimoniais realizadas em desfavor das organizações criminosas voltadas para o tráfico de drogas merecem destaque, pois além do recorde de apreensões de drogas no país, foram obtidos resultados expressivos em relação a bens apreendidos, sequestrados e recuperados, totalizando o montante de R\$ **585.869.843,02**.

Cabe destacar que a PF sempre procurou agilizar o processo de obtenção de bases de dados externas, por meio do Sistema ATLAS, utilizando, sempre que possível, um simples ofício de solicitação para obtenção das bases de dados, cujos gestores fossem órgãos do próprio Poder Executivo Federal. Posteriormente, o próprio Governo Federal passou a adotar essa metodologia de compartilhamento de bases de dados entre os órgãos da administração pública federal, com a edição do Decreto 8.789/2016, no qual determinou que fossem dispensados os acordos de cooperação técnica para tal desiderato.

Dessa maneira, todas as parcerias para obtenção de bases de dados, firmadas até o presente momento e geridos pelo Serviço de Repressão a Desvios de Recursos Públicos (SRDP/CGPFAZ/DICOR/PF) foram consolidadas através de ofícios de solicitação.

Também merece destaque o Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Tribunal de Contas da União, visando à atuação conjunta no combate aos desvios de recursos públicos e à corrupção, acesso a sistemas e intercâmbio de bases de dados, a qual já resultou em deflagração de operações policiais de grande relevância com a Operação Cancela Livre.

Outras bases também foram obtidas de fontes abertas na internet e através do Portal Nacional de Dados Abertos do Governo Federal (<http://dados.gov.br/>), dos seguintes órgãos: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, Tribunal Superior Eleitoral, Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e Tribunal de Contas da União.

Além disso, estão em tramitação, duas propostas de acordos de cooperação técnica para incremento da base de dados.

OTIMIZAR O EMPREGO DOS BENS E RECURSOS MATERIAIS

DITEC

Foi dada continuidade à execução a obra de reforma e ampliação do Instituto Nacional de Criminalística (INC), reforçando sua atuação como Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses em obediência às atribuições regimentais da DITEC/PF.

Com a ampliação, a perícia criminal federal busca a constante excelência dos resultados técnicos (gestão da qualidade da prova) e o apoio no desenvolvimento técnico e científico dos institutos estaduais de criminalística que buscam atender às novas demandas, frente aos crescentes níveis de conhecimento e especialização requeridos na apreciação de vestígios em procedimentos pré-processuais e judiciários da esfera criminal.

A conclusão da obra possibilitará ampliar a capacidade de atendimento, com a implantação de novos laboratórios para a realização de exames atualmente feitos em parceria com outras instituições. As novas instalações também permitirão a realização de uma quantidade maior de eventos de capacitação, que poderão atender em maior quantidade e com maior qualidade as unidades de criminalística dos estados da Federação.

DLOG/PF

No tocante à gestão de obras e infraestrutura, foram realizadas visitas técnicas a diversas unidades da PF com o intuito de levantamento de dados para acompanhamento, propostas de intervenção e de mudanças de imóveis.

Quanto às atividades voltadas à estruturação física e melhoria das condições dos edifícios da PF foi realizada a construção do Comando de Operações Táticas, reforma da fachada da SR/PF/RS, modernização dos sistemas de climatização ambiente das SR/PF/RN, SR/PF/SC, SR/PF/AL, e dada continuidade à execução das obras de construção do Núcleo de Polícia Marítima de Guaíra, Foram iniciadas as obras de construção da SR/PF/PB, reforma da SR/PF/MT, reestruturação da rede elétrica da Academia Nacional de Polícia. Foi, ainda, contratada a obra de construção da SR/PF/PA.

A condução de 23 Pregões resultou na economia de R\$ 4.919.783,00, decorrente da diferença entre o valor estimado da aquisição e o valor da melhor proposta comercial após a fase de lances.

O Inventário analítico dos bens patrimoniais das unidades centrais permitiu uma visão atual e precisa da destinação dos bens de dotação da UG COAD, viabilizando uma gestão patrimonial mais racional, inclusive quanto à realocação, alienação e reposição de bens.

Tal controle, juntamente com a melhoria na gestão de frota, ocasionada pela implantação do SISVIA, permitirá uma seleção mais objetiva e abrangente dos bens obsoletos, antieconômicos ou irrecuperáveis, ensejando um melhor aproveitamento dos leilões de desfazimento de bens, que em 2017 já permitiram a alienação de 342 lotes de bens inservíveis, dentre eles 279 veículos oficiais antieconômicos, com arrecadação de R\$ 4.862.400,00 e redução de custos com manutenção e abastecimento de frota, e 63 lotes de outros materiais permanentes.

Além do aprimoramento nos critérios de desfazimento, a melhor gestão patrimonial e de frotas tende a reduzir os prazos para condução de licitações, uma vez que simplificará os procedimentos de planejamento da aquisição, especialmente com relação à justificação da relação quantidade x necessidade e ao provimento de informação gerencial para apoio à decisão de autorização de início e priorização dos procedimentos licitatórios, com reflexos diretos no Indicador de Desempenho – Prazo Médio dos Pregões Eletrônicos.

CONSOLIDAR A GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CGTI/DLOG/PF

Consolidou-se em 2017 o processo de trabalho que cuida da demanda de necessidades de TIC (tecnologias da informação e comunicações) da PF. Essa consolidação se materializou pela adoção dos seguintes procedimentos:

- reuniões sistemáticas do CGT (Comitê Gestor de Telemática) onde é acompanhado o desenvolvimento do PDTIC (Plano Diretor de Tecnologia da Informação) e definidas novas ações e prioridades. Uma realização de destaque dessa prática foi a elaboração do PDTIC 2017-2018;
- monitoramento e controle dos projetos de TI por meio do uso da Metodologia de Gerenciamento de Projetos (MGP-PF) e do sistema implantado para esse fim, o Gepnet. A adoção dessa prática, dentre outras vantagens, facilita a extração de informações sobre os projetos de TI;
- desenvolvimento de sistemas por meio da adoção do método ágil SCRUM e do sistema de controle das atividades de desenvolvimento, o Redmine, que, executado de forma integrada com o gerenciamento de projetos, permite o efetivo acompanhamento dos resultados bem como contribui para o controle dos riscos dos projetos; e
- adoção do sistema SEI como meio para o registro e coleta de assinaturas eletrônicas das Atas do CGT. Isso, além de dar publicidade aos atos do Comitê, facilitou a coleta de assinaturas.

Destaca-se ainda, a implantação da interface do sistema de arrecadação SIAR/GRU com o Banco do Brasil conforme regras definidas pela FEBRABRAN e do sistema CIF - Carteira de Identidade Funcional.

Além disso, a CGTI coordenou e executou atividades relacionadas a vários projetos que, quando concluídos, contribuirão para o alcance de diversos Objetivos Institucionais do Planejamento Estratégico da PF.

Na tabela a seguir são apresentadas outras informações quantitativas relacionadas às atividades de tecnologia da informação e comunicação.

Tabela 26: Atividades de Tecnologia da Informação

ATIVIDADES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (FONTE: CGTI)							
DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Entregas de sistemas (ou módulos)	15	56	16 (1)	229 (1)	316 (1)	269 (1)	481 (1)
Manutenções de sistemas existentes	1221	747	570 (2)	643 (2)	502 (2)	868 (2)	1494 (2)
Apurações especiais (extrações não previstas nos sistemas)	279	142	426 (3)	61 (3)	252 (3)	571 (3)	562 (3)
Atendimentos de suporte	50.090	43.365	54.377 (4)	70.319 (4)	81.530 (4)	81.530 (4)	81.508 (4)
Manutenções do ambiente tecnológico	2.605	2.438	3.019 (5)	2.816 (5)	3.143 (5)	3.143 (5)	2.160 (5)
Observações: (1) Quantidade de novas <i>releases</i> ou <i>sprints</i> homologadas pelo gestor do sistema. Foram consideradas neste indicador, as entregas de novas <i>releases</i> evolutivas de sistemas legados. (2) Quantidade de chamados de manutenção executados pela fábrica de <i>software</i> . Inclui manutenções corretivas, ajustes de interface e atendimentos de suporte. (3) Quantidade de apurações especiais (executados pelos contratos de administração de dados e fábrica de <i>software</i>). (4) Quantidade de chamados de suporte executados. (5) Quantidade de solicitações de mudança abertas e executadas.							

DIP/PF

No ano de 2017, houve significativa evolução das ferramentas de inteligência, dentre as quais destaca-se o que segue.

Bases RENACH e RENAAM: Incluídas no sistema de pesquisas as bases RENACH e RENAAM, no qual a pesquisa de qualquer termo (nome, CPF, nome da mãe, etc.) retorna todos os dados históricos da CNH, inclusive fotografias antigas (de 2006 a 2016).

SEGURANÇA EM TI: Atuação em conjunto com a CGTI na prevenção e combate a tentativas de invasão e uso indevido de acesso a sistemas internos, inclusive com deflagração de operação, com cumprimento de 4 Mandados de Busca e Apreensão e 4 Conduções Coercitivas, resultando ainda em implementação de melhorias significativas da segurança interna de TI.

GEOINT: Em continuidade aos trabalhos de Geointeligência na DIP, foi feito reforço no efetivo empenhado no Projeto, tendo sido solicitada à CGTI a melhoria dos equipamentos informáticos destinados. No âmbito do Projeto foram realizadas várias análises em apoio a setores como a Divisão Antiterrorismo (DAT), Serviço de Análise Estratégica (SAE) e outros.

INTELIGÊNCIA ENEM: disponibilizados dados tratados de 2017, atuando em parceria com a Divisão de Repressão a Crimes Fazendários. Foram feitas análises de inteligência para distribuição de equipamentos detectores de radiofrequência e prevenção a fraudes no certame.

IMPORTAÇÃO DO CNPJ NO I2: Foram importados mais de 30 milhões de registros (empresas, sócios e contadores) da base da RFB/CNPJ, para disponibilização para os usuários do portal CINTEPOL. Está em andamento ainda um projeto em parceria com o TCU para ampliação das bases para cruzamento com utilização da ferramenta I2.

SINAPSE NET: Em desenvolvimento ferramenta para acesso via internet das funcionalidades de busca do portal, para atendimento aos convênios, neste primeiro momento, e futuramente a todos os policiais federais.

DITEC

Os Laudos de Perícia Criminal Federal passaram a ser assinados digitalmente. A assinatura digital equivale a uma assinatura de próprio punho, serve para assinar qualquer documento eletrônico e tem validade jurídica inquestionável. É uma tecnologia que utiliza a criptografia e vincula o certificado digital ao documento eletrônico que está sendo assinado. São vantagens da utilização do Certificado Digital: maior rapidez, maior segurança, economicidade e sustentabilidade ecológica.

INTEGRAR O ORÇAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

DLOG/PF

Com o objetivo de obter o maior grau de vinculação da proposta orçamentária da PF ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão realizaram-se diversas ações.

O Plano Plurianual e o Orçamento Anual foram programados com o fim de atender as diversas demandas do órgão, buscando sempre a maior confluência possível ao planejamento estratégico.

As Diretorias responsáveis por cada área (finalísticas e administrativas), guiadas pelo planejamento, são consultadas a respeito de suas demandas, que, compiladas, formam o arcabouço necessário para a formulação do orçamento plurianual e anual.

Assim, a partir dos dados recebidos, dentro das possibilidades de limites concedidos pelo MJSP, foram alocados os recursos disponíveis.

Não obstante as diretrizes definidas, cabe salientar que a gestão orçamentária e financeira busca sempre o maior índice de execução possível.

A fim de atender as necessidades do órgão são efetuadas as devidas realocações das dotações não utilizadas ou subutilizadas a projetos e atividades. Como resultado desta gestão em 2017 a Polícia Federal obteve um índice de execução das dotações discricionárias de 92% para o custeio e 48% para o investimento.

DITEC

A DITEC/PF tem importante participação na gestão do orçamento estratégico. Com o objetivo de gerenciar, manter e atualizar o parque tecnológico, a Diretoria realizou no ano de 2017 aquisições para suprir as necessidades de suas 51 unidades descentralizadas e do INC/DITEC/PF.

Foram adquiridas 13 Viaturas Periciais Customizadas, 40 Comparadores Espectrais da marca Regula 4307, câmeras fotográficas com GPS para todas unidades, embalagens de segurança para transporte de vestígios, Sequenciador Automático de DNA, de Sistema PCR em tempo real, de Deionizador, de Fonte de luz alternada, de Moinho criogênico refrigerado a nitrogênio líquido, dentre outros equipamentos e serviços de manutenção dos mesmos.

Buscando ainda atender a gestão do conhecimento, foram direcionados recursos do orçamento para a realização de 61 capacitações, somando mais de 700 servidores capacitados.

FORTALECER A GOVERNANÇA

ACI/PF

A seguir, destacam-se as iniciativas que foram estruturadas ao longo de 2017 com foco no macroprocesso Auditoria e Controle para alavancagem do Objetivo Institucional “Fortalecer a Governança” e respectivas Ações Estratégicas:

- Elaboração, aprovação e publicação da Política de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos da Polícia Federal, nos termos da Portaria nº 7.413/2017 - DG/PF, incluindo a instituição do Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos. A norma prevê, ainda, a disponibilização da Metodologia de Gestão de Riscos no prazo de 12 meses, estando a cargo da Coordenação de Gestão Estratégica o seu desenvolvimento, que deve ser finalizado em setembro de 2018;

- Elaboração, aprovação e publicação da Instrução Normativa nº 118/2017 - DG/PF, disciplinando as atividades do Controle Interno no âmbito da Polícia Federal - PF.
- Atualização da comunidade temática de Controle Interno na plataforma ANP.net, visando à integração e ao aprimoramento do ambiente de controle e à uniformização de procedimentos. A Comunidade propicia um ambiente perene, atual e dinâmico para discussões relacionadas ao tema e para centralização de materiais de referência, perguntas frequentes, fluxos dos processos e formulários padronizados, entre outros materiais de suporte ao exercício de nossas atribuições institucionais, os quais estão sendo disponibilizados paulatinamente na plataforma.
- Apresentação de proposta à ANP/DGP/PF para inclusão no Plano Anual de Capacitação - PAC 2018 de cursos relacionados à Governança e ao Controle Interno, totalizando de 05 (cinco) cursos, os quais abrangem modalidades à distância e presencial e alcançam todos os seguimentos funcionais e níveis hierárquicos. O conteúdo de 02 cursos na modalidade à distância (Curso de Fundamentos de Governança e Controle Interno e Curso Intermediário de Governança e Controle Interno) se encontram em desenvolvimento, em conjunto com o Serviço de Capacitação e Ensino a Distância (SECAED).
- Avanço no desenho do processo de Planejamento, Execução e Monitoramento de Auditorias Internas, o qual se encontra em fase de documentação. O processo vem sendo construído com foco na análise dos riscos de maior relevância.
- Continuidade da revisão e padronização dos processos relacionados ao controle preventivo e voltados para contratações, para a celebração de instrumentos de cooperação e edição de atos normativos. Os fluxos e padrões dos processos serão disponibilizados na Comunidade de Controle Interno na ANP.net tão logo concluídos. Nesse sentido, encontra-se em fase final de discussão e aprovação a reformulação integral da Instrução Normativa relacionada à Celebração de Instrumentos de Cooperação, nos termos do processo nº 08200.010516/2013-41.
- Ainda, a norma relacionada aos limites e instâncias de governança foi revisada, de forma a compatibilizar os procedimentos às melhores práticas em uso pelo setor público e fortalecer os mecanismos de controle e governança. Como resultado, foi publicada a Portaria 7180/2017 – DG/PF, de 02/06/2017.

Inúmeras outras normas foram revisadas com apoio da ACI/PF, com foco na melhoria da governança e dos controles internos, destacando-se temas relacionados aos procedimentos de remoção, controle da segurança privada, controle de armas de fogo, capacitação de pessoal, credenciamento e fiscalização de Instrutores de Armamento e Tiro, procedimentos de avaliação de desempenho dos servidores da carreira administrativa, dentre outros.

Além disso, em 2017, manteve-se a estratégia do ano anterior, de forma que todas as demandas e as respectivas respostas ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU), relativas às unidades centrais, fossem concentradas na ACI. Essa ação possibilitou interação entre as áreas da PF, bem como a prestação uniforme de informações aos Órgãos de Controle e, ainda, a proposição de estratégias para melhoria da governança.

A Alta Administração manteve postura proativa e próxima das questões tratadas pelo TCU e pelo CGU, postura essa também incentivada junto às Superintendências Regionais que possuem Unidade de Controle Interno (UCI).

Foi intensificado o acompanhamento do atendimento às demandas dos Órgãos de Controle Externo, com a elaboração de relatórios de monitoramento, priorizando acórdãos de maior complexidade e sensibilidade. Esse acompanhamento possibilitou a apresentação de propostas de ações para pleno atendimento às determinações e recomendações.

Em relação ao Plano de Providências Permanentes, o acesso ao sistema Monitor, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União foi consolidado, de forma que o sistema passou a ser utilizado para acompanhamento das recomendações apresentadas pela CGU por ocasião de seus trabalhos de auditoria no âmbito da Polícia Federal. Os dados constantes no sistema vêm sendo refinados com apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Um total de 15 UCI encontra-se em operação, contribuindo para o fortalecimento das ações descentralizadas de Governança e Controle Interno. Treinamentos práticos foram ministrados para os servidores lotados nessas unidades de forma a alinhar procedimentos e padronizar formas de atuação.

OUVIDORIA

Em relação a atividades que buscam o aprimoramento dos mecanismos e estratégias da comunicação e da transparência da gestão, em relação ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC/PF), em 2017 foram 1.179 (hum mil cento e setenta e nove) pedidos de acesso à informação recebidos e respondidos, além de 161 (cento e sessenta e um) recursos em primeira instância.

Trata-se de um acréscimo de 35% na quantidade de pedidos recebidos em relação ao ano, constituindo o maior aumento dos últimos exercícios.

No que tange às demandas típicas de Ouvidoria, deu-se continuidade a um profundo processo de reestruturação, tendo em vista o exponencial aumento de acionamentos. Foi amplamente discutida a estrutura da Ouvidoria com vistas a conceder elementos normativos necessários para seu fortalecimento e atuação em todo o território nacional, estando sua Portaria de instauração e funcionamento em fase final de elaboração.

O sistema informatizado para acompanhamento e atendimento das demandas da Ouvidoria foi apresentado formalmente como demanda e, assim que disponibilizado ao público, permitirá ao cidadão realizar o acionamento e acompanhamento diretamente através da internet, proporcionando mais transparência ao processo e maior proximidade com a sociedade. Tal sistema visa substituir o endereço eletrônico ouvidoria@dpf.gov.br, que tem sido o único canal de acesso à Ouvidoria, atualmente com um média de 150 (cento e cinquenta) a 250 (duzentos e cinquenta) acionamentos diários.

DIP/PF

Com o intuito de aprimorar a gestão de riscos na Instituição, o SAE/DIP/PF segue aperfeiçoando o método de Avaliação de Riscos denominado SABRE, que consiste em identificar e estimar os riscos no âmbito das atribuições constitucionais da PF, bem como sugerir ações que mitiguem, controlem ou evitem suas consequências à segurança do evento sob análise, em diversos níveis, permitindo, assim, apontar opções de tratamento dos riscos identificados (contramedidas), bem como mensurar a capacidade de resiliência dos setores avaliados.

O método SABRE vem sendo aplicado nos grandes eventos sediados no Brasil desde 2013, que contam com o apoio da PF e atuação conjunta com órgãos de segurança congêneres, nacionais e

internacionais. Em 2017, o método foi utilizado para avaliação de riscos na segurança pública de fronteira, focando os sistemas da PF mais sensíveis envolvidos, como por exemplo Controle Migratório, Segurança Aeroportuária e Polícia Marítima.

Além de contribuir para o fortalecimento da governança da Instituição, a análise de riscos insere a instituição em seletivo grupo de órgãos que utilizam essa prática e apresenta-se como uma ferramenta de consolidação de sua posição junto ao MJSP e de destaque entre os atores envolvidos na segurança pública brasileira. Nesse sentido, o SAE/DIP, em conjunto com a DDCI/DIP, promoveram o I e II Cursos de Avaliação de Riscos, tendo como participantes membros do SINPOL e convidados de outras instituições, tais como SENASP, DEPEN, Forças Armadas, entre outras.

Por fim, a DIP vem apoiando a capacitação dos servidores que trabalharam na criação e trabalham no aperfeiçoamento do método SABRE, alguns dos quais iniciaram, em 2017, Mestrado Profissional nas linhas de pesquisa “Gestão da Informação” e “Sistemas de Informação e Decisão”, através de parceria da PF com a Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, com objetivo de aprimorar a gestão de avaliação de riscos nesta instituição.

DIREX

O Serviço de Informação ao Cidadão da Diretoria Executiva foi responsável pelo retorno a mais de 800 pedidos de informação fundamentados na Lei de Acesso à Informação, que representa um acréscimo de 58% com relação à 2016, sendo o tempo médio de resposta em torno de 2 dias corridos. Levando-se em consideração que, conforme se extrai dos dados disponibilizados pelo CGU, foram encaminhados à PF 1609 pedidos em 2017, significa que a Diretoria Executiva é responsável por 50% dos pedidos de informação encaminhados ao órgão.

CGE/PF

Com o objetivo de aprimorar a atuação da PF em relação à gestão de riscos e atender ao disposto na Instrução Normativa Conjunta nº 01 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria Geral da União, de 10 de maio de 2016, foi publicada a Portaria nº 7.413-DG/PF de 8 de setembro de 2017 que instituiu a Política de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos e o respectivo Comitê, no âmbito da Instituição.

Após a publicação dessa Política, foi iniciado e encontra-se em andamento, o Projeto 001-2017/CGE - Estruturação da Gestão de Riscos na PF, que tem como objeto a estruturação, formalização e disseminação da Gestão de Riscos no âmbito da PF, incluindo elaboração de fluxos, metodologia e padrões, bem como a sua respectiva validação mediante execução de projeto-piloto, tendo como foco de aplicação um processo crítico identificado a partir de priorização de processos da arquitetura de processos.

3.3 Desempenho Orçamentário

A programação orçamentária da Polícia Federal buscou suprir da melhor forma possível suas atividades administrativas, operacionais e de infraestrutura, sempre obedecendo aos normativos correlatos, nestes considerados os relacionados a contingenciamentos e controle de gastos do Governo Federal.

Diante da apresentação da PLOA 2017 ao Congresso Nacional e a programação orçamentária nela constante, foram definidas as cotas orçamentárias das diversas Unidades Gestoras da Polícia Federal.

As atividades de acompanhamento e controle orçamentário (custeio, pessoal e investimento) foram executadas conforme planejado, sendo elaboradas ferramentas específicas para a obtenção de dados mais apurados.

As demandas financeiras da Instituição foram devidamente apresentadas à Setorial de Programação Financeira do Ministério da Justiça com vistas à liberação de recursos suficientes para a satisfação dos credores e fornecedores das Unidades Gestoras.

Dos recursos orçamentários disponibilizados à Polícia Federal em 2017, cerca de 84% destinaram-se a despesas obrigatórias e 16% a despesas discricionárias, como custeio para o funcionamento do órgão, emissão de passaportes e obras.

A fim de atender as necessidades do órgão, foram efetuadas as devidas realocações das dotações não utilizadas ou subutilizadas a projetos e atividades. Como resultado desta gestão, em 2017 a Polícia Federal obteve um índice de execução das dotações discricionárias de 92% para o custeio e 48% para o investimento.

3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Consta na LOA 2017 dotação orçamentária para os seguintes programas:

0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas Da União

0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais

0910 – Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais

0999 - Reserva de Contingência

2081 - Segurança Pública Com Cidadania

2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça

Conforme orientações, as ações a serem apresentadas neste quadro devem ser aquelas vinculadas aos programas temáticos estabelecidos no PPA 2016-2019. Em consulta aos documentos do

PPA disponíveis no site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG1, observou-se que apenas o programa temático 2081 – Justiça, Cidadania e Segurança Pública integra os programas do PPA, sendo suas ações apresentadas abaixo.

Todos os dados foram extraídos do Tesouro Gerencial – 2018 utilizando como critérios de pesquisa:

- 1) Grupo de itens do PUBLIC MENSAL e itens de informação de RESTOS A PAGAR; Saldo do mês de referência = 12; ÓRGÃO DA UG Executora = 30108; Orçamento Fiscal e de Seguridade Social = S.
- 2) O valor em 01/01/2017 dos Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores equivale à soma dos RP inscritos e RP reinscritos. Nesta consulta, foram utilizadas as Unidades Orçamentárias 30108 e 30909.

Cabe ressaltar, que a captação física não tem relação direta com a execução financeira dos restos a pagar, visto que o produto medido restringe-se ao exercício financeiro e as cobranças pendentes dos últimos meses do ano se transferem para o exercício seguinte.

¹ <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/anexo-iii.pdf>

Quadro 9: Identificação da Ação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		154U Tipo: Projeto				
Título		Construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses				
Iniciativa		07HA - Enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira por meio de integração de inteligência, padronização e integração de sistemas de TI e de informações relativas à perícia, dna, balística, identificação de pessoas, veículos e cargas. - (Nova Iniciativa).				
Objetivo		Fortalecer o enfrentamento a criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro, e atuação na faixa de fronteira. Código: 1041				
Programa		Justiça, Cidadania e Segurança Pública Código: 2081 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		30108				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.230.000,00	2.230.000,00	62.484,27	62.484,27	62.484,27	-	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Prédio Construído		% de execução	3	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6.549.449,54	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		154W Tipo: Projeto				
Título		Construção do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal no Distrito Federal				
Iniciativa		07HA - Enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira por meio de integração de inteligência, padronização e integração de sistemas de TI e de informações relativas à perícia, dna, balística, identificação de pessoas, veículos e cargas. - (Nova Iniciativa).				
Objetivo		Fortalecer o enfrentamento a criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro, e atuação na faixa de fronteira. Código: 1041				
Programa		Justiça, Cidadania e Segurança Pública 2081 Tipo: Temático				Código:
Unidade Orçamentária		30108				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.500.000,00	1.500.000,00	765.775,35	-	-	-	765.775,35
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Prédio Construído		% de execução	6	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7.110.882,47	822.203,75	-	-	-	-	

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		154Z Projeto				Tipo:
Título		Construção da Superintendência Regional no Estado do Pará				
Iniciativa		07HA - Enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira por meio de integração de inteligência, padronização e integração de sistemas de TI e de informações relativas à perícia, dna, balística, identificação de pessoas, veículos e cargas. - (Nova Iniciativa).				
Objetivo		Fortalecer o enfrentamento a criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro, e atuação na faixa de fronteira. Código: 1041				
Programa		Justiça, Cidadania e Segurança Pública 2081 Tipo: Temático				Código:
Unidade Orçamentária		30108				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.600.000,00	16.380.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Prédio Construído		% de execução física	30	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		155H		Tipo: Projeto		
Título		Construção da Delegacia de Juiz de Fora/MG				
Iniciativa		07HA - Enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira por meio de integração de inteligência, padronização e integração de sistemas de TI e de informações relativas à perícia, dna, balística, identificação de pessoas, veículos e cargas. - (Nova Iniciativa).				
Objetivo		Fortalecer o enfrentamento a criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro, e atuação na faixa de fronteira. Código: 1041				
Programa		Justiça, Cidadania e Segurança Pública			Código: 2081 Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		30108				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.200.000,00	6.764.000,00	-	-	-	-	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Prédio Construído		% de execução	40	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		15F5		Tipo: Projeto		
Título		Construção da Delegacia de São José do Rio Preto/SP				
Iniciativa		07HA - Enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira por meio de integração de inteligência, padronização e integração de sistemas de TI e de informações relativas à perícia, dna, balística, identificação de pessoas, veículos e cargas. - (Nova Iniciativa).				
Objetivo		Fortalecer o enfrentamento a criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro, e atuação na faixa de fronteira. Código: 1041				
Programa		Justiça, Cidadania e Segurança Pública			Código: 2081 Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		30108				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.480.000,00	3.136.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Prédio Construído		% de execução	40	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		15F9		Tipo: Projeto		
Título		Aprimoramento Institucional da Polícia Federal				
Iniciativa		07HA - Enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira por meio de integração de inteligência, padronização e integração de sistemas de TI e de informações relativas à perícia, dna, balística, identificação de pessoas, veículos e cargas. - (Nova Iniciativa).				
Objetivo		Fortalecer o enfrentamento a criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro, e atuação na faixa de fronteira. Código: 1041				
Programa		Justiça, Cidadania e Segurança Pública 2081 Tipo: Temático				Código:
Unidade Orçamentária		30108				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
41.955.841,00	41.810.012,00	13.345.506,31	3.412.539,25	3.411.746,10	-	9.932.967,06
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Obra concluída		unidade	12	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2586		Tipo: Atividade		
Título		Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros				
Iniciativa		07HA - Enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira por meio de integração de inteligência, padronização e integração de sistemas de TI e de informações relativas à perícia, dna, balística, identificação de pessoas, veículos e cargas. - (Nova Iniciativa).				
Objetivo		Fortalecer o enfrentamento a criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro, e atuação na faixa de fronteira. Código: 1041				
Programa		Justiça, Cidadania e Segurança Pública Código: 2081 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		30108				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
120.877.011,00	247.437.924,00	236.112.588,63	169.889.716,13	146.132.296,26	-	66.222.872,50
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Passaporte emitido		unidade	744.000	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
18.811.716,67	1.586.641,21	-	-	-	-	

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2726		Tipo: Atividade		
Título		Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União				
Iniciativa		07HA - Enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira por meio de integração de inteligência, padronização e integração de sistemas de TI e de informações relativas à perícia, dna, balística, identificação de pessoas, veículos e cargas. - (Nova Iniciativa).				
Objetivo		Fortalecer o enfrentamento a criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro, e atuação na faixa de fronteira. Código: 1041				
Programa		Justiça, Cidadania e Segurança Pública Código: 2081 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		30108				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
226.685.989,00	226.685.989,00	176.104.165,04	105.497.199,11	105.369.626,23	-	70.606.968,93
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Operação realizada		unidade	1300	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
29.579.963,85	2.936.877,76		-	-	-	

AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA DO EXERCÍCIO – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS

Os quadros a seguir apresentam as informações de ações não mais previstas na LOA e que foram executadas no exercício 2017 a título de restos a pagar não processados.

Todos os dados foram extraídos do Tesouro Gerencial utilizando como critérios de pesquisa:

- 1) Inscrição, reinscrição e execução de restos a pagar. Grupo de itens de informação de RESTOS A PAGAR; Programa Governo = 2070 - Segurança Pública com Cidadania, 2081=Justiça, Cidadania e Segurança Pública; Saldo do mês de referência = 01/2017; ÓRGÃO DA UG Executora =30108 e 30909; Orçamento Fiscal e de Seguridade Social = S.
- 2) O valor em 01/01/2017 dos Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores equivale à soma dos RP inscritos e RP reinscritos.

Cabe ressaltar que a captação física não tem relação direta com a execução financeira dos restos a pagar, visto que o produto medido restringe-se ao exercício financeiro e as cobranças pendentes dos últimos meses do ano se transferem para o exercício seguinte.

Quadro 10: Identificação da Ação

Identificação da Ação					
Código	155J			Tipo: Projeto	
Título	Ampliação, Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal				
Iniciativa	Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento do Sinesp. Código: 03DV				
Objetivo	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material. Código: 0830				
Programa	Segurança Pública com Cidadania	Código: 2070	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	30108				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade e de medida	Realizado
567.204,38	-	32.939,20	Unidade reformada	% execução	-

Identificação da Ação					
Código	15F2			Tipo: Projeto	
Título	CONSTRUCAO DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DA PARAIBA				
Iniciativa	06YZ - Construção do Edifício Sede da Polícia Federal no Estado da Paraíba				
Objetivo	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira. 1041.				
Programa	Segurança Pública com Cidadania	Código: 2081	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	30108				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não		Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
6.600.000,00	2.838.693,07	-	Unidade reformada	% execução	-

Identificação da Ação					
Código	15F6			Tipo: Projeto	
Título	REFORMA E AMPLIACAO DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO				
Iniciativa					
Objetivo	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira. 1041.				
Programa	Segurança Pública com Cidadania	Código: 2081	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	30108				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não		Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.927.101,00	1.927.101,00	-	Unidade reformada	% execução	-

Identificação da Ação					
Código	20IC			Tipo: Atividade	
Título	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON				
Iniciativa	Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões.				
Objetivo	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.				
Programa	Segurança Pública com Cidadania		Código: 2070	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	30108 e 30909				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
21.688.345,14	11.134.343,75	245.508,39	Operação apoiada	unidade	-

Identificação da Ação					
Código	20UE			Tipo: Atividade	
Título	Aprimoramento Institucional da Polícia Federal				
Iniciativa	Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento da Rede Infoseg, do SINISP e do SIS.				
Objetivo	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.				
Programa	Segurança Pública com Cidadania		Código: 2070	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	30108				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
11.116.559,63	2.203.647,62	1.611,25	Instituição aprimorada	unidade	-

Identificação da Ação					
Código	20V2			Tipo: Atividade	
Título	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - Cintepol				
Iniciativa	Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial				
Objetivo	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material				
Programa	Segurança Pública com Cidadania	Código: 2070	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	30108				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
834.791,00	-	834.791,00	Acesso realizado	unidade	-

Identificação da Ação					
Código	128K			Tipo: Atividade	
Título	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE VEICULOS AEREOS NAO TRIPULADOS - SISVANT				
Iniciativa	Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)				
Objetivo	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.				
Programa	Segurança Pública com Cidadania	Código: 2070	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	30909				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
217.380,00	-	-	Acesso realizado	unidade	-

Identificação da Ação					
Código	8980		Tipo: Atividade		
Título	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDEAL				
Iniciativa	Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.				
Objetivo	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.				
Programa	Segurança Pública com Cidadania		Código: 2070	Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	30909				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
127.351,74	-	-	Acesso realizado	unidade	-

ACÇÕES – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – OI

Este item não se aplica à PF, pois a composição do orçamento do órgão limita-se às esferas Fiscal e de Seguridade Social, não havendo ações integrantes do orçamento de investimento. Dados em conformidade com a LOA 2017.

Os critérios para levantamento desses valores no Tesouro Gerencial 2018 foram:

- Grupo: Public Mensal
- Unidade Orçamentária=30108
- Mês de referência = 12/2017
- Itens de informação = Dotação

Quadro 11: Ações – Orçamento de Investimento - OI

Esfera Orçamentária	Item Informação	9	10	13	14
		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ATUALIZADA	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA
1	ORÇAMENTO FISCAL	4.486.847.532,00	844.974.577,00	5.161.893.974,00	(169.928.135,00)
2	ORÇAMENTO DE SEGURIDADE SOCIAL	1.639.755.648,00	430.030.436,00	2.069.786.084,00	0,00

3.3.2. Fatores Intervenientes no desempenho orçamentário

Foi identificada a necessidade de incremento na LOA/2017 para financiar todas as atividades da PF. Após tratativas e providências das instâncias superiores, houve a suplementação do orçamento em R\$ 102 milhões, a qual foi materializada pela Lei nº 13.469, de 19/07/2017.

3.3.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

3.3.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Quadro 12: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	COORDENACAO DE ORCAMENTO E FINANÇAS - COF/DPF					
UG/GESTÃO:	200336/0001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Termo de Execução Descentralizada	1	1	2	1.383.277,02	885.785,45	417.069,07
Totais	1	1	2	1.383.277,02	885.785,45	417.069,07

Fonte: SIAFI

Quadro 13: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: COORDENACAO DE ORCAMENTO E FINANÇAS - COF/PF					
UG/GESTÃO: 200336/00001					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Termo de Execução Descentralizada
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	1
		Montante Repassado	-	-	1.130.388,50
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	2
		Montante Repassado	-	-	1.439.477,02
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: SIAFI

Observação: Os 2 (dois) TED's com contas ainda não prestadas encontram-se vigentes.

Quadro 14: Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: COORDENACAO DE ORCAMENTO E FINANÇAS - COF/DPF				
UG/GESTÃO: 200336/00001				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Cooperação
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-	1
	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	1.130.388,50
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-
Fonte: SIAFI				

Valores em R\$ 1,00

Quadro 15: Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: COORDENACAO DE ORCAMENTO E FINANÇAS - COF/DPF					
UG/GESTÃO: 200336/00001					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-

Observação: Os 2 (dois) TED's com contas ainda não prestadas encontram-se vigentes.

3.3.4. Informações sobre a execução das despesas

DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Os dados foram extraídos do Tesouro Gerencial – 2016 e 2017 utilizando como critérios de pesquisa:

- 1) Grupo de Itens: Itens de informação referentes às despesas executadas (despesas executadas = despesas liquidadas + despesas inscritas em restos a pagar) e as despesas pagas no exercício 2016 e 2017; Saldo do mês de referência = 12; Unidade Orçamentária=30108, 30909; Orçamento Fiscal e de Seguridade Social = S.
- 2) Para as despesas de pessoal foram considerados os valores que compõe o Grupo de Despesa=1 – Pessoal e Encargos Sociais, excluindo os elementos de despesa 14 e 15, além das naturezas de despesas 33903602, 33903603, 44903602 e 449303603 que equivalem a diárias a colaboradores eventuais no país e no exterior.

Quadro 16 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	432.962.419,69	6,72	501.757.655,76	9,10	272.888.705,55	4,42	262.472.137,57	
a) Convite	172.623,73	-	-	-	-	-	-	5,08
b) Tomada de Preços	1.950.220,90	0,03	2.051.549,95	0,03	25.971,74	-	640.838,90	-
c) Concorrência	9.126.797,18	0,14	32.888.718,33	0,59	1.620.127,81	0,02	3.240.030,60	0,01
d) Pregão	421.712.777,88	6,54	466.817.387,48	8,47	271.242.606,00	4,39	258.591.268,07	0,06
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	232.593.219,37	3,61	253.164.146,22	4,59	135.245.500,45	2,19	207.391.557,13	4,01
h) Dispensa	86.523.615,46	1,34	95.072.145,34	1,72	61.870.633,75	1,00	70.036.653,30	1,35
i) Inexigibilidade	146.069.603,91	2,26	158.092.000,88	2,86	73.374.866,70	1,18	137.354.903,83	2,66
3. Regime de Execução Especial	12.504.760,25	0,19	13.610.747,31	0,24	12.504.760,25	0,20	13.610.747,31	0,26
j) Suprimento de Fundos	12.504.760,25	0,19	13.610.747,31	0,24	12.504.760,25	0,20	13.610.747,31	0,26
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	5.762.808.327,99	89,47	4.742.832.676,63	86,05	5.751.387.574,70	93,18	4.678.522.649,35	90,63
k) Pagamento em Folha	5.679.367.587,96	88,17	4.659.172.179,26	84,53	5.668.027.995,70	91,83	4.594.877.214,36	89,01
l) Diárias	83.440.740,03	1,29	83.660.497,37	1,51	83.359.579,00	1,35	83.645.434,99	1,62
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	6.440.868.727,30	100,00	5.511.365.225,92	100,00	6.172.026.540,95	100,00	5.161.997.091,36	100,00
6. Total das Despesas da UPC	6.440.868.727,30	100	5.511.365.225,92	100	6.172.026.540,95	100	5.161.997.091,36	100

DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Conforme orientações para elaboração do quadro “Despesas por grupo e elemento de despesa”, esse quadro demonstra a execução da despesa de acordo com a classificação nos grupos e elementos de despesa, composto por quatro colunas com os seguintes campos: Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos, sendo que cada coluna é representada pelos dois últimos exercícios. As linhas, por sua vez, discriminam as Despesas Correntes e Despesas de Capital.

Todos os dados foram extraídos do Tesouro Gerencial – 2016 e 2017 utilizando como critérios de pesquisa:

- 1) Grupo de Itens: Itens de Public Mensal; Mês de Referência = dez/2016 e dez/2017; Unidade Orçamentária = 30108; Item Informação = despesas empenhadas, despesas liquidadas, despesas inscritas em rp não processados, despesas pagas.
- 2) O rol de elementos de despesa apresentados em cada Grupo da Despesa Corrente foi ordenado em ordem decrescente da despesa Empenhada em 2017.

Quadro 17: Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.029.831.276,82	2.455.024.318,52	3.029.731.276,82	2.453.576.772,13	100.000,00	1.447.546,39	3.029.728.491,69	2.453.550.706,04
Aposent.Rpps, Reser. Remuner. e Refor.Militar	1.435.232.233,28	1.108.917.361,94	1.435.189.498,89	1.108.823.616,86	42.734,39	93.745,08	1.435.189.498,89	1.108.811.953,37
Obrigacoes Patronais	613.281.300,20	508.067.251,62	613.194.475,89	507.926.561,66	86.824,31	140.689,96	613.194.475,89	507.926.561,66
Demais elementos do grupo	601.022.777,66	587.163.247,18	589.952.075,82	524.739.378,37	11.070.701,84	62.423.868,81	589.915.529,23	524.587.993,29
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Servicos de Terceiros - PJ	329.860.759,71	418.649.113,59	219.684.009,88	305.487.652,98	110.176.749,83	113.161.460,61	218.712.469,37	302.162.220,91
Indenizações e Restituições	204.538.092,01	136.583.363,48	178.286.449,27	96.075.548,26	26.251.642,74	40.507.815,22	154.319.183,89	96.015.328,91
Locacao de Mao-De-Obra	154.689.457,35	136.620.303,08	135.985.437,97	117.530.182,37	18.704.019,38	19.090.120,71	134.344.019,72	117.191.767,65
Demais elementos do grupo	353.726.182,25	303.616.327,80	296.664.393,53	273.444.076,41	57.061.788,72	30.172.251,39	296.078.942,60	273.312.986,28

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
Equipamento e material permanente	61.657.680,03	95.567.854,01	3.757.542,75	3.669.706,91	57.900.137,28	91.898.147,10	3.753.453,82	3.655.878,81
Obras e instalações	14.161.396,30	39.370.002,13	3.412.589,22	4.354.855,55	10.748.807,08	35.015.146,58	3.411.796,07	4.354.855,55
Despesas de Exercícios Anteriores	7.316.297,57	589.463,85	153,21	485.210,52	7.316.144,36	104.253,33	153,21	206.338,52
Demais elementos do grupo	23.285,17	1.809.043,11	23.285,17	1.809.043,11	-	-	23.285,17	1.809.043,11
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

As Despesas Correntes em 2017 mantiveram padrão de execução semelhante às mesmas despesas em 2016. O maior montante executado no GD Despesas de Capital em 2017 engloba os elementos de despesa Equipamento e material permanente, Obras e instalações e Despesas de Exercícios Anteriores, semelhante ao que foi apresentado em 2016.

Nos investimentos em obras e instalações também houve incremento, pois foram realizadas reformas e a construção de novas unidades da Polícia Federal em todo território nacional.

3.4 Desempenho operacional

Além dos resultados de desempenho apresentados no item 3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos segue abaixo apresentação e análise de indicadores de desempenho.

3.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Quadro 18: Indicadores de desempenho institucional (medidos no nível global)

Denominação	Objetivo Institucional	Índice de Referência* (Medição realizada em dez/2016)	Índice Previsto (meta 2017)	Índice Observado (2017)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo	Análise do Resultado
Esforço para capacitação	Valorizar o Servidor	43,74 horas-aula por servidor	75,1 horas-aula por servidor	135,16 horas-aula por servidor	Anual	[Quantidade de horas aulas realizadas (EAD e presenciais)/Número total de servidores na ativa (Média de número de servidores obtida no início e final do ano)]	Análise do Resultado 2017: O resultado de 2017 foi 19% acima da média histórica e quase 80% acima do valor estimado para este indicador. Por se tratar de um indicador que mede todo o esforço de capacitação da ANP para a PF, os processos de cálculo do mesmo foram ampliados de modo a apresentar o esforço real de capacitação da PF, assim foram incluídos no cálculo os cursos da escola Superior de Polícia e os cursos contratados de terceiros pelo Comitê Gestor de Capacitação. Com esses ajustes os dados do indicador referentes ao ano de 2016, 2015 e 2014 foram alterados e reajustados para um valor que possa ser comparado. Com o ajuste da metodologia de cálculo a consequência na meta estimada também se apresenta necessária, assim a meta anterior de 75,1 horas-aula por servidor foi adequada a média histórica dos últimos 4 anos que é de 113 horas-aula por servidor.
Eficácia dos inquéritos da Polícia	Reduzir a Criminalidade	72,28%	71%	72,74%	Anual	[(Quantidade de inquéritos relatados com indicação da	O percentual alcançado pela PF em 2017 é elevado e demonstra a eficiência das suas

Denominação	Objetivo Institucional	Índice de Referência* (Medição realizada em dez/2016)	Índice Previsto (meta 2017)	Índice Observado (2017)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo	Análise do Resultado
Federal						autoria de todas as unidades da PF no período em apuração + Quantidade de inquéritos relatados sem indicação da autoria por não constatação de prática de infração penal de todas as unidades da PF no período em apuração) / Quantidade total de inquéritos relatados de todas as unidades do DPF no período em apuração) * 100.	investigações conduzidas por meio de inquéritos policiais
Índice de acessos ao Portal CINTEPOL	Reduzir a Criminalidade	3,275 ¹	0,600 ²	0,593	Anual	<p>² Fórmula de cálculo a partir de 2017: [Número de servidores da PF que utilizaram as ferramentas do CINTEPOL / Número total de servidores da PF (ativos e cedidos)].</p> <p>¹ Fórmula de cálculo até 2016: [Número de servidores que utilizam o Portal Cintepol/Número total de licenças de AD]</p>	A partir deste ano, foi utilizada a fórmula de cálculo que considera a proporção do número de servidores da PF que utilizaram as ferramentas do Cintepol em relação ao número total de servidores. Desta forma, o índice apurado resultou bem próximo da meta estimada para o período.
Número de usuários externos com acesso às ferramentas do	Reduzir a Criminalidade	149	170	147	Anual	Número absoluto de usuários externos com acesso às ferramentas do Cintepol	O valor apurado em 2017 (147) manteve-se no mesmo patamar do ano anterior (149), não tendo sido feita

Denominação	Objetivo Institucional	Índice de Referência* (Medição realizada em dez/2016)	Índice Previsto (meta 2017)	Índice Observado (2017)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo	Análise do Resultado
Cintepol							nenhuma expansão. Portanto, a meta (170) não foi atingida, motivo pelo qual foram revistas as metas subsequentes (ano 2018, meta = 170 e 2019=190).
Relação entre os Inquéritos Relatados e Instaurados	Reduzir a Criminalidade	0,92	0,9	0,93	Anual	[Inquéritos Relatados/Inquéritos Instaurados]	Ocorreu o cumprimento da meta de forma satisfatória, sem outras observações relevantes que mereçam registro.
Prazo Médio dos Pregões Eletrônicos	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais	279 dias	120 dias	332 dias	Anual	Média dos prazos dos processos de licitação concluídos na modalidade Pregão Eletrônico	O resultado do indicador sofreu forte efeito decorrente da efetivação de certames iniciados há vários anos, mas que tiveram sua tramitação suspensa por motivos diversos, tais como perda de prioridade ou restrições orçamentárias, sendo levados a cabo apenas no presente exercício. Nessa situação destacam-se os casos das aquisições de bastões retráteis e das placas de sinalização fotoluminescente de edificações, ambas iniciadas em 2014 e concluídas no presente exercício.
Índice de execução das obras	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais	0,2564	1	0,17	Anual	[Valor Executado / Valor Planejado]	A queda do índice no exercício de 2017 ocorreu, em especial por problemas nas licitações, que em alguns casos foram frustradas e em outros só foram finalizadas na virada do exercício. Além disso, a Administração optou por não contratar obras cujos projetos estavam prontos, por mudanças de diretrizes.
Índice de execução do total dos créditos recebidos (por	Integrar o Orçamento ao Planejamento	0,96 - Outras Despesas	0,95	0,92 - Outras Despesas	Anual	[Valor empenhado/Valor recebido]	O resultado obtido decorreu de esforços da DLOG/PF em realocar os recursos não utilizados no encerramento do exercício,

Denominação	Objetivo Institucional	Índice de Referência* (Medição realizada em dez/2016)	Índice Previsto (meta 2017)	Índice Observado (2017)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo	Análise do Resultado
categoria econômica) das despesas discricionárias	Estratégico	Correntes 0,93 - Investimentos		Correntes 0,48 - Investimentos			destinando-os a demandas antes represadas, seja de investimento, seja de custeio.
Quantidade de operações especiais de polícia judiciária (OEPJ) desencadeadas pelo Departamento de Polícia Federal	Reduzir a Criminalidade	550 OEPJ	577 OEPJ	538 OEPJ	Anual	Somatório da quantidade de operações especiais de polícia judiciária desencadeadas pelo Departamento de Polícia Federal no período de apuração (anual)	A PF devido à redução do seu efetivo, decorrente da saída de vários policiais que se aposentaram e, em razão da não realização de novos concursos, não conseguiu atingir totalmente a meta estipulada para 2017, tendo atingido 93,24%. Em 2018 e 2019 a meta foi revista para 543 OEPJ por ano. Destaca-se a necessidade de novos concursos para contratação de policiais. Importante, além disso, a liberação dos recursos financeiros previstos, a fim de se permitir o atingimento da meta dessas operações.

Considerando a necessidade de estabelecer indicadores e metas de desempenho das Superintendências Regionais (SR) e suas unidades vinculadas para direcionar as ações como uma forma de desdobramento dos Objetivos Institucionais do Plano Estratégico 2014-2022 da PF, o Conselho Superior de Polícia aprovou onze indicadores de desempenho, por meio da Resolução nº 003-CSP/DPF, de 26 de março de 2015, publicada no BS 060, de 30 de março de 2015, retificada pela Nota para BS Nº 78/2015-DG/DP, de 31 de março de 2015, publicada no BS 062, de 1º de abril de 2015.

Além disso, durante o ano de 2015, foram elaborados outros dois indicadores, propostos pelos gestores dos respectivos processos, os quais também compõem o conjunto de indicadores de desempenho das unidades descentralizadas.

A primeira medição desses indicadores (relacionados na tabela a seguir) foi em 2015, e, a partir daí, foram definidas metas para 2016, 2017, 2018 e 2019 para cada SR (e suas unidades vinculadas), demonstrando a contribuição esperada de cada SR para os resultados da instituição, nesses períodos. Anualmente, os gestores dos processos nas unidades centrais, a partir da medição verificada e de outras informações, reavalia as metas estabelecidas, podendo ou não realizar ajustes necessários.

Tabela 27: Indicadores de desempenho das unidades descentralizadas da PF (medidos e consolidados por Unidade da Federação – SRs e suas unidades vinculadas)

Denominação	Objetivo Institucional	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
1. Relação entre inquéritos relatados e instaurados	Reduzir a Criminalidade	Anual	[Quantidade de inquéritos relatados de todas as unidades vinculadas à Superintendência Regional no período em apuração / Quantidade de inquéritos instaurados de todas as unidades vinculadas à Superintendência Regional no período em apuração] * 100.
2. Relação entre as cartas precatórias cumpridas e/ou devolvidas e as cartas precatórias recebidas pela Superintendência Regional e suas unidades vinculadas	Reduzir a Criminalidade	Anual	[Quantidade de cartas precatórias cumpridas + quantidade de cartas precatórias devolvidas pela SR e suas unidades vinculadas no período em apuração / Quantidade de cartas precatórias recebidas pela SR e suas unidades vinculadas no período em apuração] * 100.
3. Relação entre Notícias-crime analisadas pela Corregedoria e Notícias-crime protocoladas na Superintendência Regional e suas unidades vinculadas	Reduzir a Criminalidade	Anual	[Quantidade de Notícias-crimes analisadas pela Corregedoria no período em apuração / Quantidade de Notícias-crime protocoladas na SR e suas unidades vinculadas no período em apuração] * 100.
4. Relação entre a quantidade de operações especiais de polícia judiciária e o total de servidores da Superintendência Regional e de suas unidades jurisdicionadas	Reduzir a Criminalidade	Anual	[Total da quantidade de operações especiais da SR e de suas unidades descentralizadas no período em apuração / Quantidade total de servidores da SR e de suas unidades descentralizadas]
5. Relação entre a quantidade inquéritos relatados COM INDICAÇÃO DA AUTORIA somados aos relatados SEM INDICAÇÃO DA AUTORIA por não constatação de prática de infração penal e o total de inquéritos relatados (Eficácia dos inquéritos do Departamento de Polícia Federal)	Reduzir a Criminalidade	Anual	[(Quantidade de inquéritos relatados com indicação da autoria de todas as unidades vinculadas à SR no período em apuração + Quantidade de inquéritos relatados sem indicação da autoria por não constatação de prática de infração penal de todas as unidades vinculadas à SR no período em apuração) / Quantidade total de inquéritos relatados de todas as unidades vinculadas à SR no período em apuração] * 100.
6. Relação entre a quantidade de vistorias realizadas em empresas de segurança privada na circunscrição da Superintendência Regional (DELESP e Delegacias Descentralizadas) e o total	Promover a Cidadania	Anual	[Quantidade de vistorias de empresas de segurança privada realizadas na circunscrição/Total de empresas de segurança privada da circunscrição]*100

Denominação	Objetivo Institucional	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
de empresas de segurança privada da circunscrição da SR			
7. Relação entre a quantidade de vistorias realizadas em agências bancárias e postos de atendimento bancário na circunscrição da Superintendência Regional (DELESP e Delegacias Descentralizadas) e o total de agências bancárias e postos de atendimento bancário da circunscrição da SR	Promover a Cidadania	Anual	[Quantidade de vistorias realizadas em agências bancárias e postos de atendimento bancário na circunscrição da SR/Total de agências bancárias e de postos de atendimento bancário da circunscrição da SR]*100
8. Relação entre a quantidade de passaportes comuns emitidos na circunscrição da SR e o total de estações de trabalho de expedição de passaportes cadastradas nos postos de expedição de passaportes da SR	Promover a Cidadania	Anual	[Quantidade de passaportes comuns emitidos na circunscrição da SR/Total de estações de trabalho de expedição de passaportes cadastradas nos postos de expedição de passaportes da SR]
9. Tempo de espera para atendimento nas cabines de fiscalização migratória localizadas nas áreas de embarque internacional de aeroportos	Promover a Cidadania	Anual	Os dados serão coletados nos principais aeroportos brasileiros (atualmente nos aeroportos internacionais em Manaus, Campinas, Confins, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, Brasília, Galeão, Guarulhos e Natal), pela empresa especializada contratada pela SAC para a realização de pesquisa in loco. O Comitê Técnico de Indicadores da Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (CONAERO) encaminha os relatórios trimestrais à Divisão de Controle de Imigração (DCIM/CGPI/DIREX). Com base nos relatórios disponibilizados, irá somar os resultados de cada trimestre, correspondentes ao aeroporto internacional de sua circunscrição, dividir o número alcançado por 4, chegando-se, assim, a uma média anual. Fórmula: $[(te\ 1^{\circ}t + te\ 2^{\circ}t + te\ 3^{\circ}t + te\ 4^{\circ}t)/4]$, onde: "te 1ºt" corresponde ao tempo de espera para atendimento nas cabines de fiscalização migratória localizadas nas áreas de embarque internacional no primeiro trimestre do ano sob apuração (e assim respectivamente para o 2º, 3º e 4º trimestres).
10. Tempo de espera para atendimento nas cabines de fiscalização migratória	Promover a Cidadania	Anual	Os dados serão coletados nos principais aeroportos brasileiros (atualmente nos aeroportos internacionais em Manaus, Campinas, Confins, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, Brasília, Galeão, Guarulhos e Natal), pela empresa especializada contratada pela SAC para a realização de pesquisa in loco. O Comitê

Denominação	Objetivo Institucional	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
localizadas nas áreas de desembarque internacional de aeroportos			Técnico de Indicadores da Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (CONAERO) encaminha os relatórios trimestrais à Divisão de Controle de Imigração (DCIM/CGPI/DIREX). Com base nos relatórios disponibilizados, irá somar os resultados de cada trimestre, correspondentes ao aeroporto internacional de sua circunscrição, dividir o número alcançado por 4, chegando-se, assim, a uma média anual. Fórmula: $[(te\ 1^o + te\ 2^o + te\ 3^o + te\ 4^o)/4]$, onde: "te 1º" corresponde ao tempo de espera para atendimento nas cabines de fiscalização migratória localizadas nas áreas de desembarque internacional no primeiro trimestre do ano sob apuração (e assim respectivamente para o 2º, 3º e 4º trimestres).
11. Produtividade média de elaboração de laudos de perícia criminal da Superintendência Regional	Reduzir a Criminalidade	Anual	[Número de laudos periciais criminais elaborados em todas as unidades de criminalística vinculadas à SR] / [Número de Peritos Criminais Federais (PCFs) atuantes na elaboração de laudos periciais criminais na SR e nas suas unidades descentralizadas].
12. Quantidade de operações especiais de polícia judiciária desencadeadas pela Superintendência Regional de Polícia Federal *	Reduzir a Criminalidade	Anual	Somatório da quantidade de operações especiais de polícia judiciária desencadeadas pela Superintendência Regional de Polícia Federal (SR/DPF) e suas descentralizadas no período de apuração, com o total agregado por UF.
13. Disponibilidade imediata de vagas em dias de agendamento eletrônico para atendimento ao cidadão requerente de passaporte*	Promover a Cidadania	Mensal	O cálculo da Média mensal de dias para Atendimento é realizado de forma automatizada pelo sistema SINPAWEB. Uma rotina automatizada simula diariamente um conjunto de solicitações de agendamento para atendimento ao cidadão requerente de passaporte obtendo o número de dias até a data da última vaga disponível.
* Indicadores Propostos Após Deliberação Do CSP.			

No **Anexo II**, apresentam-se as informações dos resultados das medições desses indicadores em 2015 a 2017 e as metas previstas para 2016 a 2019, em forma de tabelas.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança interna da Polícia Federal consiste na existência de segmentos cuja finalidade é auxiliar o órgão no alcance dos objetivos institucionais.

Como primeira instância de governança, está instituído, nos termos da Instrução Normativa nº 4/1994-PF, de 18 de abril de 1994, o Conselho Superior de Polícia - CSP, como órgão de deliberação coletiva, integrante da estrutura básica organizacional do Polícia Federal. Com funcionamento permanente, sua finalidade é orientar as atividades policiais e administrativas em geral e examinar assuntos de alta relevância submetidos ao Diretor-Geral, tendo como membros os titulares dos órgãos centrais. As matérias sob sua deliberação devem se referir ao que dispõe o Regimento Interno e as normas da Polícia Federal.

A Polícia Federal conta também com um Assessor de Controle Interno, cujas atribuições estão previstas na Instrução Normativa nº 13/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, resumidas em: assessorar o Diretor-Geral em assuntos relacionados à aderência do órgão às normas e diretrizes da Administração Pública Federal; atuação preventiva junto aos dirigentes das unidades centrais e descentralizadas, com o objetivo de evitar impropriedades na execução dos recursos orçamentários e financeiros destinados à PF; comunicação interna de decisões dos Sistemas de Controles Interno e Externo da União; comunicação externa com órgãos diversos, em especial com o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU.

Acrescenta-se a existência de 16 (dezesseis) Unidades de Controle Interno em Superintendências Regionais, replicando nas estruturas descentralizadas a instância de assessoramento técnico especializado presente na sede da Polícia Federal.

Em suporte ao processo de aperfeiçoamento da governança, em maio de 2014, foi publicada a Portaria nº 4.453/2014-DG/DPF, que atualizou o Planejamento Estratégico da PF, com destaque ao Objetivo Institucional “Fortalecer a Governança”, direcionado a robustecer os mecanismos do órgão que definem o direcionamento estratégico, supervisionam a gestão, promovem o envolvimento das partes interessadas, gerenciam riscos estratégicos, monitoram os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, e promovem a *accountability* e a transparência, garantindo a eficácia e a efetividade das ações e fornecendo subsídios para processo decisório de qualidade.

Como ações de fortalecimento da governança, informa-se que desde 2012 a área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC evidencia uma estrutura de governança específica, o Comitê de Governança em Telemática - CGT, cuja composição e funcionamento foram estabelecidos na Instrução Normativa nº 54/2012-DG/DPF, de janeiro de 2012. O CGT é presidido pelo gestor da área de Tecnologia da Informação e Comunicação da PF que não tem direito a voto, e formado por este e por representantes de todas as Diretorias. Cabe ao CGT auxiliar a Direção-Geral na consolidação das políticas de gestão e no planejamento das ações de TIC.

Ainda com relação à área de TIC, existe a Política de Gestão de Continuidade de Negócios, instituída pela Portaria nº 4.859/2014-DG/DPF, de outubro de 2014, e mais a Política de Gestão de Riscos de Segurança da Informação, estabelecida pela Portaria nº 5.633-DG/PF, de agosto de 2015.

Em acréscimo, durante o exercício de 2015, houve a publicação da Resolução nº 4, de 26 de março de 2015, do Conselho Superior de Polícia da PF, que estabeleceu o Código de Ética da Polícia Federal.

Apesar de a Polícia Federal não contar com uma unidade de auditoria interna, dada a impossibilidade legal de adoção da mesma no âmbito da administração federal direta, registram-se avanços no desenvolvimento de parâmetros para a criação de um Plano Anual de Auditoria Interna, bem como das etapas para a realização dessa atividade técnica especializada.

Como outro pilar da estrutura de governança está o sistema de correição da PF, constituído no Regimento Interno como unidade central a Corregedoria-Geral - COGER/PF. Esta, por sua vez, conta com 2 (duas) unidades específicas para desenvolvimento de atividades de correição: a Coordenação-Geral de Correições - CGCOR/COGER/PF e a da Coordenação de Disciplina – CODIS/COGER/PF.

Ademais, as unidades descentralizadas possuem em suas estruturas regimentais as Corregedorias Regionais de Polícia Federal, que são responsáveis, entre outros, por planejar e executar o Plano de Correições e determinar a instauração de procedimentos para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na respectiva Superintendência Regional.

Complementarmente, agregam valor à estrutura interna de governança a existência dos controles internos administrativos consubstanciados nos normativos internos; nos controles setoriais de procedimentos; nas fiscalizações internas; nas ações como revogação e anulação de atos administrativos; nas apurações de responsabilidades quando da ocorrência de fraudes, desvios e danos ao erário, com o devido ressarcimento aos cofres públicos; e nas comunicações oficiais por meio de Boletins de Serviço ou e-mail funcional.

Quanto à estrutura de governança externa à UPC, vale destacar os trabalhos desenvolvidos pela Advocacia-Geral da União, que como órgão governante superior assiste a PF no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados no âmbito do órgão.

Mencionem-se ainda os trabalhos de auditorias anuais de gestão, de auditorias de acompanhamento e de julgamento das contas da PF realizados pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União.

4.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O sistema de correição conta com a presença, na unidade central, da Corregedoria-Geral (COGER/PF) e de 27 (vinte e sete) Corregedorias Regionais, uma em cada Superintendência Regional. A autoridade competente para instaurar e julgar os procedimentos instaurados no âmbito da Corregedoria-Geral é o Corregedor-Geral. Nas unidades descentralizadas, essa atribuição é do Superintendente Regional.

A COGER/PF dispõe de 02 (duas) unidades específicas para desenvolvimento de atividades de correição: a Coordenação-Geral de Correições (CGCOR/COGER/PF) - responsável pela correição dos inquéritos policiais e a Coordenação de Disciplina (CODIS/COGER/PF) - responsável pela correição dos procedimentos administrativos disciplinares. Nas Superintendências Regionais tais atividades são desempenhadas, respectivamente, pelo Núcleo de Correições (NUCOR/COR/SR/PF) e Núcleo de Disciplina (NUDIS/COR/SR/PF).

Na Corregedoria-Geral e nas Corregedorias Regionais funcionam as Comissões Permanentes de Disciplina (CPDs). Cada comissão é composta de quatro servidores, sendo um presidente, dois membros e um secretário.

Segue o relatório com a descrição sucinta dos fatos apurados no exercício de 2017 ou em apuração pelas Comissões de Inquérito em Processos Administrativos Disciplinares (PAD) e Sindicâncias instauradas na unidade jurisdicionada, com o intuito de apurar Dano ao Erário, fraudes e corrupção.

Quanto à inserção dos procedimentos administrativos disciplinares no Sistema CGU-PAD, informamos que todas as Unidades deste Departamento de Polícia Federal cumprem os preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº.1043, de 24/07/2007.

Quadro 19: Procedimentos disciplinares

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES E PENALIDADES APLICADAS								
Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD)	412	366	242	258	216	178	125	151
Sindicância Investigativa	980	718	556	583	610	583	502	459
Defesa Prévia	-	-	327	326	441	430	405	346
Sindicância Acusatória	22	22	7	19	7	10	11	8
Sindicância Patrimonial	18	18	18	21	6	6	10	8
Advertência Aplicada	12	25	17	14	15	17	7	3
Repreensão Aplicada	18	7	6	4	15	10	2	4
Suspensão Aplicada (até 30 dias)	128	134	124	69	74	95	65	52
Suspensão Aplicada (acima de 30 dias)	0	0	2	3	4	6	5	1
Demissão	15	28	18	16	8	13	33	31
Cassação de aposentadoria	0	1	8	3	0	10	4	2
Nota de Culpa	3	15	8	5	9	5	13	9

(Fonte: COGER)

2017			
	Expedientes Julgados	Expedientes com punição	Servidores Punidos
PAD	149	76	106
Sind. Acusatória	10	4	4
Total	159	80	110

Comparados aos do ano anterior, os números de 2017 indicam um aumento de cerca de 20% no número de PADs instaurados, quebrando a trajetória de queda verificada nos últimos anos. Se o aumento constitui uma tendência de alta ou apenas um “solução” (tal como o experimentado em 2013) seguido da retomada do trajeto descendente, só será possível dizer com acompanhamento e cotejo dos números futuros.

As penalidades aplicadas em 2017 o foram em quantidades semelhantes às de 2016, considerando cada espécie de pena. Embora tenha caído o número de processos com punição em relação ao total de processos julgados no ano, a proporção (50,3%) ainda reflete a busca de maior efetividade para os procedimentos disciplinares, por meio de, entre outros fatores importantes, um aprimoramento do juízo de admissibilidade dos procedimentos acusatórios – mais complexos e dispendiosos. Estes vêm sendo instaurados, de modo geral, apenas naqueles casos em que de fato se mostram necessários – o que, por outro lado eleva as chances de que resultem em punições aos servidores acusados.

A alimentação do sistema CGU-PAD com os dados dos procedimentos instaurados na PF – cuja obrigatoriedade é inclusive reforçada pelo principal ato normativo interno sobre procedimentos disciplinares (IN nº 076/2013-DG/DPF) –, pode ser considerada satisfatória, ainda mais em vista das dimensões do sistema de correição da PF, que abrange a Sede e unidades descentralizadas espalhadas pelos vinte e seis estados da Federação, além do Distrito Federal. As omissões e inconsistências porventura identificadas, tanto pelos controles internos da PF quanto pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, são prontamente sanadas.

4.3 Gestão de riscos e controles internos

Em 4 de agosto de 2015, por meio da Portaria nº 5.633-DG/PF, foi institucionalizada a Política de Gestão de Riscos de Segurança da Informação da Polícia Federal, relevante instrumento que visa à definição de responsabilidades, princípios e diretrizes para o estabelecimento de um processo sistemático para controlar os riscos que afetam os ativos de tecnologia da informação da PF, incluindo a identificação, a análise e a avaliação de riscos, bem como o tratamento, o monitoramento e a comunicação dos riscos identificados.

Também em 2015, a Direção-Geral aprovou a atualização do Manual de Planejamento Operacional, elaborado no intuito de aperfeiçoar e difundir a doutrina de planejamento operacional, uniformizando as ações e operações da PF. Ao longo dos anos, as ações da PF despertam a atenção do país, seja por combater a criminalidade de forma impessoal em nome de todos os brasileiros, seja pela capacidade de realizar robustas operações policiais com absoluto sigilo, êxito e, muitas vezes, sem a necessidade de qualquer uso de armamento letal. Uma das razões desse sucesso está no respeito à doutrina de planejamento operacional da instituição.

Nesse Manual, item importante diz respeito ao princípio da segurança, que é orientador de toda atividade policial. Especificamente em relação ao planejamento operacional, tal princípio implica a adoção de todas as providências necessárias à minimização dos riscos que envolvem determinada operação policial. Deve nortear o planejamento nos aspectos que abrangem a proteção de pessoas (servidores e terceiros) e a preservação das informações, instalações e equipamentos. Questões concernentes à gestão de riscos relativos à compartimentação de informações, ao trâmite e à guarda de documentos sigilosos, à composição qualitativa e quantitativa das equipes, bem como à escolha do armamento e equipamento, são alguns dos desdobramentos do princípio da segurança aplicados ao planejamento operacional.

Com o objetivo de aprimorar a atuação da PF e atender ao disposto na Instrução Normativa Conjunta nº 1 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, de 10 de maio de 2016, foi publicada a Portaria nº 7.413-DG/PF, de 8 de setembro de 2017, que instituiu a Política de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos e o respectivo Comitê.

Como resultado imediato da instituição dessa Política, foi iniciado e está em andamento o Projeto 001-2017/CGE - Estruturação da Gestão de Riscos na PF, patrocinado pelo Diretor-Geral e que tem como objeto a estruturação, formalização e disseminação da Gestão de Riscos no âmbito da PF, incluindo elaboração de fluxos, metodologia e padrões, bem como a sua respectiva validação mediante execução de projeto-piloto, tendo como foco de aplicação um processo crítico identificado a partir de priorização de processos da arquitetura de processos.

Além dessas ações de iniciativa da Alta Administração que objetivam a estruturação formal de um modelo de gestão de riscos para toda a instituição, o Serviço de Análise Estratégica - SAE/CGI/DIP/PF segue aperfeiçoando o método de Avaliação de Riscos denominado SABRE (utilizado para análise de riscos pela área inteligência policial da PF) e que consiste em identificar e estimar os riscos de eventos específicos, bem como sugerir ações que mitiguem, controlem ou evitem suas consequências à segurança do evento específico sob análise, em diversos níveis, permitindo, assim, apontar opções de tratamento dos riscos identificados, bem como mensurar a capacidade de resiliência dos setores avaliados.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de Pessoas

A Coordenação de Recursos Humanos, inicialmente, informa que a distribuição do efetivo entre as unidades centrais, que na sua maioria são responsáveis pelos macroprocessos finalísticos, e as unidades e subunidades descentralizadas se dá da seguinte forma:

Quadro 20: Distribuição do Efetivo

	Policiais	Servidores Administrativos de nível Médio e Superior	Total de servidores
TOTAL - Unidades Descentralizadas	9.918	1.831	11.749
TOTAL - Unidades Centralizadas	1.259	892	2.151
TOTAL GERAL	11.177	2.723	13.900

Não há como quantificar exatamente, aqueles servidores que estariam trabalhando direta ou indiretamente na consecução destes macroprocessos, pois um mesmo servidor em um dado momento poderia estar empenhado neste estudo e noutro poderia já estar realizando atividades próprias de execução.

Cumprir também que atualmente não há estudo em tramitação com a finalidade de avaliar a distribuição do pessoal no âmbito das unidades, especialmente no contexto da execução da sua atividade fim. A análise do presente tema se mostra bastante complexa, vez que demanda a análise de uma série de fatores que são altamente voláteis, ou seja, estão sujeitos a constantes alterações.

As alterações das políticas e as definições dos objetivos e prioridades governamentais são exemplos destes fatores, os quais estão sujeitos a interferências das mais variadas espécies, sejam por razões sócio-econômico-políticas, ou mesmo em razão de atividades específicas a que se comprometeu nosso país. A título de exemplo, podemos citar políticas de enfrentamento ao crack, que centraliza efetivo nas grandes capitais; fortalecimento institucional nas regiões de fronteira, que tem por condão aumentar o efetivo policial nestas áreas; e realização de grandes eventos, onde se encontram grande número de chefes de estado afim de realizar o trabalho de segurança de dignitários, que exigem do governo a concentração de grande efetivo policial em determinadas localidades.

Em consequência, apresentar uma distribuição de efetivo ideal ou necessária se torna uma tarefa praticamente impossível.

Para adequar este tema, a Polícia Federal vem realizando frequentemente Concursos de Remoções, que ocorrem na modalidade a pedido, sem ônus para a administração pública, lotando os interessados naquelas unidades que se mostram com deficiência de efetivo.

Acerca do quantitativo de polícias e servidores administrativos trazemos abaixo tabela com a quantidade de servidores por cargo e o número de cargos vagos atualmente:

Quadro 21: Cargos Ocupados da Carreira Policial Federal

CARGO	CÓDIGO	OCUPADOS
DPF ESPECIAL	901 001	1.144
DPF 1ª CLASSE	901 002	345
DPF 2ª CLASSE	901 003	262

DPF 3ª CLASSE	901 010	19
TOTAL		1.659
PCF ESPECIAL	901 004	710
PCF 1ª CLASSE	901 005	310
PCF 2ª CLASSE	901 006	102
PCF 3ª CLASSE	901 011	6
TOTAL		1.128
APF ESPECIAL	902 004	3.887
APF 1ª CLASSE	902 005	858
APF 2ª CLASSE	902 006	659
APF 3ª CLASSE	902 011	662
TOTAL		6.066
EPF ESPECIAL	902 001	1.084
EPF 1ª CLASSE	902 002	124
EPF 2ª CLASSE	902 003	640
EPF 3ª CLASSE	902 010	10
TOTAL		1.858
PPF ESPECIAL	902 007	321
PPF 1ª CLASSE	902 008	16
PPF 2ª CLASSE	902 009	95
PPF 3ª CLASSE	902 012	34
TOTAL		466
TOTAL GERAL		11.177

Quadro 22: Cargos Ocupados e Vagos do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal

CARGO	CÓDIGO DO CARGO	OCUPADOS
NÍVEL SUPERIOR		
ADMINISTRADOR	432 005	38
ARQUITETO - LEI 12.277	476 001	1
ARQUIVISTA	432 002	4
ASSISTENTE SOCIAL	432 001	25
BIBLIOTECÁRIO	432 017	2
CONTADOR	432 006	13
ECONOMISTA	432 004	0
ENFERMEIRO	432 010	5
ENGENHEIRO - LEI 12.277	476 005	14
ESTATÍSTICO – LEI 12.277	476 018	4
ESTATÍSTICO	432 007	0
FARMACEUTICO	432 012	2
MÉDICO	432 009	45
MÉDICO VETERINÁRIO	432 085	2
NUTRICIONISTA	432 084	0
ODONTÓLOGO	432 013	4

PSICÓLOGO	432 011	13
TÉCNICO EM ASSUNTOS CULTURAIS	432 073	1
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	432 008	25
TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	432 016	1
TOTAL		197
NÍVEL INTERMEDIÁRIO E NÍVEL AUXILIAR		
AGENTE ADMINISTRATIVO	432 038	1.902
AGENTE DE CINEFOTOGRAFIA E MICROFILMAGEM	432 042	3
AGENTE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	432 041	1
AGENTE DE MECANIZAÇÃO DE APOIO	432 046	2
AGENTE DE PORTARIA	432 043	51
AGENTE DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES	432 044	1
AGENTE DE TELECOMUNICAÇÃO E ELETRICIDADE	432 034	115
AGENTE DE VIGILÂNCIA	432 045	78
AUXILIAR OPERACIONAL DE AGROPECUÁRIA	432 068	1
ARTÍFICE DE ARTES GRÁFICAS	432 033	6
ARTÍFICE DE CARPINTARIA E MARCENARIA	432 032	2
ARTÍFICE DE ELETRICIDADE E COMUNICAÇÕES	432 031	10
ARTÍFICE DE MECÂNICA (NI)	432 030	13
ARTÍFICE DE MECÂNICA (NA)	432 064	1
AUXILIAR OPERACIONAL DE CINEFOTOGRAFIA E MICROFILMAGEM	432 069	1
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	432 053	19
AUXILIAR EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	432 054	6
AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS (NI)	432 035	38
AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS (NA)	432 066	11
DATILÓGRAFO	432 052	72
DESENHISTA	432 056	4
MOTORISTA OFICIAL	432 023	119
OPERADOR DE COMPUTADOR	432 057	5
PERFURADOR DIGITADOR	432 059	2
PROGRAMADOR	432 036	1
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	432 037	57
TÉCNICO DE LABORATÓRIO	432 048	2
TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	432 024	1
TELEFONISTA	432 025	2
TOTAL		2.526
TOTAL GERAL		2.723

Por fim, faz-se necessário mencionar que a Polícia Federal adota a praxe de não nomear para seus cargos em comissão pessoas que não façam parte do seu quadro de servidores, facilitando o controle acerca de uma possível acumulação ilegal de cargos. Ressalta-se, ainda, que o servidor policial tem dedicação exclusiva e está sujeito a regime de plantão e de sobreaviso, o que o obriga a permanecer em

condições de ser acionado em horários e dias diversos daqueles normalmente adotados pela Administração Pública em geral.

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 23: Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	18.252	13.940	72	64
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0		0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	18.252	13.940	72	64
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	18.252	13.900	70	63
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	3	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	34	1	3
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	18.252	13.940	72	64

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoal

Quadro 24: Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	2.763	11.177
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.763	11.177
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.723	11.177
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	37	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	2.763	11.177

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoal

Quadro 25: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	274	244	86	49
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	274	244	85	48
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	274	244	85	48
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	1	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	1
2. Funções Gratificadas	796	732	166	98
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	796	732	166	98
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1.070	976	252	215

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoal

5.1.2 Demonstrativo das Despesas com pessoal

Quadro 26: Despesas do pessoal

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de Carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	2.599.203.792	10.437.912	231.462.613	100.930.137	80.624.823	84.953.694	562.525	1.175.182	30.134.644	3.139.485.321
	2016	2.124.237.616	9.581.830	190.264.983	63.236.328	83.417.420	79.776.094	304.507	1.699.797	24.823.491	2.577.342.066
Servidores de Carreira SEM VINCULO com órgão da unidade											
Exercícios	2017	0,00	37.397	3.116	1.088	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.601
	2016	0,00	20.467	2.968	989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.424
Servidores de Carreira SEM VINCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	33.117.145	818	2.589.830	1.064.689	617.772	1.140.380	76.304	2.918	526.479	39.136.335
	2016	32.822.910	5.232	2.741.793	921.662	855.292	1.177.562	37.478	41.469	182.624	38.786.022
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAPE; Extrator de Dados SIAPE e DW-SIAPE

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Um dos principais riscos relacionados ao pessoal é a existência de efetivo de Policiais Federais e servidores do Plano Especial de Cargos em quantitativo inadequado, significando risco de comprometimento do cumprimento da missão institucional da Polícia Federal.

Cabe ressaltar que a Polícia Federal possui um rol extenso de competências institucionais previstas na Constituição Federal e na legislação federal, a qual vem sendo ampliada. Evidencia-se, ainda, que o volume da prestação dessas atribuições vem sendo ampliado em todas as áreas, seja na atividade de polícia judiciária, com o aumento numérico das investigações, seja no exercício do poder de polícia administrativa e a consequente prestação de serviços em atividades estratégicas para a segurança pública (controle migratório, de armas, de segurança privada e produtos químicos).

Para cumprir a sua missão constitucional, a Polícia Federal realiza o dimensionamento da força de trabalho e se vale do Decreto nº 6.944/2009, de 21 de agosto de 2009, para estabelecer as medidas organizacionais para o fortalecimento da capacidade institucional.

Dentre as medidas necessárias para o fortalecimento da capacidade institucional, a Polícia Federal monitora a necessidade de criação de cargos de provimento efetivo (art. 1º, § 2º, inciso I). Nesse sentido, a Lei nº 10.682/2003 criou 450 cargos de DPF, 450 cargos de PCF, 1290 cargos de APF, 600 cargos de EPF e 300 cargos de PPF e a Lei nº 11.890/2008 criou 500 cargos de DPF, 300 cargos de PCF, 750 cargos de APF, 400 cargos de EPF e 50 cargos de PPF.

O quadro de pessoal da Polícia Federal é composto de 15.199 vagas para os cargos policiais, sendo que destas estão ocupadas 11.177 e 3.050 vagas para os cargos administrativos de nível superior e médio, estando ocupadas 2.723.

A Polícia Federal dispõe, atualmente, de 25 (vinte e cinco) Assistentes Sociais, 19 (dezenove) Auxiliares de Enfermagem, 5 (cinco) Enfermeiros, 45 (quarenta e cinco) Médicos, 4 (quatro) Odontólogos e 13 (treze) Psicólogos, no total de 113 (cento e treze) profissionais de saúde, todos da carreira Administrativa do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - PECPF, para atender o efetivo aproximado de 14.000 servidores em 127 (cento e vinte e sete) unidades da Polícia Federal em todo o País. O regime de trabalho desses profissionais permite o acúmulo de cargo público conforme o disposto no art. 37, inciso XVI, alínea “c” da Constituição Federal. Ressalta-se, ainda, que hoje o Órgão enfrenta uma grande dificuldade em realizar as perícias médicas, previstas no Manual do SIASS, considerando o baixo efetivo em face o tamanho da abrangência.

Apesar da dificuldade logística e operacional de desenvolver suas atividades frente ao reduzido efetivo, o Tribunal de Contas da União, no exercício de fiscalização operacional da atividade de controle migratório da Polícia Federal nos aeroportos, concluiu pela edição do Acórdão nº 1449/2012, que determinou à Polícia Federal a apresentação de um plano de substituição da força de trabalho terceirizada por cargos de provimento efetivo. Para dar cumprimento ao referido acórdão, a Polícia Federal realizou estudo e concluiu pela necessidade de criação de 2.255 (dois mil duzentos e cinquenta e cinco) cargos de Agente Administrativo para atuar exclusivamente na função de atendimento nas cabines de fiscalização migratória dos aeroportos internacionais de todo o País.

Sem ver as suas necessidades de dimensionamento da força de trabalho devidamente acolhidas pelo Ministério do Planejamento, a Polícia Federal manifestou-se favoravelmente para receber nos seus quadros o reforço de empregados da Infraero, por meio do Termo de Cooperação

Administrativa celebrado entre o Ministério da Justiça e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO. Segundo o último levantamento realizado, estariam prestando serviços para a Polícia Federal 335 empregados, sendo que destes, 300 empregados estão em São Paulo e 35 empregados em Minas Gerais, para executar as atividades administrativas decorrentes.

Os concursos públicos para provimento de cargos policiais duram em média doze meses, entre a autorização do MPOG e a nomeação da primeira turma, excluindo-se desse cálculo qualquer intervenção externa que resulte na suspensão do certame, uma vez que são compostos por fases necessárias para aferir conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o exercício da função policial (prova objetiva, prova física, exames médicos, exame psicotécnico, investigação social e curso de formação profissional).

Nos últimos 5 anos, foi constatada a média de formação de uma turma de 600 (seiscentos) candidatos por curso de formação, sendo que a Academia Nacional de Polícia – ANP teria a capacidade de executar até três turmas por ano (1.800 candidatos). Desta forma, caso não sejam autorizados os concursos públicos solicitados, a perspectiva de curva de decréscimo do efetivo Polícia Federal será acentuada, principalmente se considerada a previsão de vacâncias decorrentes de aposentadorias. A tabela a seguir contém o quadro evolutivo do efetivo nos últimos 10 (dez) anos:

Quadro 27: Composição de Cargos Policiais

ANO	DPF	PCF	EPF	APF	PPF	TOTAL POLICIAL	PEC	TOTAL SERVIDORES
2007	1.585	824	1.684	5.949	474	10.516	3.201	13.717
2008	1.764	939	1.690	6.225	469	11.087	3.053	14.140
2009	1.852	1.119	1.627	6.415	463	11.476	3.054	14.530
2010	1.820	1.117	1.926	6.409	454	11.726	2.755	14.481
2011	1.774	1.107	1.880	6.147	439	11.347	2.627	13.974
2012	1.744	1.107	1.843	5.964	423	11.081	2.532	13.613
2013	1.708	1.097	1.798	6.219	514	11.336	2.413	13.749
2014	1.686	1.089	1.768	6.178	504	11.225	2.343	13.568
2015	1.654	1.117	1.947	5.707	467	10.892	2.741	13.633
2016	1.717	1.152	1.953	6.348	474	11.644	2.762	14.406
2017	1.659	1.128	1.858	6.066	466	11.177	2.723	13.900

Extração do SIAPE.

Assim, resta evidente que a forma conclusiva para suprir as necessidades das unidades da Polícia Federal é por meio do fortalecimento da capacidade institucional com a criação de cargos públicos e o respectivo provimento por meio de concursos públicos, medidas já propostas, porém dependentes de decisões externas, sobretudo no âmbito do Ministério do Planejamento.

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

5.1.4.1 Contratação de pessoal de apoio

Quadro 28: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA						
UG/Gestão: 200340 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Serviços de recepcionista	PONTUAL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA – ME CNPJ: 02.780.863/0001-54	05/11/2013	04/11/2018	Nível Médio	A
2014	Serviços de limpeza, conservação e higienização	EXACT CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 11.818.593/0001-14	01/02/2014	02/02/2018	Nível Fundamental	A
2014	Serviços de lavagem de veículo	PRESTA CONSTRUTORA E SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 02.282.245/0001-84	01/02/2014	02/02/2018	Nível Fundamental	A
2014	Serviços de jardinagem	PRESTA CONSTRUTORA E SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 02.282.245/0001-84	01/02/2014	02/02/2018	Nível Fundamental	A

2015	Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva	ENGEPROM ENGENHARIA LTDA. CNPJ: 04.762.861/0001-68	01/08/2015	01/08/2018	Engenheiro - N. Superior Mecânico de refrigeração – Fundamental Eletricista - Fundamental Encarregado de manutenção – N. Médio Bombeiro hidráulico – Fundamental Ajudante de Eletricista - Fundamental	A
2016	Serviços de copeiragem	G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. CNPJ: 08.744.139/0001-51	04/01/2016	31/12/2018	Nível Fundamental	A
2016	Serviços na área de vigilância armada	NEW LINE CNPJ: 08.931.820/0002-90	25/07/2016	25/07/2018	4ª Série do primeiro grau	A

Unidade Contratante

Nome: COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

UG/Gestão: 200342 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza e conservação diária, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos para atender à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI, em Brasília/DF.	SERVEGEL - APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL Ltda. CNPJ: 01.608.603/0001-33	15/01/2013	15/01/2018	Não é exigível nenhum nível de escolaridade	A

2015	Prestação de serviços técnicos continuados na área de Tecnologia da Informação para suporte técnico a usuários (Service Desk) e sustentação da infraestrutura de Tecnologia.	ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A. CNPJ 21.246.699/0031-60	02/12/2015	02/12/2018	Nível Médio	A
2015	Serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da informação – Sustentação, Adaptação, Evolução e Desenvolvimento de software - na forma de serviços continuados presenciais e não presenciais.	STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A. CNPJ 58.069.360/0010-10	01/09/2015	01/09/2018	Nível Médio	A
2015	Serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da informação – Contagem e Aferição de Tamanho Funcional de Sistemas de Informação - na forma de serviços continuados presenciais e não presenciais	FATTO CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA – EPP, CNPJ 02.434.797/0001-60	01/09/2015	01/09/2018	Nível Médio	A
2016	Serviços de Administração de Dados, destinado ao atendimento das necessidades da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação da Polícia Federal.	STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A., CNPJ 58.069.360/0010-10	17/05/2016	17/05/2018	Nível Médio	A

Unidade Contratante

Nome: COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

UG/Gestão: 200334 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Serviços de copeiragem	10.534.960/0001-95	21.08.2013	21.08.0218	Nível fundamental Completo	A
2017	Serviços de adestradores de cães	04.436.855/0001-10	28.07.2017	28.07.2018	Nível Médio Completo	P
2017	Serviços de Carregadores	11.545.051/0001-15	27.12.2017	27.12.2018	Nível Fundamental Completo	A
2014	Serviços de Analista de Comercio Exterior	15.718.607/0001-89	01.10.2016	01.10.2018	Nível Superior Completo	P

2014	Serviços de montador de divisórias e móveis	11.545.051/0001-15	02.12.2016	28.02.2018	Nível Fundamental Completo	A
2015	Serviços de brigadistas	72.591.894/0001-42	01.05.2015	01.05.2018	Nível Médio Completo	P
2015	Serviços de recepção	15.351.310/0001-28	18.06.2015	18.06.2018	Nível Médio Completo	P
2015	Serviços de limpeza e conservação	38.054.508/0001-45	14.09.2015	14.09.2018	Nível Fundamental Incompleto	P
2015	Serviços de tratador de animal	12.164.385/0001-01	11.09.2015	11.09.2018	Nível Médio Completo	P
2015	Serviços de vigilância armada	72.619.976/0001-58	01.10.2015	01.10.2018	Nível Médio Completo	P
Unidade Contratante						
Nome: DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA						
UG/Gestão: 200406 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2015	Agente de Integração recrutamento de estagiários	20.639.411/0001-39	19/02/2015	29/12/2016	Nível Médio Completo, cursando ensino superior.	E
2015	Serviços de copeiragem	08.247.960/0001-62	25/03/2015	25/03/2017	Nível Fundamental incompleto	A
2015	Serviços de limpeza e conservação	01.608.603/0001-33	17/12/2015	17/12/2017	Nível Fundamental Completo	A
2015	Serviços especializados em suporte técnico ao usuário de tecnologia da informação na área de Tecnologia da Informação	32.203.135/0001-40	06/01/2011	06/01/2016	Nível superior completo ou pós-graduação na área de tecnologia da informação.	E
2015	Serviços especializados em suporte técnico em infraestrutura de tecnologia da informação.	01.645.738/0001-79	06/06/2011	06/06/2016	Nível superior completo ou pós-graduação na área de tecnologia da informação.	E
2016	Agente de Integração recrutamento de estagiários	01.406.617/0001-74	30/12/2016	30/12/2017	Nível Médio Completo, cursando ensino superior.	A
2016	Serviços de suporte técnico especializado em atendimento ao usuário de tecnologia da informação	00.308.141/0009-23	17/02/2016	17/08/2018	Nível superior completo ou pós-graduação na área de tecnologia da informação.	A
2016	Serviços de suporte técnico especializado em infraestrutura de tecnologia da informação	32.203.135/0004-93	07/06/2016	07/06/2018	Nível superior completo ou pós-graduação na área de tecnologia da informação.	A
Unidade Contratante						
Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU						

UG/Gestão: 200366 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Recepção e requerente de documentos de viagem	AVANTT CNPJ: 10.328.720/0001-05	17/09/2012	17/03/2018	Nível Médio completo	A
2013	Limpeza e conservação	TOTALCOB CNPJ: 10.398.338/001-05	18/06/2013	17/06/2017	Nível fundamental completo	A
2014	Contratação de estagiários de nível superior.	AGIEL CNPJ: 01.406.617/0001-74	31/07/2014	31/07/2018	Cursando Nível Superior	A
2015	Apoio administrativo e operacional	AVANTT CNPJ: 10.328.720/0001-05	24/06/2015	30/11/2018	Nível Médio completo	A
2015	Serviços de marinheiro de convés	PLANSERVICE CNPJ: 04.970.088/0001-25	15/07/2015	14/07/2018	Nível fundamental completo	A
2014	Serviços de apoio administrativo e operacional	ORBENK CNPJ: 79.283.065/0003-03	17/06/2014	30/07/2018	Nível Médio completo	A
2017	Serviços de apoio administrativo e operacional	CLAUDIO ANTONIO MORAES CNPJ: 06.094.697/001-93	20/10/2016	19/10/2018	Ensino Médio completo	A
2016	Operador de central telefônica	AZTECA CNPJ: 07.682.925/0001-67	25/04/2016	24/12/2018	Nível Médio completo	A
2016	Serviços de contínuo	CLAUDIO ANTONIO MORAES CNPJ: 06.094.697/0001-93	26/09/2016	25/09/2018	Nível Médio completo	A
2016		DINÂMICA SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	30/12/2016	29/04/2018	Nível fundamental completo	A

	Manutenção predial com fornecimento de peças e reposição de materiais não básicos.	CNPJ: 08.278.588/0001-51				
2016	Suporte técnico em TI.	LANLINK CNPJ: 19.877.300/0002-62	03/10/2016	03/10/2018	Nível Superior e técnico	A
2016	Serviços de motorista	MDF MOREIRA CNPJ: 12.818.051/0001-04	01/09/2016	31/08/2018	Nível Médio completo	A
2016	Operador de central telefônica	PLANSERVICE CNPJ: 04.970.088/0001-25	01/12/2016	31/07/2018	Nível Médio completo	A
2017	Vigilância patrimonial armada	EQUIPSEG CNPJ: 09.039.434/0001-70	17/02/2017	28/02/2018	Nível Médio completo	A
2017	Execução de limpeza e conservação	MORIÁ CNPJ:09.318.245/0001-36	11/12/2017	10/12/2018	Ensino fundamental completo	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE						
UG/Gestão: 200380 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2011	Contratação de prestação de serviços continuados de vigilância armada, visando atender às necessidades da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre – SR/PF/AC e suas unidades descentralizadas.	GOLD SERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA– CNPJ nº. 02.764.609/0001-62.	01/09/2011	31/08/2016	Curso de Formação de Vigilante – que exige a atual 3ª série do Ensino Fundamental.	E
2011	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de recepção, nível I, no âmbito de atuação da Superintendência	VIEIRA E GOMES LTDA – CNPJ nº. 11.223.797/0001-02.	13/12/2011	30/11/2016	2º Grau Completo: Em 2015 passou a exigir Superior Completo – Cláusula Quarta do Acordo Coletivo de Trabalho	E

	Regional do Departamento de Polícia Federal no Acre e suas Unidades descentralizadas, para a recepção a estrangeiros em trânsito pelo território nacional, bem como recepção de requerentes de documentos de viagem nos pontos de emissão de passaportes localizados neste Estado,				2015/2015 AC000030/2015 DATA DE REGISTRO NO MTE: 21/08/2015 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR028551/2015 NÚMERO DO PROCESSO: 46200.002298/2015-21 DATA DO PROTOCOLO: 02/07/2015.	
2013	Contratação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material necessário, para atender às necessidades da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre e suas descentralizadas.	SERVIÇO DE EMPRESA TERCEIRIZADA DO ACRE – SETAC – CNPJ nº. 04.103700/0001-62.	02/12/2013	01/12/2018	Item 9.1.23 do contrato: utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor.	A
2014	Contratação de serviço de Recepcionista.	Lopes e Cavalcante Ltda – CNPJ nº. 07.533.627/0001-57.	13/01/2014	01/09/2016	Ensino Médio	E
2015	Contratação de serviços de empresa especializada para prestação de serviços mão-de-obra terceirizada na função de Marinheiro Fluvial de convés (barqueiro).	ALL MEDEIROS – CNPJ nº. 13.291.768/0001-03.	17/06/2015	16/06/2017	Nível Fundamental Incompleto.	E
2016	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de vigilância armada no âmbito de atuação da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Acre e suas Unidades descentralizadas.	GOLD SERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA – CNPJ nº. 02.764.609/0001-62.	01/09/2016	01/09/2018	Nível Fundamental Incompleto – Curso de Vigilante – atual 3ª série do Ensino Fundamental.	A
2016	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de recepção (alocação de pessoal) no âmbito de atuação da Superintendência Regional do	D.S. MAIA LIMA ME – CNPJ nº. 13.286.217/0001-51.	01/09/2017	25/08/2017	Ensino Médio	E

	Departamento de Polícia Federal no Acre e suas Unidades descentralizadas.					
2016	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços continuados de recepção (alocação de pessoal) – Nível 1 (ensino superior completo), no âmbito de atuação da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Acre e suas Unidades descentralizadas, para recepção à requerentes de documentos de viagem nos pontos de emissão de passaportes localizados neste Estado.	MAXIMUS EMPRESARIAL LTDA – CNPJ nº. 03.927.476/0001-60.	01/12/2016	01/12/2017	Nível Superior Completo.	E

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM ALAGOAS

UG/Gestão: 200358 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2017	Serviços de recepcionistas	08.966.334/0001-26	15/05/2017	15/05/2018	Nível Médio	A
2013	Prestação de serviço de vigilância armada	11.179.264/0007-66	01/02/2013	01/02/2018	Nível Médio	A
2014	Serviços de Limpeza e Conservação Predial	06.123.260.0001-30	02/02/2015	02/02/2018	Nível Fundamental	A
2014	Serviços de Lavagem de veículos	09.198.704/0001-95	19/09/2014	19/09/2018	Nível Fundamental	A
2014	Serviços de copeiragem	06.123.260.0001-30	29/09/2014	29/09/2018	Nível Fundamental	A
2017	Serviço de manutenção do serviço de ar-condicionado	00.976.914/0001-92	04/09/2017	04/09/2018	Nível Superior, nível médio e nível fundamental	A
2017	Serviço de manutenção predial	00.976.914/0001-92	11/04/2017	11/12/2018	Nível médio e nível fundamental	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO AMAPÁ						
UG/Gestão: 200402 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2017	Empresa de vigilância patrimonial armada	09.500.531/0001-18	09/07/2017	08/07/2018	Nível Fundamental Incompleto	A
2015	Empresa de serviço de limpeza	14.533.285/0001-30	18/06/2015	17/06/2018	Nível Fundamental Incompleto	P
2015	Empresa de recepção e copeiragem	07.304.842/0001-86	20/07/2015	19/07/2018	Nível Médio Completo	P
Unidade Contratante						
Nome: MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAZONAS						
UG/Gestão: 200382						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Apoio às atividades de navegação: Marinheiro de convés, Marinheiro de Máquinas e Mecânico de Motor Naval	AD SERVIÇOS 10.969.189/0001-89	22/01/2013	22/08/2017	Ensino fundamental completo (Marinheiro); Ensino médio técnico em mecânica de motores (mecânico naval)	E
2013	Apoio às atividades de Navegação: Eletricista de Motor Naval	AD SERVIÇOS 10.969.189/0001-89	22/01/2013	22/08/2017	Nível Fundamental	E
2013	Serviço de Recepcionista	CRIART	10/04/2013	10/04/2018	Nível Médio	A

		07.783.832/0001-70				
2016	Serviço de Manutenção Predial	G. REFRIGERAÇÕES 02.037.069/0001-15	05/12/2016	05/12/2018	Nível Fundamental	A
2014	Serviço de Recepcionista	M.B BARROS 03.325.110/0001-11	10/04/2013	10/04/2018	Nível Médio	P
2014	Serviço de Recepcionista Bilíngue	M.B BARROS 03.325.110/0001-11	01/10/2014	30/09/2018	Nível Médio	R
2015	Serviços de Limpeza, Conservação e Higienização	SHEKINAH 03.761.180/0001-12	24/02/2015	24/02/2018	Nível Fundamental	A
2013	Serviço de Vigilância Armada	VISAM 63.724.470/0001-18	30/08/2016	29/08/2017	Nível Médio	R
2013	Vigilância Armada	63.724.470/0001/18	30/08/2016	29/08/2017	Ensino médio	R
2015	Serviço de Copeira, Carregador e Mensageiro	03.325.110/0001-11	29/06/2015	29/06/2018	Ensino médio completo (Mensageiro) Ensino fundamental completo (demais cargos)	A
2017	Vigilância Armada	09.406.386/0001-00	08/08/2017	08/08/2018	Ensino médio completo	A
2017	Suporte técnico em TI	03.627.226/0001-05	08/08/2017	08/08/2018	Ensino superior completo	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA						
UG/Gestão: 200346 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2017	LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO	90169285/0001-81	1º/09/2017	1º/09/2018	Nível Fundamental	A
2015	SEGURANÇA PATRIMONIAL	13416744/0001-33	1º/09/2015	1º/09/2018	Nível Fundamental	A
2017	MANUTENÇÃO PREDIAL	8872024/0001-42	1º/02/2017	1º/02/2018	Nível Fundamental	A
2013	RECEPÇÃO	00394494/0022-60	28/11/2013	28/11/2018	Nível Médio	A
2013	ALMOXARIFE	00394494/0022-60	28/11/2013	28/11/2018	Nível Médio	A
2013	COPEIRAGEM	12633102/0001-23	28/11/2013	28/11/2018	Nível Fundamental	A
2013	JARDINAGEM	7244760/0001-93	28/11/2013	28/11/2018	Nível Fundamental	A

2016	MOÇO DE CONVÉS (CONSERVAÇÃO DE EMBARCAÇÕES)	4389596/0001-14	1º/03/2016	1º/03/2018	Nível Fundamental	A
2017	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - MANUTENÇÃO	7171299/0001-96	1º/08/2017	1º/08/2018	técnico	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ						
UG/Gestão: 200392 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Prestação de serviços continuados de recepção, para atendimento no embarque e desembarque internacional de passageiros e tripulantes no Aeroporto Internacional Pinto Martins, bem como na recepção a requerentes de documentos de viagem nos pontos de emissão de passaporte localizados no Anexo da SR/DPF/CE.	ATITUDE- RECEPÇÃO CNPJ: 09.019.150/0001-11	16/04/2012	31/08/2017	Nível Médio	E
2012	Manutenção das instalações elétricas da SR/PF/CE	Atitude terceirização de mão-de-obra EIRELI ME 09.019.150/0001-11	31/07/2012	31/04/2018	Nível Médio	A
2013	Prestação de serviços continuados de Vigilância Armada	PROTEMAXI SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA LTDA CNPJ: 04.808.914/0001-34	1º/01/2013	1º/02/2018	Nível Médio	A
2017	Prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material e equipamentos necessários, para atender as necessidades da SR/PF/CE.	JPA SERVIÇOS COMBINADOS LTDA-ME CNPJ: 03.340.389/0001-02	17/03/2017	17/03/2018	Encarregado: Ensino médio completo; Zelador: Ensino fundamental incompleto	A
	Conservação de Bens Móveis e Imóveis.	FUTURA SERVIÇOS-	04/06/2013	05/05/2018	Ensino Fundamental.	P

2013		CNPJ: 06.234.467/0001-82				
2015	Prestação de serviços continuados, com dedicação de mão-de-obra exclusiva de apoio administrativo (receptionista, contínuo e copeiragem).	L & S SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA-ME CNPJ 14.828.536/0001-04	03/08/2015	03/08/2017	Receptionista e Contínuo – Ensino médio completo Copeiragem – Ensino fundamental incompleto.	E
2017	Prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material e equipamentos necessários, para atender as necessidades da DPF/JNE.	DIAGONAL SERVIÇOS PROFISSIONAIS ME CNPJ: 07.187.088/0001-41	16/09/2017	16/09/2018	Ensino fundamental incompleto	A
2017	Prestação de serviços continuado com dedicação de mão-de-obra exclusiva de apoio administrativo (Receptionista e contínuo) e copeiragem para atender a SR/PF/CE e a DPF/JNE.	FA2F ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA 03.563.322/0001-37	01/11/2017	01/11/2018	Receptionista e Contínuo – Ensino médio completo Copeiragem – Ensino fundamental incompleto	A
2017	Prestação de serviços especializados e contínuos de (recepção, contínuo) e copeiragem, com dedicação de mão de obra exclusiva, para atender às necessidades da SR/PF/CE, bem como da DPF/JNE(CE).	Samer dos Santos Locação de Mão de obra EIRELE – ME 09.166.965/0001-23	04/08/2017	30/10/2017	Receptionista e Contínuo – Ensino médio completo Copeiragem – Ensino fundamental incompleto	E
2015	Prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material e equipamentos necessários, para atender as necessidades da PF/JNE/CE	L & S SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI-ME CNPJ 14.828.536/0001-04	16/11/2015	15/09/2017	Ensino fundamental incompleto	E
2015	Prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material para atender as necessidades da SR/PF/CE.	FAS SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA CNPJ 03.651.472/0001-00	16/11/2015	16/03/2017	Encarregado: Ensino médio completo; Zelador: Ensino fundamental incompleto	E
2017	Prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material e equipamentos necessários,	JPA SERVIÇOS COMBINADOS LTDA - ME CNPJ: 03.340.389/0001-02	17/03/2017	17/03/2018	Encarregado: Ensino médio completo; Zelador: Ensino fundamental incompleto	A

	para atender as necessidades da SR/PF/CE.					
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL						
UG/Gestão: 200338 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Recepção Complexo PF	ADSERTE 08.139.629/0001-29	02/01/2013	08/04/2017	Médio	E
2017	Recepção Complexo PF	ECOLIMP 39.750.831/0001-16	17/05/2017	17/05/2018	Médio	A
2015	Vigilância Complexo PF	MJR 03.434.777/0002-33	01/02/2015	31/01/2018	Médio	A
2013	Estagiários	CIEE 61.600839/0001-55	08/07/2013	08/07/2018	Superior e Médio	A
2014	Manutenção Predial	ENGEPROM 04.762.861/0001-68	01/01/2014	31/12/2017	Superior e Médio	E
2016	Limpeza e Conservação	SERVEGEL 01.608.603/0001-33	18/07/2016	18/07/2018	Médio	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO						
UG/Gestão: 200352 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2016	Contratação de prestação de serviços continuados COPEIRAGEM e RECEPÇÃO.	39.272.265/0001-84	01/01/2017	31/10/2018	Ensino médio	A

2016	Serviços de limpeza, conservação e higienização	10.189.253/0001-09	24/11/2016	23/11/2018	Ensino fundamental	A
2016	Serviço de vigilância	47.190.129/0001-73	01/01/2016	31/12/2017	Ensino médio	A
2016	Manutenção de rede de informática	03.354.844/0001-29	01/01/2016	31/12/2017	Ensino superior	A
2016	Manutenção predial	30.964.795/0001-19	01/04/2016	30/11/2018	Ensino médio	A

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DPF NO MARANHÃO

UG/Gestão: 200388 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2016	Serviço de limpeza e conservação predial	11.873.594/0001-61	17/05/2016	16/05/2018	Nível Fundamental	P
2016	Serviços de auxiliar de serviços gerais e recepcionista	11.873.594/0001-61	15/07/2016	14/07/2018	Nível Fundamental	P
2016	Serviço de copeiragem	11.873.594/0001-61	22/08/2016	21/08/2018	Nível Fundamental	P
2016	Serviço de motorista	13.519.211/0001-87	15/07/2016	14/07/2018	Nível Médio	P
2016	Serviço de oficial de manutenção	13.519.211/0001-87	15/07/2016	14/07/2018	Nível Médio	P
2014	Serviço de vigilância armada	11.393.595/0002-90	30/10/2014	29/10/2018	Nível Médio	P
2017	Serviço de técnico em secretariado	06.979.037/0001-90	17/07/2017	16/07/2018	Nível Médio	A
2017	Serviço de Administrador de Dados	19.152.814/0001-70	17/07/2017	16/07/2018	Nível Médio	A
2016	Serviço de técnico em secretariado e informática	16.698.131/0001-24	15/07/2016	14/07/2017	Nível Médio	E

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS

UG/Gestão: 200350 / 0001

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2011	Recepção	05.208.408/0001-77	01/12/2011	31/07/2017	Médio	E
2017	Recepção	05.208.408/0001-77	01/08/2017	31/07/2018	Médio	A
2013	Recepção	04.552.404/0001-49	21/11/2013	20/11/2018	Médio	P
2015	Limpeza	07.655.416/0001-97	02/03/2015	31/12/2018	Fundamental	P
2016	Vigilância	05.457.677/0004-10	01/12/2016	31/11/2018	Médio	A
2016	Lavador de carro, jardineiro, operador de carga, telefonista e copeiragem	04.552.404/0001-49	01/06/2016	31/05/2018	Fundamental	A
2015	Contratação de entidade para atuar como agente de integração junto às instituições de ensino com vistas a realização dos procedimentos de caráter legal, técnico, burocrático e administrativo necessários à realização de estágios, visando atender as necessidades da Superintendência Regional da PF em Minas Gerais.	01.406.617/0001-74	01/09/2015	31/08/2017	Superior em curso	E
2017	Contratação de entidade para atuar como agente de integração junto às instituições de ensino com vistas a realização dos procedimentos de caráter legal, técnico, burocrático e administrativo necessários à realização de estágios, visando atender as necessidades da Superintendência Regional da PF em Minas Gerais	01.406.617/0001-74	01/09/2017	31/08/2019	Superior em curso	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL						
UG/Gestão: 200354 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		

2015	Serviços de Vigilância Armada	67.803.726/0010-24	01/02/15	31/12/17	Sem exigência	P
2015	Limpeza, Conservação e Garagistas	10.648.254/0001-74	01/01/15	31/12/17	Ensino Fundamental Completo	E
2016	Recepção	09.484.770/0001-21	02/05/16	01/05/18	Sem exigência	A
2017	Copeiragem e Auxiliar de Armazém	07.562.469/0001-63	01/01/17	31/12/17	Ensino Fundamental Completo	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL DE MATO GROSSO						
UG/Gestão: 200374 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2015	Serviço de Secretariado	PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA; CNPJ 10.439.655/0001-80	01/07/2015	01/07/2018	Nível Médio	A
2016	Limpeza e Conservação Predial	IF PIRES LOPES M.E. 01.048.117/0001-08	20/01/2016	14/07/2018	Nível Fundamental	A
2016	Serviço de Recepcionista	PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA; CNPJ 10.439.655/0001-80	26/12/2016	17/04/2018	Nível Médio	A
2014	Segurança e Vigilância Armada	SAWAGE – EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ 36.916.104/0001-98.	12/11/2014	12/11/2018	Nível Fundamental	A
2017	Intermediação de Estágios	AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA LTDA CNPJ/MF sob o nº 01.406.617.0001/74,	07/07/2017	07/07/2018	Nível Superior Incompleto	A
01/2012 (Aditivo)	Intermediação de Estágios	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE CNPJ 61.600.839/0001-55	13/03/2016	13/03/2017	Superior Incompleto	E

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL DO ESTADO DO PARÁ						
UG/Gestão: 200386 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2015	Limpeza e conservação	33.000.118/0001-79	13/04/2015	12/04/2018	Não há	P
2015	Vigilância	15.752.934/0001-57	15/12/2015	14/12/2018	3º ano do ensino fundamental	A
2013	Recepção aeroporto e passaporte	33.000.118/0001-79	02/12/2013	01/12/2018	Nível Médio	A
2013	Apoio administrativo	33.000.118/0001-79	04/11/2013	03/11/2018	1-recepcionista: ensino médio completo 2- copeira: ensino fundamental incompleto 3- limpador de veículos: ensino fundamental completo 4- operador de fotocopiadora: ensino médio completo 5- telefonista: ensino médio completo.	A
2016	Manutenção predial	01.427.148/0001-70	11/01/2016	10/01/2019	1-oficial de manutenção: ensino fundamental completo 2-eletricista: ensino fundamental completo 3-auxiliar de manutenção: ensino fundamental completo 4- serralheiro: ensino fundamental completo 5- vidraceiro: ensino fundamental completo 6- técnico em	P

					telecomunicações: ensino médio completo.	
2015	Carregadores	16.887.298/0001-33	11/05/2015	10/05/2018	Não há	A

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DA PARAÍBA

UG/Gestão: 200396 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	VIGILÂNCIA SR/PB	15.184.327/0001-38	01/01/2014	31/12/2018	MÉDIO	A
2014	VIGILÂNCIA PAT	11.730.274/0001-52	01/01/2014	31/12/2018	MÉDIO	A
2014	VIGILÂNCIA CGE	11.730.274/0001-52	01/01/2014	31/12/2018	MÉDIO	A
2013	RECEPÇÃO SR/PB	15.120.825/0001-17	01/01/2013	30/06/2018	MÉDIO	A
2013	COPEIRAGE M SR/PB	15.120.825/0001-17	01/01/2013	30/06/2018	FUNDAMENTAL	A
2013	COPEIRAGE M CGE	15.120.825/0001-17	01/01/2013	30/06/2018	FUNDAMENTAL	A
2016	RECEPÇÃO PAT	07.187.088/0001-41	31/10/2016	30/10/2017	MÉDIO	E
2012	LIMPEZA SR/PB	24.270.795/0001-16	09/07/2012	28/02/2018	MÉDIO	A
2016	LIMPEZA PAT	07.767.949/0001-60	19/09/2016	18/09/2017	MÉDIO	E
2015	LIMPEZA CGE	15.039.942/0001-50	05/08/2015	04/08/2018	MÉDIO	A
2014	VIGILÂNCIA SR/PB	15.184.327/0001-38	01/01/2014	31/12/2018	MÉDIO	A

2014	VIGILÂNCIA PAT	11.730.274/0001-52	01/01/2014	31/12/2018	MÉDIO	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ						
UG/Gestão: 200390 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Contratação de serviços continuados de recepção e manutenção predial.	10.013.974/0001-63	01/11/2014	31/10/2018	Nível Fundamental e Médio	P
2016	Prestação de serviços continuados de secretariado	10.992.653/0001-58	03/04/2017	02/04/2018	Nível Médio	A
2016	Serviços Continuados de vigilância armada	01.668.768/0001-09	01/04/2016	31/03/2018	Nível Fundamental	P
2016	Prestação de serviços de limpeza e conservação para a delegacia de Parnaíba	13.224.659/0001-73	01/10/2016	30/09/2018	Nível Fundamental	P
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						
UG/Gestão: 200356 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2016	Limpeza	78.533.312/0001-58	22.07.2016	15.05.2018	Fundamental	P
2014	Vigilância	03.007.660/0001-92	01.01.2014	31.12.2018	Fundamental	P
2014	Recepção	08.629.207/0001-31	01.01.2016	23/12/2017	Médio	E
2017	Recepção	11.406.610/0001-06	26.12.2017	25.12.2018	Médio	A
2012	Tratador de cães	40.246.233/0001-93	01.03.2012	28.02.2018	Fundamental	P
2015	Manutenção predial	39.128.525/0001-42	01.04.2015	31.03.2018	Médio	P
2016	Telefonista	04.350.057/0001-71	25.07.2016	24.07.2018	Fundamental	P

2016	Informática	36.084.895/0001-37	26.07.2016	26.07.2018	Médio	P
2015	Recepção aeroportuária	11.406.610/0001-06	01.01.2016	31.12.2018	Médio	P
2014	Marinheiro de convés	00.608.456/0001-39	11.09.2017	10.09.2018	Médio	A
2015	Carregadores	07.244.952/0001-08	01.04.2015	31.12.2017	Fundamental	E
2015	Lavadores de carro	10.189.253/0001-09	01.04.2015	31.03.2018	Fundamental	P

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM RONDÔNIA

UG/Gestão: 200378 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2015	Copeiragem	12.159.225/0001-74	01/01/2016	21/03/2016	Nível Fundamental	E
2015	Manutenção Predial–Oficial de Manutenção	04.844.192/0001-73	01/01/2016	31/12/2016	Nível Fundamental/Curso Técnico	A
2015	Manutenção Predial–Auxiliar de Manutenção	04.844.192/0001-73	01/01/2016	31/12/2016	Nível Médio	A
2015	Manutenção Predial–Eletricista	04.844.192/0001-73	01/01/2016	31/12/2016	Nível Fundamental/Curso Técnico	A
2015	Vigilância Armada	12.159.225/0001-74	01/01/2016	31/12/2016	Nível Médio/Curso de Vigilante	A
2015	Recepção	04.844.192/0001-73	01/01/2016	05/10/2016	Nível Médio/Curso Técnico	E
2016	Recepção	10.609.260/0001-12	07/11/2016	31/12/2016	Nível Médio/Curso Técnico	A
2016	Limpeza e Conservação	07.436.461/0001-50	01/01/2016	31/12/2016	Nível Fundamental	A
2016	Lavador	07.436.461/0001-50	01/01/2016	31/12/2016	Curso Técnico	A
2016	Copeiragem	04.844.192/0001-73	22/03/2016	31/12/2016	Nível Fundamental	A

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA

UG/Gestão: 200384 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Auxiliar de serviços gerais	PRESTA – 10.446.523/0001-10	21/04/2016	20/04/2017	Sem exigência	A
2012	Conservação e limpeza da SR/RR	VITTORIA – 10.631.850/0001-41	28/11/2016	27/11/2017	Sem exigência	A
2013	Conservação e limpeza – Bonfim/PAC	IRANEIDE – 84.038.678/0001-53	03/12/2016	02/12/2017	Sem exigência	A
2014	Copeiragem	INOVE – 08.940.297/0001-87	07/11/2016	06/02/2017	Sem exigência	E
2014	Estagiários	IEL – 02.777.249/0001-33	01/07/2016	30/06/2017	Nível Médio	A
2014	Vigilância	SERVI SAN - 12.066.015/0021-85	30/06/2016	29/06/2017	Nível Médio	A
2014	Motoboy	INOVE – 08.940.297/0001-87	01/10/2015	30/09/2016	Nível Médio	E
2015	Recepcionista	SUPLEX – 04.465.383/0001-24	04/01/2016	03/01/2017	Nível Médio	E
2015	Recepcionista	INOVE – 08.940.297/0001-87	04/01/2016	03/01/2017	Nível Médio	E
2015	Jardinagem SR/PF/RR	ELITE – 83.907.766/0001-81	04/01/2016	03/01/2017	Sem exigência	E
2015	Jardinagem Pacaraima	VITTORIA – 10.631.850/0001-41	04/01/2016	03/01/2017	Sem exigência	E
2015	Jardinagem Bonfim	BITROL – 10.612.140/0001-74	04/01/2016	03/01/2017	Sem exigência	E
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL						
UG/Gestão: 200372 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação

			Início	Fim		
2015	Limpeza/outras	02.252.865/0001-70	28/01/2015	31/12/2018	Nível Fundamental	P
2013	Recepção	78.533.312/0001-58	01/08/2013	30/06/2018	Nível Médio	P
2015	Manutenção de bens móveis	86.937.992/0001-01	01/01/2015	31/12/2018	Nível Fundamental	P
2016	Segurança orgânica/vigilância	08.940.091/0001-57	03/11/2016	02/11/2018	Nível Médio	P
2017	Manutenção de bens móveis	05.340.639/0001-30	01/04/2017	31/12/2018	Nível Fundamental	A
2016	Manutenção de bens imóveis	04.056.257/0001-16	01/01/2017	31/12/2018	Nível Médio	A
2014	Telecomunicações	40.432.544/0001-47	01/01/2014	31/12/2018	Nível Médio	P
2014	Telecomunicações	76.535.764/0001-43	01/01/2014	31/12/2018	Nível Médio	P
2014	Telecomunicações	76.535.764/0001-43	09/12/2014	07/12/2018	Nível Médio	P
2015	Telecomunicações	40.432.544/0001-47	01/03/2015	31/12/2018	Nível Médio	P
2017	Reprografia	09.168.704/0001-42	27/01/2017	26/01/2019	Nível Médio	A
2013	Limpeza/outras	03.877.288/0001-75	13/03/2013	12/03/2018	Ensino Fundamental Incompleto	P
2017	Limpeza/outras	01.570.442/0001-36	21/02/2017	20/02/2018	Ensino Fundamental Incompleto	A
2015	Limpeza/outras	06.955.770/0001-74	01/01/2015	31/12/2017	Ensino Fundamental Incompleto	E
2015	Limpeza/outras	34.028.316/0001-03	01/01/2015	31/12/2018	Ensino Fundamental Incompleto	P
2016	Limpeza/outras	10.540.976/0001-00	01/01/2016	31/12/2018	Ensino Fundamental Incompleto	P
2016	Limpeza/outras	74.634.767/0001-09	03/10/2016	02/10/2018	Ensino Fundamental Incompleto	P
2014	Reprografia	04.196.645/0001-00	01/01/2011	31/12/2018	Nível Fundamental	P
2013	Recepção	78.533.312/0001-58	24/07/2013	30/06/2018	Nível Médio	P
2013	Segurança orgânica/vigilância	13.624.934/0001-46	01/04/2013	31/03/2018	Nível Médio	P
2014	Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	92.954.957/0001-95	01/01/2014	31/12/2018	Nível Médio	P
2013	Limpeza/outras	02.252.865/0001-70	28/01/2013	26/01/2018	Nível Médio	P
2015	Transportes	14.010.744/0001-00	24/02/2015	31/12/2018	Nível Fundamental	P
2016	Segurança orgânica/vigilância	10.364.152/0002-08	01/08/2016	31/12/2018	Nível Médio	P
2016	Informática	85.240.869/0001-66	01/07/2016	31/06/2018	Nível Médio	P
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA						
UG/Gestão: 200370 / 0001						

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Agente de Integração (Estágio)	04.310.564/0001-81	1/2/2013	31/1/2018	07 – SUPERIOR INCOMPLETO	A
2017	Limpeza e Conservação	12.780.988/0001-38	1/6/2017	31/1/2019	04 – ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2017	Vigilância	08.282.615/0002-40	1/6/2017	31/1/2019	04 – ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2016	Recepção e Motorista	04.970.088/0001-25	1/12/2016	31/7/2018	06 – ENSINO MÉDIO COMPLETO	A
2016	Manutenção do Ar Condicionado	11.955.729/0001-38	7/11/2016	6/7/2018	10 – CURSO TÉCNICO COMPLETO	A

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO TOCANTINS

UG/Gestão: 200404 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Prestação dos serviços continuados de: Item 01 - Recepção - PF/AGA/TO, Item 02 - Recepção - SR/PF/TO, Item 03 - Trabalhador Braçal -SR/PF/TO, Item 04 - Artífice de Manutenção Predial - SR/PF/TO e Item 05 - Office-Boy - SR/PF/TO.	INSTITUTO BRASILEIRO DE POLITICAS PUBLICAS CNPJ: 09.611.589/0001-39	01/11/2013	01/11/2018	Nível Médio	A
2013	Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado, com	ALVES E FEITOSA LTDA - ME CNPJ: 00.087.391.0001-23	18/03/2013	18/03/2018	Nível Fundamental	A

	fornecimento de peças, materiais, componentes genuínos do fabricante, acessórios e outros, visando atender á SR/PF/TO.					
2014	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de suporte técnico em Tecnologia da Informação (TI), abrangendo a instalação de uma Central de Serviços (Service Desk) para atendimento aos usuários finais, a assistência técnica ao parque de equipamentos de TI e a manutenção das redes de cabeamento estruturado as instalações prediais, incluindo atendimento presencial, suporte técnico administração de rede de dados local e gerenciamentos sob regime de empreitada preço unitário.	DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA CNPJ: 03.627.226/0001-05	01/11/2017	31/10/2018	Nível Médio	A
2015	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de vigilância armada a serem executados de forma contínua, no âmbito da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Tocantins, nos seguintes locais, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.	RG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA CNPJ: 13.019.295/0002-70	02/11/2015	02/11/2018	Nível Fundamental	A
2015	Contratação de serviços continuados de recepção para atender necessidade da SR/PF/TO, em Palmas - TO.	J. D. & S ADM. SERVIÇOS EIRELI-ME CNPJ: 08.583.683/0001-69	25/08/2016	25/08/2018	Nível Médio	A
2016	Contratação de serviços de recepcionista para a Superintendência Regional de Polícia federal no Tocantins, em palmas/TO e/ou outros locais vinculados á SR/PF/TO em Palmas-TO.	G. A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA-ME CNPJ: 03.637.812/001-30	02/05/2016	02/05/2018	Nível Médio	A

2016	Prestação do serviço de copeiragem na SR/PF/TO	G. A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA-ME CNPJ: 03.637.812/001-30	01/08/2016	01/08/2018	Nível Fundamental	A
2016	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação predial, manutenção das instalações mobiliárias em geral, áreas externas adjacentes, calçadas, garagens, pátios, gramados, envolvendo serventes, para as instalações da SR/PF/TO.	NORTE SUL LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. CNPJ: 01.116.584/0001-04	01/09/2016	31/01/2018	Nível Fundamental	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM GOIÁS						
UG/Gestão: 200376 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2016	Serviço continuado de vigilância patrimonial armada e desarmada, execução indireta, mediante o regime de empreitada por preço global	NEW LINE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA – CNPJ: 08.931.820/0001-09	19/07/2016	19/07/2018	Nível Médio	A
2011	Prestação, de forma contínua, dos serviços de asseio, conservação e serviços gerais nas dependências do Edifício Sede da CONTRATANTE, e de suas Unidades Descentralizadas em Anápolis/GO e Jataí/GO, com	APECÊ – SERVIÇOS GERAIS LTDA – CNPJ: 00.087.163/0001-53	16/09/2011	15/09/2017	Fundamental	E

	fornecimento de mão-de-obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios					
2017	Prestação, de forma contínua, dos serviços de asseio, conservação e serviços gerais nas dependências do Edifício Sede da CONTRATANTE, e de suas Unidades Descentralizadas em Anápolis/GO e Jataí/GO, com fornecimento de mão-de-obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios	APECÊ – SERVIÇOS GERAIS LTDA – 00.087.163/0001-53	15/09/2017	15/09/2018	Fundamental	A
2016	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de Recepcionista, garagista, copeira e telefonista, regime de execução de forma indireta, a fim de atender as necessidades da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Goiás e suas Delegacias.	HK SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - 15.718.607/0001-89	04/04/2016	04/04/2018	Médio	A
2016	Contratação de empresa de engenharia especializada na prestação de serviços continuados, com mão de obra exclusiva, para serviços de manutenção elétrica (Posto de Serviço), com fornecimento de equipamentos e materiais	PAV ENGENHARIA LTDA ME - 22.068.336/0001-29	04/04/2016	04/04/2018	Fundamental	A

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

UG/Gestão: 200398 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2010	Recepcionista	ADSERV (08.362.490/0001-88)	19/09/2010	01/08/2016	Nível fundamental	E
2012	Vigilância armada	TKS (07.774.050/0001-75)	01/01/2012	01/01/2017	Nível fundamental	P

2012	Copeiragem e Operador de Máquina reprográfica	ACESSE (08.966.334/0001-26)	08/10/2012	08/10/2017	Nível fundamental	P
2014	Limpeza, asseio e conservação	SOLL (00.323.090/0001-51)	30/10/2014	30/10/2017	Nível fundamental	P
2015	Manutenção predial	A&D (09.181.545/0001-16)	09/06/2015	09/06/2017	Nível fundamental	P
2016	Recepcionista	PRIMER (11.235.004/0001-75)	01/08/2016	01/08/2017	Nível fundamental	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						
UG/Gestão: 200394 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Serviço de conservação e limpeza da DPF/MOS/RN	TOP SERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI (09.281.162/0001-10)	01/03/2014	28/02/2018	Nível Fundamental	A
2014	Serviço de conservação e limpeza da SR/PF/RN	JMT SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA (07.442.731/0001-36)	01/03/2014	28/02/2018	Nível Fundamental	A
2017	Serviços de suporte técnico em T.I.	DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. (03.627.226/0001-05)	01/01/2018	31/12/2018	Nível Médio com especialização	A
2014	Serviço de manutenção predial	CP – CONSTRUTORA PADILHA LTDA (09.3473808/0001-14)	01/03/2014	28/02/2018	Nível Médio com especialização	A
2014	Serviços de vigilância SR/PF/RN	ROLAND VIGILÂNCIA LTDA (07.573.897/0001-82)	01/01/2015	31/12/2018	Nível Médio	A
2014	Serviços de vigilância da DPF/MOS/RN	BRASIFORT SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA (06.263.849/0005-68)	01/01/2015	31/12/2018	Nível Médio	A

2015	Serviços de manutenção em sistema de climatização	CP – CONSTRUTORA PADILHA LTDA (09.3473808/0001-14)	01/01/2016	31/03/2018	Nível Médio com especialização	A
2016	Serviços de jardinagem e paisagismo da SR/PF/RN	TALIMPO LIMPEZA URBANA LTDA – ME (03.116.706/0001-01)	01/08/2016	31/07/2018	Nível Fundamental	A
2016	Serviços de recepção da SR/PF/RN	L.D. MONITORAMENTOS E SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELETRÔNICO (07.187.088/0001-41)	02/01/2017	01/01/2019	Nível Médio	A
2017	Serviços de recepção da DPF/MOS/RN	CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA-EIRELI (02.567.270/0001-04)	02/01/2018	02/01/2019	Nível Médio	A
2017	Serviços de recepção do Aeroporto Internacional Aluizio Alves-São Gonçalo do Amarante/RN	CONAMA CONSTRUÇÕES AMAPAENSE EIRELI-EPP (14.533.285/0001-30)	10/04/2017	09/04/2018	Nível Médio	A
2017	Serviços de copeiragem da SR/PF/RN e DPF/MOS/RN	CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA-EIRELI (02.567.270/0001-04)	02/01/2018	02/01/2019	Nível Médio	A
Unidade Contratante						
Nome: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO PARANÁ						
UG/Gestão: 200364/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Contratação de Serviços de Recepção a requerentes de documentos de viagem nos postos de emissão nas Delegacias de Polícia Federal em Londrina/PR e Maringá/PR.	Avantt Seleção e Treinamento de Mão de Obra LTDA CNPJ: 10.328.740/0001-05	08.10.2012	07.04.2018	Nível Médio	A
2012	Contratação de Serviços de Recepção a requerentes de documentos de viagem nos postos de emissão na Superintendência de Polícia Federal em Curitiba/PR e nas Delegacias de Polícia Federal em Maringá/PR.	Avantt Seleção e Treinamento de Mão de Obra LTDA CNPJ: 10.328.740/0001-05	07.01.2013	07.04.2018	Nível Médio	A

	Polícia Federal em Ponta Grossa/Paranaguá/PR e Guarapuava/PR.					
2015	Contratação de serviço de limpeza e conservação predial às Delegacias de Polícia Federal em Guarapuava/PR, Ponta Grossa/PR e Paranaguá/PR.	Avantt Seleção e Treinamento de Mão de Obra LTDA CNPJ: 10.328.740/0001-05	25.05.2015	24.09.2018	Nível Fundamental	A
2015	Contratação de Vigilância Armada na Superintendência de Polícia Federal em Curitiba/PR e nas Delegacias de Polícia Federal em Ponta Grossa/PR, Paranaguá/PR, Guarapuava/PR, Londrina/PR e Maringá/PR.	Juriseg Segurança e Vigilância LTDA EPP. CNPJ: 07.658.074/0001-69	01.01.2016	30.04.2019	Nível Fundamental	A
2016	Contratação de Serviços de Recepção e Telefonistas na Superintendência de Polícia Federal em Curitiba/PR e nas Delegacias de Polícia Federal em Ponta Grossa/PR, Paranaguá/PR e Guarapuava/PR, Londrina/PR e Maringá/PR.	Azteca Serviços Profissionais LTDA – ME, CNPJ: 07.682.995/0001-67	25.04.2017	24.08.2019	Nível Médio	A
2016	Contratação de Serviços de Manutenção Predial, com fornecimento de peças de reposição de materiais não básicos.	Energiza Engenharia LTDA – ME CNPJ: 17.856.676/0001-84	01.07.2016	31.05.2018	Nível Técnico	A
2016	Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviço de limpeza, higienização e conservação das instalações e bens, bem como do serviço de jardinagem e copeiragem na Superintendência de Polícia Federal em Curitiba/PR e nas Delegacias de Polícia Federal, Londrina/PR e Maringá/PR.	Servtron Prestação de Serviços e Comércio LTDA – ME. CNPJ: 09.201.726/0001-67	01.12.2016	31.07.2018	Nível Médio e Nível Fundamental	A
2015	Contratação de Instituição para atuar como Agente Integrador na execução do desenvolvimento de atividades conjuntas para operacionalização de Programa de Estágio remunerado para estudantes de ensino superior de instituições públicas e privadas.	Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. CNPJ: 61.600.839/0001-55	01.04.2015	31.03.2018	Nível Superior	A
Unidade Contratante						

Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO

UG/Gestão: 200360/0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2016	Prestação de serviços continuados de recepcionistas, carregadores e supervisores uniformizados, para prestação de serviços de apoio na Superintendência de Polícia Federal em São Paulo	Plansul Planejamento e Consultoria Eireli (78.533.312/0001-78)	26/12/2016	25/12/2018	Recepcionista: nível médio Carregadores: nível fundamental Supervisores: nível superior/cursando	A
2013	Prestação dos serviços de recepcionistas na Delegacia de Polícia Federal em Santos	M&S Monitoramento e Serviços Terceirizados (14.848.060/0001-73)	01/09/2013	31/08/2018	Nível médio	A
2014	Recepcionistas bilíngues (inglês) e supervisores não bilíngues uniformizados para apoio ao embarque e desembarque de passageiros e tripulantes no Aeroporto Internacional de Guarulhos-SP	BK Consultoria e Serviços Ltda (03.022.122/0001-77)	16/11/2014	15/11/2018	Recepcionistas: nível médio Supervisores: nível superior	A
2016	Prestação de serviços continuados de recepcionistas, carregadores e supervisores uniformizados, para prestação de serviços de apoio na Delegacia de Polícia Federal em Araçatuba/SP	Plansul Planejamento e Consultoria Eireli (78.533.312/0001-78)	26/12/2016	25/12/2018	Recepcionista: nível médio Carregadores: nível fundamental Supervisores: nível superior/cursando	A
2016	Prestação de serviços continuados de recepcionistas, carregadores e supervisores uniformizados, para prestação	Plansul Planejamento e Consultoria Eireli (78.533.312/0001-78)	26/12/2016	25/12/2018	Recepcionista: nível médio Carregadores: nível fundamental	A

	de serviços de apoio na Delegacia de Polícia Federal em Araraquara/SP				Supervisores: nível superior/cursando	
2016	Prestação de serviços continuados de recepcionistas, carregadores e supervisores uniformizados, para prestação de serviços de apoio na Delegacia de Polícia Federal em Marília/SP	Plansul Planejamento e Consultoria Eireli (78.533.312/0001-78)	26/12/2016	25/12/2018	Recepcionista: nível médio Carregadores: nível fundamental Supervisores: nível superior/cursando	A
2016	Prestação de serviços continuados de recepcionistas, carregadores e supervisores uniformizados, para prestação de serviços de apoio na Delegacia de Polícia Federal em Presidente Prudente/SP	Plansul Planejamento e Consultoria Eireli (78.533.312/0001-78)	26/12/2016	25/12/2018	Recepcionista: nível médio Carregadores: nível fundamental Supervisores: nível superior/cursando	A
2016	Prestação de serviços continuados de recepcionistas, carregadores e supervisores uniformizados, para prestação de serviços de apoio na Delegacia de Polícia Federal em São José do Campos/SP	Plansul Planejamento e Consultoria Eireli (78.533.312/0001-78)	26/12/2016	25/12/2018	Recepcionista: nível médio Carregadores: nível fundamental Supervisores: nível superior/cursando	A
2016	Prestação de serviços continuados de recepcionistas, carregadores e supervisores uniformizados, para prestação de serviços de apoio na Delegacia de Polícia Federal em Bauru/SP	Objetiva Administração de Serviços Eireli (13.109.093/0001-39)	27/12/2016	26/12/2018	Recepcionista: nível médio Carregadores: nível fundamental Supervisores: nível superior/cursando	A
2016	Prestação de serviços continuados de recepcionistas, carregadores e supervisores uniformizados, para prestação de serviços de apoio na Delegacia de Polícia Federal em Piracicaba/SP	Objetiva Administração de Serviços Eireli (13.109.093/0001-39)	27/12/2016	26/12/2018	Recepcionista: nível médio Carregadores: nível fundamental Supervisores: nível superior/cursando	A
2016	Prestação de serviços continuados de recepcionistas, carregadores e supervisores	Objetiva Administração de Serviços Eireli (13.109.093/0001-39)	27/12/2016	26/12/2018	Recepcionista: nível médio Carregadores: nível	A

	uniformizados, para prestação de serviços de apoio na Delegacia de Polícia Federal em Sorocaba/SP				fundamental Supervisores: nível superior/cursando	
2016	Prestação de serviços continuados de recepcionistas, carregadores e supervisores uniformizados, para prestação de serviços de apoio na Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro/SP	Interlimp Gestão de Serviços Eireli (02.4156338/0001-30)	26/12/2016	25/12/2018	Recepcionista: nível médio Carregadores: nível fundamental Supervisores: nível superior/cursando	A
2016	Prestação de serviços continuados de recepcionistas, carregadores e supervisores uniformizados, para prestação de serviços de apoio na Delegacia de Polícia Federal em Ribeirão Preto/SP	Interlimp Gestão de Serviços Eireli (02.4156338/0001-30)	26/12/2016	25/12/2018	Recepcionista: nível médio Carregadores: nível fundamental Supervisores: nível superior/cursando	A
2016	Prestação de serviços continuados de recepcionistas, carregadores e supervisores uniformizados, para prestação de serviços de apoio na Delegacia de Polícia Federal em Jales/SP	Planservice Terceirização de Serviços Eireli (04.970.088/0001-25)	26/12/2016	25/12/2018	Recepcionista: nível médio Carregadores: nível fundamental Supervisores: nível superior/cursando	A
2016	Prestação de serviços continuados de recepcionistas, carregadores e supervisores uniformizados, para prestação de serviços de apoio na Delegacia de Polícia Federal em São Sebastião/SP	RCA Produtos e Serviços Ltda (69.207.850/0001-61)	26/12/2016	25/12/2018	Recepcionista: nível médio Carregadores: nível fundamental Supervisores: nível superior/cursando	A
2014	Serviços de vigilância armada e desarmada diurna e noturna na Delegacia de Polícia Federal em Santos/SP	Shield Segurança Eireli (15.252.971/0001-04)	01/01/2014	01/01/2018	nível médio	E
2012	Serviços de vigilância armada e desarmada nas Delegacias de Polícia Federal em Ribeirão Preto/SP, Araraquara/SP, São José do Rio Preto/SP e Jales/SP	Albatroz Segurança e Vigilância Ltda (66.700.295/0001-17)	17/09/2012	16/03/2018	nível médio	A

012	2	Serviços de vigilância armada e desarmada nas Superintendência de Polícia Federal em São Paulo e suas Descentralizadas	Albatroz Segurança e Vigilância Ltda (66.700.295/0001-17)	01/11/2012	01/11/2017	nível médio	E
012	2	Serviços de vigilância armada e desarmada na Delegacia de Polícia Federal em Marília/SP	Albatroz Segurança e Vigilância Ltda (66.700.295/0001-17)	01/11/2012	01/11/2017	nível médio	E
2015		Serviços de vigilância armada e desarmada nas Delegacias de Polícia Federal em Cruzeiro/SP e São José dos Campos/SP	Reak Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda (10.928.126/0001-84)	24/10/2015	23/12/2018	Nível médio	E
2015		Serviços de vigilância armada e desarmada na Delegacia de Polícia Federal em São Sebastião/SP	Esc Fonseccas Segurança Eireli (05.408.389/0001-22)	03/11/2015	02/11/2017	Nível médio	E
017	2	Serviços de vigilância armada e desarmada na Delegacia de Polícia Federal em São José do Rio Preto/SP	Godoy & Araujo Segurança Patrimonial Eireli (17.216.739/0001-38)	01/12/2017	01/12/2018	Nível médio	A
2017		Serviços de vigilância armada e desarmada na Delegacia de Polícia Federal em Ribeirão Preto/SP	Godoy & Araujo Segurança Patrimonial Eireli (17.216.739/0001-38)	01/12/2017	01/12/2018	Nível médio	A
2017		Serviços de vigilância armada e desarmada na Delegacia de Polícia Federal em Ribeirão Preto/SP	Logica Segurança e Segurança Eireili (05.408.502/0001-70)	02/11/2017	02/11/2018	Nível médio	A
2017		Serviços de vigilância armada e desarmada na Delegacia de Polícia Federal em Araraquara/SP	Servi - Segurança e Vigilância de Instalações Ltda (01.437.326/0003-05)	01/12/2017	01/12/2018	Nível médio	A
2016		Empresa especializada em serviços continuados de limpeza na Superintendência de Polícia Federal em São Paulo e suas Descentralizadas	Planserv Limpeza e Conservação Ltda (11.873.000/0001-12)	12/01/2017	12/01/2018	Nível fundamental	A
2016		Empresa especializada em serviços continuados de limpeza na Superintendência de Polícia Federal em São Paulo e suas Descentralizadas	Interlimp Gestão de Serviços Eireli (02.4156338/0001-30)	12/10/2017	12/09/2019	Nível fundamental	A

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SERGIPE

UG/Gestão: 200344/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Gerenciamento dos Estagiários.	01.406617/0001-74	17/02/2014	17/02/2018	Médio/Superior	E
2017	Gerenciamento dos Estagiários.	01.406617/0001-74	01/10/2017	01/10/2018	Nível Superior	A
2017	Serviço de Recepção.	08.573.956/0001-94	03/04/2017	02/04/2018	Ensino Médio	A
2013	Limpeza e Conservação do prédio.	12.915.712/0001-10	01/04/2013	01/04/2018	Ensino Fundamental	A
2016	Serviço de copa, jardinagem, lavagem de viaturas e manutenção predial.	17.976.212/0001-01	01/08/2016	31/07/2018	Fundamental/Técnico	A
2017	Serviço de Vigilância Armada.	16.207.888/0001-78	01/12/2017	01/12/2018	Ensino Médio	A

Unidade Contratante						
Nome: ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA						
UG/Gestão: 200340 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Serviços de recepcionista	PONTUAL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA – ME CNPJ: 02.780.863/0001-54	05/11/2013	04/11/2017	Nível Médio	A
2014	Serviços de limpeza, conservação e higienização	EXACT CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 11.818.593/0001-14	01/02/2014	31/01/2017	Nível Fundamental	A
2014	Serviços de lavagem de veículo	PRESTA CONSTRUTORA E SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 02.282.245/0001-84	01/02/2014	02/02/2017	Nível Fundamental	A
2014	Serviços de jardinagem	PRESTA CONSTRUTORA E SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 02.282.245/0001-84	01/02/2014	02/02/2017	Nível Fundamental	A

2015	Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva	ENGEPROM ENGENHARIA LTDA. CNPJ: 04.762.861/0001-68	01/08/2015	31/07/2017	Engenheiro - N. Superior Mecânico de refrigeração – Fundamental Eletricista - Fundamental Encarregado de manutenção – N. Médio Bombeiro hidráulico – Fundamental Ajudante de Eletricista - Fundamental	A
2016	Serviços de copeiragem	G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. CNPJ: 08.744.139/0001-51	04/01/2016	31/12/2017	Nível Fundamental	A
2016	Serviços na área de vigilância armada	NEW LINE CNPJ: 08.931.820/0002-90	25/07/2016	25/07/2017	4ª Série do primeiro grau	A
Unidade Contratante						
Nome: COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO						
UG/Gestão: 200342 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza e conservação diária, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos para atender à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI, em Brasília/DF.	CNPJ: 01.608.603/0001-33	15/01/2013	15/01/2018	Não é exigível nenhum nível de escolaridade	A
Unidade Contratante						
Nome: COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO						

UG/Gestão: 200334 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Serviços de Mensageria	16.922.477/0001-64	31.12.2012	31.12.2016	Nível Médio Incompleto	E
2013	Serviços de copeiragem	10.534.960/0001-95	21.08.2013	20.08.2016	Nível fundamental Completo	P
2014	Serviços de adestradores de cães	01.588.672/0001-95	01.04.2014	01.04.2017	Nível Médio Completo	P
2014	Serviços de Carregadores	00.712.411/0001-00	20.05.2014	31.01.2017	Nível Fundamental Completo	A
2014	Serviços de Analista de Comercio Exterior	15.718.607/0001-89	01.10.2016	01.10.2017	Nível Superior Completo	P
2014	Serviços de montador de divisórias e móveis	11.545.051/0001-15	02.12.2016	02.12.2017	Nível Fundamental Completo	P
2015	Serviços de brigadistas	72.591.894/0001-42	01.05.2015	01.05.2017	Nível Médio Completo	P
2015	Serviços de recepção	15.351.310/0001-28	18.06.2015	18.06.2017	Nível Médio Completo	P
2015	Serviços de limpeza e conservação	38.054.508/0001-45	14.09.2015	14.09.2017	Nível Fundamental Incompleto	P
2015	Serviços de tratador de animal	12.164.385/0001-01	11.09.2015	11.09.2017	Nível Médio Completo	P
2015	Serviços de vigilância armada	72.619.976/0001-58	01.10.2015	01.10.2017	Nível Médio Completo	P

Unidade Contratante

Nome: DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

UG/Gestão: 200406 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2015	Agente de Integração recrutamento de estagiários	20.639.411/0001-39	19/02/2015	29/12/2016	Nível Médio Completo, cursando ensino superior.	E
2015	Serviços de copeiragem	08.247.960/0001-62	25/03/2015	25/03/2017	Nível Fundamental incompleto	A
2015	Serviços de limpeza e conservação	01.608.603/0001-33	17/12/2015	17/12/2017	Nível Fundamental Completo	A
2015	Serviços especializados em suporte técnico ao usuário de tecnologia da informação na área de Tecnologia da Informação	32.203.135/0001-40	06/01/2011	06/01/2016	Nível superior completo ou pós-graduação na área de tecnologia da informação.	E

2015	Serviços especializados em suporte técnico em infraestrutura de tecnologia da informação.	01.645.738/0001-79	06/06/2011	06/06/2016	Nível superior completo ou pós-graduação na área de tecnologia da informação.	E
2016	Agente de Integração recrutamento de estagiários	01.406.617/0001-74	30/12/2016	30/12/2017	Nível Médio Completo, cursando ensino superior.	A
2016	Serviços de suporte técnico especializado em atendimento ao usuário de tecnologia da informação	00.308.141/0009-23	17/02/2016	17/08/2018	Nível superior completo ou pós-graduação na área de tecnologia da informação.	A
2016	Serviços de suporte técnico especializado em infraestrutura de tecnologia da informação	32.203.135/0001-40	07/06/2016	07/06/2017	Nível superior completo ou pós-graduação na área de tecnologia da informação.	A

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU

UG/Gestão: 200366 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Recepção e requerente de documentos de viagem	AVANTT CNPJ: 10.328.720/0001-05	17/09/2012	15/08/2017	Nível Médio completo	Vigente
2012	Vigilância patrimonial armada	PROSIGA CNPJ: 06.297.793/0001-39	29/02/2012	28/02/2017	Nível Médio completo	A
2012	Vigilância patrimonial armada	SEGPLUS CNPJ: 11.933.418/001-78	29/02/2012	28/02/2017	Nível Médio completo	A
2013	Limpeza e conservação	TOTALCOB CNPJ: 10.398.338/001-05	18/06/2013	17/06/2017	Nível fundamental completo	A
2014	Contratação de estagiários de nível superior.	AGIEL CNPJ: 01.406.617/0001-74	31/07/2014	31/07/2017	Cursando Nível Superior	A
2015	Apoio administrativo e operacional	AVANTT CNPJ: 10.328.720/0001-05	25/06/2015	30/11/2017	Nível Médio completo	A
2015	Serviços de marinho de convés	PLANSERVICE CNPJ: 04.970.088/0001-25	15/07/2015	14/07/2017	Nível fundamental completo	A

2015	Serviços de contínuo	AIRTON GOMES CNPJ:	27/04/2015	23/09/2016	Nível Médio completo	E
2015	Serviços de motorista	AIRTON GOMES CNPJ:	28/06/2015	27/06/2016	Nível Médio completo	E
2015	Serviços de recepção e apoio administrativo	AGILE CNPJ: 03.767.254/0001-28	20/07/2015	19/10/2016	Nível Médio completo	E
2015	Suporte técnico em TI.	LANLINK CNPJ: 19.877.300/0002-62	01/09/2015	31/09/2016	Nível Superior e técnico	E
2016	Execução de limpeza e conservação	AVALANCHE CNPJ: 01.302.562/0001-52	01/01/2016	01/01/2018	Nível fundamental completo	A
2016	Operador de central telefônica	AZTECA CNPJ: 07.682.925/0001-67	25/04/2016	24/12/2017	Nível Médio completo	A
2016	Serviços de contínuo	CLAUDIO ANTONIO MORAES CNPJ: 06.094.697/0001-93	26/09/2016	25/09/2017	Nível Médio completo	A
2016	Manutenção predial com fornecimento de peças e reposição de materiais não básicos.	DINÂMICA SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA CNPJ:	30/12/2016	29/12/2017	Nível fundamental completo	A
2016	Suporte técnico em TI.	LANLINK CNPJ: 19.877.300/0002-62	03/10/2016	02/10/2017	Nível Superior e técnico	A
2016	Serviços de motorista	MDF MOREIRA CNPJ: 12.818.051/0001-04	01/09/2016	31/08/2017	Nível Médio completo	A
2016	Operador de central telefônica	PLANSERVICE CNPJ: 04.970.088/0001-25	01/12/2016	31/07/2018	Nível Médio completo	A
2016	Serviços de apoio administrativo e operacional	SETA CNPJ: 04.854.298/0001-58	20/10/2016	19/10/2017	Nível Médio completo	A

2016	Manutenção predial	LABOR CNPJ: 08.431.911/0001-85	01/01/2016	27/12/2016	Nível fundamental completo	E
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE						
UG/Gestão: 200380 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2011	Contratação de prestação de serviços continuados de vigilância armada, visando atender às necessidades da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre – SR/PF/AC e suas unidades descentralizadas.	GOLD SERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA– CNPJ nº. 02.764.609/0001-62.	01/09/2011	31/08/2016	Curso de Formação de Vigilante – que exige a atual 3ª série do Ensino Fundamental.	E
2011	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de recepção, nível I, no âmbito de atuação da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Acre e suas Unidades descentralizadas, para a recepção a estrangeiros em trânsito pelo território nacional, bem como recepção de requerentes de documentos de viagem nos pontos de emissão de passaportes localizados neste Estado,	VIEIRA E GOMES LTDA – CNPJ nº. 11.223.797/0001-02.	13/12/2011	30/11/2016	2º Grau Completo: Em 2015 passou a exigir Superior Completo – Cláusula Quarta do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2015 AC000030/2015 DATA DE REGISTRO NO MTE: 21/08/2015 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR028551/2015 NÚMERO DO PROCESSO: 46200.002298/2015-21 DATA DO PROTOCOLO: 02/07/2015.	E
2013	Contratação de serviços de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material necessário, para atender às necessidades da Superintendência Regional do	SERVIÇO DE EMPRESA TERCEIRIZADA DO ACRE – SETAC – CNPJ nº. 04.103700/0001-62.	02/12/2013	01/12/2017	Item 9.1.23 do contrato: utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor.	A

	Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre e suas descentralizadas.					
2014	Contratação de serviço de Recepcionista.	Lopes e Cavalcante Ltda – CNPJ nº. 07.533.627/0001-57.	13/01/2014	12/07/2016	2º Grau Completo.	E
2014	Contratação de serviços de MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA, onde será adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global, dos quais integra serviços continuados de operação, supervisão, assessoramento técnico, visando atender às necessidades da nova sede da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Acre. (MÃO DE OBRA NÃO EXCLUSIVA).	JURUÁ SERVIÇOS TECNICOS LTDA – EPP – CNPJ nº. 01.153.381/0001-01.	03/11/2014	02/11/2017	Anexo A - item 5.2. Equipe de Serviço (QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL) ENGENHEIRO DE MANUTENÇÃO Formação Plena em Engenharia Elétrica, Mecânica ou Civil com treinamento em planejamento e controle de manutenção e experiência mínima de 03 anos na função. TÉCNICO ENCARREGADO GERAL DE MANUTENÇÃO Formação técnica em eletromecânica ou eletrotécnica e conhecimentos avançados em informática, com nível de escolaridade de 2º grau completo e conhecimentos gerais de manutenção predial e experiência mínima de 05 anos na função. ELETRICISTA E BOMBEIRO HIDRÁULICO DE MANUTENÇÃO Formação plena em curso de instalações prediais preferencialmente pelo SENAI e experiência comprovada de pelo menos 03 anos no exercício da função.	A

**TÉCNICO EM
ELETRÔNICA, SOM E
TRADUÇÃO**

Experiência comprovada de pelo menos 03 anos na manutenção de equipamentos eletro-eletrônicos, tais como quadros de supervisão, estabilizadores de tensão, no breaks, painéis de controle e sistemas de combate e proteção contra incêndios. Formação plena em curso técnico de eletrônica a nível de 2º grau, conhecimento e operação de sistema de CFTV e sistema de som e tradução simultânea.

**TÉCNICO EM REDE
LOCAL**

Experiência técnica em mecânica de refrigeração preferencialmente pelo SENAI e experiência comprovada de 03 anos em manutenção de ar condicionado.

**TÉCNICO EM SUPERVISÃO
E CONTROLE PREDIAL**

Com experiência comprovada de pelo menos três anos em serviços de operação e manutenção em sistemas de Automação predial, com formação técnica avançada em programas de computadores e nível de escolaridade técnico de 2º grau.

					AUXILIAR DE MANUTENÇÃO (serviços gerais) Grau de ensino básico com experiência em carteira de trabalho na função especificada.	
2015	Contratação de serviços de empresa especializada para prestação de serviços mão-de-obra terceirizada na função de Marinheiro Fluvial de convés (barqueiro).	ALL MEDEIROS – CNPJ nº. 13.291.768/0001-03.	17/06/2015	16/06/2017	Nível Fundamental Incompleto.	A
2016	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de vigilância armada no âmbito de atuação da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Acre e suas Unidades descentralizadas.	GOLD SERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA – CNPJ nº. 02.764.609/0001-62.	01/09/2016	01/09/2017	Nível Fundamental Incompleto – Curso de Vigilante – atual 3ª série do Ensino Fundamental.	A
2016	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de recepção (alocação de pessoal) no âmbito de atuação da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Acre e suas Unidades descentralizadas.	D.S. MAIA LIMA ME – CNPJ nº. 13.286.217/0001-51.	01/09/2017	01/09/2018	2º Grau Completo.	A
2016	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços continuados de recepção (alocação de pessoal) – Nível 1 (ensino superior completo), no âmbito de atuação da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Acre e suas Unidades descentralizadas, para recepção à requerentes de documentos de viagem nos pontos de	MAXIMUS EMPRESARIAL LTDA – CNPJ nº. 03.927.476/0001-60.	01/12/2016	01/12/2017	Nível Superior Completo.	A

	emissão de passaportes localizados neste Estado.					
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM ALAGOAS						
UG/Gestão: 200358 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Serviços de recepcionistas	08.966.334/0001-26	12/05/2012	12/05/2017	Nível Médio	P
2013	Serviços de Segurança patrimonial	11.179.264/0007-66	01/02/2013	01/02/2017	Nível Fundamental	A
2013	Sustentação e suporte técnico de T.I.	41.587.502/0001-48	18/02/2013	18/02/2017	Nível Médio	A
2014	Serviços de Limpeza e Conservação Predial	06.123.260.0001-30	02/02/2015	02/02/2017	Nível Fundamental	A
2014	Serviços de Lavagem de veículos	09.198.704/0001-95	19/09/2014	19/09/2017	Nível Fundamental	A
2014	Serviços de copeiragem	06.123.260.0001-30	29/09/2014	29/09/2017	Nível Fundamental	A
2015	Serviço de manutenção de sistema de refrigeração	22.029.598/0001-84	13/07/2015	13/05/2016	Nível Fundamental, Médio e Superior	P
2015	Serviço de manutenção predial	07.325.162/0001-49	22/06/2015	22/02/2017	Nível Fundamental e Médio	A
2015	Serviço de manutenção de elevadores	03.758.809/0001-75	27/04/2015	27/04/2017	Nível Médio	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO AMAPÁ						
UG/Gestão: 200402 / 0001						
Informações sobre os Contratos						

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Empresa de vigilância patrimonial armada	12.066.015/0013-75	01/01/2013	31/12/2017	Nível Fundamental Incompleto	A
2015	Empresa de serviço de limpeza	14.533.285/0001-30	18/06/2015	17/06/2017	Nível Fundamental Incompleto	A
2015	Empresa de recepção e copeiragem	07.304.842/0001-86	20/07/2015	19/07/2017	Nível Médio Completo	A
Unidade Contratante						
Nome: MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAZONAS						
UG/Gestão: 200382						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Apoio às atividades de navegação: Marinheiro de convés, Marinheiro de Máquinas e Mecânico de Motor Naval	AD SERVIÇOS 10.969.189/0001-89	22/01/2016	22/04/2017	Nível Fundamental	P
2013	Apoio às atividades de Navegação: Eletricista de Motor Naval	AD SERVIÇOS 10.969.189/0001-89	22/01/2016	22/04/2017	Nível Fundamental	P
2013	Serviço de Recepcionista	CRIART 07.783.832/0001-70	10/04/2016	10/04/2017	Nível Médio	P
2016	Serviço de Manutenção Predial	G. REFRIGERAÇÕES 02.037.069/0001-15	05/12/2016	05/12/2017	Nível Médio	A
2014	Serviço de Recepcionista	M.B BARROS 03.325.110/0001-11	10/04/2016	10/04/2017	Nível Médio	P
2014	Serviço de Recepcionista Bilíngue	M.B BARROS 03.325.110/0001-11	01/10/2016	30/09/2017	Nível Médio	P

2015	Serviços de Limpeza, Conservação e Higienização	SHEKINAH 03.761.180/0001-12	24/02/2017	24/05/2017	Nível Fundamental	P
2013	Serviço de Vigilância Armada	VISAM 63.724.470/0001-18	30/08/2016	29/08/2017	Nível Médio	P
2016	Contratação de Agente de Integração para Execução de Estágio no âmbito da SR/PF/AM	CIEE 61.600.839/0001-55	09/03/2016	09/03/2017	Nível Superior	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA						
UG/Gestão: 200346 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Recepção	Pontual Assessoria (02780863/0001-54)	02/12/2013	02/12/2017	Nível Médio	A
2013	Limpeza e conservação	SOLL (00323090/0001-51)	01/07/2013	30/06/2017	Nível Médio	A
2013	Auxiliar de almoxarife	Pontual Assessoria (02780863/0001-54)	02/12/2013	02/12/2017	Nível Médio	A
2013	Copeiragem	Katre Mão de Obra (12633102/0001-23)	02/12/2013	02/12/2017	Nível Médio	A
2013	Jardinagem	Epic Empreendimentos (07244760/0001-93)	02/12/2013	02/12/2017	Nível Médio	A
2015	Vigilância patrimonial	SEVMAX vigilância e segurança Ltda.	01/09/2015	01/09/2017	Nível Médio	A
2015	Vigilância patrimonial	SEVMAX vigilância e segurança Ltda.	06/12/2016	06/12/2017	Nível Médio	A
2016	Marinharia (moço de convés)	Ferrari Leal	01/04/2016	01/04/2017	Nível Médio	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ						
UG/Gestão: 200392 / 0001						
Informações sobre os Contratos						

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
09/2012	Serviços de Recepção na DELEMIG, localizada no Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza/CE, para atendimento no embarque e desembarque internacional de passageiros e tripulantes.	ATITUDE- RECEPÇÃO CNPJ: 09.019.150/0001-11	1º/09/2016	16/04/2017	Nível Médio	P
10/2012	Manutenção das instalações elétricas da SR/PF/CE	ATITUDE- ELETRICISTA CNPJ: 09.019.150/0001-11	31/07/2016	31/07/2017	Ensino Fundamental	P
03/2013	Prestação de serviços continuados de Vigilância Armada	PROTEMAXI SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA LTDA CNPJ: 04.808.914/0001-34	1º/01/2016	1º/01/2017	Nível Médio	P
05/2013	Suporte em Tecnologia da Informação	LANLINK INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 41.587.502/0001-48	20/05/2016	01/03/2017	Curso Técnico	P
10/2013	Conservação de Bens Móveis e Imóveis.	FUTURA SERVIÇOS- CNPJ: 06.234.467/0001-82	05/06/2016	05/06/2017	Ensino Fundamental.	P
14/2015	Prestação de serviços continuados, com dedicação de mão-de-obra exclusiva de apoio administrativo (repcionista, contínuo e copeiragem).	L & S SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA-ME CNPJ 14.828.536/0001-04	03/08/2016	03/08/2017	Ensino Fundamental e Nível médio.	P
18/2015	Prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material e equipamentos necessários, para atender as necessidades da PF/JNE/CE	L & S SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI-ME CNPJ 14.828.536/0001-04	16/11/2016	16/11/2017	Ensino Fundamental	P
17/2015	Prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material para atender as necessidades da SR/PF/CE.	FAS SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA CNPJ 03.651.472/0001-00	16/11/2016	16/02/2017	Ensino Fundamental	P

19/2015	Prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material e equipamentos necessários, para atender as necessidades da SR/PF/CE.	JPA SERVIÇOS COMBINADOS LTDA - ME CNPJ: 03.340.389/0001-02	16/11/2016	16/02/2017	Ensino Fundamental	P
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL						
UG/Gestão: 200338 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Recepção	08.139.629/0001-29	02/01/2015	08/04/2017	Nível Médio	P
2013	Estagiários	61.600.839/0001-55	08/07/2013	07/07/2017	Nível Médio e Superior	P
2014	Manutenção e Conservação Predial	04.762.861/0001-68	01/01/2014	31/12/2017	Todos os níveis	P
2015	Vigilância	03.434.777/0002-33	01/02/2015	31/01/2018	Nível Médio	P
2016	Limpeza e Conservação Predial	01.608.603/0001-33	18/07/2016	18/07/2017	Nível Fundamental	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO						
UG/Gestão: 200352 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2011	Serviços de limpeza, conservação e higienização	00.482.840/0001-38	01/04/2011	23/11/2016	Nível fundamental	E
2014	Contratação de prestação de serviços continuados COPEIRAGEM e RECEPÇÃO.	05.436.371/0001-34	01/08/2014	31/12/2016	Nível médio	E

2016	Serviços de limpeza, conservação e higienização	10.189.253/0001-09	24/11/2016	23/11/2017	Nível fundamental	A
2016	Serviço de vigilância	47.190.129/0001-73	01/01/2016	31/12/2017	Nível médio	A
2016	Manutenção de rede de informática	03.354.844/0001-29	01/01/2016	31/12/2017	Nível superior	A
2016	Manutenção predial	30.964.795/0001-19	01/04/2016	31/12/2017	Nível médio	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DPF NO MARANHÃO						
UG/Gestão: 200388 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Serviço de limpeza e conservação predial	19.192.104/0001-73	24/04/2014	23/05/2016	Nível Fundamental	E
2014	Serviço de técnico em secretariado, auxiliar de serviços gerais, recepção, oficial de manutenção, copeiragem e motorista	10.325.416/0001-33	16/05/2014	15/07/2016	Nível Médio	E
2014	Serviço de técnico em informática	10.325.416/0001-33	16/05/2014	15/07/2016	Nível Médio	E
2014	Serviço de vigilância armada	11.393.595/0002-90	30/10/2014	29/10/2017	Nível Médio	P
2016	Serviço de limpeza e conservação predial	11.873.594/0001-61	17/05/2016	16/05/2017	Nível Fundamental	A
2016	Serviços de auxiliar de serviços gerais e recepcionista	11.873.594/0001-61	15/07/2016	14/07/2017	Nível Fundamental	A
2016	Serviço de motorista	13.519.211/0001-87	15/07/2016	14/07/2017	Nível Médio	A
2016	Serviço de oficial de manutenção	13.519.211/0001-87	15/07/2016	14/07/2017	Nível Médio	A
2016	Serviço de técnico em secretariado e informática	16.698.131/0001-24	15/07/2016	14/07/2017	Nível Médio	A
2016	Serviço de copeiragem	11.873.594/0001-61	22/08/2016	21/08/2017	Nível Fundamental	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS						

UG/Gestão: 200350 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2011	Recepção	05.208.408/0001-77	01/12/2011	31/03/2017	Nível Médio	P
2013	Recepção	04.552.404/0001-49	21/11/2013	31/12/2017	Nível Médio	P
2015	Limpeza	07.655.416/0001-97	02/03/2015	02/03/2017	Nível Fundamental	P
2015	Vigilância	66.398.652/0001-34	01/12/2015	01/12/2016	Nível Médio	E
2016	Vigilância	05.457.677/0004-10	01/12/2016	30/11/2017	Nível Médio	A
2016	Lavador de carro, jardineiro, operador de carga, telefonista e copeiragem	04.552.404/0001-49	01/06/2016	31/05/2017	Nível Fundamental	A

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

UG/Gestão: 200354 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	(Área 4) - Prestação de serviços de copeiragem e auxiliar de armazenagem e natureza ordinária (O)	Luger Serviços Ltda. (07.562.469/0001-63)	01/01/12	31/12/16	Nível Fundamental	P
2013	(Área 12) - Prestação de serviços de agentes de integração para estágio e natureza ordinária (O)	Instituto Blaise Pascal. (07.787.415/0001-04)	09/10/13	08/10/17	Nível Superior – cursando	P
2015		Brilhar Serviços Terceirizados Ltda-EPP. (10.648.254/0001-74)	01/01/15	31/12/17	Nível Fundamental	P

	(L) Prestação de serviços de limpeza, conservação e garagistas e natureza ordinária (O)					
2015	(V) Prestação de serviços de vigilância armada e natureza ordinária (O)	Suporte Serviços de Segurança Ltda. (67.803.726/0010-24)	01/02/15	31/12/17	Nível Médio	P
2016	(Área 5) - Prestação de serviço de recepcionistas e postos de emissão de passaporte e natureza ordinária (O)	Silvia Helena Fernandes Juca e Cia Ltda-EPP (09.484.770/0001-21)	02/05/16	01/05/17	Nível Médio	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL DE MATO GROSSO						
UG/Gestão: 200374 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Serviço de Agente de Integração para o preenchimento de vagas de estagiário,	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE, CNPJ nº 61.600839/0001-55	09/03/2012	13/03/2017	Nível Médio Incompleto, e Nível Superior Incompleto	A
2014	Serviços de vigilância armada, vigilância patrimonial mediante uso de arma letal, incluindo o fornecimento de uniformes e equipamentos	SAWAGE – Empresa de Segurança e Vigilância Ltda, CNPJ nº 36.916.104/0001-98	12/11/2014	12/11/2017	Nível Médio Completo e Curso de formação profissionalizante de 240h/aula	A
2015	Serviço de Secretária	PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA, CNPJ nº 10.439.655/0001-80	01/07/2015	01/07/2017	Nível Médio Completo	A
2016	Serviço de Limpeza e Conservação Predial	I.F. PIRES LOPES SERVIÇOS ESPECIALIZADOS – ME, CNPJ nº 01.048.117/0007-08	20/01/2016	20/01/2017	Nível Fundamental Completo	A
2016	Serviço de Recepcionista	PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E	26/12/2016	17/04/2016	Nível Médio Completo	A

		FAGUNDES LTDA, CNPJ nº 10.439.655/0001-80				
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL DO ESTADO DO PARÁ.						
UG/Gestão: 200386 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Contrato de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Operador de Máquina, Copiadora, Telefonista, Recepcionista, Copeira, Limpador de Veículos.	L.G.Serviços Profissionais LTDA. CNPJ:06.028.733/0001-10	03/11/2016	02/11/2017	Nível. Fundamental	A
2013	Contrato de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Recepção a Passageiros e Tripulantes, Recepção a Requerentes de Documentos de Viagens	L.G. Serviços Profissionais LTDA. CNPJ: 06.028.733/0001-10	01/12/2016	30/11/2017	Nível Fundamental	A
2015	Contrato de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Conservação, Limpeza e Higienização.	L.G. Serviços Profissionais LTDA. CNPJ: 06.028.733/0001-10	12/04/2016	11/04/2017	Nível Fundamental	A
2015	Contratação de Serviço Continuado de Movimentação, Manuseio, Carga e Descarga de Bens Móveis, Duráveis ou de Consumo	Office Service Terceirização de Mão de Obra LTDA. CNPJ: 16.887.298/0001-33	10/05/2016	09/05/2017	Nível Fundamental	A
2015	Contrato de empresa para prestação de serviços de vigilância armada, diurno e noturno.	PUMA Serviços de Vigilância e Transporte de Valores LTDA. CNPJ: 15.752.934/0001-57	14/12/2016	13/12/2017	Nível Fundamental	A
2016	Contratação de Serviços de Manutenção Predial, com Disponibilização de Mão de Obra em Regime de Dedicção Exclusiva, nos Imóveis Próprios e Locados, da SR/PF/PA e de suas Descentralizadas	Cobessa LTDA CNPJ: 01.427.148/0001-70	11/01/2016	10/01/2017	Nível Fundamental	A
2016		Agência de Integração Empresa Escola LTDA/ME – AGIEL	30/03/2016	29/03/2017	Nível Médio/Superior	

	Contratação de Agente de Integração para Intermediar a Celebração de Termo de Compromisso entre a SR/PF/PA, o Estudante e sua Instituição de Ensino	CNPJ: 01.406.617/0001-74				A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DA PARAÍBA						
UG/Gestão: 200396 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Limpeza e Higiene	24.270.795/0001-16	09/07/12	08/07/17	Nível Fundamental e Médio	P
2013	Recepcionista	15.120.825/0001-17	08/01/13	31/12/17	Nível Médio	P
2013	Copeiragem	15.120.825/0001-17	08/01/13	31/12/17	Nível Fundamental e Médio	P
2013	Copeiragem	15.120.825/0001-17	08/01/13	31/12/17	Nível Fundamental	P
2014	Vigilância Ostensiva	15.184.327/0001-38	01/01/14	31/12/17	Nível Fundamental e Médio	P
2014	Vigilância Ostensiva	11.730.274/0001-52	01/01/14	31/12/17	Nível Fundamental e Médio	P
2014	Vigilância Ostensiva	11.730.274/0001-52	01/01/14	31/12/17	Nível Fundamental e Médio	P
2015	Limpeza e Higiene	15.039.942/0001-50	05/08/15	04/08/17	Nível Fundamental e Médio	P
2016	Limpeza e Higiene	07.767.949/0001-60	19/09/16	18/09/17	Nível Fundamental e Médio	A
2016	Recepcionista	07.187.088/0001-41	24/10/16	23/10/17	Nível Médio	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ						
UG/Gestão: 200390 / 0001						
Informações sobre os Contratos						

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Contratação de serviços continuados de recepção e manutenção predial.	10.013.974/0001-63	01/11/2014	31/10/2017	Nível Fundamental e Médio	P
2016	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização predial e veicular, copeiragem	10.992.653/0001-58	01/10/2016	30/09/2017	Nível Fundamental	A
2016	Serviços Continuados de vigilância armada	01.668.768/0001-09	01/04/2016	31/03/2017	Nível Fundamental	A
2016	Prestação de serviços de limpeza e conservação para a delegacia de Parnaíba	13.224.659/0001-73	01/10/2016	30/09/2017	Nível Fundamental	A

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UG/Gestão:200356 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Tratador de cães	40.246.233/0001-93	01.03.2012	28.02.2017	Nível Fundamental	P
2013	Limpeza	07.592.889/0001-92	16.05.2013	06.07.2016	Nível Fundamental	E
2014	Vigilância	03.007.660/0001-92	01.01.2014	31.12.2017	Nível Fundamental	P
2014	Recepção	08.629.207/0001-31	01.01.2016	12.3.2017	Nível Médio	P
2014	Marinheiro de convés	17.298.685/0001-05	01.01.2014	31.12.2016	Nível Médio	E
2015	Manutenção Predial	39.128.525/0001-42	01.04.2015	31.03.2017	Nível Médio	P
2015	Ascensorista	02.215.262/0001-07	01.07.2015	29.02.2016	Nível Fundamental	E
2015	Telefonista	02.215.262/0001-07	01.07.2015	29.02.2016	Nível Fundamental	E
2015	Recepção aeroportuária	11.406.610/0001-06	01.01.2016	31.12.2016	Nível Médio	P
2015	Carregadores	07.244.952/0001-08	01.04.2015	31.03.2017	Nível Fundamental	P
2015	Lavadores de Carro	10.189.253/0001-09	01.04.2015	31.03.2017	Nível Fundamental	P
2016	Limpeza	78.533.312/0001-58	22.07.2016	15.05.2017	Nível Fundamental	A

2016	Telefonista	04.350.057/0001-71	25.07.2016	24.07.2017	Nível Fundamental	A
2016	Informática	36.084.895/0001-37	01.01.2016	25.07.2016	Nível Médio	E
2016	Informática	36.084.895/0001-37	26.07.2016	26.07.2017	Nível Médio	A

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM RONDÔNIA

UG/Gestão: 200378 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2015	Copeiragem	12.159.225/0001-74	01/01/2016	21/03/2016	Nível Fundamental	E
2015	Manutenção Predial–Oficial de Manutenção	04.844.192/0001-73	01/01/2016	31/12/2016	Nível Fundamental/Curso Técnico	A
2015	Manutenção Predial–Auxiliar de Manutenção	04.844.192/0001-73	01/01/2016	31/12/2016	Nível Médio	A
2015	Manutenção Predial–Eletricista	04.844.192/0001-73	01/01/2016	31/12/2016	Nível Fundamental/Curso Técnico	A
2015	Vigilância Armada	12.159.225/0001-74	01/01/2016	31/12/2016	Nível Médio/Curso de Vigilante	A
2015	Recepção	04.844.192/0001-73	01/01/2016	05/10/2016	Nível Médio/Curso Técnico	E
2016	Recepção	10.609.260/0001-12	07/11/2016	31/12/2016	Nível Médio/Curso Técnico	A
2016	Limpeza e Conservação	07.436.461/0001-50	01/01/2016	31/12/2016	Nível Fundamental	A
2016	Lavador	07.436.461/0001-50	01/01/2016	31/12/2016	Curso Técnico	A
2016	Copeiragem	04.844.192/0001-73	22/03/2016	31/12/2016	Nível Fundamental	A

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA

UG/Gestão: 200384 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		

2012	Auxiliar de serviços gerais	PRESTA – 10.446.523/0001-10	21/04/2016	20/04/2017	Sem exigência	A
2012	Conservação e limpeza da SR/RR	VITTORIA – 10.631.850/0001-41	28/11/2016	27/11/2017	Sem exigência	A
2013	Conservação e limpeza – Bonfim/PAC	IRANEIDE – 84.038.678/0001-53	03/12/2016	02/12/2017	Sem exigência	A
2014	Copeiragem	INOVE – 08.940.297/0001-87	07/11/2016	06/02/2017	Sem exigência	E
2014	Estagiários	IEL – 02.777.249/0001-33	01/07/2016	30/06/2017	Nível Médio	A
2014	Vigilância	SERVI SAN - 12.066.015/0021-85	30/06/2016	29/06/2017	Nível Médio	A
2014	Motoboy	INOVE – 08.940.297/0001-87	01/10/2015	30/09/2016	Nível Médio	E
2015	Recepcionista	SUPLEX – 04.465.383/0001-24	04/01/2016	03/01/2017	Nível Médio	E
2015	Recepcionista	INOVE – 08.940.297/0001-87	04/01/2016	03/01/2017	Nível Médio	E
2015	Jardinagem SR/PF/RR	ELITE – 83.907.766/0001-81	04/01/2016	03/01/2017	Sem exigência	E
2015	Jardinagem Pacaraima	VITTORIA – 10.631.850/0001-41	04/01/2016	03/01/2017	Sem exigência	E
2015	Jardinagem Bonfim	BITROL – 10.612.140/0001-74	04/01/2016	03/01/2017	Sem exigência	E
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL						
UG/Gestão: 200372 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2011	Informática	02.877.566/0001-21	01/05/2016	30/06/2016	Nível Médio	E

2011	Informática	76.366.285/0001-40	01/05/2016	30/06/2016	Nível Médio	E
2013	Copeiragem e Limpeza/outras	02.252.865/0001-70	28/01/2013	31/12/2016	Nível Fundamental e Médio	P
2013	Recepção	78.533.312/0001-58	01/08/2013	31/12/2016	Nível Médio	P
2013	Recepção	78.533.312/0001-58	24/07/2013	31/12/2016	Nível Médio	P
2013	Segurança orgânica/vigilância	13.624.934/0001-46	01/04/2013	31/12/2016	Nível Médio	P
2014	Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	92.954.957/0001-95	01/01/2014	31/12/2016	Nível Médio	P
2015	Manutenção de bens móveis	86.937.992/0001-01	01/01/2015	31/12/2016	Nível Médio	P
2015	Limpeza/outras	02.252.865/0001-70	28/01/2015	31/12/2016	Nível Médio	P
2015	Transportes	14.010.744/0001-00	24/02/2015	31/12/2016	Nível Médio	P
2016	Segurança orgânica/vigilância	10.364.152/0002-08	01/08/2016	31/12/2016	Nível Médio	A
2016	Informática	85.240.869/0001-66	01/07/2016	31/06/2017	Nível Médio	A
2016	Segurança orgânica/vigilância	09.524.716/0001-62	01/01/2016	31/07/2016	Nível Médio	E

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA

UG/Gestão: 200370 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2011	Serviços de vigilância armada - Nepom	05.497.780/0001-40	01/02/2011	31/01/2016	Nível Fundamental	E
2012	Serviços de limpeza nas Delegacias de Criciúma, Itajaí, Dionísio Cerqueira e Lages	03.767.254/0001-28	01/04/2012	31/03/2017	Ensino Básico	P
2012	Serviços de limpeza no NEPOM e nas Delegacias de Joinville e Chapecó	03.116.865/0001-06	01/04/2012	31/03/2017	Ensino Básico	P
2012	Serviços de limpeza e conservação na SR	08.629.207/0001-31	01/06/2012	31/05/2017	Ensino Básico	P
2012	Serviços de vigilância nas Delegacias de CCM, LGE, IJI, JVE, XAP e DCQ	05.449.286/0001-00	01/06/2012	31/05/2017	Ensino Fundamental	P
2012	Serviços de copeiragem na SR/SC	05.600.954/0001-59	01/08/2012	31/07/2017	Ensino Básico	P
2012	Serviços de vigilância na SR/SC	79.894.168/0001-48	01/08/2012	31/07/2017	Ensino Fundamental	P
2013	Serviço de recepção a requerentes de documentos de viagem, em pontos de	03.360.551/0001-54	01/01/2014	30/11/2016	Nível Médio	E

	emissão de passaportes (SR, CCM, LGE, IJI, JVE, XAP e DCQ)					
2014	Serviços de suporte técnico em TI	02.877.566/0001-21	01/07/2014	30/06/2017	Nível Médio	P
2015	Serviço de recepcionistas DPF/JVE/SC	02.891.176/0001-06	01/04/2015	30/11/2016	Nível Médio	E
2015	Serviços de recepcionista DPF/XAP/SC	10.439.655/0001-14	01/04/2015	30/11/2016	Nível Médio	E
2015	Serviço de manutenção de ar condicionado na SR	78.214.905/0001-51	01/06/2015	31/05/2016	Curso profissionalizante	E
2015	Serviço de recepcionistas DPF/DCQ/SC	15.757.904/0001-33	20/07/2015	30/11/2016	Nível Médio	E
2015	Serviços de recepcionista no Aeroporto Hercílio Luz	07.593.524/0001-82	01/09/2015	30/04/2017	Nível Médio	E
2015	Serviços de recepcionista (CCM, LGE, IJI)	07.593.524/0001-82	01/01/2016	21/08/2017	Nível Médio	A
2016	Serviços de recepcionistas, motorista e garagista na SR/PF/SC	13.697.422/0001-00	01/01/2016	30/11/2016	Nível Médio	E
2016	Serviços de vigilância armada - Nepom	11.650.232/0001-01	01/01/2016	30/09/2017	Nível Médio	A
2016	Manutenção de ar condicionado	11.955.729/0001-38	07/11/2016	06/07/2018	Curso profissionalizante	A
2016	Serviços de recepcionistas Estado de Santa Catarina	04.970.088/0001-25	01/12/2017	31/07/2018	Nível Médio	A

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO TOCANTINS

UG/Gestão: 200404 / 0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Prestação dos serviços continuados de: Item 01 - Recepção - PF/AGA/TO, Item 02 - Recepção - SR/PF/TO, Item 03 - Trabalhador Braçal -SR/PF/TO, Item 04 - Artífice de Manutenção Predial - SR/PF/TO e Item 05 - Office-Boy - SR/PF/TO.	INSTITUTO BRASILEIRO DE POLITICAS PUBLICAS CNPJ: 09.611.589/0001-39	01/11/2013	01/11/2017	Nível Médio	A
2013	Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de	ALVES E FEITOSA LTDA - ME CNPJ: 00.087.391.0001-23	18/03/2013	18/03/2017	Nível Fundamental	A

	aparelhos de ar condicionado, com fornecimento de peças, materiais, componentes genuínos do fabricante, acessórios e outros, visando atender á SR/PF/TO.					
2014	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de suporte técnico em Tecnologia da Informação (TI), abrangendo a instalação de uma Central de Serviços (Service Desk) para atendimento aos usuários finais, a assistência técnica ao parque de equipamentos de TI e a manutenção das redes de cabeamento estruturado as instalações prediais, incluindo atendimento presencial, suporte técnico administração de rede de dados local e gerenciamentos sob regime de empreitada preço unitário.	IBROWSE - CONSULTORIA & INFORMATICA LTDA CNPJ: 02.877.566/0001-21	20/10/2014	20/10/2017	Nível Médio	A
2015	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de vigilância armada a serem executados de forma contínua, no âmbito da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Tocantins, nos seguintes locais, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.	RG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA CNPJ: 13.019.295/0002-70	02/11/2015	02/11/2017	Nível Fundamental	A
2015	Contratação de serviços continuados de recepção para atender necessidade da SR/PF/TO, em Palmas - TO.	J. D. & S ADM. SERVIÇOS EIRELI-ME CNPJ: 08.583.683/0001-69	25/08/2016	25/08/2017	Nível Médio	A
2016	Contratação de serviços de recepcionista para a Superintendência Regional de Polícia federal no Tocantins, em	G. A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA-ME	02/05/2016	02/05/2017	Nível Médio	A

	palmas/TO e/ou outros locais vinculados á SR/PF/TO em Palmas-TO.	CNPJ: 03.637.812/001-30				
2016	Prestação do serviço de copeiragem na SR/PF/TO	G. A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA-ME CNPJ: 03.637.812/001-30	01/08/2016	01/08/2017	Nível Fundamental	A
2016	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação predial, manutenção das instalações mobiliárias em geral, áreas externas adjacentes, calçadas, garagens, pátios, gramados, envolvendo serventes, para as instalações da SR/PF/TO.	NORTE SUL LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. CNPJ: 01.116.584/0001-04	01/09/2016	01/09/2017	Nível Fundamental	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM GOIÁS						
UG/Gestão: 200376 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2011	Serviço continuado de limpeza, conservação e serviços gerais com fornecimento de mão-de-obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios na SR/PF/GO, DPF/JTI/GO e DPF/ANS/GO	APECE SERVIÇOS GERAIS (00.087.163/0001-53)	16/09/2011	16/03/2017	Nível Fundamental	A
2012	Serviços continuados em suporte técnico em tecnologia da informação.	LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA (41.587.502/0001-48)	31/12/2012	31/12/2017	Nível Superior	A
2012	CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE (61.600.839/0001-55)	21/03/2012	21/03/2017	Nível Superior Incompleto	A
2016	Serviço continuado de recepcionista, garagista, copeiragem e telefonista	HK TERCEIRIZAÇÕES (15.718.607/0001-89)	04/04/2016	03/04/2016	Nível Fundamental para copeiragem os demais, nível médio	A

2016	Serviços continuados de vigilância patrimonial armada e desarmada	PAV ENGENHARIA (08.931.820/0001-09)	19/07/2016	18/07/2017	Nível fundamental	A
2016	Serviço continuado com mão de obra exclusiva para serviços de manutenção elétrica com fornecimento de equipamentos e materiais.	NEW LINE VIGILÂNCIA (22.068.336/0001-29)	04/04/2016	03/04/2017	Nível fundamental	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO						
UG/Gestão: 200398 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2015	Manutenção predial	A&D (09.181.545/0001-16)	09/06/2015	09/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2012	Copeiragem e Operador de Máquina reprodutiva	ACESSE (08.966.334/0001-26)	08/10/2012	08/10/2017	Ensino fundamental completo	E
2017	Copeiragem	TERRAS (69.607.935/0001-37)	01/11/2017	01/11/2018	Ensino fundamental completo	A
2016	Recepcionista	PRIMER (11.235.004/0001-75)	01/08/2016	01/08/2017	Ensino fundamental completo	E
2017	Recepcionista	CONTÍNUA (18.206.476/0001-49)	01/09/2017	01/09/2018	Ensino fundamental completo	A
2014	Limpeza, asseio e conservação	SOLL (00.323.090/0001-51)	30/10/2014	30/10/2018	Ensino fundamental completo	P
2017	Vigilância armada	TKS (07.774.050/0001-75)	16/01/2017	16/01/2018	Ensino fundamental completo	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						
UG/Gestão: 200394 / 0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Serviços de suporte técnico em T.I.	LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S/A (41.587.502/0001-48)	01/01/2014	31/12/2017	Nível Médio com especialização	A

2014	Serviço de manutenção predial	CP – CONSTRUTORA PADILHA LTDA (09.3473808/0001-14)	01/03/2014	28/02/2017	Nível Médio com especialização	A
2014	Serviço de conservação e limpeza da SR/PF/RN	JMT SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA (07.442.731/0001-36)	01/03/2014	28/02/2017	Nível Fundamental	A
2014	Serviço de conservação e limpeza da DPF/MOS/RN	TOP SERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI (09.281.162/0001-10)	01/03/2014	28/02/2017	Nível Fundamental	A
2014	Serviços de vigilância SR/PF/RN	ROLAND VIGILÂNCIA LTDA (07.573.897/0001-82)	01/01/2015	31/12/2017	Nível Médio	A
2014	Serviços de vigilância da DPF/MOS/RN	BRASIFORT SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA (06.263.849/0005-68)	01/01/2015	31/12/2017	Nível Médio	A
2015	Serviços de manutenção em sistema de climatização	CP – CONSTRUTORA PADILHA LTDA (09.3473808/0001-14)	01/01/2016	31/12/2017	Nível Médio com especialização	A
2016	Serviços de jardinagem e paisagismo da SR/PF/RN	TALIMPO LIMPEZA URBANA LTDA – ME (03.116.706/0001-01)	01/08/2016	31/07/2017	Nível Fundamental	A
2016	Serviço de coleta, entrega e transporte de documentos - Motofretista	MÁXIMA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – EIRELI (14.572.458/0001-20)	01/09/2016	31/08/2017	Nível Médio	A
2016	Serviços de recepção da SR/PF/RN	L.D. MONITORAMENTOS E SERVIÇOS TECNICOS DE ELETRÔNICO (07.187.088/0001-41)	02/01/2017	01/01/2018	Nível Médio	A
2016	Serviços de recepção da DPF/MOS/RN	CONAMA – CONSTRUÇÕES AMAPAENSE EIRELI – ME (14.533.285/0001-30)	02/01/2017	01/01/2018	Nível Médio	A
2016	Serviços de copeiragem da SR/PF/RN e DPF/MOS/RN	CONAMA – CONSTRUÇÕES AMAPAENSE EIRELI – ME (14.533.285/0001-30)	02/01/2017	01/01/2018	Nível Médio	A
Unidade Contratante						
Nome: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO PARANÁ						
UG/Gestão: 200364/0001						

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2011	Serviço de manutenção predial - sr	EXCELLEN SERVIÇOS E MANUTENÇÕES DE OBRA (12.229.984/0001-66)	01/06/2011	30/05/2016	Nível Médio	E
2012	SERVIÇOS DE RECEPÇÃO PARA EMISSÃO PASSAPORTE	AVANTT SELEÇÃO E TREINAMENTO DE MÃO DE OBRA (10.328.740/0001-05)	08/10/2012	07/10/2017	Nível Médio	A
2012	SERVIÇO OPERAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA	S9 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E MÃO DE OBRA LTDA (03.025.281/0001-250)	19/11/2012	19/04/2016	Nível Médio	E
2012	Serviço de recepção	REAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MÃO DE OBRA LTDA (07.188.842/0001-68)	19/12/2012	19/04/2016	Nível Médio	E
2012	SERVIÇOS DE RECEPÇÃO PARA EMISSÃO PASSAPORTE	AVANTT SELEÇÃO E TREINAMENTO DE MÃO DE OBRA (10.328.740/0001-05)	07/01/2013	07/10/2017	Nível Médio	A
2013	ANALISTAS SISTEMAS E TÉCNICO DE INFORMÁTICA - DPF/LDA e DPF/MGA	VISIONNAIRE INFORMÁTICA S/A (01.289.298/0001-64)	04/06/2013	03/06/2016	Nível Médio	E
2013	SERVIÇOS VIGILÂNCIA PATRIMONIAL - DPF/MGA	SUL AMÉRICA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA (12.138.329/0001-00)	22/08/2013	21/12/2016	Nível Médio	A
2013	SERVIÇOS VIGILÂNCIA PATRIMONIAL GISE/LDA	SUL AMÉRICA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA (12.138.329/0001-00)	01/10/2013	01/02/2017	Nível Médio	A

2013	Serviços limpeza, higiene e conservação predial.	VIP SUL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – (13.682.207/0001-35)	01/08/2013	29/11/2016	Nível Médio	E
2013	Serviços limpeza, conservação e manutenção predial DPF/LDA e DPF/MGA	FEDERAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA (13.691.967/0001-09)	02/01/2014	30/11/2016	Nível Médio	E
2014	Serviço recepção DPF/LDA/PR e DPF/MGA/PR	AVANTT SELEÇÃO E TREINAMENTO DE MÃO DE OBRA (10.328.740/0001-05)	27/02/2014	26/10/2016	Nível Médio	E
2014	Serviço de copeiragem sr	RW ADMINISTRADORA DE MÃO DE OBRA LTDA (11.027.483/0001-34)	19/05/2014	30/11/2016	Nível Médio	E
2015	Limpeza e conservação predial unidades descentralizadas	AVANTT SELEÇÃO E TREINAMENTO DE MÃO DE OBRA (10.328.740/0001-05)	25/05/2015	24/01/2017	Nível Médio	A
2015	Serviço de recepção aeroporto afonso pena	AVANTT SELEÇÃO E TREINAMENTO DE MÃO DE OBRA (10.328.740/0001-05)	01/07/2015	30/11/2016	Nível Médio	E
2015	Contratação de serviço de vigilância armada	JURISEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (07.658.074/00001-69)	01/01/2016	31/08/2017	Nível Médio	A
2016	Serviço de recepção e telefonista SR/PF/pr e descentralizadas	AZTECA SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA (07.682.995/0001-67)	25/04/2016	24/12/2017	Nível Médio	A
2016	Prestação de serviço de manutenção predial.	ENERGIZA ENGENHARIA LTDA – ME (17.856.676./0001-84)	01/07/2016	28/02/2018	Nível Médio	A
2016	Prestação de serviço de limpeza, higienização, conservação e copeiragem	SERVTRON PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMERCIO LTDA (09.201.726/0001-67)	01/12/2016	31/07/2018	Nível Médio	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO						
UG/Gestão: 200360/0001						
Informações sobre os Contratos						

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	VIGILÂNCIA RPO AQA SJE JLS CT17/2012	66.700.295/0001-17 ALBATROZ	16/09/2016	15/09/2017	Nível Médio	P
2012	VIGILÂNCIA SR, depósito água Branca, Ed. Jaguaribe, Ed. Brig. Luís Antônio CT 24/2012.	66.700.295/0001-17 ALBATROZ	01/11/2016	01/11/2017	Nível Médio	P
2012	VIGILÂNCIA BRU, MII, PDE, ARU CT 25/2012.	66.700.295/0001-17 ALBATROZ	01/11/2016	01/11/2017	Nível Médio	P
2012	VIGILÂNCIA CZO/SJK CT 22/2015	10.928.126/0001-84 REAK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA	23/10/2016	23/10/2017	Nível Médio	P
2012	Manutenção CAS-CT 06/2012	NOWA 03.927.256/0001-37	10/04/2012	10/02/2017	Nível Médio	P
2013	RECEPÇÃO-SR/PF/SP E DESCENTRALIZADAS CT 45/2016	78.533.312/0001-58 PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	26/12/2016	26/12/2017	Nível Médio	P
2013	MANUTENCAO DE BENS IMÓVEIS Del Bauru CT08/2013	03.539.770/0001-03 MRO SERVICOS EIRELI - EPP	05/03/2013	05/03/2017	Nível Médio	P
2013	LIMPEZA STS – CT 03/2013	Hanner Serviços Terceizados LTDA-ME 10.297.576/0001-16	31/12/2016	31/12/2017	Nível Fundamental	P
2013	Receptionistas-STs - CT 09/2013	M&S Monitoramento 14.848.060/0001-73	01/09/2016	31/08/2017	Nível Médio	P
2013	Receptionistas-CAS - CT 02/2013	Erodata Consultoria e Serviços Ltda – EPP 68.970.680/0001-00	23/02/2014	23/02/2017	Nível Médio	P
2014	VIGILÂNCIA-SOD-PCA-CT 22/2014	06.069.276/0001-02 ATENTO SAO PAULO SERVICOS DE	20/06/2014	20/06/2017	Nível Médio	P

		SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI				
2014	RECEPÇÃO AEROPORTO DE GUARULHOS CT 39/2014	03.022.122/0001-77 BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	15/11/2016	15/11/2017	Nível Médio	A
2014	VIGILÂNCIA CAS-CT 04/2014	Atento São Paulo Serviços de Segurança patrimonial Ltda. 06.069.276/0001-02	05/06/2014	14/10/2017	Nível Médio	P
2014	LIMPEZA CAS – CT 05/2014	55.905.350/0001-99 PAINEIRAS LIMPEZA E SERVICOS GERAIS LTDA	01/09/2014	31/08/2017	Nível Fundamental	P
2015	VIGILÂNCIA SSB CT 23/2015	05.408.389/0001-22 ESC FONSECCAS SEGURANÇA EIRELI	03/11/2016	03/11/2017	Nível Médio	P
2015	MANUTENCAO DE BENS IMÓVEIS CT 16/2015	00.482.840/0001-38 LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	31/07/16	31/07/17	Nível Médio	P
2015	ESTAGIARIOS – CT 11/2015	61.600.839/0001-55 CIEE	30/04/2015	30/04/17	Nível Superior	P
2015	Manutenção STS-CT 03/2015	CIBAM ENGENHARIA EIRELLI 01.211.015/0001-61	01/01/2017	31/01/2017	Nível Médio	A
2015	VIGILÂNCIA STS-CT 02/2015	SHIELD SEGURANÇA 15.252.971/0001-04	02/03/2015	02/03/2017	Nível Médio	A
2016	LIMPEZA SR/SP, CAB, JGB CT 20/2016.	55.905.350/0001-99 PAINEIRAS LIMPEZA E SERVICOS GERAIS LTDA	12/05/2016	12/01/2018	Nível Fundamental	P
2016	LIMPEZA PCA/SOD CT21/2016	11.873.000/0001-12 PLANSERV LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA-EPP	12/05/2016	15/05/2018	Nível Fundamental	P
2016	LIMPEZA RPO, AQA, JLS, SJE CT23/2016.	02.415.338/0001-30	12/05/2016	12/05/2018	Nível Fundamental	P

		INTERLIMP GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA				
2016	LIMPEZA ARU, BRU, MIL, PDE CT24/2016.	55.905.350/0001-99 PAINEIRAS LIMPEZA E SERVICOS GERAIS LTDA	12/05/2016	12/05/2018	Nível Fundamental	P
2016	LIMPEZA STS CT 25/2016.	14.914.101/0001-82 GMS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI-ME	02/01/2017	02/09/2018	Nível Fundamental	A
2016	LIMPEZA SJK, SSB, CZO CT 22/2016.	14.914.101/0001-82 GMS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI-ME	19/07/2016	19/03/2018	Nível Fundamental	A
2016	COPEIRAGEM SR, DEAIN/DEAER CT 26/2010.	07.200.004/0001-62 PROGRESSO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-EPP	12/5/2016	12/5/2017	Nível Fundamental	P
2016	RECEPÇÃO AEROPORTO DE GUARULHOS CT 45/2016	78.533.312/0001-58 PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	26/12/2016	26/12/2017	Nível Médio	A
2016	Plano Assistência à Saúde	Anabim Assessoria Nacional em Gestão Pública e Meio Ambiente LTDA-EPP	01/12/2016	01/12/2017	-	P
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SERGIPE						
UG/Gestão: 200344/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Limpeza e Conservação do prédio	12.915.712/0001-10	01/04/2013	01/04/2017	Nível Fundamental	A

2014	Gerenciamento dos Estagiários	01.406.617/0001-74	17/02/2014	17/02/2017	Nível Médio/Superior	A
2014	Serviço de Recepção	08.727.425/0001-09	25/02/2014	25/02/2017	Nível Médio	A
2016	Serviço de copa, jardinagem, lavagem de viaturas e manutenção predial	17.976.212/0001-01	01/08/2016	31/07/2017	Nível Fundamental/Técnico	A

5.1.4.2 Contratação de estagiários

Com relação à contratação de estagiários, no âmbito desta UPC, todos os estagiários desenvolvem suas atividades na área meio do órgão, em razão da especialidade, sigilo, periculosidade e demais características das atividades realizadas na área fim.

A contratação de estagiários é gerenciada por cada unidade descentralizada de recursos humanos da Polícia Federal, em conjunto com o agente de integração, empresa contratada por meio de processo licitatório para recrutamento e seleção. A participação de estagiários alia a oportunidade de aquisição de conhecimento profissional em contrapartida à aplicação de conhecimento técnico às atividades laborais, propiciando a melhoria constante dos serviços.

Para toda a Polícia Federal, o quantitativo de estagiários de nível superior se limita a 20% do número de policiais federais, enquanto que, de nível médio, se limita a 10% dos cargos administrativos de nível médio, sendo que no exercício de 2017 foram contratados um mil e doze estagiários, no âmbito de todas as unidades gestoras da Polícia Federal.

5.2. Gestão do Patrimônio imobiliário e infraestrutura

5.2.1. Gestão do Patrimônio imobiliário da União

Não foi determinado modelo padronizado para apresentação destas informações, assim a UPC julgou adequado a elaboração de quadros contemplando informações dos pontos principais, dos números relacionados aos imóveis da União à disposição da UPC e as despesas envolvidas. O primeiro quadro contém os seguintes dados relevantes:

- a) identificação do imóvel;
- b) distribuição geográfica dos imóveis da União;
- c) despesas de manutenção, valor dos imóveis e data da avaliação;
- d) qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet e qualidade dos registros contábeis dos imóveis;

Elaborou-se um segundo quadro, que traz informações sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando-se o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação;

Por fim, descreve-se a estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da Polícia Federal e os riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los apresentados pelas UGs.

Quadro 29: Gestão do Patrimônio Imobiliário

Identificação do Imóvel	Localização Geográfica		Despesas com Manutenção	Valor do Imóvel	Data da Avaliação	Registros no SPIUnet estão completos?		Registros contábeis contemplam reformas e avaliações?	
	Município	UF				Resposta (Sim / Não)	Justificativa (em caso negativo)	Resposta (Sim / Não)	Justificativa (em caso negativo)
RIP 9701.22323.500-0	Brasília	DF	R\$1.905.472,53	R\$52.238.593,36	07/10/16	Sim		Sim	
RIP 9701.32581.500-5	Brasília	DF	R\$ 583.297,12	R\$ 4.877.131,60	30/12/2016	Sim		Não	Aguardando conclusão do processo de doação da Sala-Cofre, realizada pela SESGE, para incorporação da mesma ao patrimônio do imóvel em tela
RIP 9701.21540.500-7	Brasília	DF		R\$77.204.343,52	22/12/2016	Sim		Sim	
RIP 9701.21541.500-2	Brasília	DF	R\$1.061.129,62	R\$65.734.557,80	26/12/2016	Sim		Sim	
RIP 9701.26997.500-6	Brasília	DF		R\$7.213.536,00	27/12/2016	Sim		Sim	
RIP 9701.29883.500-4	Brasília	DF	R\$716.174,20	R\$17.337.921,94	26/12/2016	Sim		Sim	
RIP 9701.00597.500-1	BRASÍLIA	DF	85.630,80	R\$ 2.594.992,19	26/12/16	Sim		Sim	
RIP 9701.00725.500-6	BRASÍLIA	DF		R\$ 2.311.049,70	22/12/16	Sim		Sim	
RIP 9701.26998.500-1	BRASÍLIA	DF		R\$ 174.000.000,00	09/08/17	Sim		Sim	
RIP 9701.29884.500-0	BRASÍLIA	DF	Responsabilidade de condomínio, conforme informação contida no processo nº 08200.003651/2018-4	R\$ 5.602.655,51	26/12/16	Sim		Sim	
RIP 9701.32583.500-6	Brasília	DF	R\$578.234,08	R\$10.749.675,43	22/12/2016	Sim		Sim	
RIP 7493000665006	Cascavel	PR	-	R\$ 633.083,05	05/12/2016	Sim		Sim	
RIP 7493001085003	Cascavel	PR	-	R\$ 1.540.350,10	05/12/2016	Sim		Sim	
RIP7563008215004	Foz do Iguaçu	PR	R\$ 290.542,08	R\$ R\$ 24.206.707,80	03/10/2016	Sim		Sim	
RIP 7563008105004	Foz do Iguaçu	PR	-	R\$ 73.646.066,05	15/02/2016	Sim		Sim	
RIP 7571000205000	Guaíra	PR	R\$ 128.047,44	R\$ 1.686.136,95	23/02/17	Sim		Sim	
RIP 7571000385009	Guaíra	PR	-	R\$ 297.656,19	15/05/2017	Sim		Sim	
RIP 7571000405000	Guaíra	PR		R\$ 3.267.141,84	07/01/2018	Sim		Sim	
RIP 7535.00375.500-5	Curitiba	PR	-	R\$ 880.900,00	15/09/16	Sim		Sim	

RIP 7535.00405.500-7	Curitiba	PR	_	R\$ 7.180.200,00	15/09/16	Sim		Sim	
RIP 7535.00424.500-0	Curitiba	PR	R\$ 247.300,31	R\$ 27.864.538,81	15/09/16	Sim		Sim	
RIP 7667.00096.500-3	Londrina	PR	_	R\$ 5.160.675,75	06/04/17	Sim		Sim	
RIP 7667.00109.500-2	Londrina	PR	_	R\$ 1.884.431,88	06/04/17	Sim		Sim	
RIP 7691.00228.500.2	Maringá	PR	_	R\$ 1.645.935,64	25/08/16	Sim		Sim	
RIP 7745.00111.500-9	Paranaguá	PR	_	R\$ 5.762.252,36	21/07/16	Sim		Sim	
RIP 7745.00140.500-7	Paranaguá	PR	_	R\$ 2.000.000,00	22/07/16	Sim		Sim	
RIP 7745.00140.500-7	Paranaguá	PR	_	R\$ 837.652,19	09/09/16	Sim		Sim	
RIP 0107.00079.500-7	Cruzeiro Do Sul	AC		R\$498.879,71	3/02/2017	Sim		Sim	
RIP 0139.00272.500-4	Rio Branco	AC		R\$178.951,68	30/5/2016	Sim		Sim	
RIP 0139.00292.500-3	Rio Branco	AC		R\$36.031.386,90	05/10/2016	Sim		Sim	
RIP 2785.00237.500-6	Maceió	AL	R\$263.673,58	R\$17.700.000,00	15/09/16	Sim		Sim	
RIP 2785.00257.500-5	Maceió	AL		R\$3.600.000,00	15/08/16	Sim		Sim	
RIP 0255.00640.500-2	Manaus	AM		R\$300.000,00	08/03/2017	Sim		Não	IMÓVEL PEDENTE DE AVALIAÇÃO EM 2018
RIP 0255.00641.500-8	Manaus	AM		R\$500.000,00	08/03/2017	Sim		Não	IMÓVEL PEDENTE DE AVALIAÇÃO EM 2018
RIP 0255.00698.500-9	Manaus	AM		R\$25.000.018,52	11/04/2016	Sim		Não	IMÓVEL PEDENTE DE AVALIAÇÃO EM 2018
RIP 0255.00716.500-5	Manaus	AM		R\$380.000,00	22/02/2016	Sim		Não	IMÓVEL PEDENTE DE AVALIAÇÃO EM 2018
RIP 0605.00228.500-1	Macapá	AP		R\$176.081.246,23	10/04/2017	Sim		Sim	
RIP 0609.00029.500-2	Oiapoque	AP		R\$1.951.704,14	10/5/2016	Sim		Sim	
RIP 0605.00128.500-8	Macapá	AP		R\$369.529,63	10/5/2016	Sim		Sim	
RIP 0605.00129.500-3	Macapá	AP		R\$417.528,52	10/5/2016	Sim		Sim	
RIP 0605.00175.500-4	Macapá	AP		R\$361.623,67	10/5/2016	Sim		Sim	
RIP 0605.00178.500-0	Macapá	AP		R\$ 331.927,78	10/5/2016	Sim		Sim	
RIP 0609.00027.500-1	Oiapoque	AP		R\$ 212.813,03	10/5/2016	Sim		Sim	
RIP 0609.00028.500-7	Oiapoque	AP		R\$264.106,91	10/5/2016	Sim		Sim	
RIP 0609.00030.500-8	Oiapoque	AP		R\$264.106,91	10/5/2016	Sim		Sim	
RIP 0609.00031.500-3	Oiapoque	AP		R\$264.106,91	10/5/2016	Sim		Sim	
RIP 3849.00865.500-6	Salvador	BA	R\$60.000,00	R\$26.105.412,58	13/02/17	Sim		Sim	

RIP 3363.00051.500-4	Barreiras	BA	R\$15.000,00	R\$1.067.603,84	10/11/16	Sim		Sim
RIP 3573.00014.500-2	Ilhéus	BA	R\$60.000,00	R\$2.065.640,68	13/02/17	Sim		Sim
RIP 1389.00460.500-0	Fortaleza	CE	R\$924.258,24	R\$17.203.559,62	04/01/2017	Sim		Sim
RIP 5705 00380.500-2	Vitória	ES		R\$ 103.086,15	05/06/2017	Sim		Sim
RIP 5705 00213.500-3	Vitória	ES		R\$ 70.918,57	05/06/2017	Sim		Sim
RIP 5623.00024.500-8	Cachoeira Do Itapemirim	ES	R\$8.642,72	R\$2.181.107,77	26/12/17	Sim		Sim
RIP 5697.00023.500-6	São Mateus	ES	R\$ 30.141,72	R\$1.765.253,53	23/02/16	Sim		Sim
RIP 5703.00044.500-9	Vila Velha	ES		R\$721.786,26	23/02/16	Sim		Sim
RIP 5703.00043.500-3	Vila Velha	ES	R\$717.386,65	R\$35.341.402,74	23/02/16	Sim		Sim
RIP 9221001818500-2	ANÁPOLIS	GOIÁS		R\$ 870.000,00	31/10/17	Sim		Sim
RIP 937300323500-2	GOIÂNIA	GOIÁS		R\$ 34.082.265,97	31/10/17	Sim		Sim
RIP 943300017500-6	JATAÍ	GOIÁS		R\$ 2.235.826,61	28/12/17	Sim		Sim
RIP 975300002500-8	SENADOR CANEDO	GOIÁS		R\$ 300.122,70	31/10/17	Sim		Sim
RIP 0921.00629.500-2	São Luís	MA		R\$13.853.428,80	25/05/16	Sim		Sim
RIP 0803.00068.500-9	Imperatriz	MA		R\$2.541.282,47	20/05/16	Sim		Sim
RIP 0921 00751.500-6	São Luís	MA		R\$ 6.512.721,50	20/05/2016	Sim		Sim
RIP 0757 00053.500-0	Caxias	MA		R\$ 1.065.050,31	07/03/2016	Sim		Sim
RIP 4123.00207.500-5	Belo Horizonte	MG	R\$27.576,82	R\$9.290.055,12	07/12/15	Sim		Sim
RIP 4123.00221.500-1	Belo Horizonte	MG		R\$2.872.171,01	07/12/15	Sim		Sim
RIP 4123.00249.500-4	Belo Horizonte	MG	R\$4.485,00	R\$3.810.288,27	07/12/15	Sim		Sim
RIP 4123.00282.500-4	Belo Horizonte	MG	R\$414.840,23	R\$81.786.742,67	07/12/15	Sim		Sim
RIP 4123.00396.500-4	Belo Horizonte	MG	R\$4.832,96	R\$3.210.279,96	23/02/17	Sim		Sim
RIP 4123.00398.500-5	Belo Horizonte	MG	R\$2.899,77	R\$686.762,01	23/02/17	Sim		Sim
RIP 4123.00400-500-4	Belo Horizonte	MG	R\$1.933,18	R\$775.195,52	23/02/17	Sim		Sim
RIP 4553.00113-500-1	Governador Valadares	MG	R\$18.166,00	R\$3.967.030,16	07/12/15	Sim		Sim
RIP 4733.00172.500-1	Juiz De Fora	MG	R\$44.059,00	R\$9.938.710,72	07/12/15	Sim		Sim
RIP 4733.00156.500-4	Juiz De Fora	MG	R\$5.935,25	R\$74.521.500,04	07/12/15	Sim		Sim
RIP 5403.00288.500-7	Uberlândia	MG	R\$82.105,25	R\$4.737.860,76	07/12/15	Sim		Sim
RIP 5403.00418.500-2	Uberlândia	MG		R\$583.338,00	07/12/15	Sim		Sim
RIP 5403.00420.500-3	Uberlândia	MG	R\$6.559,00	R\$3.309.272,49	07/12/15	Sim		Sim

RIP 9051.00014.500-2	Campo Grande	MS	R\$ 449.006,32	R\$ 7.726.224,24	9/12/16	Sim		Sim	
RIP 9051.00029.500-4	Campo Grande	MS		R\$ 1.422.064,22	30/12/2016	Sim		Sim	
RIP 9113.00039.500-2	Naviraí	MS		R\$ 2.062.439,95	28/12/2016	Sim		Sim	
RIP 9073.00114.500-7	Dourados	MS	R\$ 117.677,43	R\$ 3.046.803,43	28/12/2016	Sim		Sim	
RIP 9063.00005.500-7	Corumbá	MS	R\$ 31.344,87	R\$ 5.200.948,67	30/12/2016	Sim		Sim	
RIP 9063.00207.500-5	Corumbá	MS		R\$ 4.676.518,44	14/10/2016	Sim		Sim	
RIP 9073.00096.500-0	Dourados	MS		R\$ 1.046.010,00	30/12/2016	Sim		Sim	
RIP 9073.00144.500-0	Dourados	MS	R\$ 4.580,37	R\$ 773.123,60	3/11/2016	Sim		Sim	
RIP 9113.00022.500-0	Naviraí	MS		R\$ 551.996,25	3/11/2016	Sim		Sim	
RIP 9131.00018.500-6	Ponta Porã	MS	R\$ 19.817,26	R\$ 1.349.169,68	17/10/2016	Sim		Sim	
RIP 9131.00286.500-4	Ponta Porã	MS		R\$ 5.908.374,86	17/10/2016	Sim		Sim	
RIP 9165.00112.500-1	Três Lagoas	MS	R\$ 43.600,26	R\$ 883.238,88	19/11/2016	Sim		Sim	
RIP 9165.00114.500-2	Três Lagoas	MS		R\$ 583.660,64	29/11/2016	Sim		Sim	
RIP 9103.00051.500-0	Ladário	MS		R\$ 2.902.843,98	4/11/2016	Sim		Sim	
RIP 9067.00239.500-2	Cuiabá	MT	Devido Ao Andament Da Reforma (Contrat 01/2017 - Construtor Pinhão Fela Ltda-Epp Foi Pago Um Total D R\$ 269.809,83.	R\$ 8.000.000,00	31/07/17	Sim		Sim	
RIP 9067.00296.500-3	Cuiabá	MT		R\$ 1.455.261,26	31/07/17	Sim		Sim	
RIP 9067.00203.500-6	Cuiabá	MT		R\$ 500.000,00	31/07/17	Sim		Sim	
RIP 9035.00040.500-2	Barra Do Garças	MT		R\$ 1.640.000,00	09/10/17	Sim		Sim	
RIP 9047.00193.500-9	Cáceres	MT		R\$ 7.650.000,00	13/12/17	Sim		Sim	
RIP 8999.00008.500-6	Pontes E Lacerda	MT		R\$ 3.057.646,80	23/11/17	Sim		Sim	
RIP 9151.00050.500-5	Rondonópolis	MT		R\$ 5.210.000,00	09/10/17	Sim		Sim	
RIP 9151.00117.500-9	Rondonópolis	MT		R\$ 1.380.000,00	09/10/17	Sim		Sim	
RIP 8985 00077.500-2	Sinop	MT		R\$ 5.500.000,00	09/10/17	Sim		Sim	
RIP 0427.00192.500-5	Belém	PA		R\$ 7.303.833,52	26/12/14	Sim		Sim	

RIP 0427.00524.500-9	Belém	PA		R\$ 7.549.572,38	07/02/14	Sim		Sim	
RIP 0471.00249.500-1	Itaituba	PA		R\$630.682,64	24/11/14	Sim		Sim	
RIP 0427.00228.500-0	Belém	PA		R\$ 2.861.848,64	26/12/14	Sim		Sim	
RIP 0427.00903.500-9	Belém	PA		R\$ 16.172.000,60	26/12/14	Sim		Sim	
RIP 0483.00161.500-7	Marabá	PA		R\$ 6.326.878,59	26/12/14	Sim		Sim	
RIP 0535.00132.500-5	Santarém	PA		R\$ 7.304.878,79	26/12/14	Sim		Sim	
RIP 0427.00404.500-6	Belém	PA		R\$ 2.674.169,35	26/12/14	Sim		Sim	
RIP 0427.00402.500-5	Belém	PA		R\$ 1.463.765,20	26/12/14	Sim		Sim	
RIP 0427.00403.500-0	Belém	PA		R\$ 1.509.930,19	26/12/14	Sim		Sim	
RIP0427.00405.500-1	Belém	PA		R\$ 1.505.597,16	26/12/14	Sim		Sim	
RIP 2051.00227.500-2	João Pessoa	PB	R\$ 61.796,64	R\$ 9.775.675,23	20/11/2017	Sim		Sim	
RIP 1981.00050.500-4	Campina Grande	PB	R\$ 259.008,88	R\$ 5.432.946,12	18/11/16	Sim		Sim	
RIP 2117.00012.500-0	Patos	PB		R\$815.404,29	31/07/15	Sim		Não	AVALIAÇÃO VENCIDA
RIP 2531.00008.500-9	Recife	PE	R\$ 361.484,09	R\$ 11.072.578,76	21/07/17	Sim		Sim	
RIP 2413.00052.500-4	Floresta	PE	R\$ -00	R\$ 491.508,66	03/02/17	Sim		Sim	
RIP 2543.00049.500-6	Salgueiro	PE	R\$ 26.491,85	R\$ 2.174.326,88	21/07/17	Sim		Sim	
RIP 1153.00074.500-9	Parnaíba	PI	R\$ 101.618,00	R\$2.434.771,71	28/07/16	Sim		Sim	
RIP 121.900214.500-5	Teresina	PI	R\$ 5.188,80	R\$7.478.304,16	01/09/2016	Sim		Sim	
RIP 7745 00179.500-0	Paranaguá	PR		R\$ 210.893,40	09/09/16	Sim		Sim	
RIP 6001.02786500-3	Rio De Janeiro	RJ	R\$ 2.324.697,00	R\$ 46.948.036,00	29/09/17	Sim		Sim	
RIP 6001.03640500-1	Rio De Janeiro	RJ		R\$ 9.611.134,60	07/03/17	Sim		Sim	
RIP 6001.02253500-5	Rio De Janeiro	RJ		R\$ 1.391.517,51	07/03/17	Sim		Sim	
RIP 6001.02193500-0	Rio De Janeiro	RJ		R\$ 173.731,32	07/03/17	Sim		Sim	
RIP 6001.02327500-7	Rio De Janeiro	RJ		R\$ 323.841,93	07/03/17	Sim		Sim	
RIP 5819.00195500-3	Campos Dos Goytacazes	RJ		R\$ 12.637.073,45	07/03/17	Sim		Sim	
RIP 5925.00011500-2	Volta Redonda	RJ		R\$ 393.600,00	07/03/17	Sim		Sim	
RIP 1759.00006.500-7	Natal	RN	R\$ 787.278,64	R\$ 43.391.283,00		Sim		Sim	

					02/08/16				
RIP 1759.00100.500-6	Mossoró	RN	R\$ 15.590,48	R\$ 2.241.440,00	02/08/16	Sim		Sim	
RIP 1741.00035.500-0	Macaíba	RN	R\$ 7.443,23	R\$ 1.595.367,80	02/08/16	Sim		Sim	
RIP 1759.00096.500-6	Mossoró	RN	R\$ -00	R\$ 1.444.174,00	02/08/16	Sim		Sim	
RIP 0013.00044500-4	Vilhena	RO		R\$ 1.358.540,54	R\$ 26.03.2013	Não	ENCONTRA-SE EM REGULARIZAÇÃO NA SPU/RO OF.69/2013/NAD/SR/RO	Sim	
RIP 0013.00043500-9	Vilhena	RO	R\$ 53.557,23	R\$ 1.447.630,00	R\$ 26.03.2013	Não	ENCONTRA-SE EM REGULARIZAÇÃO NA SPU/RO OF.69/2013/NAD/SR/RO	Sim	
RIP 000.00051.500-1	Ji-Paraná	RO	R\$ 61.431,67	R\$ 2.437.603,04	R\$ 26.03.2013	Não	ENCONTRA-SE EM REGULARIZAÇÃO NA SPU/RO OF.69/2013/NAD/SR/RO	Sim	
RIP 0003.00416.500-9	Porto Velho	RO	R\$ 108.245,44	R\$ 1.740.832,24	R\$ 14.08.2017	Sim	FALTA ESCRITURA PUBLICA	Sim	
RIP 0003.00417.500-4	Porto Velho	RO		R\$ 850.387,95	R\$ 14.08.2017	Sim	FALTA ESCRITURA PUBLICA	Sim	
RIP 0003.00362.500-6	Porto Velho	RO		R\$ 1.417.633,68	R\$ 14.08.2017	Sim	FALTA ESCRITURA PUBLICA	Sim	
RIP 0001.00200.500-8	Guajará-Mirim	RO		R\$ 55.844,00	R\$ 28.12.12	Não	ENCONTRA-SE EM REGULARIZAÇÃO NA SPU/RO OF.69/2013/NAD/SR/RO	Sim	
RIP 0001.00054.500-5	Guajará-Mirim	RO		R\$ 59.311,07	R\$ 14.08.2017	Não	ENCONTRA-SE EM REGULARIZAÇÃO NA SPU/RO OF.69/2013/NAD/SR/RO	Sim	

RIP 0001.00206.500-0	Guajará-Mirim	RO	R\$ 60.027,65	R\$ 1.685.141,06	R\$ 14.08.2017	Sim	CEDIDO	Sim	
RIP 0021.00032.500-0	Costa Marques	RO		R\$ 22.345,00	R\$ 26.03.2013	Não	ENCONTRA-SE EM REGULARIZAÇÃO NA SPU/RO OF.69/2013/NAD/SR/ RO	Sim	
RIP 0011.00046.500-9	Pimenta Bueno	RO	55.153,1 8	R\$ 211.687,50	R\$ 31.08.2012	Sim	ENCONTRA-SE EM REGULARIZAÇÃO NA SPU/RO OF.69/2013/NAD/SR/ RO	Sim	
RIP 0034.00001.500-2	PACARAIMA	RR	R\$ 69.949,36	R\$ 312.834,29	19/1/2017	Sim		Sim	
RIP 0034.00003.500-3	PACARAIMA	RR		R\$ 62.751,76	19/1/2017	Sim		Sim	
RIP 0034.00005.500-4	PACARAIMA	RR		R\$ 62.751,76	19/1/2017	Sim		Sim	
RIP 0034.00007.500-5	PACARAIMA	RR		R\$ 62.751,76	19/1/2017	Sim		Sim	
RIP 0034.00009.500-6	PACARAIMA	RR		R\$ 62.751,76	19/1/2017	Sim		Sim	
RIP 0301.00116.500-0	BOA VISTA	RR	R\$ 603.599,75	R\$ 21.977.415,29	16/12/2014	Sim		Sim	
RIP 0301.00242.500-6	BOA VISTA	RR		R\$ 20.421,08	19/1/2017	Sim		Sim	
RIP 0307.00019.500-2	BONFIM	RR		R\$ 22.350,78	14/11/2017	Sim		Sim	
RIP 0307.00020.500-8	BONFIM	RR		R\$ 22.429,54	14/11/2017	Sim		Sim	
RIP 0307.00021.500-3	BONFIM	RR		R\$ 21.852,99	14/11/2017	Sim		Sim	
RIP 0307.00022.500-9	BONFIM	RR	R\$ 69.949,36	R\$ 656.992,13	14/11/2017	Sim		Sim	
RIP0307.00023.500-4	BONFIM	RR		R\$ 21.384,60	14/11/2017	Sim		Sim	
RIP 8599.00034.500-2	Caxias Do Sul	RS		R\$14.723.121,10	27/10/2016	Sim		Sim	
RIP 8721.00031.500-2	Jaguarão	RS		R\$500.863,93	15/12/2016	Sim		Sim	
RIP 8785.00030.500-3	Passo Fundo	RS	R\$ 14.400,00	R\$3.342.742,47	14/12/2016	Sim		Sim	
RIP 8801.00513.500-4	Porto Alegre	RS		R\$2.118.315,30	30/11/2016	Sim		Sim	

RIP 8801.00577.500-3	Porto Alegre	RS	R\$ 797.819,19	R\$12.743.701,99	30/11/2016	Sim		Sim	
RIP 8815.00114.500-5	Rio Grande	RS		R\$2.333.284,80	14/12/2016	Sim		Sim	
RIP 8815.00165.500-3	Rio Grande	RS	R\$ 23.331,88	R\$1.530.174,84	14/12/2016	Sim		Sim	
RIP 8841.00306.500-8	Santa Maria	RS		R\$312.476,94	30/11/2016	Sim		Sim	
RIP 8841.00352.500-9	Santa Maria	RS		R\$1.418.214,74	30/11/2016	Sim		Sim	
RIP 8841.00453.500-8	Santa Maria	RS		R\$2.558.767,80	30/11/2016	Sim		Sim	
RIP 8845.00130.500-4	Santana Do Livramento	RS		R\$122.588,95	19/12/2016	Sim		Sim	
RIP 8845.00132.500-5	Santana Do Livramento	RS		R\$174.282,47	19/12/2016	Sim		Sim	
RIP 8849.00028.500-2	Santa Vitória Do Palmar	RS		R\$1.026.040,08	15/12/2016	Sim		Sim	
RIP 8853.00039.500-0	Santo Ângelo	RS		R\$4.220.000,00	15/12/2016	Sim		Sim	
RIP 8863.00033.500-5	São Borja	RS		R\$232.260,00	26/10/2016	Sim		Sim	
RIP 8863.00044.500-5	São Borja	RS		R\$4.044.421,33	26/10/2016	Sim		Sim	
RIP 8097.00003.500-5	Dionísio Cerqueira	SC	R\$ 7.804,39	R\$ 2.059.480,13	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00005.500-6	Dionísio Cerqueira	SC	R\$	R\$ 83.800,03	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00006.500-1	Dionísio Cerqueira	SC	- R\$	R\$ 169.709,32	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00007.500-7	Dionísio Cerqueira	SC	- R\$	R\$ 169.709,32	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00008-500-2	Dionísio Cerqueira	SC	- R\$	R\$ 169.709,32	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00009.500-8	Dionísio Cerqueira	SC	- R\$	R\$ 147.800,60	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00010.500-3	Dionísio Cerqueira	SC	- R\$	R\$ 120.808,51	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00011.500-9	Dionísio Cerqueira	SC	- R\$	R\$ 113.099,59	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00012.500-4	Dionísio Cerqueira	SC	- R\$	R\$ 115.670,04	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00013.500-0	Dionísio Cerqueira	SC	- R\$	R\$ 114.256,30	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00014.500-5	Dionísio Cerqueira	SC	- R\$	R\$ 136.233,60	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00015.500-0	Dionísio Cerqueira	SC	- R\$	R\$ 141.815,43	26/12/2017	Sim		Sim	

RIP 8097.00016.500-6	Dionísio Cerqueira		R\$ -	R\$ 92.824,64	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00017.500-1	Dionísio Cerqueira	SC	R\$ -	RS 19.338,47	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00018.500-7	Dionísio Cerqueira	SC	R\$ -	RS 12.466,66	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00020.500-8	Dionísio Cerqueira	SC	R\$ -	RS 118.792,75	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00021.500-3	Dionísio Cerqueira	SC	R\$ -	RS 138.176,84	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00022.500-9	Dionísio Cerqueira	SC	R\$ -	RS 324.891,64	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00023.500-4	Dionísio Cerqueira	SC	R\$ -	RS 79.724,21	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8097.00025.500-5	Dionísio Cerqueira	SC	R\$ -	RS 180.439,90	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8105.00135.500-8	Florianópolis	SC	R\$ 285.323,56	RS 51.005.092,45	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8105.00439.500-0	Florianópolis	SC	R\$ 6.330,32	RS 3.592.608,91	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8105.00484.500-6	Florianópolis	SC	R\$ -	RS 603.036,28	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8161.00004.500-6	Itajaí	SC	R\$ 9.731,27	RS 1.059.444,14	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8161 00129.500-6	Itajaí	SC	-	RS 10.117.753,54	27/3/2017	Sim		Sim	
RIP 8179.00070.500-9	Joinville	SC	R\$ 19.845,99	RS 1.182.196,42	26/12/2017	Sim		Sim	
RIP 8183.00076.500-0	Lages	SC	R\$ 11.212,62	RS 2.718.927,55	26/12/2017				
RIP 3105.00267.500-9	Aracaju	SE		R\$ 2.800.000,00	28/03/2018	Sim		Sim	
RIP 6219 00276.500-0	BAURU	SP	R\$ 78.731,52	R\$ 9.228.501,89	01/01/16	Sim		Sim	
RIP 6929 00045.500-6	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	R\$ 127.178,70	R\$ 2.112.135,63	01/01/16	Sim		Sim	
RIP 6969 00041.500-3	RIBEIRÃO PRETO	SP	-	R\$ 476.083,84	31/01/17	Sim		Sim	
RIP 7071 00795.500-3	SANTOS	SP	-	R\$ 1.719.492,95	01/01/16	Sim		Sim	
RIP 7097 00156.500-2	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SP	-	R\$ 252.490,00	01/01/16	Sim		Sim	

RIP 7097 00162.500-5	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SP	-	R\$ 242.446,64	31/01/17	Sim		Sim	
RIP 7097 00160.500-4	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SP	-	R\$ 281.400,00	31/01/17	Sim		Sim	
RIP 7107 01060.500-4	SÃO PAULO	SP	R\$ 2.589.109,80	R\$ 78.034.003,00	01/01/16	Sim		Sim	
RIP 7107 00390.500-6	SÃO PAULO	SP	-	R\$ 10.943.043,00	01/01/16	Sim		Sim	
RIP 7107 00492.500-0	SÃO PAULO	SP	-	R\$ 7.732.186,00	01/01/16	Sim		Sim	
RIP 9733.00383.500-6	Palmas	TO		R\$2.200.000,00	21/12/17	Sim		Sim	
RIP 9385.00012.500-5	Gurupi	TO		R\$200.000,00	01/11/17	Sim		Sim	

Quadro 30: Cessão de espaço para terceiros

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	9701.32583.500-6
	Endereço	Edifício do Instituto Nacional de Criminalística - SAIS Quadra 7 Lote 23 Setor Policial Sul DITEC/DPF
Identificação do Cessionário	CNPJ	00000000/4120-31
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de uso de área
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	2050,44
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita (GRU - código de recolhimento 18815-8)
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Ressarcimento ao Tesouro

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	Avenida Rodovia Norte/Sul, S/N, Bairro: Infraero I, Macapá/AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	Banco do Brasil: 00.000.000/0001-91 ; CEF: 00.360.305/0001-04; OAB: 05.863.212/0001-16
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A ; Caixa Econômica Federal e Ordem dos Advogados do Brasil secção do Amapá.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Assinatura de termo de Cessão
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	Não há valores e benefícios recebidos
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5703.00043.500-3
	Endereço	Rua Vale do Rio Doce, 01 São Torquato, Vila Velha/ES, CEP 29114-105
Identificação do Cessionário	CNPJ	Nº 02.083.914/0001-99
	Nome ou Razão Social	Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos servidores do DPF/ES - FEDERALCRED

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de uso onerosa
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	Aluguel R\$ 837,11 mensal (R\$10.045,32 anual); rateio de despesas: média de R\$ 861,00 mensal (R\$ 10.332,00 anual)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento do valor do aluguel e participação proporcional no rateio das despesas com manutenção, conservação e vigilância do prédio, despesas inerentes aos serviços públicos de água, esgoto, coleta de lixo. Pagamento da despesa de seu próprio consumo de energia elétrica e telefone
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso referente ao aluguel é destinado ao Tesouro Nacional. O valor referente ao rateio de despesas volta para a conta de contratos desta SR/PF/ES

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5623.00024.500-8
	Endereço	Av. Domingos Alcino Dadalto, nº 145, IBC, Cachoeiro de Itapemirim/ES CEP: 29.315-314
Identificação do Cessionário	CNPJ	Nº 00.000.000/0083-38
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S.A.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de uso gratuita
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	Sem ônus
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Sem ônus
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Sem ônus

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5703.00043.500-3
	Endereço	Rua Vale do Rio Doce, 01 São Torquato, Vila Velha/ES, CEP 29114-105
Identificação do Cessionário	CNPJ	Nº 00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de comodato a título oneroso
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	R\$ 76,15 mensal (anual R\$ 913,80)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento das despesas relativas à manutenção da infraestrutura do imóvel, tais como impostos, taxas, tarifas de utilização de água e energia elétrica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso referente ao aluguel é destinado ao Tesouro Nacional. O valor referente ao rateio de despesas volta para a conta de contratos desta SR/PF/ES

	Recursos Recebidos	
--	---------------------------	--

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4123.00735.500-6 (RIP Utilização)
	Endereço	Rua Nascimento Gurgel, nº 30, bairro Gutierrez, andar térreo, Belo Horizonte/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/4780-59
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S/A
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação nº 012/2011-SR/PF/MG, Processo nº 08350.008384/2011-10 - posto de autoatendimento do Banco do Brasil
	Valores Benefícios recebidos pela UJ Cedente e	Pagamento Mensal de R\$ 73,50 com vencimento no 10º dia, com apuração anual pelo INPC. Benefícios: atendimento bancário para servidores do DPF no interior do edifício sede, tendo em vista a grande quantidade de servidores policiais e administrativos que possuem conta bancária naquela instituição.
	Tratamento Contábil dos Valores Benefícios ou	Pagamento efetuado via GRU, para a Unidade Arrecadadora 015-9 – SR/PF/MG – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, UG 200350.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há gestão de receitas nessa UG.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4123.00736.500-1 (RIP Utilização)
	Endereço	Rua Nascimento Gurgel, nº 30, bairro Gutierrez, andar térreo, Belo Horizonte/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação nº 014/2009-SR/PF/MG, Processo nº 08350.011269/2009-08
	Valores Benefícios recebidos pela UJ Cedente e	Pagamento Mensal de R\$ 30,54 para instalação de posto de autoatendimento, de R\$ 740,88 para uso de agência bancária e R\$ 247,50 para rateio de despesas - com apuração anual pelo INPC. Benefícios: atendimento bancário para servidores do DPF no interior do edifício sede, tendo em vista a grande quantidade de servidores policiais e administrativos que possuem conta bancária naquela instituição.
	Tratamento Contábil dos Valores Benefícios ou	Pagamento efetuado via GRU ou Depósito em Dinheiro para a SRMG via GRU, para a Unidade Arrecadadora 015-9 – SR/PF/MG, UG 200350.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há gestão de receitas nessa UG.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4123.00737.500-7 (RIP Utilização)
	Endereço	Rua Nascimento Gurgel, nº 30, bairro Gutierrez, edifício anexo à sede principal, Belo Horizonte/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.306.456/0001-96
	Nome ou Razão Social	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA FEDERAL EM BELO HORIZONTE - ANSEF

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência nº 01/2010-SR/PF/MG, Processo nº 08350.003079/2010-42
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	Pagamento Mensal de R\$ 419,72 para uso do espaço da Associação e R\$ 510,39 para rateio de despesas - com apuração anual pelo INPC. Benefícios: atendimento aos servidores públicos policiais e administrativos que possuem conta bancária naquela instituição.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento efetuado via GRU ou Depósito em Dinheiro para a SRMG via GRU, para a Unidade Arrecadadora 015-9 – SR/PF/MG, UG 200350.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há gestão de receitas nessa UG.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4123.00738.500-2 (RIP Utilização)
	Endereço	Rua Nascimento Gurgel, nº 30, bairro Gutierrez, edifício anexo à sede principal, Belo Horizonte/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.760.242/0001-46
	Nome ou Razão Social	SICOOB NOSSACOOP – Cooperativa de Economia e Crédito dos Empregados das Instituições de Ensino Superior e Pesquisas Científica e Tecnológica e dos Servidores do Ministério do Trabalho e Emprego de Minas Gerais Ltda.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência nº 02/2012-SR/PF/MG, Processo nº 08350.020177/2012-14
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	Pagamento Mensal de R\$ 486,00 para uso do espaço da Cooperativa e R\$ 389,32 para rateio de despesas - com apuração anual pelo INPC. Benefícios: atendimento aos servidores públicos policiais e administrativos que possuem conta bancária naquela instituição.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento efetuado via GRU ou Depósito em Dinheiro para a SRMG via GRU, para a Unidade Arrecadadora 015-9 – SR/PF/MG, UG 200350.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há gestão de receitas nessa UG.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1761.00006.500-7
	Endereço	Rua João Celso Filho, 2532 – Bairro Lagoa Nova – Natal/RN.
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.412.778/0001-69
	Nome ou Razão Social	Associação Norte-rio-grandense dos Servidores do Departamento de Polícia Federal – ASPOFERN
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de Licitação
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	Não se aplica (Cláusula Terceira, item “e” do Contrato dispõe que o cessionário deverá arcar com “... despesas de fornecimento de energia elétrica e água, manutenção, conservação e vigilância, decorrentes da regular utilização do imóvel e de suas atividades, informando mensalmente à Administração os valores efetivamente pagos, apresentando os documentos comprobatórios de quitação”).
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica.

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica.
--	--	----------------

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1761.00006.500-7
	Endereço	Área de 27,10m2, localizada no Andar Térreo do Prédio situado na Rua Dr. Lauro Pinto, 155 – Bairro Lagoa Nova – Natal/RN.
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/4090-81
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S.A.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de licitação: Contrato S/N - Vigência: 01/07/2012 a 30/06/2017. Cessão de uso de espaço público onerosa.
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	A partir de julho de 2016 o valor foi reajustado para R\$ 1.237,12 (hum mil, duzentos e trinta e sete reais e doze centavos).
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os benefícios recebidos são depositados na Conta Única do Tesouro Nacional por meio de pagamento de Guia de Recolhimento da União, no código de recolhimento do Tesouro Nacional 28802 (Receita de Aluguéis), na unidade gestora 200336 – Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF. Após o recolhimento, o SIAFI registra uma Variação Patrimonial Aumentativa do valor correspondente na conta contábil 413110000 – Aluguéis, com contrapartida, a débito, na Conta Única do Tesouro Nacional.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são contabilizados no montante arrecadado pelo DPF durante o exercício e farão parte do cálculo de eventual excesso de arrecadação no período ou comporão eventual superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior. Esses recursos servirão de fontes para abertura de créditos suplementares (Lei nº 4.320/64: art. 43, § 1º, III e IV) e/ou créditos especiais. (Lei nº 4.320/64: art. 43, § 1º, II e § 3º).

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8801.00577.500-3
	Endereço	Av. Ipiranga, nº 1365, Porto Alegre/RS, CEP 90.160-093
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de Licitação nº 04/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Agência bancária
	Prazo da Cessão	10/02/2017 a 09/02/2021
	Caracterização do espaço cedido	Cessão onerosa de área de 44,69 m ² localizado no pavimento térreo da SR/PF/RS, no saguão de atendimento da Delegacia de Imigração da Regional
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	Os valores pagos não são recebidos pela SR/DPF/RS e sim pagos em conta única da União.
	Tratamento Contábil dos	

	Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8801.00577.500-3
	Endereço	Av. Ipiranga, n° 1365, Porto Alegre/RS, CEP 90.160-093
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.770.041/0001-06
	Nome ou Razão Social	RESTAURANTE EVANDRO BATISTA ME.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n° 02/2016-SR/RS
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração dos serviços de elaboração e preparação de refeição para servidores, empregados e funcionários da SR/PF/RS
	Prazo da Cessão	13/01/2017 a 12/01/2018
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de Uso Gratuito de área localizado no 9° pavimento da SR/PF/RS.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Trata-se de Cessão de Uso de Área Gratuito.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Trata-se de Cessão de Uso de Área Gratuito.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Trata-se de Cessão de Uso de Área Gratuito, porém ocorre o rateio mensal dos gastos relativos à água e energia, sendo que os valores recebidos são utilizados para quitação do respectivo débito.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Ocorre o rateio mensal dos gastos relativos à água e energia, de forma proporcional à área ocupada pelo cessionário.	

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	8801.00577.500-3
	Endereço	Av. Ipiranga, n° 1365, Porto Alegre/RS, CEP 90.160-093
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.000.142/0001-47
	Nome ou Razão Social	SICREDIPOL
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cooperativa de Crédito
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de Licitação n° 03/2017
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Agência
	Prazo da Cessão	03/10/2017 a 02/10/2018.

	Caracterização do espaço cedido	Cessão Onerosa de área de 55,26 m² localizado no pavimento térreo da SR/DPF/RS, no saguão de atendimento da Delegacia de Imigração da Regi
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	Os valores pagos não são recebidos pela SR/DPF/RS e sim pagos em conta única da união
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	8105 00135.500-8
	Endereço	Av. Paschoal Apóstolo, 4.744, Florianópolis/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/5833-59
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL
	Atividade ou Ramo de Atuação	Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de licitação
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	27.676,87
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento Receita – 067-1 – COD STN 288020
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	. Custeio - Tesouro

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	7107.01060.500-4
	Endereço	Rua Hugo D'Antola nº 95, CEP: 05038-090, São Paulo, SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/3992-64
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviços Bancários

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de licitação nº 13/2012
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto Bancário conforme Inciso I do Art. 12 do Decreto 3.725 de 10 de Janeiro de 2001
	Prazo da Cessão	60 meses – Data término da cessão 27/03/2018
	Caracterização do espaço cedido	Área de 72,64 m2 (setenta e dois metros quadrados e sessenta e quatro centímetros quadrados) no segundo andar do edifício sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	Pagamento Mensal Estimado de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) em favor da Conta Única do Tesouro Nacional
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	. Anulação de despesas do exercício
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	. Retorno à Nota de Empenho despesas
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Taxa de ocupação, despesas com serviço de manutenção do prédio, vigilância e limpeza, consumo estimado de água e esgoto, consumo estimado de energia elétrica.

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	7107.01060.500-4
	Endereço	Rua Hugo D'Antola nº 95, CEP: 05038-090, São Paulo, SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviços Bancários
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de licitação nº 01/2016 (data término da cessão 08/09/2021)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto Bancário conforme Inciso I do Art. 12 do Decreto 3.725 de 10 de Janeiro de 2001
	Prazo da Cessão	60 meses – Data término da cessão 08/09/2021
	Caracterização do espaço cedido	Área de 98,15 m2 (noventa e oito metros quadrados e quinze centímetros quadrados) no segundo andar do edifício sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	Pagamento Mensal Estimado de R\$ 4.269,48 (quatro mil, duzentos e sessenta e nove reais e quarenta e oito centavos) em favor da Conta Única do Tesouro Nacional.
	Tratamento Contábil dos	Direto à STN

	Valores Benefícios ou	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Taxa de ocupação, despesas com serviço de manutenção do prédio, vigilância e limpeza, consumo estimado de água e esgoto, consumo estimado de energia elétrica.

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	7107.01060.500-4
	Endereço	Rua Hugo D'Antola nº 95, CEP: 05038-090, São Paulo, SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	43.419.613/0096-31
	Nome ou Razão Social	Ordem Dos Advogados Do Brasil - Secção De São Paulo - Sub Secção Lapa
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividades de organizações associativas profissionais
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de licitação nº 15/2013
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Apoio aos advogados para exercício da profissão, tais como solicitação de documentos, extração de cópias dos inquéritos que tramitam junto a SR/PF/SP, digitalização de documentos, utilização de computadores para peticionamento como também impressão
	Prazo da Cessão	(60 meses a contar de 13/06/2017)
	Caracterização do espaço cedido	Área de 27,14 m2 (vinte e sete metros quadrados e quatorze centímetros quadrados) no segundo andar do edifício sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo
	Valores Benefícios e recebidos pela UJ Cedente	Pagamento mensal estimado em R\$ 326,04 (trezentos e vinte e seis reais e quatro centavos)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Anulação de despesas do exercício.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Retorno à Nota de Empenho despesas
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Taxa de ocupação, despesas com serviço de manutenção do prédio, vigilância e limpeza, consumo estimado de água e esgoto, consumo estimado de energia elétrica.

	RIP	7107.01060.500-4
--	------------	------------------

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	Endereço	Rua Hugo D'Antola nº 95, CEP: 05038-090, São Paulo, SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	43.419.613/0096-31
	Nome ou Razão Social	Ordem Dos Advogados Do Brasil - Secção De São Paulo - Sub Secção Lapa
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividades de organizações associativas profissionais
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de licitação nº 15/2013
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Apoio aos advogados para exercício da profissão, tais como solicitação de documentos, extração de cópias dos inquéritos que tramitam junto a SR/PF/SP, digitalização de documentos, utilização de computadores para peticionamento como também impressão
	Prazo da Cessão	(60 meses a contar de 13/06/2017)
	Caracterização do espaço cedido	Área de 27,14 m2 (vinte e sete metros quadrados e quatorze centímetros quadrados) no segundo andar do edifício sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	Pagamento mensal estimado em R\$ 326,04 (trezentos e vinte e seis reais e quatro centavos)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Anulação de despesas do exercício.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Retorno à Nota de Empenho despesas
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Taxa de ocupação, despesas com serviço de manutenção do prédio, vigilância e limpeza, consumo estimado de água e esgoto, consumo estimado de energia elétrica.

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	7107.01060.500-4
	Endereço	Rua Hugo D'Antola nº 95, CEP: 05038-090, São Paulo/SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.613.379/0001-29
	Nome ou Razão Social	Gnanni Food Service - Serviços De Alimentação & Eventos
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão 01/2013 - Contrato nº 27/2013-SR/PF/ SP

Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento do restaurante e lanchonete
Prazo da Cessão	(data de término da cessão 30/06/2018)
Caracterização do espaço cedido	Área de 44,22 m ² (quarenta e quatro metros quadrados e vinte e dois centímetros quadrados) no primeiro andar, para serviço de lanchonete, e área com 243,33 m ² (duzentos e quarenta e três metros quadrados e trinta e três centímetros quadrados, no quarto andar, para serviço de restaurante, ambas as áreas no edifício sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo
Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	Pagamento mensal total estimado em R\$ 8.385,81 (oito mil, trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta e um centavos) - englobando taxa de ocupação; despesas com serviço de manutenção do prédio, vigilância e limpeza; consumo estimado de água e esgoto e consumo estimado de energia elétrica.
Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Anulação de despesas do exercício
Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Retorno à Nota de Empenho despesas
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Taxa de ocupação R\$ 300,00 / despesas com serviço de manutenção do prédio, vigilância e limpeza R\$ 3.580,00 / consumo estimado de água e esgoto R\$ 1.494,00 / consumo estimado de energia elétrica R\$ 2.341,65.

O controle e a gestão do patrimônio imobiliário são responsabilidade, nas unidades centrais da Polícia Federal, do Setor de Patrimônio - SEPAT/DMAT/COAD/DLOG. Nas descentralizadas, o Setor de Administração e Logística Policial – SELOG executa essa tarefa. A estrutura de controle e gestão dos imóveis conta ainda com o suporte técnico dos GTEDs - Grupos Técnicos de Edificações, criados no âmbito de subordinação das Superintendências Regionais, onde atuam servidores desenvolvendo atividades arroladas na Instrução Normativa nº 05/2009-DG/DPF de 14/04/2009.

O controle e a gestão do patrimônio são realizados por meio dos registros no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário – SPIUnet, em conformidade com as determinações do MPOG. São realizadas reavaliações periódicas nos prazos estabelecidos no referido sistema. Os registros contábeis são lançados no SIAFI em conformidade com SPIUnet.

Além das informações constantes nos quadros acima, algumas unidades acrescentaram as seguintes observações no tocante à gestão do patrimônio imobiliário:

A SR/PF/PI (UG 200390) informou que os riscos identificados em relação à gestão dos imóveis e controles implantados para mitigá-los: Os riscos identificados, como por exemplo, segurança do imóvel localizado na Av. João XXIII, terreno no qual tem-se a expectativa de construção da nova sede, são tratados junto ao Ordenador de Despesas e Chefe de Administração e Logística Policial a fim de encontrar alternativas para mitigá-los, no caso específico, foi instalado circuito de câmeras de filmagens

para serem disponibilizadas e acompanhadas pelo plantonista da SR e colocadas grades de proteção no local.

A UG 200380 (SR/PF/AC) informou que os maiores riscos correspondem aos sistemas utilizados, principalmente o SISREI, implantado recentemente, o sistema não possui um gestor efetivo que mitigue as dúvidas quanto sua utilização. Outro problema apresentado, é a morosidade para resolver questões que envolvem prédios antigos junto ao SPU, como é o caso do imóvel em Eptaciolândia/AC, que não possuem documentação. O caso está tramitando no SPU/AC, conforme processo 08220.006449/2017-55.

A UG 200338 (SR/PF/DF) indicou que é realizada manutenção predial preventiva e corretiva executada por meio do contrato de manutenção predial, contrato 01/2014-SR/PF/DF, que abrange serviços e materiais para manter a estrutura da Superintendência. Processo de licitação em andamento para reforma da fachada no exercício de 2017/2018.

A UG 200352 (SR/PF/ES) destacou que a Portaria nº 172 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 27 de maio 2015, suspendeu novas contratações visando a reforma de bens imóveis, conforme art. 3º, inciso III, apesar da necessidade de ações de forma a garantir a integridade das instalações. Foi encaminhado ofício solicitando manifestação acerca dos procedimentos a serem adotados em relação à manutenção e risco de depreciação destes imóveis.

A UG 200350 (SR/PF/MG) informou que atualmente existe contrato de manutenção predial, tendo investido no ano de 2017 grande montante de recursos para suprir as demandas reprimidas de manutenção predial e de ar condicionado, consumindo grande parte do valor contratado. Para 2018 o GTED pretende confeccionar novo TR para Manutenção Predial considerando modelo disponibilizado pela DEA/CPLAM, seguindo padronizações já existentes nas grandes Superintendências de Polícia no Brasil.

A UG 200354 (SR/PF/MS) apresentou como riscos, o espaço físico insuficiente, tanto para a Sede em Campo Grande, como para as delegacias de Corumbá e Ponta Porã. Diante disso, está em execução pela Sede da PF em Brasília o projeto de construção das novas delegacias de Corumbá e Ponta Porã. Além disso, são solicitados anualmente recursos para ampliação da Sede da Superintendência Regional em Campo Grande.

A UG 200394 (SR/PF/RN) informou que existe o risco de perda do terreno de destinado à construção de nova delegacia em Mossoró, tendo em vista que não foi possível iniciar as obras por falta de recursos orçamentários. O prazo concedido para execução da obra pela SPU é de 02 (dois) anos. No dia 26/04/2017 foi firmado entre a SPU e a PF/RN o termo de entrega do referido terreno, conforme livro nº 05, Folhas nº 21/23 do MPOG/SPU.

A UG 200384 (SR/PF/RR) destacou a necessidade de contratação de serviço de manutenção de aparelhos de ar-condicionado e de gerador, cujos processos licitatórios encontram-se em andamento na fase interna. A Delegacia de Pacaraima necessita de reforma geral, está em andamento (fase interna) processo de licitação para reforma parcial e em andamento a instalação de gerador. O Posto Avançado de Bonfim necessita de reforma geral, prevista no PMA 2017, a ser demandada à DEA/CPGLAM/DLOG.

A UG 200372 (SR/PF/RS) indicou como fatores de risco a falta de servidores com formação técnica para gestão dos imóveis (engenheiros, arquitetos, etc). A fim de diminuir riscos os servidores que

atualmente fazem a gestão dos imóveis buscam subsídios junto à DLOG/PF, que proporcionou curso de gestão de imóveis patrimônios da União em anos anteriores e é feito contato com a Secretaria do Patrimônio da União/MPOG e COF/DLOG/PF buscando orientações. Além do esforço individual dos servidores envolvidos (SR e Descentralizadas) em atender as demandas com os meios disponíveis (consulta ao Executivo Municipal, Cartórios e imobiliárias).

A UG 200370 (SR/PF/SC) apresentou como dificuldade de gestão as restrições orçamentárias para custeio de despesas com manutenção de imóveis. As reformas dependem da descentralização dos recursos pela unidade central após a avaliação do Plano de Obras, encaminhado por cada unidade da Federação, anualmente, versus as limitações da LOA para tal ação. A UG, para minimizar a carência de reformas e manutenções, atua pontualmente nas demandas de cada delegacia do interior, a fim de garantir no mínimo a segurança orgânica dos espaços de trabalho da PF em SC.

5.3. Gestão da tecnologia da informação

5.3.1. Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

O Planejamento Estratégico da CGTI para o período 2015/2017 estabelece a missão, os princípios de trabalho, os objetivos estratégicos e as metas da instituição, os quais servem de balizas para o PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação. O documento está publicado no Boletim de Serviço 082/2015 de 05/05/2015 e disponível na intranet da CGTI (endereço eletrônico <http://intranet.dpf.gov.br/cgti>).

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC tem como objetivo a priorização de ações e investimentos na área de tecnologia da informação e comunicação para o biênio de 2017-2018. As ações do PDTIC são definidas pelo CGT - Comitê de Governança em Telemática, alinhando-as ao planejamento estratégico da Polícia Federal. O PDTIC foi aprovado pelo CGT.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O acompanhamento e evolução do PDTIC ocorreram em encontros mensais pelo CGT – Comitê de Governança em Telemática, num total de 09 (nove) reuniões, de fevereiro a dezembro de 2017, cujas atas estão disponíveis no processo SEI 08206.000254/2017-80.

Composição do CGT:

- 1) presidente e suplente;
- 2) um membro efetivo e um suplente de cada diretoria; e
- 3) um secretário executivo.

Dentre as decisões tomadas pelo colegiado no exercício de 2017, cabe destacar:

- Foi gerado um processo SEI de nº 08206.000254/2017-80 para o registro das atas das reuniões do CGT e para a assinatura eletrônica dos componentes do mesmo.

- Elaboração do PDTIC 2017-2018.
- Validação e aprovação do PDTIC 2017-2018
- Acompanhamento do PDTIC definindo prioridades de execução das ações.
- Balanço PDTIC – foi realizado um balanço referente a 2017, com um quadro-resumo correlacionando as ações previstas no PDTIC aos projetos registrados no sistema, para análise pelo CGT da situação atual em que se encontram.

5.3.2. Descrição dos principais sistemas de informação da CGTI, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Quadro 31: Descrição dos principais sistemas da CGTI

Nome do sistema computacional	Responsável Técnico	Área de Negócio	Responsável da área de negócio	Principais funções (detalhar)	Criticidade *
AGENDA	Solange Berto de Medeiros	CGTI/DLOG /PF	Solange Berto de Medeiros	Controle de agendamento unificado para os serviços prestados pela PF	5
COPs/MORSE	Solange Berto de Medeiros	DIREX/PF	Cleber Abreu Borges	Controle de operações policiais permanentes	4
e-GP	Solange Berto de Medeiros	DGP/PF	Antônio Carlos Moriel Sanchez	Gestão de recursos humanos	5
e-LOG	Solange Berto de Medeiros	DIREX/PF	COAD	Administração e logística: controle de almoxarifado, gestão do patrimônio, gestão de transporte	3
EDUCA	Solange Berto de Medeiros	DGP/PF	Edísio Santana	Gestão de atividades acadêmicas da Academia Nacional de Polícia	5
GEPNET	Solange Berto de Medeiros	CIGE/DG/PF	Juner Caldeira	Gestão de projetos	3
GESP	Solange Berto de Medeiros	DIREX/PF	Licínio Nunes de Moraes Netto	Gestão de segurança privada	5
REF	Solange Berto de Medeiros	DGP/PF	Antônio Carlos Moriel Sanchez	Controle de frequência	5
REMOC	Solange Berto de Medeiros	DGP/PF	Antônio Carlos Moriel Sanchez	Controle de processo seletivo interno de servidores (remoções)	5
SAD	Solange Berto de Medeiros	COGER/PF	Alysson Moreira de Agostini	Acompanhamento de processo disciplinar	5
SAPS/RedMine	Solange Berto de Medeiros	CGTI/DLOG /PF	Solange Berto de Medeiros	Sistema de acompanhamento do Processo de Software: gestão de demandas de desenvolvimento e sustentação de sistemas	3
SIAR	Solange Berto de Medeiros	DLOG/PF	João Carlos Gonçalves Pereira	Controle de arrecadação do órgão	5
SIGAI	Solange Berto de Medeiros	DIREX/PF	Nelbe Ferraz de Freitas	Gerenciamento de adoção internacional	3

SINARM	Solange Berto de Medeiros	DIREX/PF	Tony Gean de Castro	Controle de armas: aquisição, registro, porte e ocorrências	5
SINCAC	Solange Berto de Medeiros	DIREX/PF	Marcos Rosseti Picinin Arruda Vieira	Emissão de antecedentes criminais	5
SINCRE	Solange Berto de Medeiros	DIREX/PF	Flavio Henrique Diniz Oliveira	Cadastro e registro de estrangeiros	5
SINDRE	Solange Berto de Medeiros	DICOR/PF	Alonso Vinicius Caldas Souto	Repressão a entorpecentes	1
SINIC	Solange Berto de Medeiros	DIREX/PF	Marcos Rosseti Picinin Arruda Vieira	Registro de informações criminais	5
SINPA	Solange Berto de Medeiros	DIREX/PF	Hugo Uruguai Bentes Lobato	Gestão de passaporte: cadastro e consulta às informações de solicitação, emissão e controle do passaporte	5
SINPA_WEB	Solange Berto de Medeiros	DIREX/PF	Hugo Uruguai Bentes Lobato	Gestão de passaporte: informações gerenciais	5
SINPI	Solange Berto de Medeiros	DIREX/PF	Hugo Uruguai Bentes Lobato	Cadastro de procurados e impedidos	5
SINPRO	Solange Berto de Medeiros	COGER/PF	Celso Magalhaes Sena	Consolida informações de procedimentos cartorários provenientes do SISCART	5
SINTI	Solange Berto de Medeiros	DICOR/PF	Nelbe Ferraz de Freitas	Controle do tráfego internacional de pessoas	4
SIPROQUIM	Solange Berto de Medeiros	DIREX/PF	Tarcisio Jose da Silva Junior	Controle de produtos químicos	5
SISEG	Solange Berto de Medeiros	CGTI/DLOG /PF	Solange Berto de Medeiros	Controle de autenticação de usuários, perfis de autorização e acesso aos sistemas corporativos	5
SRH	Solange Berto de Medeiros	DGP/PF	Antônio Carlos Moriel Sanchez	Gestão de recursos humanos. Disponível apenas para consulta	2
STI	Solange Berto de Medeiros	DIREX/PF	Nelbe Ferraz de Freitas	Controle do tráfego internacional de pessoas	5
SIS	Solange Berto de Medeiros	DIP/PF DICOR/PF	CGPRE Alonso Vinicius Caldas Souto	Sistema de controle dos processos de interceptação de sinais.	2
SITTEL	Solange Berto de Medeiros	DICOR/PF	Joao Vianey Xavier Filho	Sistema para tratamento de informações relacionadas ao afastamento judicial de sigilos protegidos por lei.	1
RAVEL	Solange Berto de Medeiros	DICOR/PF	Alonso Vinicius Caldas Souto	Sistema para tratamento de informações recebidas de equipamentos rastreadores	5
SISCART	Rogério Luís	COGER/PF	Carlos Eduardo Ferrari Cardoso	Sistema Cartorário, que permite a otimização das atividades de polícia judiciária.	5
SEI	Solange Berto de Medeiros	DLOG/PF	COAD	Sistema Eletrônico de Informações	5

e-Pol	Solange Berto de Medeiros	COGER/PF	Joao Vianey Xavier Filho Raphael Baggio de Luca	Sistema de Inquérito Eletrônico	5
CADASTRO E MAPAS DCPQ	Gutemberg Silva	DIREX/PF	Tarcisio Jose da Silva Junior	Controle de produtos químicos	1
Livro de Plantão	Plínio Palma	DIREX/PF	DSDE	Livro de plantão da PF	
E-Plan	Igor Ranyeri	DLOG/PF	Juner Caldeira	Sistema de planejamento	
Portal Periódicos ANP	Luiz Geraldo	ANP/DGP			
Ravel Mobile	Gutemberg Silva	DICOR/PF	Alonso Vinicius Caldas Souto	Aplicativo móvel para rastreamento de veículos	
SISGER	Rogério Luís	COGER/PF	Carlos Ferrari	Gestão do Sistema Cartorário	
SISPOL	Rogério Luís	COGER/PF	Carlos Ferrari	Gestão do Sistema Cartorário	

* Os níveis de criticidade dos sistemas da CGTI foram definidos em uma escala de 1 (não crítico) a 5 (criticidade máxima).

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Cursos e eventos realizados em outros estados

Quadro 32: Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI

EVENTO	DATA	PARTICIPANTES
Treinamento sobre Telefonia IP – VOIP, em Florianópolis/SC.	19 a 24 de 03/2017	7
XII Congresso Brasileiro de Pregoeiro, realizado na cidade de Foz do Iguaçu/PR.	20 a 23 de 03/2017	3
Treinamento sobre Telefonia IP – VOIP, em Florianópolis/SC.	16 a 21 de 04/2017	7
Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Risco nas Aquisições, Instituição: Instituto Negócios Públicos em Foz do Iguaçu/PR	21 a 26 de 05/2017	5
4º Contratos Week – Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Contratos Administrativos, em Foz do Iguaçu/PR.	25/06 a 01/07/2017	3
Evento de Tecnologia da Informação SAI-COMPUTING CONFERENCE 2017, Londres – Reino Unido	16 a 22 de 07/2017	1

Grupos de Trabalho Especializados em Capacitação em Informática e Comunicações e em Matéria Delitual, bem como das Reuniões dos Foros Especializados Migratório e em Terrorismo, preparatórias à XXXIX Reunião de Ministros do Interior do MERCOSUL e Estados Associados, em Buenos Aires, Argentina.	03 a 07 de 04/2017	1
4CIO que acontecerá em Curitiba- PR , com o objetivo de aprimorar conhecimentos em estratégias para abordagem em organizações que possuem crescimento em escala.	18 a 20/08/2017	1
<i>Seminar for Senior Police Officers from Brazil</i> que ocorreu em Shenyang, China.	17 a 30/09/2017	1
Palestrante e monitor no XII Curso de Ferramentas para Investigação de Desvios de Recursos Públicos e Corrupção	06 a 08 de 09/2017	2
Curso de Tratamento de Imagens com Software de edição de imagens Photoshop realizado no Instituto Nacional de Identificação	21 a 23/09/2017	1

Cursos a Distância

EVENTO	DATA	PARTICIPANTES
Curso de conformidade contábil Instituição: ANP	14 a 18 de 08/2017	1
Curso de língua portuguesa – Começando do zero Instituição: CERS Cursos Online	11/07/16 a 27/02/17	1
Curso Regras e fundamentos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP Instituição: ENAP	18/04/17 a 15/05/17	1
Curso Painel de preços: a nova ferramenta de pesquisa de preços do governo federal Instituição: ENAP	28/08/17	1
II Curso de execução patrimonial	20/03/17 a 24/03/17	1
II Curso de conformidade de registro de gestão Instituição: ANP	29/05/17 a 02/06/17	1

Como planejar a aposentadoria Instituição: FGV Online	21/09/17	1
QUIZ: Jogo das novas regras ortográficas – reconhecendo texto e contexto Instituição: FGV Online	22/09/17	1
Recursos Humanos Instituição: FGV Online	22/09/17	1
Curso de Suprimento de Fundos – 2017.03 Instituição: ANP	01/08/17 a 28/08/17	1
Argumentação Jurídica Instituição: FGV Online	25/09/17	1
Qualidade de vida no trabalho Instituição: INEAD	21/08/17 a 13/09/2017	1
Curso de formação de tutores Instituição: CENEDI	20/08/17 a 20/09/17	1
Licicon Café – Gestão de risco na contratação pública Instituição: Instituto Negócios Públicos	05/09/17	1
Lei de acesso à informação Instituição: ILB	06/07/17 a 08/08/17	1
Gestão estratégica com foco na administração pública Instituição: ILB	16/08/17 a 23/09/17	1
Gerenciamento do estresse Instituição: ANP	13/03/17 a 17/03/17	1
Curso de qualidade no atendimento Instituição: CENEDI	20/08/17 a 20/09/17	1
Gestão Pública Instituição: ABED	09/17	1

Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando:

1) servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade:

17 servidores, sendo:
15 Agentes de Telecomunicações e Eletricidade,
01 Programador,
01 Operador de Computador;

2) servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade:

77 servidores, sendo:
35 servidores policiais
42 servidores administrativos;

3) servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades:

07 servidores/empregados, sendo:
01 ATI – MPOG,
02 Analista de Sistema – MME
02 Técnicos de Processamento – MME
01 Engenheiro de Telecomunicações
01 Programador de Aplicação

4) servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades:

19 servidores/empregados, sendo:

01	ATI	MPOG
02	Analistas de Sistemas	MME
02	Assistentes Técnicos	MAPA
01	Auxiliar Administrativo	IMBEL
02	Auxiliares de Codificação e Conferencia	MME
01	Auxiliar de Controle de Qualidade	MME
02	Auxiliares de Operação	MME
01	Auxiliar Técnico Administrativo	IMBEL
01	Digitador	MME
01	Engenheiro de Telecomunicações	DNPM
01	Programador de Aplicação	MME
01	Técnico de Controle de Qualidade	MME
02	Técnicos de Processamento	MME
01	Técnico Industrial Especializado	IMBEL

5) terceirizados:

Diversos contratos de serviços.

6) estagiários:

01 (Escritório de Projetos)

Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

No ano de 2015, a Coordenação-Geral de TI do Departamento de Polícia Federal (CGTI/DLOG/PF) realizou planejamento para a contratação de serviços especializados de TI, tendo como meta a melhoria do gerenciamento dos serviços de TI, e o aumento da sua qualidade para os usuários corporativos.

No início de 2016 entrou em vigência o atual contrato de prestação de serviços especializados de TI com a empresa ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A. O contrato engloba as atividades de suporte ao usuário e de suporte à infraestrutura de TI.

Desde o início do contrato, os diferentes processos de gerenciamento de serviços de TI, de acordo com a metodologia ITILv3, passaram por revisões ou aprimoramentos. No estágio atual, houve sensível evolução no tratamento dado para mudanças e problemas na infraestrutura de TI, e também estão sendo unificados os repositórios de bases de dados de configuração e de conhecimentos.

Houve também no período de 2016 a adoção e implantação de novo software para tratamento de demandas e gerenciamento de serviços de TI, o CA Service Desk Manager, o que permitiu a unificação do gerenciamento dos diferentes processos sob encargo da área de infraestrutura de TI, exercida na Polícia Federal pelo Serviço de Suporte Técnico (SST/DINF/CGTI/DLOG/PF).

Em 2017 houve evoluções na documentação do ambiente, em particular na catalogação dos ativos e na base de conhecimentos, e na gestão de continuidade de negócios. Atualmente está sendo planejada a disponibilização de um catálogo de serviços específico para a área de suporte técnico de TIC, de modo a simplificar a interação com o usuário e unificar o acesso aos serviços.

A tabela a seguir relaciona o status atual da adoção de processos de gerenciamento relacionados no ITILv3:

Tabela 28: Processos de gerenciamento relacionados no ITILv3

Processo ITILv3	Status de Implantação
Gestão de Incidentes	Implantado
Gestão de Problemas	Implantado
Gestão de Eventos/Riscos	Em Implantação
Gestão de Requisições	Implantado
Gestão de liberação e Deployment	Implantado
Gestão de Acesso	Em implantação
Gestão de Mudanças	Implantado
Gestão de Ativos de Hardware e Software	Implantado
Gestão de Configuração	Implantado
Gestão de Base de Conhecimento	Implantado
Gestão de Níveis de Serviço	Em implantação
Gestão do Catálogo de Serviços	Em implantação
Gestão de Capacidade	Implantado
Gestão de Disponibilidade	Em implantação
Gestão da Continuidade de Negócio	Em implantação

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Tabela 29: Descrição dos projetos de TI

Projeto	Resultado Esperado	Alinhamento Estratégico	Conclusão
Palas - Sistema de Cadastro	Otimizar o serviço executado pela	Reduzir a Criminalidade	2018

de Informações de Interesse Policial	CGPRE. Evoluir tecnologicamente os sistemas de forma integrada.		
SISCAER – Sistema de Controle de Aeroportos – Módulo Embarque Armado	Este projeto visa suprir o DPF com um sistema de informação para dar o suporte tecnológico suficiente para o alto desempenho das atividades de controle do embarque armado, conforme necessidades apontadas na justificativa acima.	Reduzir a Criminalidade	2018
SIS – Sistema de Interceptação de Sinais	Modernizar a tecnologia da solução atual de interceptação de sinais da Polícia Federal.	Reduzir a Criminalidade	2018
SIAR 2 - Sistema de Informações de Arrecadação, versão 2	Criar a versão 2 do SIAR para atender às melhorias propostas.	Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico	2018
e-Log - Transporte	Otimizar o processo de transporte terrestre da PF permitindo a sustentação da frota e o controle de deslocamento, abastecimento, frota, gastos/manutenção, licenciamento, multas, auditoria e relatórios de gestão.	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais	2018
RAVEL - Rastreamento Veicular	Apresentar informações de posicionamento geográfico de rastreadores acoplados a veículos alvos, diretamente aos responsáveis pelas investigações.	Reduzir a Criminalidade	2018
SAS - Sistema de Afastamento de Sigilos	Visar à eficiência no gerenciamento de pedidos de afastamentos de sigilos bancários, fiscais ou telefônicos.	Reduzir a Criminalidade	02/08/2017
GEPNet 2 (Gestor de Escritório de Projetos)	O produto deste projeto visa atender às necessidades de evolução funcional e tecnológica da versão anterior.	Fortalecer a Cultura de Gestão Estratégica	09/03/2017
Telefonia Móvel Nacional	Manter seu parque tecnológico atualizado, buscando um modelo padrão e atual de comunicação móvel capaz de atender aos servidores da PF.	Consolidar a Governança em TI	2018
Modernização do Núcleo da Rede e do Datacenter do DPF	Modernizar a infraestrutura do núcleo (core) da rede do DPF, responsável pelo tráfego rápido e seguro de todos os dados que necessitam ser transportados entre unidades e sistemas corporativos do departamento, além do acesso de seus servidores à Internet.	Consolidar a Governança em TI	27/11/2017
ePol - Gestão da Atividade de Polícia Judiciária	Propiciar o controle dos processos e atividades inerentes à polícia judiciária e dotar o Departamento de Polícia Federal de informações gerenciais para auxílio à tomada de decisão para o efetivo emprego dos recursos disponíveis, assim como garantir a celeridade dos procedimentos, a	Reduzir a Criminalidade	13/04/2017

	integridade das informações e o auxílio ao trabalho dos policiais envolvidos nas investigações.		
SINCRE II - Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros	Desenvolver e implantar o novo sistema SINCRE para subsidiar a Polícia Federal visando agilidade e flexibilidade no atendimento aos estrangeiros no território nacional.	Reduzir a Criminalidade	2018
SINARM 2 - Novo Sistema de Controle de Circulação de Arma de Fogo	Desenvolver um novo SINARM, que esteja nos padrões de desenvolvimento, segurança e intercomunicação dos sistemas DPF estabelecido pela CTI, sanando todos os erros e falhas apresentados no antigo SINARM.	Reduzir a Criminalidade	2018
TENTÁCULOS - Combate a Fraude Bancária	Melhorar o processamento dos registros de fraude bancária enviados à PF por meio de tratamento computacional das atividades desse processo.	Reduzir a Criminalidade	2018
e-GP - mobilização	Otimizar o processo de montagem de equipes para os trabalhos policiais e administrativo.	Valorizar o Servidor	2018
TCU - Atendimento às Determinações/Recomendações do TCU-Acórdão 417/2008-Plenário.	Atender às determinações e recomendação do TCU, conforme acórdão nº 417/2008 do TCU - Plenário.	Consolidar a Governança em TI	2018
SCGPCI - Sistema de Gestão de Processos da Coordenação Geral de Polícia Criminal Internacional	Desenvolver e implantar o sistema SCGPCI visando eficiência no gerenciamento e controle dos documentos que tramitam na CGPCI otimizando seus processos e principais atividades.	Fortalecer a governança	2018
SIPROQUIM 2 - Modernização do Sistema de Controle de Produtos Químicos	Melhorar o processo de trabalho referente ao controle e fiscalização dos produtos químicos sob a responsabilidade da Polícia Federal, por meio da utilização de meios computacionais atualizados tecnologicamente e compatíveis com as necessidades da área demandante.	Reduzir a criminalidade	2019
SRDP Consultas	Este projeto tem o objetivo de otimizar e diminuir o tempo de duração das investigações policiais, bem como orientar atuação proativa da Polícia Federal no combate aos desvios de recursos públicos, por meio de resposta instantânea a questionamentos que, há muito, reverberam nas salas de investigação da Polícia Federal sem respostas ou com respostas que demandam enorme tempo e recursos humanos para serem produzidas.	Reduzir a Criminalidade	2018

Contratação para a Rede da PF WAN/MPLS	Atender todas as Unidades da Policia Federal no âmbito nacional no que tange a comunicação de dados e rádio.	Consolidar a Governança em TI	2018
Modernização das Ferramentas de Inteligência IBM i2	Manter o desempenho, a compatibilidade, padronização e demais itens da plataforma IBM I2 já implantada, homologada e adquirida e expandir o desempenho de uma tecnologia já implantada e consolidada no âmbito do DPF. Nesse contexto, ele contempla também atender ao projeto "Modernização da solução SINAPSE Busca e SINAPSE BI" da carteira de projetos do MJSP.	Reduzir a Criminalidade	2018
Contratação de Assinaturas de Softwares da Empresa RED HAT	Além das novas assinaturas dos softwares básicos já utilizados pela Polícia Federal (Red Hat Enterprise Linux e JBoss Enterprise Server), é objetivo do presente processo de contratação obter assinaturas de outros softwares da Red Hat (JBoss Data Virtualization, JBoss Fuse, Network Satellite, JBoss Data Grid, OpenShift Enterprise) a fim de obter recursos para melhorar a operação da infraestrutura de TI com recursos de DevOps (automação de infraestrutura e integração com o desenvolvimento de software) e de prover a adaptação de dados e de funcionalidades entre diferentes sistemas corporativos da Polícia Federal. Com esta contratação de serviços, a CGTI terá à disposição melhores recursos para operacionalizar a infraestrutura de TI e para garantir a disponibilidade e segurança dos sistemas informatizados utilizados pelo órgão e também por toda a sociedade, como, por exemplo, o Sistema Nacional de Passaportes, o Sistema de Tráfego Internacional, dentre outros.	Consolidar a Governança em TI	31/05/2017

Adoção do SEI	Este projeto tem o objetivo de dar celeridade e eficiência às atividades de gestão interna da PF e de sua interoperação com demais órgãos da administração pública.	Fortalecer a governança	20/01/2017
Biblioteca Digital	O produto deste projeto tem o objetivo de permitir a atualização e a consulta dos documentos normativos produzidos pela PF.	Aprimoramento dos mecanismos e estratégias da comunicação	03/11/2017
PDTIC 2017-2018	O PDTIC 2017-2018, produto deste projeto, será feito para guiar as ações de TIC da Polícia Federal (PF) durante o período de 2017 a 2018, de acordo com as prioridades nele estabelecidas.	Consolidar a Governança em TI	2 018
Contratação de Serviços de Telefonia por Satélite	Para não interromper o serviço que já é utilizado e tem o objetivo de atingir metas do planejamento estratégico da PF, tais como: - Prevenção à iniciação - Repressão às organizações criminosas - Aperfeiçoamento dos procedimentos de polícia judiciária - Melhoria da infraestrutura e serviços de telecomunicações.	Consolidar a Governança em TI	26/06/2017
Contratação de Suporte para Software Proxy...	A CGTI objetiva, com essa contratação, manter seu parque tecnológico atualizado, buscando sustentar a segurança do uso de Tecnologia da Informação e também dirimir paralisações nos negócios do DPF.	Consolidar a Governança em TI	28/07/2017
Contratação dos Serviços de Acesso à Infovia	A CGTI objetiva, com essa contratação, manter seu parque tecnológico atualizado, buscando sustentar a segurança do uso de Tecnologia da Informação e também dirimir paralisações nos negócios do DPF.	Consolidar a Governança em TI	28/07/2017
Contratação de Suporte para Ferramenta de Antivírus e Anti-Spam	A CGTI objetiva, com essa contratação, manter seu parque tecnológico atualizado, buscando sustentar a segurança do uso de Tecnologia da Informação e também dirimir paralisações nos negócios do DPF.	Consolidar a Governança em TI	15/09/2017
Contratação de serviços de portais	Acessibilidade e disponibilidade de informações através de um ambiente corporativo; - Dotar a PF de sistemas informatizados integrados, com atualização tecnológica contínua, capazes de proporcionar o controle gerencial das atividades de informática	Ampliar a Credibilidade Institucional	2 018

	e de telecomunicações da área policial e administrativa; - Estabelecer um ponto confiável de consulta sobre os diversos assuntos inerentes aos objetivos primordiais da PF; - Apoiar a PF no cumprimento de sua missão institucional, dando respostas com agilidade, transparência e eficácia.		
Aquisição de ferramentas, materiais e acessórios	Aquisição de ferramentas, materiais e acessórios que serão utilizados pela equipe Técnica e Operacional da Divisão de Telecomunicações (DITEL/CGTI/DLOG/PF) para novas instalações, reparo e manutenção da Rede de Telefonia Fixa e do Sistema de Rádio Comunicação VHF/UHF/TETRAPOL da Polícia Federal.	Consolidar a Governança em TI	2018
Livro de plantão	O objetivo desse projeto é dotar a PF de um sistema corporativo para servir de instrumento de trabalho para o controle dos plantões bem como para o registro dos eventos que ocorrerem durante esse tipo de expediente.	Reduzir a Criminalidade	2018 ²
ePol 2 - Gestão da Atividade de Polícia Judiciária, versão 2	O presente projeto tem o objetivo de evoluir o sistema ePol para a versão 2, garantido a sustentação da versão instalada, bem como transferir o conhecimento do novo produto para a PF para que esta possa mantê-lo e evoluí-lo.	Reduzir a Criminalidade	2019
Aquisição de Central Telefônica Unificada	Buscar atender ao crescente número de sistemas e oferecer melhores condições de trabalho aos Servidores deste órgão e, conseqüentemente, melhores serviços ao cidadão. Com essa aquisição para o Distrito Federal, objetiva manter seu parque tecnológico atualizado, buscando um modelo padrão de comunicação unificada.	Consolidar a Governança em TI	2018
Aquisição de Solução de Comunicação Crítica	Manter o parque tecnológico de TI da Polícia Federal atualizado, buscando um padrão de comunicação aderente as novas tecnologias.	Consolidar a Governança em TI	2018
Contratação de Infraestrutura de Videoconferência	Para suprir necessidade de facilidade de comunicação da Polícia Federal.	Ampliar a Credibilidade Institucional	2018

Contratação de Serviço de Gerência de Projetos	Dar viabilidade ao exercício do processo de gerência de projetos, possibilitando a execução do PDTIC com emprego de boas práticas de trabalho, conforme especifica a MGP/PF. 2) Permitir previsibilidade e transparência do processo, facilitando o controle e contribuindo para o alto desempenho da CONTRATANTE.	Consolidar a Governança em TI	2018
Contratação de Soluções e Serviços de Business Intelligence	Prover e padronizar as facilidades computacionais para análise e estatísticas baseadas nos dados disponíveis no ambiente computacional da PF. Nesse contexto, ele contempla também atender ao projeto "Modernização da solução SINAPSE Busca e SINAPSE BI" da carteira de projetos do MJSP.	Reduzir a Criminalidade	2018
Contratação de Suporte para Equipamentos do Datacenter	O objetivo deste projeto é garantir a continuidade dos serviços de TI meio da sustentação operacional dos equipamentos de serviços críticos do datacenter da CGTI.	Consolidar a Governança em TI	2018
Miner	Melhorar o processo de trabalho referente à análise de dados bancários, fiscais e financeiros, principalmente de grandes operações, objetivando reduzir o tempo de atendimento das demandas e ampliar o escopo dos exames periciais.	Reduzir a Criminalidade	2018
SIS 2 - Sistema de Interceptação de Sinais, versão 2	Este projeto tem o objetivo de melhorar o processo de trabalho da ação policial no campo das interceptações de sinais por meio do emprego de um sistema computacional seguro e eficaz.	Reduzir a Criminalidade	2018

Na CGTI/DLOG/PF ainda não se pratica o controle de custos por projeto.

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

A CGTI adota várias medidas para mitigar a dependência das empresas terceirizadas que prestam serviço nas unidades: a) designação de gestores para cada sistema em desenvolvimento ou produção, por meio da atribuição de responsabilidades a servidores de carreira, responsável por realizar a interface entre a área de negócio e a fábrica de software; b) realização de contratações em que são priorizadas a transferência de tecnologia, proporcionando que servidores do DPF absorvam o conhecimento dos sistemas e infraestrutura existentes; c) formação de equipes multidisciplinares de especificação de

sistemas, buscando, dessa maneira, compreender com detalhes os processos e tecnologias que fazem parte da solução.

Cabe ressaltar que a CGTI, visando melhorar a gestão dos contratos terceirizados, vem buscando formas de aumentar seu efetivo, por meio de solicitações reiteradas ao Ministério do Planejamento de vagas de servidores do cargo de ATI – Analista de Tecnologia da Informação, responsável pelo planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação, uma vez que o DPF não possui cargo efetivo próprio na área de tecnologia da informação na carreira administrativa.

Em relação às atividades de telecomunicações, a CGTI vem realizando tratativas, junto às instâncias superiores, no sentido de reverter os atos administrativos que extinguiram o cargo de Agente de Telecomunicação e Eletricidade do DPF (ATE), buscando garantir o bom funcionamento de suas atividades finalísticas. Cabe alertar que as atividades de gestão e operação da rede de comunicações da Polícia Federal não podem ser executadas por terceiros, pois não se trata de serviços meramente acessórios ou instrumentais, como passagem de cabos e instalação e configuração de equipamentos telefônicos; os ATEs desempenham tarefas com conexão direta à atividade finalística da Polícia Federal, as quais devem ser prestadas por servidor de carreira possuidor de conhecimento técnico específico.

5.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Quadro 33: Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1	A unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X

As compras e contratações da unidade jurisdicionada vedam a participação de empresas que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

Na contratação de serviços, notadamente, manutenção predial, limpeza e conservação e outros de natureza semelhante, são incluídas as seguintes exigências nos editais:

- Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades exigidas no edital e seus anexos e proposta da empresa;

- Os materiais e peças empregados deverão atentar para a redução de impacto ambiental, ficando a Contratada obrigada a:

- Utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis.

- Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto.

- Utilizar obrigatoriamente agregados reciclados, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.

- Utilizar materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs). A Administração reserva-se o direito de exigir tal comprovação que poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

- Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

- Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento; Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

No que diz respeito à área de Engenharia, desde 2006 todos os projetos para construção das unidades são elaborados a partir de estudos para aplicação de critérios de sustentabilidade nas construções, como utilização de água de reuso, melhor aproveitamento da iluminação e ventilação natural, racionamento no uso da energia. A partir de 2013, esses estudos se aprofundaram e foram agregados estudos referentes a envoltória do edifício. O objetivo atual é que os prédios atendam a todos os critérios para que sejam certificáveis do ponto de vista ambiental, ainda que não os certifiquemos formalmente.

Alguns dos sistemas que vem sendo empregados, sempre precedidos de estudos de viabilidade, são:

- telhado verde;
- reservatórios de reuso de água cinza e água da chuva;
- reaproveitamento de água proveniente do dreno do sistema de ar condicionado;
- envoltória do prédio com o objetivo de utilizar o máximo a ventilação e iluminação naturais, buscando minimizar o uso do ar condicionado e da iluminação forçada;

- utilização de torneiras com fechamento automático;
- utilização de válvulas de descarga duo fluxo;
- utilização de redutores de pressão nas tubulações de água, quando necessário;
- reutilização de materiais recicláveis; e,
- efficientização energética.

5.5 Gestão de fundos e de programas

5.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

O Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL foi instituído pela Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, e tem por finalidade proporcionar recursos e meios destinados a aparelhar a Polícia Federal e a manter suas atividades essenciais e competências típicas.

Conforme o Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997, os recursos do FUNAPOL são aplicados em ações de modernização, aparelhamento e operacionalização das atividades da PF, na construção/reforma/revitalização de suas edificações, na formação de seus quadros e na participação em eventos técnico-científicos de interesse policial, no custeio de despesas com transporte, hospedagem e alimentação de servidores policiais em missão, dentre outras aplicações.

A seguir são apresentadas informações sobre a arrecadação da Polícia Federal, relacionadas ao exercício 2017, bem como dados consolidados da série histórica desde 2006:

Quadro 34: Arrecadação do FUNAPOL em 2017

ARRECAÇÃO DO FUNAPOL E FUNAD(QUÍMICOS) (Taxas e Multas) - 2017												
MÊS	FATO	MIGRAÇÃO	ARMAS	SEG. PRIVADA	QUÍMICOS	CONCURSOS	ALUGUÉIS	INDENIZAÇÕES	ALIENAÇÕES	JUDICIAIS	SUB-TOTAL	TOTAL
JANEIRO	TAXAS	50.536.136,03	1.278.878,10	3.565.784,38	2.135.862,76	0,00	19.716,32	6.553,34	0,00	0,00	57.542.930,93	62.990.594,12
	MULTAS	1.471.549,01	0,00	3.898.286,52	77.827,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.447.663,19	
FEVEREIRO	TAXAS	39.436.269,57	996.161,78	3.788.249,64	1.736.836,47	0,00	21.573,99	0,00	0,00	0,00	45.979.091,45	51.319.131,22
	MULTAS	976.266,78	0,00	4.111.279,87	89.122,74	0,00	0,00	0,00	0,00	163.370,38	5.340.039,77	
MARCO	TAXAS	53.330.187,97	1.240.365,36	5.630.986,79	2.499.953,15	0,00	15.671,48	0,00	0,00	0,00	62.717.164,75	81.828.655,08
	MULTAS	1.318.200,42	0,00	17.739.923,06	53.366,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.111.490,33	
ABRIL	TAXAS	38.863.915,97	972.693,76	7.838.763,83	1.593.014,54	0,00	14.094,33	0,00	0,00	0,00	49.282.482,43	53.304.470,78
	MULTAS	1.051.617,58	0,00	2.920.918,01	49.452,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.021.988,35	
MAIO	TAXAS	46.785.026,02	1.148.812,35	7.761.421,03	2.107.827,70	0,00	22.755,87	18.072,30	0,00	0,00	57.843.915,27	63.734.347,82
	MULTAS	1.121.789,77	0,00	4.699.032,22	69.610,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.890.432,55	
JUNHO	TAXAS	42.644.934,12	1.086.787,77	8.634.275,96	1.832.983,29	0,00	14.517,26	0,00	1.671.500,00	0,00	55.884.998,40	60.003.581,83
	MULTAS	878.349,98	0,00	3.097.721,74	142.511,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.118.583,43	
JULHO	TAXAS	39.990.018,96	1.045.998,88	9.461.201,52	1.822.234,11	0,00	15.857,99	0,00	778.900,00	0,00	53.114.211,46	56.968.048,27
	MULTAS	921.476,53	0,00	2.653.342,18	279.018,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.853.836,81	
AGOSTO	TAXAS	48.423.627,90	1.284.153,03	3.726.317,69	2.049.913,71	0,00	17.188,10	0,00	0,00	0,00	55.501.200,43	59.626.435,35
	MULTAS	1.351.077,64	0,00	2.645.011,31	129.145,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.125.234,92	
SETEMBRO	TAXAS	39.086.153,02	971.675,57	4.846.361,16	1.724.928,63	0,00	14.608,09	9.600,47	586.400,00	0,00	47.239.726,94	50.927.586,35
	MULTAS	956.236,31	0,00	2.619.115,60	112.507,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.687.859,41	
OUTUBRO	TAXAS	42.174.779,17	1.138.976,57	4.343.482,42	1.659.212,17	0,00	10.080,53	0,00	1.822.000,00	0,00	51.148.530,86	55.210.114,43
	MULTAS	1.093.752,91	0,00	2.875.992,15	91.838,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.061.583,57	
NOVEMBRO	TAXAS	41.941.588,05	980.486,35	4.383.663,33	1.591.560,47	0,00	15.524,58	0,00	3.600,00	0,00	48.916.422,77	52.849.212,92
	MULTAS	1.018.933,75	0,00	2.837.383,29	76.473,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.932.790,15	
DEZEMBRO	TAXAS	34.291.619,82	962.766,33	4.301.625,96	1.290.269,10	0,00	11.468,42	76,20	-17.600,00	0,00	40.840.225,82	52.093.461,82
	MULTAS	731.624,93	0,00	10.361.793,03	159.818,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.253.236,00	
TOTAL TAXAS	T	517.504.256,59	13.107.755,85	68.282.133,70	22.044.596,10	0,00	193.056,96	34.302,31	4.844.800,00	0,00	626.010.901,51	700.855.639,99
TOTAL MULTAS	M	12.890.875,61	0,00	60.459.798,98	1.330.693,51	0,00	0,00	0,00	0,00	163.370,38	74.844.738,48	
TOTAL GERAL	T+M	530.395.132,20	13.107.755,85	128.741.932,68	23.375.289,61	0,00	193.056,96	34.302,31	4.844.800,00	163.370,38	700.855.639,99	700.855.639,99
PERCENTUAL	-	75,68%	1,87%	18,37%	3,34%	0,00%	0,03%	0,00%	0,69%	0,02%	100,00%	

Quadro 35: Séria histórica da arrecadação do FUNAPOL desde 2006

ARRECADAÇÕES DO FUNAPOL E FUNAD(QUÍMICOS) (2006 a 2017)							PERCENTUAL
Ano	ARMAS	MIGRAÇÃO	SEG. PRIVADA	OUTROS	QUÍMICOS	TOTAL	
2006	11.745.601,41	147.011.998,78	31.827.026,49	99.836,21	14.022.764,30	204.707.227,19	100
2007	10.920.151,92	189.559.859,88	37.721.392,18	243.994,08	15.562.848,27	254.008.246,33	1,24
2008	5.183.984,30	247.403.436,86	36.647.986,77	0,00	15.318.661,64	304.554.069,57	1,49
2009	4.781.872,87	235.372.221,11	50.677.148,82	0,00	16.772.257,66	307.603.500,46	1,50
2010	6.714.872,21	312.294.651,49	48.781.334,05	0,00	17.109.732,15	384.900.589,90	1,88
2011	7.634.556,00	398.198.757,31	46.581.261,53	163.907,89	17.708.638,24	470.287.120,97	2,30
2012	8.558.025,08	372.483.042,25	49.650.584,06	25.882.891,76	17.660.141,29	474.234.684,44	2,32
2013	11.947.975,29	417.306.075,26	55.551.668,11	17.158.684,51	19.551.449,07	521.515.852,24	2,55
2014	10.703.376,93	442.553.445,12	60.585.834,04	26.619.873,09	19.342.384,22	559.804.913,40	2,73
2015	11.772.865,20	521.088.727,96	85.715.504,69	7.460.132,59	27.610.018,00	653.647.248,44	3,19
2016	12.927.622,14	479.162.288,26	144.305.791,38	3.941.789,77	29.378.955,05	669.716.446,60	3,27
2017	13.107.755,85	530.395.132,20	128.741.932,68	5.235.529,65	23.375.289,61	700.855.639,99	4,44

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

O cidadão dispõe de acesso às informações de seu interesse por meio do portal eletrônico da instituição (www.dpf.gov.br ou www.pf.gov.br). Nele, está disponível o acesso às informações institucionais da Polícia Federal, tais como as unidades centrais da Polícia Federal, Superintendências Regionais e Delegacias de Polícia Federal e as Adidâncias e Oficialatos da Polícia Federal no mundo, entre outras informações.

Ainda no sítio da internet da instituição, existe uma série de serviços à disposição da sociedade, sendo possível emissão de passaporte comum, certidão de antecedentes criminais, carteira nacional de vigilante, cadastramento de entidade de adoção internacional e agendamento de estrangeiros para regularização de estadia. O cidadão também pode consultar a regularidade de empresa de segurança privada, bem como emitir guia de recolhimento da União – GRU nos diversos casos em que é necessária a impressão do documento.

O site ainda conta com o link da Ouvidoria da Polícia Federal e uma Pesquisa de Satisfação, um espaço em que o cidadão avalia os serviços prestados pela Polícia Federal, indicando a unidade em que foi atendido, o tipo de serviço prestado, os horários de atendimento, tempo de espera para ser atendido, prazo para conclusão do serviço, dentre outros itens.

A Ouvidoria da Polícia Federal é acessada por meio do email ouvidoria@dpf.gov.br. Por este canal a Polícia Federal recebe uma média estimada mensal de 2300 (dois mil e trezentos) acionamentos, dentre os quais se destacam denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos, estes últimos os não abrangidos pela Lei de Acesso à informação.

Os acionamentos são analisados e direcionados para as áreas técnicas responsáveis pela adoção de providências pertinentes. Atualmente a Ouvidoria da Polícia Federal está passando por uma reestruturação da unidade, tanto normativa, como de efetivo e desenvolvimento de sistemas para gestão das demandas, a fim de melhorar os atendimentos, bem como monitorar as providências adotadas e os resultados obtidos.

O cidadão tem acesso, ainda, a um rol de perguntas frequentes sobre os mais diversos temas inerentes à instituição.

É disponibilizado um link no campo “institucional” ao site específico da Academia Nacional de Polícia, unidade responsável pela formação e especialização de profissionais de segurança pública.

O site também permite acesso aos releases e notas à imprensa divulgados pelo órgão e que podem ser de interesse da população. As três principais notícias divulgadas pela área de assessoria de imprensa institucional ficam disponibilizadas no portal e é possível o acesso a um hot site que hospeda todos os comunicados oficiais do órgão através do link “Agência de Notícias da PF”.

É crescente a interação dos cidadãos com a Polícia Federal por meio das redes sociais. Solicitações, dúvidas, denúncias e reclamações são encaminhadas aos respectivos perfis oficiais do órgão, administrados pela Divisão de Comunicação Social. No último ano houve um crescente aumento dos seguidores da Polícia Federal em suas redes sociais oficiais, sendo atualmente mais de 2.496.000 (dois milhões e quatrocentas e noventa e seis mil) pessoas na rede social Facebook, 491.000 (quatrocentos e

noventa e um mil) seguidores no perfil oficial do Twitter e mais de 157.000 (cento e cinquenta e sete) mil seguidores no Instagram. As respostas e os esclarecimentos são enviados diretamente ao cidadão por meio de mensagens.

Por último, o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) possui vários canais de acesso, por meio do sítio eletrônico, via telefone ou atendimento pessoal na própria instituição.

O portal sofreu uma alteração em seu layout no primeiro trimestre de 2016, seguindo o padrão instituído pelo Governo Federal e adotando regras de acessibilidade digital mais eficientes.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão, ferramenta de gestão criada pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública), é disponibilizada no campo “Institucional” do site do DPF. Ao procurar simplificar o atendimento do serviço público ao cidadão, são detalhados o funcionamento desses serviços nas seguintes áreas: Antecedentes Criminais, Armas, Imigração, Produtos Químicos e Segurança Privada.

Para cada área, foi elaborada uma carta específica e revisada pelo setor pertinente dentro do órgão. O material pode ser encontrado no sítio eletrônico, através do link <http://www.dpf.gov.br/institucional/carta-de-servicos/>. Acesso às informações da unidade jurisdicionada.

Além da disponibilização da Carta de Serviços aos Cidadãos, que agrupa informações sobre os serviços mais procurados pela população, a seção “Acesso à Informação” do campo “Institucional” do site disponibiliza as atribuições e competências do órgão, de acordo com as disposições constitucionais e legais.

No espaço, podem ser consultadas informações sobre auditorias e seus resultados, detalhes sobre repasses e transferência de recursos (convênios), despesas diversas, servidores, concursos públicos promovidos pela UJ, bem como toda documentação relacionada aos certames licitatórios e seus contratos. No local ainda é proporcionado ao cidadão em espaço de perguntas frequentes com as respectivas respostas acerca das ações no âmbito de atribuição do PF. Da mesma forma, a estrutura organizacional da entidade é disponibilizada no mesmo campo do portal.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

No campo “Institucional” do portal da PF na internet está disponível pesquisa de satisfação para que o cidadão possa avaliar os serviços prestados pelo órgão.

Ao clicar no painel intitulado “pesquisa de satisfação”, o público pode escolher a unidade de prestação do serviço, o tipo de serviço procurado e, por fim, avaliar o grau de satisfação no atendimento, por meio de oito parâmetros, quais sejam: 1) acesso às informações sobre o serviço; 2) horário de atendimento; 3) cortesia e educação dos atendentes; 4) tempo de espera para ser atendido; 5) prazo para conclusão do serviço; 6) localização da unidade da PF ou do posto de atendimento; 7) instalações físicas e 8) conservação e limpeza do local de atendimento. Para cada item, podem ser atribuídos os valores “não se aplica”, “insatisfeito”, “satisfeito” e “muito satisfeito”.

Em relação ao serviço de emissão de passaporte, um dos mais procurados pela sociedade, já que no ano de 2017 foram emitidos 2.561.874 (dois milhões, quinhentos e sessenta e um mil, oitocentos e

setenta e quatro) documentos de viagem, predominantemente passaportes, a pesquisa de satisfação dos cidadãos-usuários reportou um índice médio nacional de **4,66** de satisfação, em um máximo de **5**.

Os resultados das pesquisas de satisfação são analisados pelas unidades centrais responsáveis pela prestação dos serviços e utilizados para a melhoria das rotinas de trabalho, melhoria de condições físicas de instalação e infraestrutura dos locais, alterações de endereços das unidades, replicação de metodologias e processos que tenham auferido melhor resultado para a satisfação dos cidadãos, dentre outras providências eficazes para a melhoria da efetividade dos serviços prestados nas unidades descentralizadas e Postos de Emissão de Passaporte – PEP's.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Inúmeras informações sobre a atuação e competência do órgão são disponibilizadas no campo “Institucional” do portal nas seções “Acesso à Informação”, “Carta de serviços” e “Histórico”.

Na seção “Acesso à Informação”, também disponível por meio de banner específico, podem ser consultadas informações sobre auditorias e seus resultados, detalhes sobre repasses e transferência de recursos (convênios), despesas diversas, servidores, concursos públicos promovidos pelo órgão, bem como toda documentação relacionada aos certames licitatórios e seus contratos. No local ainda é proporcionado ao cidadão em espaço de perguntas frequentes com as respectivas respostas acerca das ações no âmbito de atribuição da PF. Da mesma forma, a estrutura organizacional da entidade é disponibilizada no mesmo campo do portal.

Ainda sobre o acesso à informação, a Polícia Federal mantém o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC/PF, vinculado ao Gabinete da Direção-Geral, o qual avalia, direciona e responde às solicitações da sociedade. No ano de 2017 o SIC/PF recebeu 1637 pedidos (média de 136,41 pedidos por mês), o que representa um aumento de 35% em relação ao ano anterior, tendo por tempo médio de resposta de 14,5 dias, inferior ao prazo legal de 20 dias (prorrogáveis por mais 10 dias). Dentre as demandas respondidas, foram contabilizadas 14 perguntas duplicadas/repetidas; 28 não relacionadas com as atribuições da PF; 70 não eram pedidos de informação; 85 sobre informações inexistentes; 210 acessos parcialmente concedidos; 308 acessos negados e 914 acessos concedidos.

Por meio desse canal, o cidadão recebe a resposta de sua demanda, podendo ainda apresentar recurso, caso discorde do resultado obtido. No ano de 2017 foram analisados 166 recursos de primeira instância, ou seja, destinados ao Diretor-Geral, com os seguintes resultados: 52 recursos deferidos; 67 recursos indeferidos; 28 recursos não conhecidos; 15 recursos parcialmente deferidos e 1 com perda de objeto.

A Ouvidoria da Polícia Federal, que vem sendo implementada, abarcou as atribuições do SIC/PF, além de suas próprias atribuições, relacionadas ao recebimento e tratamento de reclamações, sugestões, elogios, solicitações diversas e denúncias, realizando a interlocução perante o cidadão e, internamente, atua com vistas à melhoria dos processos e serviços do órgão. Neste contexto, estima-se que a Ouvidoria tenha recebido cerca de 65.000 manifestações por meio do endereço eletrônico ouvidoria@dpf.gov.br, razão pela qual se faz necessária a disponibilização de sistema de tratamento de manifestações, demanda já apresentada à unidade responsável.

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A partir de 2004, todos os projetos para construções e reformas dos prédios da Polícia Federal obedecem aos normativos de acessibilidade, como as Leis nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e a norma NBR 9.050/2004, e ainda os normativos estaduais, municipais e distritais, que definem diretrizes para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Desde então, também os prédios existentes, para os quais não estavam sendo previstas reformas, vêm passando por adequações com o objetivo de deixá-los acessíveis para PPNE – Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, quais sejam: substituição de portas; instalação de pisos podotáteis; instalação de comunicação visual em braile; instalação de avisos sonoros em elevadores; aquisição de mobiliário ergonômico; dentre outras intervenções que busquem a maior acessibilidade possível, ainda que não exigidas em normativos.

No ano de 2017, foram contratadas a obra de construção da SR/PF/PA, reformas em Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Academia Nacional de Polícia e finalizados projetos para a contratação das seguintes obras em 2018 - reformas da Superintendência Regional de Polícia Federal na Bahia, Superintendência Regional de Polícia Federal em Pernambuco, Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal, modernização do sistema de climatização da SR/PF/RS, construção da Delegacia de Juiz de Fora e de São José do Rio Preto “

Estão em andamento, de os projetos para construção de Pacaraima, Ampliação e Reforma da Delegacia de São Mateus, reestruturação no Setor Policial Sul – Etapa I, a obra de construção do Núcleo de Polícia Marítima de Guáira, do Comando de Operações Táticas.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

A Unidade Prestadora de Contas (UPC) está aplicando regularmente a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI em relação à depreciação, por meio do módulo Patrimônio do Sistema de GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (E-LOG) e registrando no SIAFI. Quanto à amortização, a Polícia Federal (PF) está adotando as medidas necessárias para ajustar o sistema E-LOG, a fim de permitir o controle e o cálculo da amortização dos bens intangíveis. Além disso, está sendo levantado o prazo de amortização dos bens intangíveis das Unidades Gestoras do Órgão. Em relação à exaustão, não há bens sujeitos a esse tipo de redução de valor.

Quanto à aplicação da NBCT 16.10, a maioria das Unidades Gestoras vinculadas a esta UPC realizou a avaliação dos bens elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.35, em conformidade com as orientações da referida macrofunção e da MOC 11/2011 – DLOG/DPF. As Unidades Gestoras que não concluíram a avaliação dos bens apresentaram justificativas que estão evidenciadas na Declaração do Contador.

A vida útil econômica do ativo foi obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 6, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 6.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, em conformidade com o item 7.2 da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

A metodologia de avaliação e mensuração dos ativos e passivos consiste em:

- ✓ As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- ✓ O crédito e as dívidas são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- ✓ Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado;
- ✓ A UPC não possui Ativo de Investimentos;
- ✓ O imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. O teste de recuperabilidade e a depreciação foram realizados em conformidade com a macrofunção 02.03.30 e 02.03.35 do Manual SIAFI;
- ✓ O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção; e
- ✓ A UPC não possui Ativo Diferido.

A utilização dos critérios contidas nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 possibilitou evidenciar adequadamente os ativos e passivos da UPC, para fins de apoio ao processo de tomada de decisão; à adequada prestação de contas; e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle.

7.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Seccional de Custos e Unidade Piloto

Em 11 de janeiro de 2017, foi publicada a Portaria nº 34 na página 19, da seção 1, em 12 de janeiro de 2017, no Diário Oficial da União, que dispõe sobre o modelo de apuração de custos no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP.

A partir da formalização do modelo, a Polícia Federal, em 02/01/2017, solicitou à STN liberação no Siafi para que a Unidade Gestora Piloto 200338 – SR/PF/DF iniciasse o registro da informação de custos, conforme o Modelo de Apuração de Custos publicado pelo MJSP.

Descrição do sistema informatizado de apuração dos custos

A partir daí, iniciou-se o processo de acompanhamento e orientação da unidade quanto à correta alocação dos custos e preenchimento da aba centro de custos no Siafi web, com a elaboração de um manual de custos e de material de orientação às unidades da PF, além disso, gerando relatórios de custos no Sistema de informação de Custos (SIC) para acompanhar a inclusão dos centros de custos pela SR/PF/DF.

Foi solicitado ao MJSP a criação da Seccional de Custos na Polícia Federal, vinculada à Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade (COF/DLOG), sob a responsabilidade do Serviço de Contabilidade (SECONT/COF/DLOG), formalizada com a publicação da Portaria nº 762-SE/MJ (DOU nº 88, de 10/05/2017) e Portaria nº 7.424-DG/PF (Boletim de Serviço nº 176, de 13/09/2017).

Dando continuidade ao processo de implantação da informação de custos nas unidades, foi realizado contato com o Setor de Administração e Logística (SELOG) de todas as Superintendências Regionais da PF, informando aos Chefes e Substitutos a programação da abertura do centro de custos. Nesse sentido, estando todos de acordo com a programação apresentada, o processo de implantação da informação de custos para as demais Superintendências Regionais da PF seria iniciado a partir de 1º/05/2017.

A PF ao apresentar o cronograma planejado ao MJSP foi informada da necessidade de aprofundar o detalhamento dos objetos custos até o nível de processos, visando obter melhores informações. Dessa forma, a PF optou por aguardar a formalização das alterações propostas pelo MJSP e postergar a abertura do centro de custos para as demais 32 unidades gestoras subordinadas.

A segunda edição do Manual de apuração de custos do MJSP foi publicada em 04 de agosto de 2017 pela Portaria nº 653-SE/MJ, sendo necessário a reformulação do cronograma de implantação na PF, a atualização dos centros de custos no SIAFI; o atraso na habilitação dos centros de custos para as demais unidades e atualização do manual de custos na PF e todo conteúdo utilizado na orientação das unidades quanto ao preenchimento da informação de custos.

O que se pretende no modelo de apuração de custos a partir da Cadeia de Valor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, é estabelecer critérios e regras para o estabelecimento de objetos de custos para propiciar a definição dos custos relacionados aos macroprocessos e processos vinculados às entregas de valores definidas e também àqueles vinculados à dimensão de suporte – os chamados processos “meio”.

Nesta modelagem, os custos são registrados tais como ocorrem, em consequência disso, os custos só são determinados depois da prestação do serviço de acordo com a característica mais marcante

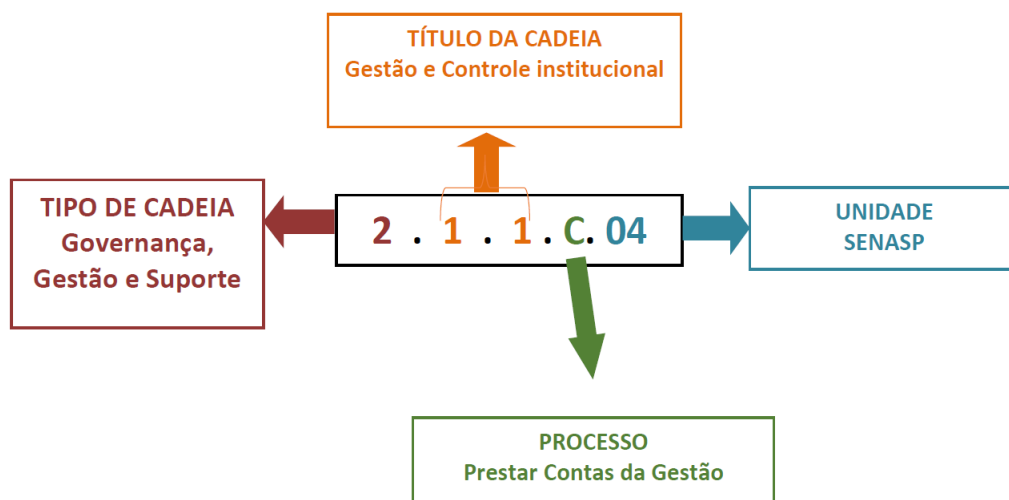
do gasto. Será efetuada a distribuição (por método previamente definido) dos custos indiretos aos centros de custos.

O código identificador do centro de custos no Siafi tem 11 caracteres alfanuméricos e foram definidos da seguinte maneira: do 1º ao 6º caractere, definidos pelo modelo de responsabilidade da Setorial de Custos do MJ, de uso obrigatório para todos os órgãos e unidades vinculadas ao Ministério e do 7º ao 11º caractere, podem ser definidos por livre escolha dos órgãos vinculados, visando atender necessidades de desdobramento e individualização da informação de custos.

O Manual de apuração de custos disponibilizado, pelo MJSP, descreve como definido os códigos dos centros de custos:

- 1) O primeiro dígito identifica o tipo de cadeia:
 - a. 1 – Cadeia Finalística;
 - b. 2 – Cadeia de Governança, Gestão e Suporte.
- 2) O segundo dígito identifica o título da cadeia:
 - a. 7 títulos na Cadeia Finalística – Definem o valor que é entregue à sociedade.
 - b. 6 títulos na Cadeia de Governança, Gestão e Suporte.
- 3) O terceiro dígito identifica os 26 macroprocessos que compõem as Cadeias: 21 finalísticos e 6 de Governança, Gestão e Suporte.
- 4) O quarto dígito, nesta evolução, passa a identificar cada processo que compõe um macroprocesso, que será identificado por uma letra do alfabeto.
- 5) O quinto e sexto dígitos formam a identificação do órgão ou entidade do MJ a que se refere o centro de custos.

Figura :



Práticas de tratamento e alocação de custos

As práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito da Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal atendem às definições impostas no Manual de apuração de custos do MJSP, considerando as alterações de rotina nos seguintes temas:

1) Apropriação de despesas com contratos (serviços e aquisições)

As despesas de cada contrato devem ser associadas ao centro de custos que contempla o principal objeto do contrato e à Unidade Organizacional beneficiada.

2) Suprimento de Fundos

A identificação do centro de custos e da Unidade organizacional (UORG/Siorg) para as despesas com suprimento de fundos deverá ser feita pelo solicitante e constará no campo “Finalidade” do memorando de concessão (Anexos I, III ou V ou VII da IN 49/2011-DG/DPF de 21/12/2011).

3) Pagamento de pessoal

Nas despesas com folha de pagamento, ou outras despesas relacionadas com o custo de pessoal, deverão ser informados: o centro de custos com o código **999999 – GESTÃO DE PESSOAS - ATIVOS**, a UG Beneficiada, a Unidade Organizacional (UORG/Siorg) do Setor de Recursos Humanos – SRH da Sede da Polícia Federal, visando posterior automatização para alocar os custos, de acordo com a lotação do servidor e o valor referente ao documento.

As despesas com auxílio-funeral ou serviços funerários e ainda a apropriação de despesas com inativos, aposentados e pensionistas, não estão classificadas em nenhum macroprocesso do Órgão, e serão alocadas no centro de custos **777777– GESTÃO DE PESSOAS – INATIVOS**, a UG beneficiada e a Unidade Organizacional (UORG/Siorg) será o Setor de Recursos Humanos – SRH nas unidades gestoras.

4) Diárias

Na Ordem de Missão Policial (OMP) e na Ordem de Serviço Administrativo (OSA), o setor solicitante deve informar o código do centro de custos, no qual está relacionado à missão policial ou ao serviço administrativo, para ser utilizado nas solicitações de viagens e incluídas no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP). Dessa forma, o Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira fará o registro do documento hábil AV (Autorização de Viagem) e utilizará essas informações para preenchimento da aba centro de custos.

5) Passagens

Ao atestar a nota o fiscal deverá especificar o valor da passagem, o centro de custos e o setor beneficiado e repassar essa informação para o Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira que fará a distribuição dos custos de passagens na liquidação do documento fiscal e registro na aba centro de custos.

6) Requisição de Materiais de Consumo

Todos os setores, ao solicitarem material, deverão informar o **código** e o **nome do centro de custos** no campo “Observação” da requisição de material no sistema e-LOG. Ao registrar a saída no

Siafi Web, o material solicitado deve estar associado ao centro de custos informado na requisição e à Unidade Organizacional (UORG/Siorg) solicitante, que efetivamente consumirá o material.

As unidades solicitantes deverão discriminar na requisição as quantidades dos materiais solicitados e as Unidades Organizacionais (UORG/Siorg) que receberão os materiais.

7) Operações Permanentes

Além dos 76 códigos de centro de custos aplicados à polícia Federal no Manual de Apuração de custos do MJSP, foram criados outros 11 códigos como detalhamento de 5 processos, cada um referente à uma operação permanente da Polícia Federal.

Todas as despesas realizadas nas operações permanentes deverão ser alocadas no Centro de Custos referente, incluindo as despesas com diárias e passagens, sempre considerando a Unidade Organizacional (UORG/Siorg) responsável pela despesa.

Análise de custos e tomada de decisão

Quanto aos possíveis impactos que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos, informamos que as informações de custos foram apuradas, em 2017, somente, na unidade piloto da SR/PF/DF, por isso, consideramos ainda prematuro fazer uma análise do impacto dessas informações

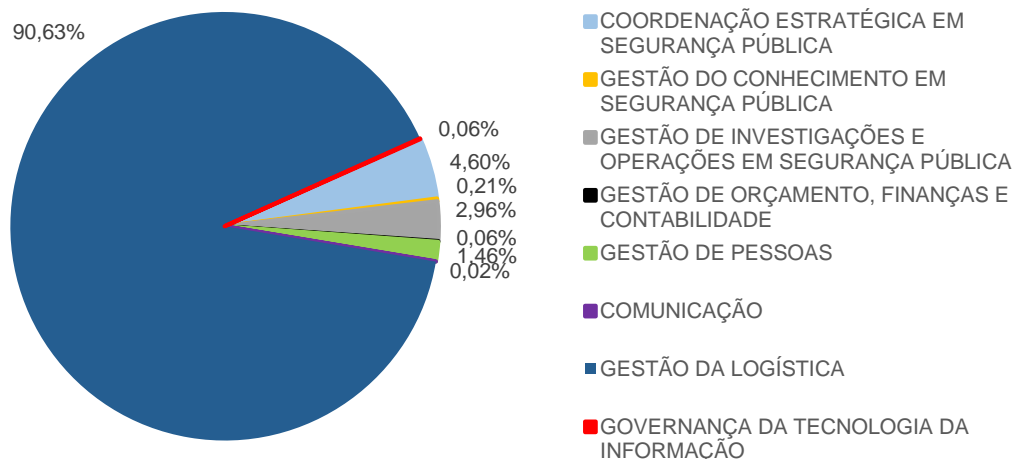
Considerando a alteração dos centros de custos, publicada pelo MJSP, onde o objeto de custo passou de macroprocesso para processo na cadeia de valor, os relatórios de 2017 para a SR/PF/DF estão apresentados por macroprocesso.

No gráfico 1, verifica-se a distribuição percentual da alocação dos custos por macroprocesso, onde mais de 90% corresponde à Gestão da Logística, onde estão concentrados os custos indiretos como, limpeza e conservação, serviços de água, esgoto e energia, dentre outros, que serão futuramente distribuídos nos setores responsáveis por meio de critérios de rateio ainda em análise.

No ano de 2017, foi iniciado o registro da informação de custos na SR/PF/DF, onde foram realizados ajustes e adequações para melhor alocação. A informação de custos ainda não foi utilizada tomada de decisão, mas em 02/01/2018 a Polícia Federal habilitou o Centro de Custos de todas as suas unidades executoras (centrais e descentralizadas), possibilitando uma análise integral da informação e futura utilização pelos gestores.

Quadro 1: Distribuição percentual dos custos por macroprocesso – SR/PF/DF

Gráfico 14: Distribuição percentual dos custos por macroprocessos



Na tabela a seguir, estão apresentados os custos mensais alocados em cada macroprocesso. No macroprocesso de Gestão de Pessoas ainda não constam os custos com as despesas de pessoal, que na Polícia Federal é centralizado na Coordenação de Administração – COAD (200334).

Tabela 30: Custos mensal por macroprocesso – SR/PF/DF

CENTRO DE CUSTOS NOVO MODELO	COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA EM SEGURANÇA PÚBLICA	GESTÃO DO CONHECIMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA	GESTÃO DE INVESTIGAÇÕES E OPERAÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA	GESTÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE	GESTÃO DE PESSOAS	COMUNICAÇÃO	GESTÃO DA LOGÍSTICA	GOVERNANÇA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Total
JAN/2017	21.629,24			6.128,10	695,45	1.791,83	295.994,09		326.238,71
FEV/2017	53.839,18				17.039,24		441.523,38	1.573,91	513.975,71
MAR/2017	102.884,53						753.495,25		856.379,78
ABR/2017	90.804,30						979.518,21		1.070.322,51
MAI/2017	53.005,98				18.136,19		666.605,79		737.747,96
JUN/2017	60.421,11		38.024,38		194,00		832.674,67		931.314,16
JUL/2017	26.462,05						698.541,55	4.639,65	729.643,25
AGO/2017	43.111,71		16.000,00				758.887,45		817.999,16
SET/2017		1.199,80	65.262,17				866.846,54		933.308,51
OUT/2017	4.788,48	6.261,94	50.935,05		89.228,94		890.071,29		1.041.285,70
NOV/2017		8.104,60	94.324,20		876,78		742.145,91		845.451,49
DEZ/2017	67,68	4.983,46	30.128,90		18.913,55		1.085.404,79		1.139.498,38
Total	457.014,26	20.549,80	294.674,70	6.128,10	145.084,15	1.791,83	9.011.708,92	6.213,56	9.943.165,32

7.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As informações referentes a este item encontram-se apresentadas no ANEXO I, denominado NOTAS EXPLICATIVAS, o qual traz as informações relacionadas às demonstrações contábeis obrigatórias para a UPC conforme a Lei nº 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

A Polícia Federal conta com um Assessor de Controle Interno, cujas atribuições estão previstas na Instrução Normativa nº 13/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, resumidas em: assessorar o Diretor-Geral em assuntos relacionados à aderência do órgão às normas e diretrizes da Administração Pública Federal; atuação preventiva junto aos dirigentes das unidades centrais e descentralizadas, com o objetivo de evitar impropriedades na execução dos recursos orçamentários e financeiros destinados à PF; comunicação interna de decisões dos Sistemas de Controles Interno e Externo da União; comunicação externa com órgãos diversos, em especial com o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU.

Nesse contexto, o Assessor de Controle Interno tem atuado, dentre outros pontos, no suporte ao planejamento e à execução dos trabalhos de auditoria realizados periodicamente pelo TCU e pela CGU, o que inclui o posterior acompanhamento às determinações e recomendações resultantes desses trabalhos.

Com o fito de ampliar a efetividade de sua atuação no que se refere ao tratamento das demandas dos Órgãos de Controle, há Unidades de Controle Interno no âmbito das Superintendências Regionais, de forma que, atualmente, essas Unidades encontram-se em funcionamento em 16 (dezesesseis) das 27 (vinte e sete) Superintendências Regionais localizadas nos Estados e no Distrito Federal.

Ressalta-se, ainda, que todas as demandas apresentadas pelos Órgãos de Controle têm como padrão estabelecido o devido trâmite pelo Assessor de Controle Interno, ampliando os mecanismos de controle de atendimento, unificando procedimentos e permitindo o conhecimento e a disseminação de boas práticas adotadas pelas áreas.

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No tocante ao Tribunal de Contas da União, no exercício 2017, um total de 22 (vinte e dois) Acórdãos tiveram a UPC como interessada, sendo que destes, em maior volume, 17 (dezesete) relacionaram-se à análise da legalidade de atos de admissão e de concessão de aposentadoria e de pensão civil. Verifica-se, assim, que a expressiva maioria dos Acórdãos registrados, cerca de 77%, referiram-se à área de Gestão de Pessoal.

Nesse contexto, o Assessor de Controle Interno tem buscado identificar oportunidades de melhorias nos procedimentos relacionados à área de gestão de pessoas e atuado conjuntamente no sentido de tornar mais céleres as ações para atendimento das determinações de que se trata, bem como para melhoria do processo de concessão de aposentadorias.

Em acréscimo, dos demais Acórdãos exarados em 2017, dentre outros, 2 (dois) referiram-se à análise de representações, 1 (um) relacionou-se a processo de Prestação de Contas da UPC, 1 (um) relacionou-se a processo de auditoria operacional e 1 (um) disse respeito à análise de tomadas de contas. Dos Acórdãos de Prestações de Contas, apenas um resultou em recomendações ainda pendentes para a UPC, conforme discriminado no quadro abaixo:

Quadro 36 – Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 024.066/2014-1	8.015-1ªC	1.7 e 1.8	Ofício 0784/2017- TCU/SecexDefesa	14/09/17
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DLOG/PF e DIP/PF				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1.7. Recomendar ao Departamento de Polícia Federal (DPF) que aperfeiçoe o planejamento dos procedimentos de aquisição de bens cuja utilização dependa de celebração de contratos de manutenção e/ou treinamento/capacitação, de forma evitar a reincidência de situações como a verificada em relação ao helicóptero prefixo AW 139, que teve sua operação postergada em razão da falta dos referidos contratos acessórios;</p> <p>1.8. Determinar ao Departamento de Polícia Federal (DPF), com fundamento no art. 251 do RITCU, que apresente no Relatório de Gestão 2017 informações sobre:</p> <p>1.8.1. andamento da ação 0054746-75.2013.4.01.34, impetrada junto ao TRF da 1ª Região, referente à adesão da Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico 170/2007 do Ministério da Saúde (referências: Acórdão 1.703/2016-TCU-2ª Câmara e Acórdão 137/2014-TCU-Plenário);</p> <p>1.8.2. solução da questão relativa à retenção promovida no âmbito do Contrato 21/2010 - COAD/DLOG (Sistema Vant), concernente ao débito identificado no curso do Contrato 54/2009 (referência: Acórdão 2.187/2013 -TCU-Plenário); e</p> <p>1.8.3. medidas adotadas para dar cumprimento ao determinado no item 1.7.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Quanto ao item 1.7, foi emitido o memorando SEI/PF nº 4385717 orientando os pregoeiros e membros de CPL da COAD/DLOG/PF para que se certifiquem de que todos os planejamentos de aquisição de materiais permanentes apresentem manifestação expressa, quanto à existência de dependência de outros recursos materiais ou humanos, necessários a que o objeto da compra seja empregado para os fins planejados e que dependam da efetivação de contratos acessórios. E, nos casos de necessidade de contratações acessórias, seja apresentado planejamento contendo a cronologia para condução de todas essas aquisições interdependentes e que não seja iniciada a fase externa do certame principal sem que todos os procedimentos aquisitivos acessórios tenham sido autuados e relacionados ao processo da aquisição principal.</p> <p>Em relação ao item 1.8.1, foi informado no despacho SEI/PF nº 4287314 que ação nº 0054746-75.2013.4.01.3400 que tramita na 1ª Vara da Seção Judiciária do DF/TRF 1ª Região encontra-se conclusa para sentença desde 8 de abril de 2014.</p> <p>Quanto ao item 1.8.2, no mesmo despacho SEI/PF nº 4287314 foi informado que ainda consta a quantia de R\$ 217.380,00 retida e inscrita em restos a pagar. Porém, no bojo do processo TC 002.927/2017-9, pelo Ofício nº 4/2018-PF, foi esclarecido que a Direção-Geral da PF está empenhada em viabilizar uma parceria com a Força Aérea Brasileira para uso conjunto do sistema Vant, cujos termos se encontram em detalhamento, o que dá perspectiva de solução definitiva à retenção relativa ao Contrato nº 21/2010 - COAD/DLOG.</p>				

Cumprimento dos Acórdãos 1.449/2012- TCU - Plenário e do respectivo monitoramento nos termos do Acórdão 1.740/2015- TCU – Plenário

O Tribunal de Contas da União, nos termos dos Acórdãos nº 1.449/2012 - TCU - Plenário e 1.740/2015- TCU - Plenário, determinou à PF a prestação de informações sobre as medidas adotadas para melhoria dos serviços relacionados ao controle migratório, incluindo regularização da situação decorrente da utilização de terceirizados e garantia dos níveis mínimo de supervisão dos agentes administrativos e empregados da Infraero que desempenham tarefas de controle migratório.

Em cumprimento aos Acórdãos em questão, foi entregue no TCU, sob protocolo 49.46.067-6, de 21/12/12, Plano de Ação, de modo a substituir, gradualmente, os terceirizados por servidores do quadro.

Após estudos realizados pela administração do órgão, concluiu-se pela necessidade de criação de 1.900 (um mil e novecentos) cargos de Agente Administrativo do Plano Especial de Cargos, nível intermediário, para operacionalização do controle migratório nos aeroportos internacionais, portos e postos de fronteira.

Nesse sentido, foram realizadas gestões junto ao, então, Ministério da Justiça para a realização de concurso público para o provimento das vagas necessárias, sendo encaminhado ao Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão - MP minuta de Projeto de Lei que trata da reestruturação da carreira administrativa do PF, com o propósito de convertê-la na Carreira Técnico-Administrativa da Polícia Federal, com a criação de 5.000 (cinco mil) cargos, entre níveis intermediário e superior.

Outra ação adotada pelo Órgão culminou na autorização do MP, em 2013, para realização de concurso público para provimento de 534 (quinhentos e trinta e quatro) vagas com o fim de suprir a necessidade premente do órgão, em razão de aposentadorias e exonerações. O referido concurso foi realizado em 2014 e os servidores iniciaram suas atividades.

Em face das dificuldades da PF na obtenção dos concursos públicos necessários à efetiva regularização da situação, a cooperação com a Infraero tem se mantido a fim de empregar funcionários da empresa no apoio às atividades de controle migratório.

Além dos aspectos já citados, novas medidas foram adotadas, ainda no exercício de 2015, para aprimoramento do processo de controle migratório, entre as quais destacam-se:

- a) disponibilização de funcionalidade no Sistema de Tráfego Internacional - STI para consulta a dados antecipados dos passageiros de voos internacionais disponibilizados pelas empresas aéreas, para controle do uso *off-line* do sistema e para captura dos dados sobre autorização de viagem para menores diretamente do Sistema Nacional de Passaporte - SINPA, contribuindo para melhoria da segurança e da qualidade do processo de entrada e saída;
- b) disseminação da Mensagem Oficial Circular nº 6/2015 com informações aos usuários do sistema sobre rotinas de auditoria e sobre a necessidade de supervisão;
- c) instalação do recurso do *e-Gate* nos aeroportos de Guarulhos, Galeão e Viracopos; e
- d) disponibilização de módulo de contingência do STI e adoção de *tokens* para autenticação de todos os usuários do sistema.

No exercício de 2016 o Projeto de Lei (nº 38/16 no Senado e no 4.253/15 na Câmara dos Deputados) que previa a criação de 683 (seiscentos e oitenta e três) cargos de Agente Administrativo, de nível intermediário, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, a serem empregados no controle migratório, foi vetado, conforme Mensagem de Veto Presidencial nº 438, de 29 de julho de 2016.

Em razão do Acórdão nº 1.740/2015- TCU – Plenário, houve a diretriz da Direção-Geral de diminuição do emprego de funcionários da Infraero em exercício temporário na PF, com previsão para devolução de todos os empregados da Infraero em abril de 2018, termo final do Termo de Cooperação Administrativa MJ nº 0006/2013/0001.

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Conforme orientações para elaboração do presente relatório, esta seção trata de uma visão geral sobre as recomendações feitas pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, no exercício de 2017.

Informo que não se verificou recomendação do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União à PF no exercício de 2017 o que evidencia um resultado positivo das ações de governança, as quais tem repercutido na melhoria dos processos internos e na consequente redução no número de falhas e fragilidades.

Atualmente, encontram-se sob monitoramento do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, no sistema Monitor, um total de 61 (sessenta e uma) recomendações, distribuídas por 29 (vinte e nove) Unidades Gestoras das 32 (trinta e duas) que integram a UPC.

8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Quadro 37: Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2017

DANO AO ERÁRIO EM 2017								
Procedimentos disciplinares Instaurados em 2017								
UF	END	TCA	SNE CIF	SNE ARMAS	SNE VEÍCULOS	PAD	Expedientes disciplinares com ressarcimento ao erário	Expedientes disciplinares sem ressarcimento ao erário
SR/AC	0	0	0	0	1	1	1	2
SR/AL	0	0	1	0	1	0	0	0
SR/AM	1	0	1	0	4	0	2	4
SR/AP	1	0	1	0	4	0	0	6
SR/BA	0	1	2	0	2	0	2	5
SR/CE	0	0	0	1	0	0	0	1
SR/DF	2	0	5	0	5	4	8	8
SR/ES	0	0	0	0	9	1	3	5
SR/GO	0	0	7	1	0	0	4	3
SR/MA	1	0	6	1	1	0	6	2
SR/MG	12	0	3	1	2	4	4	18
SR/MS	16	0	7	0	4	12	2	10
SR/MT	1	0	1	3	3	0	0	4
SR/PA	1	0	2	1	5	0	2	4
SR/PB	0	0	2	0	0	0	0	2
SR/PE	1	0	0	0	3	2	0	0
SR/PI	0	0	0	0	0	0	2	0
SR/PR	17	0	1	1	12	2	3	13
SR/RJ	0	0	10	1	13	2	4	5
SR/RN	8	0	2	2	2	1	0	7
SR/RO	0	0	3	0	7	0	4	6
SR/RR	0	2	2	0	1	0	0	1
SR/RS	0	0	0	0	2	0	1	0
SR/SC	0	0	0	0	5	0	2	3
SR/SE	0	0	1	1	1	0	0	3

SR/SP	17	0	7	4	24	0	5	5
SR/TO	0	1	1	0	0	0	0	2
COGER/PF	20	0	6	0	8	2	5	35
TOTAL	98	4	71	17	119	31	60	154

Os procedimentos relacionados em caso de dano ao erário em apuração no exercício foram realizados por meio de sindicância investigativa ou processo administrativo disciplinar. As ocorrências se dividem em acidente com viatura, extravio de carteira funcional e extravio de arma de fogo.

Em nenhum caso houve tomada de contas especiais, pelos seguintes motivos: não configuração de infração disciplinar, ausência de culpa do servidor, ressarcimento pelo servidor do dano causado, dentre outros.

Os detalhes dos procedimentos, tais como data de instauração, data do relatório, instrumento de publicação, local da ocorrência e autoridade julgadora podem ser consultados no Relatório de Correições, apresentado ao final da Prestação de Contas, na Seção RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES, Subseção Relatório de Instância ou área de correição.

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A UPC observa, como medida primordial e sempre que dentro do possível, o cronograma de pagamentos de obrigações nos moldes definidos pelo art. 5º da Lei 8.666/1993.

Ocorre que esse estágio da despesa pública depende, primordialmente, da liberação dos recursos financeiros pela Coordenação de Orçamento e Finanças COF/DLOG/DPF, que nem sempre dispõe, necessariamente, em montante suficiente para atender aos pagamentos na ordem cronológica das datas de suas exigibilidades. A unidade gestora deverá liquidar tempestivamente as faturas para que constem no SIAFI, para que assim, possa sinalizar para à Coordenação responsável pelo repasse de recursos financeiro, para que promova os devidos pedidos de programação financeira para os órgãos responsáveis.

Quando são liberados recursos financeiros insuficientes para o pagamento da despesa que foi exigida em primeiro lugar, utilizam-se esses recursos para o pagamento de despesas posteriormente exigidas, a fim de que não se perca o recurso ora disponibilizado.

Assim, é respeitada a ordem cronológica, ressalvada a diretriz para pagamento prioritário das faturas em moeda estrangeira para evitar os efeitos nocivos da variação cambial por determinação do órgão de controle interno.

8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Foi expedida a Mensagem 082578, de 13/04/2015, da DLSG/SIASG/DF, comunicando que foi conhecido o pedido de reexame com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013-TCU/Plenário, que tratam da desoneração da folha de pagamento. Ao final da mensagem, foi informado que a SLTI expediria orientações aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional, integrantes do SISG, após o exame final da matéria pelo TCU.

Posteriormente, em junho e julho de 2015, a DLOG/DPF, solicitou às UGs, que informassem as providências referentes à revisão dos contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, todavia, as UGs, em virtude da citada suspensão, proposta pelo TCU não adotaram as devidas providências, inclusive aguardando novas orientações da SLTI/MPOG.

8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

O quadro a seguir demonstra os valores empenhados e pagos com contratos de publicidade e propaganda firmados pela UPC no exercício.

Todos os dados foram extraídos do Tesouro Gerencial, utilizando como critérios de pesquisa: Item de Informação = Despesas Empenhadas e Despesas Pagas; Mês de Referência = dez/2017; Unidade Orçamentária = 30108; Naturezas de despesa detalhada: 33903990, 33903991; 33903992, 33903993 e 33913990.

Tabela 31: Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária			Valores empenhados	Valores pagos	
Institucional	2112-	-PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA E SP	-2000	- ADMINISTRACAO DA UNIDADE	4.074,00 -	1.384,00 -
Legal	2112	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA E SP	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	1.207.087,08	268.585,09
Mercadológica	2112-	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA E SP -	2000-	ADMINISTRACAO DA UNIDADE -	784,00 -	- 784,00
Utilidade pública	2081	JUSTICA, CIDADANIA E SEGURANCA PUBLICA	2726	PREVENCAO E REPRESSIONAO AO TRAFICO ILCITO DE DROGAS E A CRIME	2.650,00	2.650,00

ANEXO I

CONDUÇÃO DOS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Abaixo apresentamos as informações sintéticas dos gestores sobre como foi a condução dos macroprocessos finalísticos em 2017, além daquelas informações já apresentadas no item 3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL, do Relatório de Gestão 2017.

Macroprocesso Criminalística

- ✓ Foram realizadas assessorias técnicas pelo Serviço de Perícias Documentoscópicas (SEPDOC/INC/DITEC/PF) a outras unidades da Polícia Federal (PF) e também a órgãos externos, no tocante a documentos de segurança, tais como passaportes e outros documentos de identificação. A atuação nessa área de criminalística visa a assegurar a boa qualidade técnica dos produtos, dentro das boas práticas e dos normativos legais existentes, buscando otimizar a segurança documental, além da viabilidade e qualidade do produto. Documentos de segurança bem elaborados e especificados tornam-se mais difíceis de serem alterados ou falsificados, contribuindo para a redução da criminalidade.
- ✓ Foi realizado o XXIII Encontro Anual de Chefes da Perícia Criminal Federal com o intuito de discutir melhorias na realização de exames forenses nas unidades centralizada e descentralizadas e premiação das unidades que se destacaram. Criação do evento “Em Evidência” e a realização do INTERFORESCIS objetivando a divulgação de conhecimento técnico, com impacto direto na qualidade dos Laudos Periciais Criminais.
- ✓ Foram realizadas várias parcerias via Interpol para a busca de perfis genéticos no Banco Federal de Perfis Genéticos, bem como apoio em investigações de repercussão internacional. Está sendo formulado um documento de apoio técnico para o Supremo Tribunal Federal em processo que analisa a coleta de DNA de condenados por crimes violentos ou hediondos e seu uso nos bancos de dados de perfis genéticos a nível nacional.
- ✓ A Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos (RIBPG) apresentou ao poder público, no primeiro semestre de 2017, 279 coincidências de perfis genéticos confirmadas, auxiliando 372 investigações, da Polícia Federal e polícias estaduais.
- ✓ Os Peritos Criminais Federais também realizaram assessoramento técnico especializado na condução de trabalhos de investigações de CPIs, além de conduzir e participar de vários projetos e pesquisas, visando o aperfeiçoamento de sua atuação.
- ✓ Também foram realizadas vistorias antibomba em evento de visitas de chefes de estado, posses de ministros dos tribunais superiores e outros eventos de importância nacional e internacional, além da atuação do Grupo de Bombas e Explosivos (GBE) em situações de segurança e contramedidas antibombas ocorridas em aeroportos, caixas eletrônicos, Correios, dentre outros locais.

Macroprocesso Inteligência Policial

Destaca-se a atuação conjunta de todo o efetivo da Diretoria de Inteligência Policial (DIP/PF) sob a coordenação da Coordenação Geral de Inteligência (CGI/DIP/PF) para prover informações estratégicas e operacionais para as operações de polícia judiciária desenvolvidas pela própria DIP ou por outras diretorias, além de atuar colaborativamente no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) em grupos de trabalho e gabinetes de crise, através das seguintes ações:

- ✓ assessoramento aos dirigentes da PF realizado através da elaboração de estudos, como análise de riscos, produção de relatórios de inteligência e consultas aos bancos de dados disponíveis sobre temas diversos, tais como a crise na Venezuela e impactos no Brasil, a crise na segurança pública do Rio de Janeiro, desmobilização das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e reflexos no Brasil, atuação das facções criminosas que agem de dentro dos presídios, manifestações populares com

impactos na segurança pública, movimentos grevistas das forças de segurança pública, movimentos sociais e indígenas e produção de Avaliações de Riscos, a partir da metodologia SABRE, com vistas a subsidiar o planejamento estratégico e o processo decisório da PF, entre outros;

- ✓ evolução das ferramentas de inteligência no âmbito da CGI, dentre as quais destacam-se o aporte de novas bases de dados ao Cintepol, incremento da participação das ações de combate às fraudes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com a aplicação da ferramenta computacional SINAPSE-BI, o que subsidiou a distribuição de contramedidas a fraudes durante o certame, e desenvolvimento da ferramenta Sinapse NET;
- ✓ ampliada a atuação da Unidade de Geointeligência no âmbito da CGI para produção e difusão de produtos cartográficos georreferenciados que subsidiaram operações do COT/DIREX/PF, DAT/DIP/PF e de diversas unidades descentralizadas, pertencentes ou não ao SINPOL.
- ✓ no enfrentamento ao terrorismo, a DAT coordenou e executou as seguintes operações especiais de polícia judiciária: a) Operação Átila (fases I, II e III); e b) Operação Pressure Cook, com total de 2 mandados de prisão preventiva, 5 mandados de prisão temporária, 10 mandados de condução coercitiva, 1 prisão em flagrante e 18 mandados de busca e apreensão;
- ✓ atuação da DIP em conjunto com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI/DLOG/PF) na prevenção e combate a tentativas de invasão e uso indevido de acesso a sistemas internos, inclusive com deflagração de operação com cumprimento de 4 Mandados de Busca e Apreensão e 4 Conduções Coercitivas, resultando ainda em implementação de melhorias significativas da segurança interna de TI; e
- ✓ avaliação de propostas de compartilhamento de Bancos de Dados geridos por órgãos e entidades da administração pública direta.

Macroprocesso Investigação Criminal

Em 2018, destaque para:

- ✓ as novas operações em todas as suas áreas de atribuição;
- ✓ continuidade das fases de diversas Operações Especiais de Polícia Judiciária de grande vulto, a exemplo das Operações Lava-Jato, Greenfield e Acrônimo; e
- ✓ oficialização do uso do sistema ATLAS, o maior em análise e cruzamento de bases de dados policiais, contando atualmente com 65 bases de dados, com previsão de alcançar aproximadamente 100 bases até o final de 2018. A ferramenta deve otimizar e diminuir o tempo de conclusão das investigações policiais em andamento, aliando o trinômio integração, inteligência e tecnologia, agregando o que há de mais eficiente no combate à corrupção e ao crime organizado.

Macroprocesso Recursos Especiais

- ✓ Foi prestado apoio às Unidades Centrais e Descentralizadas no Planejamento e Execução de cerca de 45 Operações Especiais, desencadeadas para o combate ao crime organizado, combate ao tráfico de drogas, combate a assalto a bancos, segurança de dignitários, controle de distúrbios, contraterrorismo e cumprimento de mandados de prisão, empregando efetivo suficiente para o atendimento de cada demanda, observando-se a doutrina de operações especiais, bem como os ditames legais, no sentido de promover a segurança de todos os envolvidos na missão.
- ✓ A Coordenação de Aviação Operacional prestou relevantes serviços às unidades centrais e descentralizadas no planejamento e execução de 190 operações policiais. A atuação deu-se em duas frentes: 1) no apoio aerotático, com o emprego de aeronaves de asa rotativa, na deflagração das fases ostensivas dos trabalhos de polícia judiciária e atividades periciais; e 2) no transporte, com o emprego de aeronaves de asa fixa, de efetivo, de conduzidos, de equipamentos/materiais, de bens apreendidos, etc.
- ✓ As ações aéreas ocorreram na repressão ao crime organizado, à corrupção e lavagem de dinheiro, ao tráfico de drogas (principalmente erradicação de cultivos ilícitos), aos crimes contra o patrimônio, aos crimes contra o meio ambiente, e na defesa da ordem institucional. O emprego do meio aéreo

possibilitou o cumprimento de mandados de prisão e de buscas e apreensões, bem como a realização de trabalhos de perícia, ademais de ações de polícia administrativa e de cunho preventivo.

- ✓ Além disso, foram realizados voos no interesse do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Departamento Penitenciário Nacional, Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, entre outros.
- ✓ Manteve-se a formação contínua dos servidores, com os elevados níveis de proficiência dos Pilotos, Operadores Aerotáticos, Tripulantes Operacionais, entre outros.
- ✓ Foi observada a doutrina de operações aéreas policiais e os ditames legais da atividade aeronáutica, no sentido de promover a segurança de todos os envolvidos na missão.
- ✓ Foram expedidas 233 Ordens de Missão Policial referentes a apoio aéreo.

Macroprocesso Controle Migratório

- ✓ O projeto de automatização de aeroportos foi previsto nas concessões de aeroportos em 2017. O E-gate teve ampliação de uso, atingindo percentuais na ordem de 30% do total de brasileiros em Guarulhos e Galeão. Melhorias de sistema foram implantadas para um atendimento melhor e mais seguro do controle migratório, destacando-se a conclusão da integração com o sistema de vistos do Ministério das Relações Exteriores que permite a validação digital dos vistos no exato instante em que ocorre o movimento migratório.
- ✓ A emissão de passaportes teve a integração com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Exército Brasileiro - SERMIL, diminuindo a burocracia na apresentação de documentos para a solicitação do documento de viagem.
- ✓ No ano de 2017 foram emitidos 2.522.652 passaportes comuns.
- ✓ A nova legislação de estrangeiros entrou em vigor no final de 2017, com ampla modificação de sistemas e procedimentos. Foram emitidos em 2017 um total de 166.066 carteiras de estrangeiros e realizados 95.501 registros.

Macroprocesso Segurança de Portos e Aeroportos

- ✓ Com relação à segurança aeroportuária, mantiveram-se os processos de supervisão da segurança aeroportuária em nível nacional, com destaque para Documento de Segurança da Aviação Civil (DSAC); Exercício Simulado de Ameaça de Bomba (ESAB), Exercício Simulado de Apoderamento Ilícito de Aeronaves (ESAIA); Testes de qualidade *Aviation Security* (AVSEC), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e Administração Aeroportuária. Inspeções e Visitas Técnicas; e Demandas Internas e Externas. Foi intensificada a participação efetiva do Serviço de Segurança Aeroportuária (SAER) em foros específicos da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (COANERO). Houve participação na comissão de revisão do Programa Nacional de Segurança de Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita (PNAVSEC).
- ✓ Estão em andamento trabalhos para a adaptação de sistemas para o controle de embarque armado, conforme regulamentação a ser editada pela ANAC no primeiro trimestre de 2018.

Macroprocesso Proteção à Vida e aos Direitos Humanos

- ✓ No âmbito administrativo e operacional, a proteção a testemunhas foi executada nas modalidades acolhimento provisório, resgate emergencial e escolta para audiências - em parceria com o Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.
- ✓ Foram 40 pessoas protegidas em 2017 e 12 escoltas no interesse da Justiça. A proteção ao réu colaborador preso não é executada diretamente pela PF, mas pelo DEPEN/MJ.

Macroprocesso Identificação Criminal

- ✓ Em conformidade com a Portaria nº 6628/2016-DG/PF, até o final de 2017, haviam sido celebrados acordos de cooperação técnica com os Tribunais de Justiça do Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Distrito

Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro e Roraima. Encontram-se sob análise da PF os processos relativos aos Tribunais de Justiça dos Estados de Espírito Santo e Rio Grande do Norte. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina manifestou não ter interesse na celebração do acordo. Os demais Tribunais de Justiça estão analisando e ainda não se manifestaram sobre o acordo de cooperação técnica.

- ✓ No que tange à interoperabilidade, o webservice foi concluído pela CGTI/DLOG/PF em dez/17, com previsão de apresentação para testes nos Tribunais de Justiça dos estaduais no início de 2018. O Tribunal de Justiça do Ceará manifestou não ter interesse na celebração do acordo para webservice.
- ✓ Em relação à Aquisição em Massa do Passivo Criminal, recebemos arquivos de dados dos Tribunais de Justiça do Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal e Roraima, cuja inserção das informações no Sistema de Informações Criminais (SINIC) encontram-se em andamento. Também, existem tratativas para celebração de acordo com os todos os tribunais regionais federais

Macroprocesso Segurança de Pessoas

- ✓ No ano de 2017, a então Divisão de Segurança de Dignitários e Proteção ao Depoente Especial (DSDE), recentemente transformada em Coordenação de Proteção à Pessoa (CPP), promoveu, junto à Academia Nacional de Polícia (ANP), a formação de 36 novos professores em segurança de dignitários e a capacitação, por meio de curso na modalidade à distância, de 23 policiais em segurança de dignitários. Diretamente, capacitou 49 agentes de segurança do STF em proteção a magistrados.
- ✓ No que tange à execução de proteção a pessoas, a CPP processou e atendeu a 88 solicitações de segurança de autoridades estrangeiras, 9 solicitações de segurança de Ministros de Estado, participou do planejamento/execução direta de 04 operações de segurança de dignitários, analisou, com o auxílio do preenchimento de matriz de análise específica, o risco inerente à visita de 04 autoridades internacionais, efetuou a análise de risco, com a consequente produção dos respectivos relatórios de análise de risco, de 12 magistrados/membros do Ministério Público, e planejou a execução da proteção de 06 magistrados/membros do Ministério Público, além de 06 outras autoridades.

Macroprocesso Controle de Armas de Fogo

- ✓ Os procedimentos operacionais foram realizados pelas Delegacias nas unidades descentralizadas da Polícia Federal em todo o Brasil, com a supervisão e orientação da Divisão Nacional de Controle de Armas de Fogo (DARM/ CGCSP/DIREX/PF).
- ✓ A fim de dar um tratamento uniforme aos casos relacionados ao controle de armas de fogo, foram realizadas pesquisas e estudos que resultaram na propositura de medidas elucidativas sobre matéria controvertida, bem como na elaboração de propostas para atualização dos normativos internos vigentes na área de controle de armas de fogo.
- ✓ Em outubro foi realizado o Encontro de Chefes das delegacias responsáveis pelo controle de armas de fogo nas unidades descentralizadas, que contou com representantes de todos os Estados da Federação, com o objetivo de difundir as diretrizes traçadas pela DARM, bem como promover o intercâmbio de informações e treinamento de pessoal.

Macroprocesso Controle de Percursos Químicos

- ✓ Foram licenciadas aproximadamente 28 mil empresas a operarem com produtos químicos controlados e emitidas mais de 12 mil certificados de registro. Foram emitidas mais de 12 mil autorizações prévias para importação e/ou exportação, fato relevante no comércio internacional, colocando o Brasil como protagonista no controle e fiscalização de insumos e precursores de drogas. Foram também instaurados mais de 1000 processos administrativos por infração à legislação de controle de produtos químicos.

Macroprocesso Controle de Segurança Privada

- ✓ Em 2017 foi dado prosseguimento ao processo de eliminação do acervo de processos punitivos aguardando julgamento, com o atingimento pleno do objetivo. Foram julgados 7980 processos punitivos em primeira instância e 2700 em segunda instância. Foram ainda implementadas novas melhorias no sistema GESP, com a informatização dos processos de credenciamento de instrutores e de alterações de atos constitutivos de empresas de segurança privada.

Macroprocesso Cooperação Internacional

- ✓ Em relação à Cooperação Policial e à Cooperação Jurídica Internacional, especificamente em relação às agências policiais estrangeiras e organismos internacionais, destaca-se a importância dos Acordos de Cooperação Interinstitucionais (anteriormente denominados "Memorandos de Entendimento") firmados em 2017, com objetivos de:
 - a. combater o crime organizado transnacional, inclusive em Aeroportos Projetos AIRCOP e INTERCOPS (UNODC);
 - b. promover o fortalecimento da capacidade de redução do risco de atividades terroristas e uso de armas de destruição em massa, assim como, prevenir e responder a ameaças QBRN (Químicas, Biológicas, Radiológicas e Nucleares); e
 - c. prospectar ações de capacitação de alto nível destinada a policiais federais. Destaca-se, ainda, a criação do Projeto "Longa Manus", que visa disseminar conhecimentos e uniformizar práticas relacionadas aos pedidos de cooperação jurídica internacional ativa e passiva, destinados ao público interno (lotado nas unidades descentralizadas) e externo (Poder Judiciário, Ministério Público e Policiais Civis).
- ✓ Em 2017, o DPF Rogério Augusto Viana Galloro, então DIREX/PF, foi eleito, para mandato de 3 anos, para a função de "Delegado para as Américas" no Comitê Executivo da Interpol.

Macroprocesso Identificação Civil

- ✓ No que concerne à Identificação Civil, o Instituto Nacional de Identificação possuía em sua base de dados 18.421.590 registros ao final de 2017, sendo incluídos 752.408 registros em relação ao ano anterior. Essa base de dados é composta por registros de identificação biométrica de vigilantes de segurança privada, estrangeiros identificados, passaportes requeridos, identificação criminal, identificação civil, identificação biométrica de eleitores e cadastros civis de pessoas desaparecidas.

ANEXO II - Indicadores de Desempenho das Unidades Descentralizadas

A seguir, são apresentados os resultados das medições desses indicadores em 2015, 2016 e 2017 e metas para 2016 a 2019.

Indicador 1: Relação entre inquéritos relatados e instaurados			
UF	Resultado 2015 (%)	Resultado 2016 (%)	Resultado 2017 (%)
AC	130	98	77
AL	151	98	103
AM	72	94	99
AP	97	69	92
BA	122	102	101
CE	101	85	107
DF	79	96	68
ES	92	109	105
GO	92	75	103
MA	107	93	79
MG	96	78	110
MS	114	112	106
MT	93	88	91
PA	97	108	92
PB	104	90	83
PE	112	91	96
PI	90	80	83
PR	92	91	94
RJ	86	87	77
RN	120	133	78
RO	109	87	92
RR	116	99	99
RS	102	90	88
SC	106	92	100
SE	108	88	72
SP	94	95	96
TO	123	88	106

✓ A meta definida para 2016 e 2017 era de 90% para cada uma das unidades descentralizadas.
✓ A meta definida para 2018 e 2019 é de 100% para cada uma das unidades descentralizadas.

Análise do Resultado 2017: O resultado encontra-se satisfatório, na medida em que aproximadamente metade das unidades alcançaram índices superiores ao ano anterior. O quantitativo ideal, na relação de inquéritos instaurados/ relatados, foi alcançado em 09 unidades, com índice superior a 100%, enquanto no ano anterior somente 05 unidades alcançaram tal patamar.

Indicador 2: Relação entre as cartas precatórias cumpridas e/ou devolvidas e as cartas precatórias recebidas pela Superintendência Regional e suas unidades vinculadas			
UF	Resultado 2015 (%)	Resultado 2016 (%)	Resultado 2017 (%)
AC	102	108	95
AL	121	86	97
AM	83	137	57
AP	107	103	89
BA	77	113	95
CE	95	118	116
DF	74	133	136
ES	106	98	97
GO	110	96	91
MA	95	118	90
MG	99	102	99
MS	103	101	107
MT	103	109	89
PA	124	105	108
PB	100	106	103
PE	89	111	93
PI	77	94	104
PR	106	101	101
RJ	98	99	107
RN	100	101	92
RO	101	92	98
RR	89	95	137
RS	111	100	95
SC	98	101	105
SE	101	92	95
SP	102	102	102
TO	88	97	103
<ul style="list-style-type: none"> ✓ A meta definida para 2016 e 2017 era de 90% para cada uma das unidades descentralizadas. ✓ A meta definida para 2018 e 2019 é de 100% para cada uma das unidades descentralizadas. 			
<p>Análise do Resultado 2017: Observa-se que, apesar da implementação do SEI nas unidades, não houve incremento no percentual de cartas precatórias cumpridas. Ou seja, apesar de otimizar o tempo em razão da utilização do SEI, a produtividade não foi significativamente aumentada.</p>			

Indicador 3: Relação entre Notícias-crime analisadas pela Corregedoria e as Notícias-crime protocoladas na Superintendência Regional e suas unidades vinculadas

UF	Resultado 2015 (%)	Resultado 2016 (%)	Resultado 2017 (%)
AC	93	96	90
AL	98	82	94
AM	99	85	97
AP	98	96	90
BA	69	90	92
CE	97	87	71
DF	93	90	86
ES	98	92	87
GO	100	97	96
MA	72	88	87
MG	96	95	94
MS	96	90	90
MT	97	89	84
PA	64	91	94
PB	90	89	87
PE	86	82	92
PI	99	99	99
PR	98	95	86
RJ	77	80	89
RN	97	79	87
RO	93	86	80
RR	92	90	93
RS	92	90	91
SC	96	92	90
SE	99	99	90
SP	96	96	95
TO	100	99	97

✓ A meta definida para 2016 e 2017 era de 90% para cada uma das unidades descentralizadas.

✓ A meta definida para 2018 e 2019 é de 100% para cada uma das unidades descentralizadas.

Análise do Resultado 2017:

A tendência de análise de Notícias-Crime, na ordem de 90% nas unidades, foi mantida em relação aos anos anteriores.

Indicador 4: Relação entre a quantidade de operações especiais de polícia judiciária (OEPJ) e o total de servidores da Superintendência Regional e de suas unidades jurisdicionadas

UF	Resultado 2015	Resultado 2016	Resultado 2017	Meta 2017	Meta 2018 (idem 2019)
AC	0,04	0,0631	0,0905	0,0922	0,0804
AL	0,09	0,0230	0,0976	0,0690	0,0671
AM	0,09	0,0476	0,0282	0,0675	0,0645
AP	0,10	0,0493	0,0511	0,1197	0,0803
BA	0,07	0,0688	0,0531	0,0542	0,0531
CE	0,03	0,0349	0,0449	0,0411	0,0427
DF	0,09	0,0981	0,0275	0,0663	0,0487
ES	0,05	0,0550	0,0882	0,0581	0,0719
GO	0,15	0,1016	0,0473	0,0794	0,0709
MA	0,06	0,0466	0,0283	0,0896	0,0567
MG	0,05	0,0399	0,0277	0,0347	0,0357
MS	0,03	0,0579	0,0642	0,0558	0,0557
MT	0,09	0,0324	0,0606	0,0678	0,0455
PA	0,08	0,0395	0,0516	0,0395	0,0442
PB	0,04	0,0566	0,0400	0,0566	0,0600
PE	0,07	0,1125	0,0393	0,0537	0,0471
PI	0,02	0,0619	0,0400	0,0619	0,0600
PR	0,05	0,0418	0,0581	0,0282	0,0348
RJ	0,02	0,0173	0,0184	0,0226	0,0273
RN	0,04	0,0594	0,0786	0,0594	0,0679
RO	0,02	0,0433	0,0455	0,0600	0,0559
RR	0,13	0,0468	0,1163	0,0760	0,0756
RS	0,05	0,0408	0,0491	0,0369	0,0412
SC	0,03	0,0266	0,0364	0,0368	0,0385
SE	0,03	0,0255	0,0329	0,0764	0,0789
SP	0,05	0,0210	0,0338	0,0303	0,0266
TO	0,06	0,1338	0,1156	0,0955	0,1088

- ✓ Foi considerado o efetivo total de servidores do respectivo Estado em dezembro de 2016 para o realizado em 2016 e para a definição das metas de 2017, sendo considerado o efetivo de dezembro de 2017 (passado pela DGP) para o resultado de 2017 e para o cálculo das metas previstas para 2018 e 2019 que são iguais.
- ✓ Destaca-se que o indicador combinado com os Estados é o número de Operações Especiais em função das peculiaridades de cada Estado.
- ✓ Este indicador também será utilizado para apuração da meta do PPA 2016-2019 “Incrementar o combate ao crime organizado por meio de operações especiais de polícia judiciária da União”.

Análise do Resultado 2017: No ano de 2017 a PF não conseguiu atingir o total de operações especiais previsto para o ano, tendo sido realizadas 538 operações enquanto a meta era 577, representando 93,24% do previsto.

O indicador em tela é importante para verificar a produtividade de cada superintendência, levando-se em consideração seu efetivo. Todavia, é importante destacar que superintendências de maior porte, que possuem efetivo maior, também são responsáveis por um volume muito grande de demandas administrativas o que, por vezes, pode comprometer um melhor desempenho na área de polícia judiciária.

Indicador 5: Relação entre a quantidade inquéritos relatados com indicação da autoria somados aos relatados sem indicação da autoria por não constatação de prática de infração penal e o total de inquéritos relatados (Eficácia dos inquéritos do Departamento de Polícia Federal)

UF	Resultado 2015 (%)	Resultado 2016 (%)	Resultado 2017 (%)
AC	81,46	86,61	91,78%
AL	76,86	79,66	83,67%
AM	83,13	78,80	83,75%
AP	85,04	91,35	86,02%
BA	69,60	70,81	72,01%
CE	74,19	75,20	69,53%
DF	78,74	76,72	77,12%
ES	66,33	82,72	80,54%
GO	72,11	67,28	67,93%
MA	65,31	48,96	71,59%
MG	74,02	68,66	66,28%
MS	87,28	89,39	87,94%
MT	80,81	79,67	81,84%
PA	63,71	73,12	71,66%
PB	74,62	81,13	77,64%
PE	67,91	65,52	78,09%
PI	79,91	85,20	69,75%
PR	74,94	73,01	72,76%
RJ	71,28	65,51	65,74%
RN	79,61	83,52	79,49%
RO	86,06	81,16	85,61%
RR	82,59	87,88	84,46%
RS	84,59	80,33	83,77%
SC	79,31	78,05	80,58%
SE	80,00	70,78	77,31%
SP	67,80	65,06	64,65%
TO	80,33	79,90	80,10%

- ✓ A meta para os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 é de 71% para cada uma das unidades descentralizadas.
- ✓ Este indicador também será utilizado para apuração da meta do PPA 2016-2019 “Contribuir para a redução da impunidade ampliando o percentual de elucidação de infrações penais de atribuição da Polícia Federal”.

Análise do Resultado 2017:

O percentual alcançado pela PF em 2017 é bastante elevado e demonstra a eficiência das suas investigações conduzidas por meio de inquéritos policiais. No que tange ao resultado individual de cada Estado, também foi bastante satisfatório, uma vez que todos alcançaram pelo menos 64% de eficiência (SP), havendo Estados com até 91% de solução (AC) registrado em seus inquéritos policiais.

Indicador 6: Quantidade de operações especiais de polícia judiciária (OEPJ) desencadeadas pela Superintendência Regional de Polícia Federal (SR/PF)

UF	Resultado 2015	Resultado 2016	Meta 2016	Resultado 2017	Meta 2017	Meta 2018 (idem 2019)
AC	6	13	6	18	19	16
AL	12	4	5	16	12	11
AM	17	12	5	7	17	16
AP	9	7	4	7	17	11
BA	26	33	14	25	26	25
CE	12	17	12	21	20	20
DF	26	37	8	13	25	23
ES	13	18	9	27	19	22
GO	34	32	11	14	25	21
MA	13	13	5	7	25	14
MG	37	31	26	21	27	27
MS	13	28	15	30	27	26
MT	24	11	19	20	23	15
PA	26	17	12	21	17	18
PB	9	18	18	12	18	18
PE	22	44	24	15	21	18
PI	3	13	7	8	13	12
PR	37	37	22	50	25	30
RJ	21	23	24	23	30	34
RN	9	17	6	22	17	19
RO	4	13	10	13	18	16
RR	17	8	10	20	13	13
RS	31	32	26	37	29	31
SC	12	13	17	17	18	18
SE	4	4	3	5	12	12
SP	68	34	72	52	49	41
TO	7	21	8	17	15	16
Consolidado SRs	512	550	398	538	577	543

As metas para 2018 e 2019 serão inferiores as definidas para 2017 devido ao reduzido efetivo que vem diminuindo com as aposentadorias e exonerações e não estão sendo repostos devido a não realização de novos concursos, sendo a estimativa atual para 2018 e 2019 de 543 operações especiais caso sejam realizados os concursos solicitados e liberados os recursos financeiros previstos.

Análise do Resultado 2017: No ano de 2017 a PF não conseguiu atingir o total de operações especiais previsto para o ano, tendo sido realizadas 538 operações enquanto a meta era 577, representando 93,24% do previsto. Destaca-se que devido à redução do número de servidores, existe a dificuldade de realização de todas as operações previstas. Observe-se que mesmo os Estados com efetivo reduzido conseguiram fazer pelo menos 5 Operações Especiais no ano de 2017. Todos esses indicadores são rotineiramente acompanhados pelas unidades centrais, no sentido de ampliarmos estes números, sendo a realização de novos concursos essencial para o atingimento das metas em 2018.

Indicador 7: Relação entre a quantidade de vistorias realizadas em empresas de segurança privada na circunscrição na Superintendência Regional (DELESP e Delegacias Descentralizadas) e o total de empresas de segurança privada da circunscrição da SR

UF	Resultado 2015 (%)	Resultado 2016 (%)	Resultado 2017 (%)
AC	33,33	33,33	183,33
AL	41,86	54,32	84,61
AM	110,64	54,39	111,42
AP	180,00	55,00	70,58
BA	115,81	57,20	53,29
CE	51,81	34,68	48,19
DF	66,42	75,68	67,08
ES	148,00	66,67	86,00
GO	121,56	55,70	40,38
MA	173,91	58,54	78,33
MG	176,53	54,29	57,14
MS	125,29	40,66	55,31
MT	108,75	53,49	27,11
PA	54,37	40,34	50,00
PB	96,05	60,27	47,91
PE	79,05	35,32	62,65
PI	63,27	27,55	73,33
PR	54,35	60,73	37,98
RJ	153,21	61,99	42,24
RN	95,77	52,86	82,05
RO	38,60	37,04	12,05
RR	66,67	66,67	100,00
RS	82,97	46,79	32,58
SC	50,78	48,62	61,64
SE	154,55	64,71	23,07
SP	115,41	50,90	51,83
TO	112,90	51,52	60,86

A meta definida para os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 é de 100% para cada uma das unidades descentralizadas.

Análise do Resultado 2017:

O resultado acima da meta de 100% justifica-se pelo fato de ter ocorrido mais de uma vistoria em uma mesma empresa de segurança privada da circunscrição.

Após um aumento médio negativo em 2016, comparando-se à 2015, a atividade de vistoria em empresas de segurança privada apresentou um aumento de positivo de 3% em média.

Indicador 8: Relação entre a quantidade de vistorias realizadas em agências bancárias e postos de atendimento bancário na circunscrição da Superintendência Regional (DELESP e Delegacias Descentralizadas) e o total de agências bancárias e postos de atendimento bancário da circunscrição da SR

UF	Resultado 2015	Resultado 2016	Resultado 2017
AC	91,76	80,49	83,33
AL	98,37	98,36	95,76
AM	1,31	89,83	100,00
AP	80,82	95,24	107,27
BA	90,89	93,94	99,57
CE	52,28	81,04	82,81
DF	95,39	95,56	107,14
ES	7,28	91,22	100,21
GO	48,22	91,20	69,80
MA	100,00	56,81	74,40
MG	74,67	72,41	84,48
MS	3,80	79,30	71,15
MT	8,82	64,41	67,44
PA	9,10	96,82	92,61
PB	80,49	74,84	79,33
PE	31,52	72,07	90,55
PI	3,15	73,42	70,93
PR	72,61	64,47	77,22
RJ	7,17	45,85	51,17
RN	3,16	86,67	74,44
RO	102,89	88,00	72,29
RR	38,10	40,32	28,57
RS	13,41	57,15	68,02
SC	93,49	87,79	96,97
SE	90,20	99,59	102,19
SP	20,19	79,67	79,07
TO	97,42	74,84	87,23

A meta definida para os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 é de 100% para cada uma das unidades descentralizadas.

Análise do Resultado 2017:

O resultado acima da meta de 100% justifica-se pelo fato de ter ocorrido mais de uma vistoria em uma mesma agência bancária da circunscrição da Superintendência Regional.

Verifica-se um aumento médio na ordem de 3% em todas as UF's nas atividades de fiscalização bancária com relação aos anos anteriores porém, menor do que o aumento médio de 28% referente aos resultados de 2016 e 2015.

Indicador 9: Relação entre a quantidade de passaportes comuns emitidos na circunscrição da SR e o total de estações de trabalho de expedição de passaportes cadastradas nos postos de expedição de passaportes da SR

UF	Resultado 2015	Resultado 2016	Meta 2016	Resultado 2017	Meta 2017	Meta 2018	Meta 2019
AC	245,30	480,50	502,87	580,5	528,01	554,41	582,13
AL	1537,67	3627,24	3152,22	1971,16	3309,83	3475,33	3649,09
AM	1442,76	2863,59	2957,66	3097,72	3105,54	3260,82	3423,86
AP	651,63	1081,10	1335,84	1023,2	1402,63	1472,77	1546,40
BA	1610,98	3427,39	3302,51	3880,63	3467,63	3641,02	3823,07
CE	2064,20	3515,71	4231,61	5082,0	4443,19	4665,35	4898,62
DF	1042,39	3699,63	2136,90	6771,75	2243,74	2355,93	2473,73
ES	3865,71	7830,62	7924,71	9390,29	8320,94	8736,99	9173,84
GO	2185,83	6544,40	4480,95	7518,40	4705,00	4940,25	5187,26
MA	945,92	1777,62	1939,14	3275,95	2036,09	2137,90	2244,79
MG	3276,52	6648,19	6716,87	6271,31	7052,71	7405,34	7775,61
MS	1061,62	2232,00	2176,32	2891,88	2285,14	2399,39	2519,36
MT	1553,92	2804,12	3185,54	2428,56	3344,81	3512,05	3687,66
PA	1472,11	2386,26	3017,83	2293,07	3168,72	3327,15	3493,51
PB	1506,40	3562,40	3088,12	4122,6	3242,53	3404,65	3574,88
PE	1952,82	4303,25	4003,28	4543,62	4203,45	4413,62	4634,30
PI	1086,97	2460,13	2228,29	2923,68	2339,70	2456,69	2579,52
PR	2127,66	4610,23	4361,70	5347,33	4579,79	4808,78	5049,22
RJ	2875,25	6315,91	5894,26	5709,74	6188,98	6498,42	6823,35
RN	2040,05	4539,00	4182,10	5251,75	4391,21	4610,77	4841,31
RO	1788,81	3562,25	3667,06	3495,0	3850,41	4042,93	4245,08
RR	707,67	1411,69	1450,72	982,2	1523,26	1599,42	1679,39
RS	2140,51	3937,89	4388,05	3450,98	4607,45	4837,82	5079,71
SC	2930,61	5697,58	6007,75	7654,53	6308,14	6623,54	6954,72
SE	2343,56	28262,86	4804,30	3865	5044,51	5296,74	5561,58
SP	3585,00	7469,54	7349,25	8175,71	7716,71	8102,55	8507,68
TO	941,53	2259,33	1930,14	2622,33	2026,64	2127,98	2234,37

Para o ano de 2015, a produtividade foi calculada a partir do dia 26/06/2015, marco inicial do cálculo do indicador.

A unidade de medida é “nº de passaportes comuns emitidos por ano, por estação de trabalho de expedição de passaporte”.

Análise do Resultado 2017:

Verifica-se, no geral, que o resultado em 2017 foi superior ao ano anterior, o que evidencia um aumento na produtividade por máquina a nível nacional.

Indicador 10: Tempo de espera para atendimento nas cabines de fiscalização migratória localizadas nas áreas de embarque internacional de aeroportos (Manaus, Campinas, Confins, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, Brasília, Galeão, Guarulhos e Natal)

UF	Aeroporto da circunscrição da SR	Resultado 2015 (em minutos)	Resultado 2016 (em minutos)	Resultado 2017 (em minutos)
AM	Manaus	17	9	6
BA	Salvador	3	3	3
CE	Fortaleza	1	2	2
DF	Brasília	2	2	2
MG	Confins	1	1	1
PE	Recife	2	3	3
PR	Curitiba	1	4	2
RJ	Galeão	5	5	3
RN	Natal	2	4	5
RS	Porto Alegre	2	2	2
SP	Campinas	3	3	2
SP	Guarulhos	3	4	2

A meta, que é definida pela Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (CONAERO), é de 16 minutos.

Análise do Resultado 2017:

Verifica-se uma redução ou manutenção no tempo de emigração na maioria dos aeroportos sob análise, o que evidencia melhoria no atendimento do controle migratório.

Observa-se, ainda, uma melhoria significativa no tempo dos aeroportos de Guarulhos e Galeão, podendo se justificar pela inserção dos E-Gates (recurso de portais eletrônicos para realização do controle migratório).

Indicador 11: Tempo de espera para atendimento nas cabines de fiscalização migratória localizadas nas áreas de desembarque internacional de aeroportos (Manaus, Campinas, Confins, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, Brasília, Galeão, Guarulhos e Natal)

UF	Aeroporto da circunscrição da SR	Resultado 2015 (em minutos)	Resultado 2016 (em minutos)	Resultado 2017 (em minutos)
AM	Manaus	17	17	13
BA	Salvador	12	20	23
CE	Fortaleza	21	12	6
DF	Brasília	10	9	5
MG	Confins	6	11	13
PE	Recife	3	3	3
PR	Curitiba	5	11	9
RJ	Galeão	12	6	3
RN	Natal	10	12	11
RS	Porto Alegre	7	6	7
SP	Campinas	3	5	5
SP	Guarulhos	8	8	9

A meta, que é definida pela Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (CONAERO), é de 16 minutos.

Análise do Resultado 2017:

Verifica-se uma oscilação no tempo de imigração de alguns aeroportos sob análise, no decorrer dos últimos anos, o que pode ser justificado pelo aumento do número de voos internacionais em determinadas localidades, em contraposição à redução de efetivo disponibilizado ao controle migratório (ausência de concursos e recomendação do TCU para não contratação de terceirizados).

Observa-se, ainda, uma melhoria significativa no tempo do aeroporto do Galeão, podendo se justificar pela inserção dos E-Gates (recurso de portais eletrônicos para realização do controle migratório).

Indicador 12: Disponibilidade imediata de vagas em dias de agendamento eletrônico para atendimento ao cidadão requerente de passaporte

UF	Resultado 2015 (em dias)	Resultado 2016 (em dias)	Resultado 2017 (em dias)
AC	2,59	3,10	2,31
AL	11,30	5,00	7,00
AM	5,13	3,90	6,66
AP	1,97	1,40	1,48
BA	3,10	3,10	10,76
CE	1,68	13,10	3,07
DF	7,24	22,60	32,28
ES	2,91	3,20	2,5
GO	3,51	4,70	6,29
MA	3,38	5,70	10,11
MG	6,62	2,10	4,29
MS	3,18	11,00	11,28
MT	4,21	8,80	10,98
PA	1,85	2,40	3,13
PB	3,12	2,20	7,57
PE	4,95	6,60	20,84
PI	1,88	4,10	7,21
PR	6,85	8,00	24,97
RJ	12,94	6,40	8,82
RN	1,36	1,70	5,11
RO	6,48	6,70	7
RR	1,53	3,10	5,03
RS	7,29	10,00	17,08
SC	6,13	13,50	25
SE	3,55	4,40	17,09
SP	9,00	13,90	17,75
TO	1,47	2,40	2,22
Consolidado PF	4,64	5,90	9,82

- ✓ A meta definida para 2016 e 2017 é de 7 dias, tanto para o consolidado da PF, como para cada uma das unidades descentralizadas.
- ✓ A meta definida para 2018 e 2019 é de 5 dias, tanto para o consolidado da PF, como para cada uma das unidades descentralizadas.
- ✓ Para o ano de 2015, a produtividade foi calculada a partir do dia 01/06/2015, marco inicial do cálculo do indicador.

Análise do Resultado 2017:

Observa-se que a meta definida para 2017 não foi alcançada. Tal fato deve-se à crise orçamentária que atingiu os recursos para emissão de passaportes ocasionando uma procura acima da média e impactando os serviços por um longo período no decorrer do ano.

Indicador 13: Produtividade média de elaboração de laudos de perícia criminal da Superintendência Regional

UF	Resultado 2015	Resultado 2016	Meta 2016	Resultado 2017	Meta 2017	Meta 2018*	Meta 2019*
AC	40,63	46,02	45,02	55,88	51,54	56,60	59,55
AL	33,80	25,65	38,30	23,70	38,30	38,30	38,30
AM	64,35	79,04	69,89	72,61	84,18	88,76	91,53
AP	51,22	87,47	56,75	108,35	91,93	95,87	98,32
BA	44,26	47,84	49,95	49,14	52,58	56,88	59,42
CE	46,69	49,13	51,88	53,57	54,00	58,42	61,02
DF	48,08	61,42	53,27	66,21	66,39	70,88	73,52
ES	51,15	55,83	56,67	67,98	61,36	66,38	69,34
GO	57,43	77,52	63,63	74,62	82,56	87,06	89,77
MA	36,80	47,25	41,72	61,29	52,92	58,12	61,14
MG	52,66	59,52	57,84	63,24	64,34	68,68	71,24
MS	106,09	114,76	109,59	134,20	118,09	120,85	122,80
MT	56,01	75,18	61,78	76,55	80,06	84,42	87,05
PA	52,34	54,06	57,99	55,24	59,41	64,28	67,14
PB	42,38	38,78	46,96	45,61	46,96	47,70	50,18
PE	39,41	54,74	44,09	51,59	60,16	65,08	67,98
PI	32,94	42,02	37,32	41,12	47,06	51,69	54,37
PR	117,47	115,26	119,77	105,17	118,60	121,37	123,33
RJ	56,38	50,23	61,23	55,94	61,23	61,23	62,39
RN	52,28	57,72	57,92	54,82	63,43	68,63	71,69
RO	82,74	75,14	88,43	84,71	80,02	84,38	87,01
RR	61,78	77,82	67,09	55,13	82,88	87,39	90,12
RS	53,06	65,48	57,50	73,60	70,78	75,56	78,38
SC	76,69	75,74	81,75	75,37	80,66	85,06	87,71
SE	65,53	60,00	71,17	60,31	71,17	71,17	71,82
SP	86,22	93,03	89,11	86,02	97,77	101,96	104,56
TO	48,96	62,44	53,17	56,17	67,49	72,05	74,74

*A meta estabelecida para o ano de 2018 foi revisada, conforme previsto no Relatório de Gestão da PF de 2016. É importante ressaltar que as metas estabelecidas para 2019 são metas ousadas e provavelmente necessitarão de revisões futuras, pois foram baseadas em cenários prospectivos que estão sujeitos a diversos fatores externos.

Análise do Resultado 2017:

De modo geral, foi constatado que 12 UFs (AC, AP, BA, CE, DF, ES, MA, MG, MS, PB, RO e RS) conseguiram cumprir a meta ou se aproximaram dela. Para as UFs restantes, o não cumprimento da meta se deu em virtude de alguns fatores, tais como mudança da casuística na unidade (por exemplo, aumento de requisições de perícia mais complexas) e aposentadoria de servidores. Há que se considerar, ainda, o apoio do órgão central (INC/DITEC/PF) que corriqueiramente recebe requisições de perícia transferidas de unidades de criminalística das 27 UFs, sendo que a produtividade fica, nesses casos, concentrada no INC e, portanto, não é contabilizada para as UFs. As UFs de GO, PR, MT e TO são exemplos mais claros desse processo, tendo sido apoiadas ao longo de 2017 em áreas com grande volume de produção, tais como informática e laboratório.

Anexo III

PROGRAMA: 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
População atendida no âmbito dos sistemas de informação de Defesa do Consumidor	pessoa por ano	30/06/2015	1.735.820	31/12/2017	2.758.330
Quantidade de vítimas mortas em acidentes de trânsito em rodovias federais	unidade	31/12/2016	6.398	31/12/2017	6.244
Taxa de acidentes graves em rodovias federais	acidentes graves/1 milhão de veículos	31/12/2014	297,44	31/12/2017	193,8
Taxa de encarceramento	presas/100.000 habitantes	30/06/2014	299,7	31/12/2016	352,6
Taxa de Homicídio	1/100.000	31/12/2014	29,37	31/12/2016	27,93
Taxa de Homicídio de pessoas negras do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos	1/100.000	30/09/2013	146,59	31/12/2016	154,29
Taxa de Homicídios de mulheres	1/100.000	30/09/2013	4,6	31/12/2016	4,11
Taxa de mortos em acidentes em rodovias federais	mortos em acidentes/1 milhão de veículos	31/12/2014	97,57	31/12/2017	65,4
Valor recolhido ao Fundo de Direitos Difusos (FDD) referente a multas e contribuições pecuniárias relativas ao combate a condutas anticoncorrenciais e ao controle de atos de concentração	R\$	31/12/2014	169.098.785,48	31/12/2017	600.066.217,82

Observações:

OBJETIVO: 1039 - Promover a redução de homicídios com foco em populações vulneráveis e atuação integrada em áreas críticas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional do Objetivo

Em continuidade com a política de segurança pública o Ministério da Justiça e Segurança Pública, no mês de junho de 2017, deu-se início ao processo de revisão e repactuação do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP). Tal processo se deu em razão das mudanças institucionais ocasionadas durante o exercício, que culminaram na mudança de algumas Secretarias do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que participaram e tinham atribuições no PNSP, para a estrutura do Ministério dos Direitos - MDH (SDH, SEPIR, SNPDC, SPCD) e da Presidência da República (SPM). Para além disso, é importante registrar as alterações na titularidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ocorridas durante o exercício, bem como os decorrentes e naturais ajustes nas diretorias e equipes da maioria dos órgãos acima referidos, além do cenário político e financeiro vivenciado em 2016 que difere completamente do cenário atual.

Assim com a revisão de suas ações, o Plano Nacional de Segurança Pública, avançou com a atuação da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) nos estados do Rio Grande do Sul (RS), Rio Grande do Norte (RN), Rio de Janeiro (RJ) e Sergipe (SE). A atuação integrada entre as tropas federais e as forças de segurança estaduais foi fator determinante para o enfrentamento qualificado da criminalidade.

Com a continuidade da formulação nacional da política de patrulhamento especializado na proteção à mulher em situação

de violência de gênero, denominada Patrulha Maria da Penha, foram construídos, em 2017, documentos de referência para a implementação das Patrulhas pelos entes federados. É importante ressaltar o início do ciclo de capacitações na temática para policiais estaduais.

Com relação à Campanha Nacional de Entrega Voluntária de Armas de Fogo, foram entregues 15.068 armas de fogo durante o ano de 2017.

No que tange ao fortalecimento das Perícias Criminais dos Estados e da Polícia Federal, foram doadas 440 viaturas equipadas para atendimento de local de crime, dotando as corporações de capacidade de mobilidade para o cumprimento de sua missão institucional. Houve a finalização da entrega de equipamentos de proteção individual – 84.915 coletes balísticos, voltados para o fortalecimento das Polícias Militares e Cíveis dos Estados, além da aquisição de 6.252 coletes balísticos nível III-A destinados às perícias criminais, com entrega prevista para o próximo ano.

É importante mencionar a restrição orçamentária que vem ocorrendo nos últimos anos e esteve presente também em 2017, que impediu a realização de novos projetos e ações que poderiam vir a contribuir com o objetivo geral de redução de homicídios.

A perspectiva para 2018, além da continuidade das ações de segurança pública que já estão em execução, é de entrega dos bens adquiridos no final de 2017, visando o fortalecimento e a modernização das instituições de segurança pública, bem como a promoção da prevenção em segurança pública.

Ademais, a Secretaria Nacional de Segurança Pública promoveu inúmeros debates e discussões com diversos atores, entre os quais representantes de outros Ministérios, de governos estaduais, municipais, especialistas em segurança pública, dentre outros, de forma a compreender os principais desafios acerca da segurança pública, a fim de estabelecer as prioridades do órgão. Dentre os problemas elencados ficou latente a necessidade de institucionalizar a Política Nacional de Segurança Pública (PNaSP), com princípios perfeitamente definidos, suas diretrizes e objetivos, bem como, com um sistema nacional de segurança pública atuante e integrado. Nesta esteira, ao final de 2017, a proposta da PNaSP foi apresentada a sociedade brasileira, por meio de consulta pública que se desenvolveu de 04 de dezembro de 2017 a 05 de janeiro de 2018. Em ato contínuo, durante o exercício de 2018, a proposta da PNaSP será aperfeiçoada, a partir das contribuições oriundas da consulta pública, e após, passará pela aprovação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

Metas 2016-2019

- **045H - Celebrar e implementar 27 planos integrados com os estados no âmbito do Pacto Nacional de Redução de Homicídios.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

Ressaltamos que estava previsto no antigo Pacto Nacional de Redução de Homicídios (PNRH), a implementação de 27 (vinte e sete) planos integrados para redução de homicídios nos Estados. Observada a abrangência do tema redução de homicídios, e sua transversalidade com outras ações que impactam direta e indiretamente no alcance deste objetivo, o governo federal lançou em fevereiro de 2017 o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), abrangendo a redução de homicídios dolosos, o combate ao crime organizado, a redução dos crimes de violência contra a mulher e o reaparelhamento do sistema prisional, investindo em ações de maior espectro e contribuindo direta e indiretamente na redução dos crimes violentos letais intencionais. Neste contexto mais amplo, foram celebrados 3 (três) Planos Táticos Integrados (PTI) contemplando os compromissos e contrapartidas em âmbito nacional, federal e municipal, com os estados do Rio Grande do Norte (RN), Rio Grande do Sul (RS) e Sergipe (SE), acompanhados de matrizes de atividades com as ações específicas dos órgãos afetos à temática da segurança pública, com o foco direto na redução de homicídios e com ações nos outros três eixos, contribuindo indiretamente no alcance das metas de redução.

Apesar da ocorrência de implementação nesses Estados, as novas diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) priorizaram a implantação dos planos integrados nos estados com índices elevados nas taxas de homicídio ao invés de um alcance em todo território nacional.

Quantidade alcançada

3 unidades

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Para o ano 2018 a SENASP encaminhará uma solicitação de mudança na meta, pois entendemos ser necessário alterar o descritor da meta de modo que esta reflita a nova realidade da política, conforme segue: “Celebrar e implementar Planos Táticos Integrados (PTI) com os estados que aderirem ao Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP)”.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	0	31/12/2017
Região Nordeste	9	unidade	2	31/12/2017
Região Norte	7	unidade	0	31/12/2017
Região Sudeste	4	unidade	0	31/12/2017
Região Sul	3	unidade	1	31/12/2017

• 0455 - Reduzir em 15% o número de homicídios.

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

A meta 0455 foi concebida por ocasião da construção do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios (PNRH), planejado em 2015, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública com apoio de especialistas, acadêmicos e estudiosos do fenômeno dos homicídios dolosos no Brasil. Para apoiar e subsidiar as políticas públicas no enfrentamento dos homicídios, a Senasp desenvolveu o “Diagnóstico dos Homicídios no Brasil”, disponível em http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-epesquisa/download/estudos_diversos/1diagnostico-homicidios.pdf. Na ocasião, a meta de redução de homicídios, por decisão política, foi estipulada em 20% em quatro anos, tendo como referencial experiências estaduais em pactos com o mesmo escopo. Ao final, a meta de redução de homicídios ficou estabelecida em 15%. Em 2016, ainda no primeiro semestre, alta gestão do Ministério alterou e, em ato contínuo, novos rumos, conceitos e definições foram atribuídos à política de segurança pública. Assim, iniciou-se o desenho do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP). O referido PNSP está sendo revisto e com novas ações planejadas. Desta forma a meta para redução de homicídios, por conseguinte, está sendo revista e deverá ser monitorada nas localidades de atuação conjunta do governo federal e estados. Ampla discussão foi realizada entorno das ações do PNSP, seja entre órgãos do próprio governo federal, estados, autoridades e conselhos representativos da área de segurança pública. A repactuação do PNSP deverá ser

Quantidade alcançada

0 %

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Para ano 2018 será proposto a redefinição da meta em virtude do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP). Arranjos de gestão entre União, Estados e Municípios, garantindo a articulação entre os órgãos de segurança pública, nas diversas esferas políticas. Pois o Ministério da Justiça /SENASP possui pouca governabilidade da meta para o alcance da mesma.

Iniciativas

- **04VQ - Implantação do Sistema Nacional de Análise Balística.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

No ano de 2017, foi realizado um diagnóstico para mapeamento das necessidades dos estados no âmbito da área de balística forense, visando subsidiar futuras ações do Governo Federal na temática e, futuramente, propiciar a implantação de um sistema unificado de análise balística nos Estados. Com base nos dados obtidos através de questionários encaminhados aos Estados, o Grupo Técnico irá se reunir no mês de fevereiro/2018 para dar continuidade aos trabalhos, visando a implantação do Sistema Nacional de Análise Balística.

- **04W9 - Promoção da modernização e a padronização de procedimentos dos órgãos de perícia oficial.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em relação à modernização das perícias criminais, podem ser apontados como relevantes em 2017 a finalização da entrega de 440 viaturas para atendimento de local de crime às unidades de perícia oficial dos Estados, bem como a criação de dois Grupos de Trabalho destinados ao planejamento de novas aquisições e elaboração de diretrizes para atendimento de locais de crime e para a área de Laboratório Forense.

Além disto, foram adquiridos 6.252 coletes balísticos nível III-A para as perícias criminais, que serão doados no ano de 2018.

- **04WB - Apoio à estruturação de Delegacias Especializadas em Homicídios e Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher para investigação de feminicídio.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Há dois convênios em execução, pela SENASP, para a instalação de DEAMs nos locais onde será instalada a Casa da Mulher Brasileira. Em 2017, não houve novas ações que abranjam esta iniciativa, exceto o monitoramento dos convênios em execução. Ressaltamos que a instalação das delegacias depende da construção das Casas, realizada pelos estados em conjunto com a SPM.

Em relação às Delegacias de Homicídios, em 2017 não foram realizados novos investimentos destinados à investigação de homicídios, considerando o contingenciamento orçamentário ocorrido no ano.

- **04WP - Fortalecimento da filosofia de atuação preventiva, com base comunitária, junto aos órgãos de segurança pública estaduais e municipais.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Visando o fortalecimento da Filosofia de Polícia Comunitária junto aos Estados, o Brasil possui com o Japão um Acordo de Cooperação Técnica - ACT Internacional para o estabelecimento de um sistema contínuo e autossuficiente de multiplicação da Polícia Comunitária pelas instituições brasileiras, denominado Sistema Koban. O acordo tem como participantes a SENASP/MJSP, a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG), a Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), a

Japan International Cooperation Agency (JICA/JAPÃO), a Agência Nacional de Polícia do Japão (ANP/JAPÃO), e 22 estados disseminadores.

No âmbito do Acordo, em 2017, foram realizados cursos de multiplicador e gestor de Polícia Comunitária para os policiais dos Estados, além de visitas técnicas de profissionais da Agência Nacional de Polícia do Japão às unidades de polícia comunitária estaduais.

- **04WW - Promoção de ações específicas voltadas à prevenção da morte de mulheres em situação de violência doméstica e familiar por meio do monitoramento das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Destaca-se, em 2017, o desenvolvimento de ações voltadas para a implantação, nos Estados, do patrulhamento especializado voltado à proteção de mulheres em situação de violência que possuem medida protetiva de urgência, denominado Patrulha Maria da Penha. No âmbito do Governo Federal, esta ação contempla três entregas: a) elaboração de diretrizes para implantação e implementação do projeto em diversos estados e municípios; b) capacitação dos agentes de segurança; c) equipagem das Patrulhas Maria da Penha nos entes federados. Em 2017, a SENASP realizou um Grupo de Trabalho com o objetivo de definir suas diretrizes de atuação na Patrulha Maria da Penha. Deste esforço, resultaram a elaboração de um diagnóstico institucional sobre as Patrulhas Maria da Penha no Brasil, os materiais teóricos para compor o Caderno de Diretrizes, o Procedimento Operacional Padrão e o material didático do Curso Nacional de Multiplicadores da Patrulha Maria da Penha. Já foram realizadas quatro turmas do Curso, em Porto Alegre, Goiânia, Salvador e Vitória, totalizando 150 capacitados sob um investimento de R\$ 231.363,08

- **04XE - Criação de estratégias para orientar e articular ações intersetoriais no sentido de reduzir os índices de violência letal contra jovens negros, crianças e adolescentes e mulheres.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em 2017 a SENASP atuou em colegiados intersetoriais na articulação de ações para a redução de índices de violência tais como o Conselho Nacional de Juventude e a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Destacam-se como principais entregas a produção dos "Parâmetros de escuta de crianças e adolescentes em situação de violência", a participação nas ativações das Praças CEU - Ministério da Cultura -, e o acompanhamento dos projetos Mulheres da Paz e PROTEJO.

- **052O - Fortalecimento da Campanha Nacional de Entrega Voluntária de Armas de Fogo.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

No tocante à Campanha Nacional da Entrega Voluntária de Armas de Fogo, foram registradas até 31 de dezembro de 2017 as entregas voluntárias de 15.068 (quinze mil e sessenta e oito) armas de fogo em todo o território nacional, tendo sido pagos aproximadamente R\$ 2.310.900,00 em indenizações.

- **06OJ - Apoio e incentivo aos estados na adoção do Modelo de Protocolo Latino-Americano de Investigação de Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Modelo de Protocolo Latino-Americano, publicado pela ONU Mulheres em 2014, foi eleito em 2015 como o modelo a ser difundido entre as instituições de segurança pública do Brasil. No ano de 2016, foram construídas e difundidas as Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídios) - resultado do processo de adaptação do referido modelo latino-americano à realidade social, cultural, política e jurídica do Brasil. No ano de 2017 as ações de apoio e incentivo na adoção das Diretrizes Nacionais ficaram a cargo do processo de capacitação profissional por meio da Rede EaD SENASP.

- **06Z3 - Fortalecimento das instituições de segurança pública**

Individualizada: Não

- **07HG - Capacitação de profissionais, padronização de procedimentos, criação de base de dados estatísticos, desenvolvimento de inteligência e sistema integrado de base de dados, visando o aumento da capacidade de investigação.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

No campo da educação em segurança pública, em 2017 foram capacitados cerca de 161.983 profissionais de segurança pública, dos quais, 2.152 especificamente na área de inteligência em segurança pública. O Sinesp, por meio de sua solução PPE – Procedimentos Policiais Eletrônicos, padronizou os as informações mínimas, tabela de natureza, objetos e campos dinâmicos indispensáveis ao Boletim de Ocorrência Policial, Termos Circunstanciados, Inquéritos Policiais, Autos de Prisão em Flagrante e demais procedimentos de polícia judiciária. Já a integração de base de dados vem sendo expandida pelo Sinesp, de acordo com a adesão dos entes federados e demais órgãos de interesse da segurança pública. Outro fator que merece destaque em 2017, foi a criação da Diretoria de Inteligência-DINT, no âmbito da Senasp. Em 2018, serão ampliadas as atividades de inteligência em segurança pública, em especial as capacitações, a integração de dados e o fortalecimento da investigação policial, por meio de ações estruturantes, das quais, a capacitação de operadores e gestores da área e compartilhamento de informações e redes de contato com órgãos afins à segurança pública.

OBJETIVO: 1040 - Promover a redução da violência no trânsito das rodovias federais.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional do Objetivo

As principais ações da PRF no ano 2017 para a redução da violência no trânsito foram as ações de educação para o trânsito, efetivadas nos três eixos de programas: Cinema Rodoviário, FETRAN Pedagógico e FETRAN Teatro. As ações educativas da PRF promovem a redução da violência no trânsito quando buscam a formação de cidadãos éticos, capazes de refletir sobre o contexto em que vivem para atuarem como agentes transformadores na construção de um trânsito mais seguro. Essas ações de Educação visam mudanças de atitudes dos atores do trânsito, sejam eles pedestres, condutores ou passageiros, fomentando uma atuação que priorize ações de segurança em todas as situações do trânsito. Mais uma vez a educação para o trânsito superou a meta estabelecida em aproximadamente 56%. As dificuldades encontradas foram a falta de recursos e efetivo para o incremento e expansão das ações de educação. Somam-se aos bons resultados das ações de educação para o trânsito às atividades ordinárias de fiscalização de trânsito, trabalho este desempenhado pela PRF de forma a reduzir a violência no trânsito, trazendo todo o caráter preventivo e repressivo. Na fiscalização de veículos a PRF ultrapassou a meta em aproximadamente 20% e na fiscalização de pessoas ultrapassou a meta em aproximadamente 26%.

Metas 2016-2019

- **043R - Reduzir o número de mortos em acidentes em rodovias federais de 98 para 80 a cada 1 milhão de veículos da frota nacional.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

Em 2017 o resultado preliminar foi de 65,3 mortos para cada um milhão de veículos da frota nacional. Semelhante a quantidade de acidentes graves, os dados do mês de dezembro são preliminares. Ou seja, a meta foi atingida de forma a superar as expectativas em razão dos trabalhos de intensificação de fiscalização e educação de trânsito nos trechos considerados críticos em nossas rodovias federais. Todos os reforços das operações de calendário foram direcionados aos trechos de maiores acidentes graves. Para o futuro, a PRF intensificará os esforços na área de segurança viária, objetivando um resultado ainda mais expressivo, bem como mapeamento do atendimento pré-hospitalar nas rodovias federais.

Quantidade alcançada

65,3 1/milhão

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Continuação dos esforços nos estudos de trechos críticos e incremento da fiscalização e educação para o trânsito nesses trechos. Atuar cada vez mais e melhor na segurança viária. Alterar meta do PPA para 2019, visto que a meta pactuada já foi atingida.

- **043Q - Reduzir os acidentes graves em rodovias federais de 298 para 260 a cada 1 milhão de veículos da frota nacional.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

Em 2017 o resultado preliminar foi de 193,7 acidentes graves para cada um milhão de veículos da frota nacional. Ou seja, a meta foi atingida de forma a superar as expectativas em razão dos trabalhos de intensificação de fiscalização e educação de trânsito nos trechos considerados críticos em nossas rodovias federais. Todos os reforços das operações de calendário foram direcionados aos trechos de maiores acidentes graves. Para o futuro a PRF deseja intensificar os esforços na área de segurança viária, objetivando um resultado ainda mais expressivo.

Quantidade alcançada

193,7 1/milhão

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Continuação dos esforços nos estudos de trechos críticos e incremento da fiscalização e educação para o trânsito nesses trechos. Atuar cada vez mais e melhor na segurança viária. Alterar meta do PPA para 2019, visto que a meta pactuada já foi atingida.

Iniciativas

- **04SD - Ampliação das ações de Educação para o Trânsito.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

As principais ações da PRF no ano 2017 para a redução da violência no trânsito foram as ações de educação para o trânsito, efetivadas nos três eixos de programas: Cinema Rodoviário, FETRAN Pedagógico e FETRAN Teatro. As ações educativas da PRF promovem a redução da violência no trânsito quando buscam a formação de cidadãos éticos, capazes de refletir sobre o contexto em que vivem para atuarem como agentes transformadores na construção de um trânsito mais seguro. Essas ações de Educação visam mudanças de atitudes dos atores do trânsito, sejam eles pedestres, condutores ou passageiros, fomentando uma atuação que priorize ações de segurança em todas as situações do trânsito. No ano de 2017 as ações de educação para o trânsito superaram a meta estabelecida em aproximadamente 56%. As dificuldades encontradas foram a falta de recursos e efetivo para o incremento e expansão das ações de educação.

- **04SE - Ampliação dos procedimentos de fiscalização de trânsito em rodovias federais.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

As ações desenvolvidas pela PRF para atender os objetivos da presente iniciativa, culminou com 16.012.168 de procedimentos de fiscalização (pessoas fiscalizadas, veículos fiscalizados e testes de alcoolemia) realizados.

A quantidade de procedimentos de fiscalização contribui para a percepção de segurança, para a mudança de comportamento dos infratores e para a retenção ou detenção de veículos e condutores que não atendam aos requisitos

de segurança exigidos em lei.

A redução de acidentes graves e vítimas mortas em acidentes de trânsito em rodovias federais em 2017 sugere a influência positiva da realização de uma quantidade significativa de procedimentos de fiscalização.

As principais dificuldades encontradas que contribuíram para que a quantidade de procedimentos não fosse ainda maior, foram: o contingenciamento e o quadro de policiais previsto em lei cerca de 30% aquém do previsto.

A iniciativa para 2018 prevê desafios, dentre os quais, a obtenção das informações detalhadas obtidas durante as fiscalizações. Essa metodologia adotada desde 2016 pela PRF, que antes era a exceção, passou a se tornar a regra em novembro de 2017, o que certamente contribuirá para a redução dos procedimentos, muito embora os registros ganhem em quantidade e qualidade nas informações.

• **06W1 - Construção do Edifício Sede da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí.**

Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

O referido processo de construção está em fase de elaboração de projetos, o qual foi aditivado devido a elaboração do plano de necessidades e com isso se mostrou necessário a dilatação do prazo inicialmente contratado. A entrega dos projetos da Construção está prevista para 25 de Agosto de 2018. O valor inicial do contrato referente ao projeto de Construção da Sede Regional da PRF no Piauí foi de R\$ 257.060,96 (Duzentos e cinquenta e sete mil sessenta reais e noventa e seis centavos), e no mês de Dezembro de 2017 foi verificada a existência de necessidade de adequação do valor sendo acrescido a esse montante um total de R\$ 64.225,73 (Sessenta e quatro mil duzentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos) referente a necessidade de incremento nas áreas e, conseqüentemente, em todos os projetos relacionados as áreas modificadas

• **06YZ - Construção do Edifício Sede da Polícia Federal no Estado da Paraíba**

Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

A regional da Paraíba está em tratativas quanto a aquisição de um terreno para a Construção de sua nova Sede. Foi solicitado a aquisição de um terreno próximo ao aeroporto de Bayeux/Paraíba, porém conforme reunião realizada entre a PRF e a Secretaria de Aviação Civil, houve a seguinte resposta "O terreno pretendido pela Sede da Paraíba está entre os pertencentes aos Aeroportos que estão no Plano Nacional de Desestatização - PND, mas ainda não foram concessionados. A PRF terá que aguardar até final de 2019 para que as tratativas sejam feitas com a nova concessionária. Nesse aeroportos, mesmo que ainda estejam sob gestão da INFRAERO, esta só pode realizar contratos de 2 anos ou até 5 anos (com autorização ministerial), não justificando, nestes moldes, a Construção de uma edificação neste local pretendido".

• **06ZB - Construção do Edifício Sede da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Rio Grande do Sul**

Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

A Superintendência da PRF no Rio Grande do Sul manifestou interesse por uma edificação no município de Porto Alegre, conforme características demonstradas no extrato de DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE enviado à Secretaria de Patrimônio da União, porém a resposta obtida a tal solicitação é de que não há imóvel disponível com as características solicitadas. Desta forma resta àquela Regional reiniciar as buscas por um local, quer seja terreno quer seja prédio já construído, para a mudança de instalação da Sede Regional.

OBJETIVO: 1041 - Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional do Objetivo

Em 2017, a SENASP desenvolveu atividades para o fortalecimento e a integração das instituições de segurança pública nas fronteiras, no âmbito do Programa de Proteção Integrada de fronteiras-PPIF, instituído pelo Decreto Presidencial nº

8.903/2016. São diretrizes do programa: i) a atuação integrada e coordenada dos órgãos de segurança pública, dos órgãos de inteligência, da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e ii) a cooperação e integração com os países vizinhos. O Decreto criou o Comitê Executivo para conduzir as ações do programa, cuja coordenação ficou a cargo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI-PR. Nesse contexto, foram criados cinco Grupos de Trabalhos, coordenados por representantes dos órgãos do PPIF, cujo resultado culminou com a entrega dos seguintes produtos: i) elaboração de um diagnóstico sobre a situação atual da segurança pública na fronteira brasileira; ii) elaboração de 43 planos de ação para o fortalecimento e a integração das instituições de segurança pública que atuam nas regiões de fronteira, e para a ampliação da cooperação internacional com os países vizinhos. A SENASP ficou responsável pela coordenação de 5 dos 43 planos de ação, que já foram devidamente convalidados na 7ª Reunião Ordinária do Comitê Executivo, e agora deverão ser sistematizados no Plano Estratégico do programa, a ser aprovado e publicado no primeiro semestre de 2018. Todos os planos deverão ser monitorados e avaliados por indicadores que estão em fase de elaboração. A data de início das execuções dos planos está estimada para o mês de julho de 2018. Salienta-se que esta ação está em consonância com as recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União em seus Relatórios de Auditoria Nº 2252/2015 e 1995/2016.

Quanto ao enfrentamento a corrupção na Administração Pública Federal aprimorando os mecanismos de prevenção, detecção e punição, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) realizou 11 ações principais, destacando-se os estudos sobre moedas virtuais, criação do Programa Nacional de Prevenção Primária à Corrupção, Estudos sobre equipes conjuntas de investigação e realização da XV Reunião Plenária.

A Polícia Federal, no intuito de conter o avanço da criminalidade em todo o contexto nacional, procura sempre investir seus recursos para reduzir os danos de ordem social, política e econômica. O orçamento investido na PF em 2017, possibilitou a realização de ações de polícia judiciária da União objetivando o retorno aos cofres públicos das verbas desviadas pela corrupção, com destaque para as investigações que são conduzidas nos inquéritos que muitas vezes culminam com a deflagração de operações policiais.

Em 2018, como os recursos investidos na Polícia Federal sempre retornam para a sociedade de maneira muito superior ao valor investido, pretende-se continuar buscando o incremento de efetivo, aprimoramento dos equipamentos, sistemas e recursos que auxiliam nas investigações e valorização dos servidores, o que irá permitir a ampliação dos resultados que são entregues à sociedade.

Cabe salientar que a contribuição da PRF está no anexo abaixo.

Metas 2016-2019

- **0469 - Aprimorar o enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e munições e demais crimes transfronteiriços ampliando o número de procedimentos de fiscalização policial em rodovias federais.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

A PRF tem como principal atribuição o policiamento nas rodovias federais. Além do policiamento ostensivo e a fiscalização das rodovias federais, a PRF realizou em 2017 um total de 234 operações de combate ao crime, entre as quais, operações de combate ao tráfico de armas e de drogas, contrabando e descaminho, crimes ambientais e crimes contra os direitos humanos.

Entre as operações, certamente a Égide, iniciada em julho de 2017, destacou-se pelos resultados alcançados. O objetivo da operação foi obstaculizar a chegada de ilícitos (droga, armas, munição, etc.) ao Rio de Janeiro. Nesse sentido, o

conceito operacional foi estabelecer cinturões de policiamento na região de fronteira, estados que servem de corredores para chegar no estado do RJ, e já no estado do RJ, montou-se dois cinturões, sendo um nas divisas e outro na região metropolitana.

A partir do mês de julho, iniciaram-se ações específicas de enfrentamento ao crime nos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que compõe a área de abrangência da denominada “Operação Égide Fronteira”. Tais ações contemplaram capacitações dos servidores em carabinas M 15, ambientações voltadas aos crimes fronteiriços e modus operandi dos criminosos na fronteira e recursos específicos para manutenção e abastecimento da frota empregada.

Entre as operações, certamente a Égide, iniciada em julho de 2017, se destacou pelos resultados alcançados, como veremos em quadro abaixo. O objetivo da operação foi obstaculizar a chegada de ilícitos (droga, arma, munição, etc) ao Rio de Janeiro. Nesse sentido o conceito operacional foi estabelecer cinturões de policiamento na região de fronteira, estados que servem de corredores para chegar no estado do RJ, e já no estado do RJ montou-se dois cinturões, sendo um nas divisas e outro na região metropolitana.

A partir do mês de julho, iniciaram-se ações específicas de enfrentamento ao crime nos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que compõe a área de abrangência da denominada “Operação Égide Fronteira”. Tais ações contemplaram capacitações dos servidores em carabinas M 15, ambientações voltadas aos crimes fronteiriços e modus operandi dos criminosos na fronteira e recursos específicos para manutenção e abastecimento da frota empregada.

O Acompanhamento e participação ativa no Programa de Proteção Integrada de Fronteira buscando alinhamento com as demais instituições e parcerias com outros países para o enfrentamento aos crimes fronteiriços constitui prioridade para a instituição em 2018.

A Expansão e fortalecimento dos sistemas operacionais da PRF, inclusive de monitoramento por câmeras, constitui instrumento fundamental para a manutenção dos expressivos números apresentados pela instituição e serão continuados com prioridade para a gestão em 2018.

Entre os indicadores relacionados ao presente objetivo, os principais resultados nacionais, incluindo as operações especializadas e trabalho ordinário, estão sumarizados na tabela abaixo, ressaltando, porém, que os dados referentes ao exercício de 2017 ainda são preliminares.

A realização de programas e operações especializadas realizadas ao longo de 2017, conforme brevemente exposto anteriormente, contribuíram de forma significativa nos resultados sobre a quantidade de apreensões de drogas, armas, munições, veículos e pessoas em relação ao ano de 2016.

Quadro - Resultado geral da PRF no exercício 2017

Métrica (unid.) □	2016	2017 □	Varição %
Maconha (kg) □	220.464,70	383.921,3	74,14%
Cocaína (kg) □	6.660,10	9.286,80 □	39,44%
Crack (kg) □	1.241,80 □	1.453,20	17,02%
Armas de fogo (un)	1.574 □	2.089 □	32,72%
Munições (un)	76.772	189.632 □	147,01%
Detidos (pessoas)	31.757 □	38.346 □	20,75%
Veículos recuperados (un)	3.827	7.098	85,47%
Prisões alcoolemia (pessoas)	5.657 □	5.994 □	5,96%

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Em 2018, a Operação Égide em regiões fronteiriças expandirá e abrangerá o estado do Mato Grosso, a partir do mês de fevereiro, desenvolvendo as mesmas atividades de capacitação e enfrentamento dos outros estados. Havendo necessidade e orçamento, outros estados serão incluídos nesta operação permanente.

As Operações de Combate ao Crime (OCC) e Operações Temáticas específicas como narcotráfico serão desenvolvidas em 2018 nos estados fronteiriços da região Norte não contemplados pela Operação Égide.

- **0468 - Contribuir para a redução da impunidade ampliando o percentual de elucidação de infrações penais de atribuição da Polícia Federal.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

A Polícia Federal avalia suas investigações mensurando o percentual de elucidação de infrações penais, ou seja, de inquéritos relatados COM INDICAÇÃO DA AUTORIA e de inquéritos SOLUCIONADOS, onde a indicação da autoria não é um resultado possível, haja vista terem sido concluídos em razão da não constatação de prática de infração penal.

O índice de resolutividade dos inquéritos relatados no período de 01/01/2017 até 31/12/2017 é de 72,74%, sendo 44,10% para inquéritos relatados em que houve elucidação da autoria e 28,64% para inquéritos relatados em que foi constatada uma das três situações seguintes: (1) não ocorrência de crime, (2) atipicidade da conduta, (3) falta de atribuição da PF para investigar o fato.

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

O percentual alcançado pela PF em 2017 foi bastante elevado e demonstra a eficiência das suas investigações conduzidas por meio de inquéritos policiais, não sendo preciso adotar nenhuma providência.

- **0465 - Incrementar o combate ao crime organizado por meio de operações especiais de polícia judiciária da União.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

A Polícia Federal realizou 538 Operações Especiais de Polícia Judiciária no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017. Essas operações são aquelas executadas com pelo menos uma técnica especial de investigação, como monitoramento telemático, monitoramento telefônico, captação ambiental de sinais, análise de material obtido através da quebra de sigilo financeiro e fiscal, atuação conjunta com outras instituições, análise unificada de notícias crimes e infiltração policial com ordem judicial ou análise de conteúdo de colaboração premiada.

Dando continuidade ao processo de aprimoramento das investigações, estão sendo desenvolvidos ou otimizados sistemas que permitem, entre outras funcionalidades, o acompanhamento das contas vinculadas a repasses de recursos públicos da União e o rastreamento da efetiva aplicação em Saúde, Educação e Assistência Social, pelos Estados, DF,

Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Em 2018, a PF pretende aumentar o efetivo policial, aprimorar seus equipamentos, sistemas e recursos que auxiliam nas investigações e valorização dos servidores, o que irá permitir a ampliação dos resultados que são entregues à sociedade.

Iniciativas

• 04YX - Fortalecimento da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro - ENCCLA.

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Para a consecução dos trabalhos da ENCCLA e seu respectivo fortalecimento, a Secretaria Executiva da Estratégia, exercida pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, da Secretaria Nacional de Justiça, durante todo o ano de 2017, desenvolveu diversas atividades logísticas e de conteúdo.

Nesse sentido, foram emitidos inúmeros documentos oficiais, no início do ano, por meio do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), a exemplo de ofícios e avisos ministeriais às autoridades máximas dos órgãos participantes da Estratégia para nomeação de titulares e de suplentes para compor os Grupos de Trabalho.

A fim de dar seguimento aos trabalhos, foram realizadas 77 (setenta e sete) reuniões relativas às 11 (onze) Ações propostas na XV Reunião Plenária da ENCCLA/2017 e 5 (cinco) reuniões com os membros do Gabinete de Gestão Integrada (GGI).

Como etapa de finalização das Ações de 2017, a Secretaria Executiva da ENCCLA organizou a XV Plenária, realizada na cidade de Campina Grande/PB, entre os dias 20 a 24 de novembro. O evento contou com a presença de 138 representantes de 82 órgãos/entidades dos três poderes da República, Ministérios Públicos e sociedade civil.

A XV Plenária da Enccla consagrou os trabalhos de um ano bastante profícuo, mas também de adensamento da rede de articulação institucional que compõe a Estratégia. Deu-se continuidade e aprofundamento à parceria junto às organizações da sociedade civil e aos movimentos estaduais de combate à corrupção, e avanços no que tange à participação efetiva delas nos trabalhos das ações.

A ENCCLA é a principal rede de articulação para o arranjo e discussões em conjunto com uma diversidade de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal e estadual e, em alguns casos, municipal, bem como do Ministério Público de diferentes esferas, e para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate da corrupção e da lavagem de dinheiro.

Em outro plano, o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), criado no âmbito da Enccla 2004, deu seguimento a seus reconhecidos trabalhos de difusão de conhecimento especializado. Foram promovidos nove cursos em diferentes estados brasileiros, com a capacitação de 1.25 agentes públicos que atuam no combate aos crimes em questão. Além disso, foram realizados 3 cursos no módulo avançado, o que permitiu a capacitação de mais 178 agentes públicos. Merece destaque também o Projeto PNLD/EAD (ensino a distância), no âmbito do qual foram capacitados 711 alunos.

Outro avanço da Enccla está consubstanciado no crescimento da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (Rede-Lab), que em 2017 atingiu a marca de 57 laboratórios, estando 42 inaugurados. Concebidos na ENCCLA 2016 e

trazidos à realidade em 2017, os laboratórios da Rede-Lab analisaram, até hoje, mais de 7 mil casos, com a identificação de cerca de R\$ 44 milhões em ativos com indícios de ilicitude. Os trabalhos dessas unidades são amplamente valorizados pelos agentes públicos que atuam na área da persecução criminal.

Graças aos esforços de seus membros, a Enccla avançou em diversas frentes durante 2016, mas a luta contra a corrupção e a lavagem de dinheiro é árdua, constantemente impondo novos desafios e reafirmando dificuldades há tempos enfrentadas. Para 2018, essa afirmação deve traduzir-se não apenas na dedicação às Ações estabelecidas na XV Plenária, mas também no empenho para que os produtos das Ações de 2017 sejam encaminhados de modo a maximizar a efetividade dos trabalhos realizados.

- **04YY - Ampliação e fortalecimento da participação da SENASP/MJSP no Programa de Proteção Integrada das Fronteiras (PPIF), com a integração de inteligência operacional dos atores de segurança pública federais e estaduais na faixa de fronteira.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

No âmbito da Senasp, estão sendo desenvolvidas atividades para o fortalecimento e a integração das instituições de segurança pública nas fronteiras, por meio do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras-PPIF (Decreto Presidencial 8.903/2016), ações estas conduzidas pelo Comitê Executivo do programa, cuja coordenação ficou a cargo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI-PR. Nesse contexto, a SENASP ficará responsável pela coordenação de 5 dos 43 planos de ação elaborados pelos Grupos de Trabalho, que foram coordenados pelos representantes dos órgãos do PPIF. Os planos já foram devidamente convalidados na 7ª Reunião Ordinária do Comitê Executivo e agora deverão ser sistematizados no Plano Estratégico do programa, a ser aprovado e publicado no primeiro semestre de 2018. O início da execução dos planos está estimada para o mês de julho de 2018.

Trata-se de iniciativa em pleno curso no âmbito do PPIF, programa esse coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República. Diante, pois, da coordenação do GSI e da participação ativa da PF, tem sido observada a atuação da SENASP nesse mesmo programa, tomando parte nas discussões e elaborações de marcos conceituais e identificadores de Fatores Críticos de Sucesso (FCS), Objetivos Estratégicos (OE), Estratégias e Planos de Ação, em diversos eixos temáticos, inclusive os de Operações, Inteligência e Uniformização, Compartilhamento e Integração de Informações.

- **04Z6 - Instituição do Conselho de Segurança Pública de Fronteira - CONSEFRON.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Considerando a execução das atividades do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras – PPIF, que está sendo conduzida pelo Comitê Executivo do mesmo, não se vislumbrou, no ano de 2017, a necessidade de criação de Conselho de Segurança Pública de Fronteira.

- **04Z8 - Fortalecimento e estruturação das atividades de polícia judiciária e administrativa da Polícia Federal, inclusive na faixa de fronteira.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Trata-se de iniciativa em pleno curso, sobretudo pelo desenvolvimento da operação Sentinela, a qual se caracteriza pela mobilização de grande contingente policial das diversas unidades centrais e descentralizadas da PF, para reforçar os efetivos das 11 superintendências nos estados fronteiriços, sobretudo em postos e delegacias de fronteira, sendo que esse contingente policial de reforço é mantido constantemente ao longo do ano e passível de ser empregado tanto em ações de polícia judiciária como de polícia ostensiva.

- **04Z9 - Ampliação da quantidade de pontos de monitoramento eletrônico em rodovias federais de regiões estratégicas e de fronteira.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

No ano de 2017 estava prevista a implantação de 274 novos pontos de monitoramento, no entanto, devido ao contingenciamento orçamentário deste período não foi possível realizar a ampliação da quantidade de pontos, permanecendo desta forma com 35 pontos de monitoramento.

A implantação dos 274 novos pontos está prevista para o ano de 2018 e para 2019 está prevista a implantação de mais 68 pontos, sendo 35 para substituição.

- **04ZA - Ampliação da cobertura de rádio digital da Polícia Rodoviária Federal.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

No ano de 2017 a cobertura do rádio digital foi ampliada de 4.000 km aproximadamente para 12.000 km aproximadamente. Havendo orçamento suficiente no ano de 2018, estima-se atingir 40% de cobertura da malha das rodovias federais (28.000 km aproximadamente).

- **04ZB - Construção do Edifício Sede da Polícia Federal.**

Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

A iniciativa 04ZB Construção do Edifício Sede da Polícia Federal, foi sobrestada em todo o ano de 2017, não havendo assim andamento, em virtude da limitação orçamentária pela qual o país atravessa. Assim que sejam reestabelecidas as condições para a sua execução a mesma será incluída na PLOA.

- **04ZC - Estruturação do Setor Policial Sul.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Quanto a iniciativa 04ZC Estruturação do Setor Policial Sul, o projeto estava sendo executada por empresa contratada através de processo licitatório para tal fim, contudo a empresa não conseguiu finalizar o projeto, devendo o mesmo ser recontratado.

Ressaltamos que o prazo contratual para a entrega do projeto conforme contrato firmado entre as partes expirou sem que a empresa fizesse a entrega do objeto contratado que no nosso caso era o projeto. Já está em andamento na COAD processo para penalizar a empresa pelo não cumprimento do contrato. A mesma não alegou nenhum motivo.

- **06QZ - Aumento da quantidade de verificações de conformidade das pessoas obrigadas, reguladas e fiscalizadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, expandindo a capacidade de condução de processos administrativos punitivos e ampliando a capacidade de realização de análises estratégicas e operacionais.**

Individualizada: Não

- **07HA - Enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira por meio de integração de inteligência, padronização e integração de sistemas de TI e de informações relativas à perícia, dna, balística, identificação de pessoas, veículos e cargas.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Com a parceria entre a SENASP, Polícia Federal e os Estados foram adquiridos, em 2107, equipamentos e licenças de softwares para os 21 laboratórios de DNA que fazem parte da rede Integrada de bancos de Perfis Genéticos - RIBPG, com entrega prevista em março/2018. A nova tecnologia foi arquitetada por técnicos de TI do Ministério da Justiça com ajuda de profissionais da Polícia Federal e está apta para receber o “CODIS 8”, software de propriedade do Federal Bureau of Investigation – FBI para gerenciamento de banco de dados de perfis genéticos. O investimento do projeto é de R\$ 862.145,13 (Pregão Eletrônico 22/2017).

Conforme deliberado pelo Comitê Gestor da RIBPG na reunião ordinária de 20/10/2017, peritos da Polícia Federal em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN realizaram, em dezembro/2018, uma força tarefa para coletar de material biológico nos Presídios Federais de Mossoró/RN, Campo Grande/MS e Porto Velho/RO. Com base na Lei 12.654/2012, foram coletadas mais de 200 amostras dos detentos que serão armazenadas no Banco Nacional de Perfis Genéticos - BNPG.

OBJETIVO: 1043 - Ampliar o acesso à justiça e à informação, promover os direitos da justiça de transição, os direitos de migrantes e refugiados e fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional do Objetivo

No que tange à política migratória, destaca-se, no ano de 2017, a atualização da legislação brasileira sobre o tema, por intermédio da Lei nº 13.445/ 2017, que institui a nova Lei de Migração, e seu Decreto, nº 9.199/2017. Dentre os avanços constantes na nova lei, destaca-se a abordagem, de forma inédita, do reconhecimento da condição de apátrida.

Em relação ao refúgio no Brasil, em 2017, foram recebidas 33.866 solicitações de refúgio. Das quais, 1.179 foram analisadas e 473 deferidas. Dentre as iniciativas realizadas em 2017 para dar celeridade às análises destacam-se a atualização dos procedimentos e a continuidade do desenvolvimento do sistema SISCONARE, o qual, quando plenamente implantado, permitirá a informatização de todas as etapas do processo de solicitação de refúgio no país. Em termos de apoio a políticas e ações para promoção da integração e inclusão do imigrante à sociedade brasileira, destaca-se a assinatura, em dezembro de 2017, de convênio entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio da Secretaria Nacional de Justiça, e o Município de Porto Alegre, cujo objeto é a “implantação do Centro de Referência a Imigrantes de Porto Alegre (CRIM POA)”.

No âmbito do acesso à justiça, destaca-se política de solução alternativa de conflitos, por meio da ENAJUD - Estratégia Nacional de Não Judicialização e da ENAM - Escola Nacional de Mediação e Conciliação. Nesse contexto, em 2017, a SNJ realizou as seguintes atividades:

- Promoveu o resgate do histórico da ENAJUD, a fim de conhecer as atividades realizadas até então e estabelecer novos parâmetros de atuação;
- Firmou parceria com a Marinha do Brasil, a fim de possibilitar a utilização do Navio Auxiliar Pará, no mês de maio, com o intuito de promover o deslocamento e hospedagem da equipe de itinerância da Seção Judiciária do Pará (juizes, servidores, peritos judiciais, etc), visando à realização do Juizado Itinerante no arquipélago de Marajó, bem como a prestação de assistência médica e odontológica à núcleos populacionais carentes. Cerca de 3.047 pessoas foram atendidas pela Justiça Federal, sendo homologadas 624 conciliações. Ademais, foram realizadas 1.162 consultas médicas, além de diversas atividades de prevenção à saúde.
- A ENAM, através da parceria com a Escola da Advocacia-Geral da União – EAGU, promoveu a realização de cursos sobre solução pacífica de conflitos, com a finalidade de capacitar membros e servidores da Advocacia Geral da União, de órgãos vinculados e de entidades parceiras, em âmbito nacional, nas novas técnicas de Resolução Pacífica de Conflitos. Na modalidade presencial 101 servidores foram certificados. O curso a distância está em fase de conclusão e ofertou 750 vagas, divididas em 3 (três) módulos.

O ano de 2017 foi marcado por diversas ações no âmbito da temática de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, destacando-se a edição da 4ª Semana de Mobilização que aconteceu no período 24 a 30 de julho de 2017. O objetivo foi ampliar o conhecimento e a mobilização da sociedade, das instituições públicas e privadas e das redes para o enfrentamento ao tráfico de pessoas; ampliar a participação da sociedade civil e indivíduos; e divulgar e dar visibilidade às ações nacionais desenvolvidas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Em setembro, o Ministério da Justiça e Segurança Pública realizou o I Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes na cidade do Rio de Janeiro.

No que concerne à política pública de Classificação Indicativa, destaca-se o sistema Coalizão Internacional de Classificação Indicativa (IARC), que permite levar a classificação de jogos e aplicativos para o crescente mercado de mídias digitais. Ainda, no que concerne ao ano de 2017, cabe citar que foram publicadas as classificações de 2061 obras no Diário Oficial da União, sendo 380 destinadas para a televisão, 1207 para o mercado de cinema e DVD's, 451 jogos eletrônicos e 23 jogos de RPG.

No ano de 2017, o Arquivo Nacional realizou mais de 1.500 atendimentos aos órgãos e entidades da Administração

Pública Federal (APF) e esteve presente em 8 diferentes estados federativos para ministrar capacitações na área de gestão de documentos a 259 servidores públicos e realizar 804 assistências técnicas a 109 órgãos e entidades da APF. Possibilitou a eliminação de, aproximadamente, 8.500 metros lineares de documentos e atuou no mapeamento da estrutura administrativa dos órgãos e entidades da administração pública federal. Quanto às ações desenvolvidas para a preservação do acervo arquivístico, é importante destacar o processamento técnico de 86 fundos documentais que compõem o acervo, bem como a digitalização de 6.500 documentos do acervo, resultando num total de 12 178.168 documentos digitalizados disponíveis para acesso online no Sistema Nacional de Informações do Arquivo Nacional e 2.987.469 documentos digitalizados disponíveis para acesso no Arquivo Nacional.

Além disso, o Arquivo Nacional realizou algumas ações para a melhoria do atendimento ao usuário, quais sejam: i) criação da pesquisa digital no Sistema de Informações do Arquivo Nacional, o que potencializou a consulta aos documentos digitais; ii) modernização da plataforma web, a partir da criação ou reformulação dos sítios eletrônicos institucionais, o que resultou na ampliação da difusão virtual do acervo; iii) divulgação institucional do Arquivo Nacional e difusão do acervo nas redes sociais. Todas estas ações resultaram no crescimento do número de acessos ao acervo sob guarda do Arquivo Nacional, tendo alcançado 9.975.727 acessos em 2017, totalizando 12.816.816 acessos no período de 2016 a 2017.

No que se refere à Comissão de Anistia, importante consignar que as violações a direitos fundamentais e garantias individuais cometidas pelo Estado, durante o período de exceção, contra todos aqueles que foram perseguidos politicamente, precisam ser reparadas. O Brasil, desde o período da redemocratização, vem adotando diferentes medidas para lidar com o legado autoritário e de violações perpetradas pelo Estado durante a ditadura.

A Comissão foi instituída pela Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, com a finalidade de examinar os requerimentos de anistia política e assessorar o Ministro de Estado de Justiça em suas decisões, possibilitando o efetivo cumprimento do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, que dispõe que será "... concedida anistia política aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data de promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção...".

A competência estabelecida no início do mandato da Comissão, o julgamento de requerimentos de anistia política, teve seu escopo ampliado com a criação, a partir de 2007, do projeto do Memorial da Anistia e do eixo de ações educativas e culturais, cujo objetivo é estimular a formulação, gestão e fomento de políticas públicas para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito. A ampliação do escopo se traduz na nova redação de competências da Comissão de Anistia estabelecida pelo Decreto nº 8.031/2013, que elenca (i) a apreciação de requerimentos de anistia política; (ii) a implementação do Memorial; e (iii) a promoção de ações de reparação e memória.

A atividade de apreciação de requerimentos de anistia política, um dos eixos da política de reparação da Comissão de Anistia, deverá ser priorizada nos próximos anos, uma vez que contribui para o reconhecimento da memória e da verdade como direito humano fundamental e dever do Estado, bem como para a reconciliação nacional. A Comissão possui cerca de 77 mil processos autuados, dos quais cerca de 65 mil já foram apreciados.

A apuração e o esclarecimento público das violações aos direitos humanos e liberdades individuais praticadas no contexto da repressão política no país, dessa forma, bem como a declaração de anistiado político mediante a verificação e reconhecimento dos atos de exceção cometidos pela ditadura, a concessão da reparação, quando cabível, e o pedido oficial de desculpas do Estado pelas violações cometidas no passado, concretizam o processo de reparação material e moral.

A preservação da memória histórica e a construção pública da verdade sobre períodos autoritários também devem continuar orientando as ações da Comissão de Anistia no futuro, por meio da elaboração e incentivo a projetos e programas para a promoção da justiça de transição: reparação, verdade e memória. Um importante avanço nesse sentido será a conclusão da implantação e a manutenção do Memorial da Anistia Política do Brasil, com sede em Belo Horizonte, uma iniciativa cujo objetivo é inaugurar, a exemplo de outros países, um lugar de memória e consciência, promovendo um processo de reparação coletiva, para o resgate da luta pelos ideais democráticos e como forma de homenagem àqueles que tornaram a democracia possível.

Por fim, a Comissão de Anistia irá atuar pelo avanço em outros eixos da justiça de transição, contribuindo para a promoção da justiça e para a eliminação dos legados do regime autoritário, por meio de reformas institucionais e políticas que contribuam para o enfrentamento da violência do presente a partir de suas raízes do passado. Assim, a Comissão de Anistia contribuirá com a prevenção de novas violações de direitos humanos, promovendo os valores democráticos.

Metas 2016-2019

• 045Q - Alcançar 6 milhões de acessos do cidadão ao acervo da memória nacional no período 2016-2019.

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

O Arquivo Nacional tem como missão institucional garantir ao cidadão o pleno acesso à informação e promover estudos de caráter acadêmico, artístico e cultural por meio da difusão de seu acervo. Em conjunto com as demais Coordenações-Gerais do Arquivo Nacional, a Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental planeja ações estratégicas para ampliar a difusão do acervo, o acesso aos sítios institucionais e para atender a uma demanda crescente nos atendimentos presencial e a distância.

O acervo do Arquivo Nacional é constituído de documentos textuais, fotografias e negativos, álbuns fotográficos, diapositivos, caricaturas e charges, cartazes, cartões postais, desenhos, gravuras e ilustrações, além de mapas, filmes, registros sonoros e uma coleção de livros raros.

Para mensurar a meta, o Arquivo Nacional opera com o indicador “Acesso à Informação”. Entre janeiro e dezembro de 2016, o quantitativo do indicador atingiu a marca de 2.840.889, divididos em três atividades: 1) Atendimento ao Usuário (Presencial e à Distância): 41.306; 2) Difusão do Acervo: 9.278; e 3) Acesso aos sítios institucionais: 2.790.305.

O número de acessos verificado em 2016 permite avaliar que a estimativa para o período de 2016 a 2019 será superada. Esse resultado foi alcançado por meio de ações específicas adotadas pela Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental – COACE, em articulação com a Direção-Geral do Arquivo Nacional e com o apoio das Coordenações-Gerais no Rio de Janeiro e em Brasília. Dentre as principais medidas adotadas estão:

- 1) Execução de atividades voltadas à modernização do atendimento ao usuário, através da criação da Sala de Consultas online, da informatização de processos e da simplificação de rotinas operacionais;
- 2) Ampliação do horário de atendimento presencial para 12 horas;
- 3) Aumento do quantitativo de servidores nos serviços de atendimento presencial e a distância;
- 4) Articulação com Instituições públicas e privadas para a realização de exposições itinerantes; e
- 5) Modernização da plataforma web com o objetivo de ampliar a difusão virtual do acervo, com a criação ou reformulação dos sítios eletrônicos institucionais.

Já no ano de 2017, até novembro, chegou-se a 9.975.727 de acessos. Para alcançar tais resultados, uma série de ações adotadas pelo Arquivo Nacional. As principais medidas adotadas foram a execução de atividades voltadas à modernização do atendimento ao usuário, através da criação da Pesquisa Digital do SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional, potencializando a consulta a arquivos digitais; da digitalização do acervo; e da simplificação de

rotinas operacionais; ampliação do horário de atendimento presencial para 12 horas; aumento do quantitativo de servidores nos serviços de atendimento presencial e a distância; modernização da plataforma web com o objetivo de ampliar a difusão virtual do acervo, com a criação ou reformulação dos sítios eletrônicos institucionais; e disseminação em redes sociais da página do AN, do sistema de informação e dos sítios temáticos de difusão.

O número alcançado ocorreu mesmo com as dificuldades enfrentadas na instituição: a redução do contrato de movimentação de acervo, que resultou na redução da agenda de consulta a documentos e conseqüentemente no número de acesso; a extinção da equipe de desenvolvimento de portais, que atrasou o lançamento do Portal de Educação e do História Republicana; a migração de portais para plataformas de software livre, em substituição a software proprietário, que apresentou inúmeros problemas na migração e nas atualizações, além do corte orçamentário, que impediu a impressão de obras vencedoras de prêmios de monografia e das edições da Revista Acervo de 2017, reduzindo o número de publicações lançadas.

Para mensurar o quantitativo de acesso à informação, o Arquivo Nacional reúne mensalmente relatórios enviados pelas áreas de atendimento (presencial e a distância), no Rio de Janeiro e em Brasília, relatórios enviados pelas equipes técnicas subordinadas à Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo – COPED e estatísticas fornecidas pelo serviço online gratuito “Google Analytics”, referente aos acessos no portal da instituição, no SIAN e nos sítios de difusão. Para garantir um bom desempenho das ações, o Arquivo Nacional ampliou em 25% do contrato de movimento de acervo sobre o quantitativo já reduzido em 2/3 do contrato original, expandiu vagas de agendamento de consulta a documentos em proporção à expansão do último aditivo, inseriu arquivos digitais no SIAN, criou um núcleo de difusão em mídias sociais e há uma constante alimentação dessas redes de compartilhamento de fotos, áudios e vídeos com arquivos digitalizados e há também um empenho de serviços gráficos para impressão de publicações pendentes.

Quantidade alcançada

12,81 milhões

Data de Referência

30/11/2017

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Em conjunto com as demais Coordenações-Gerais do Arquivo Nacional, a COACE planeja ações estratégicas para ampliar a difusão do acervo, o acesso aos sítios institucionais e para atender a uma demanda crescente nos atendimentos presencial e a distância. Para que resultados ainda mais positivos sejam alcançados nos próximos anos, a COACE vem adotando iniciativas para concretizar as seguintes metas:

- 1) Ampliação da difusão do acervo por meio das mídias sociais;
- 2) Disponibilização das versões em inglês e espanhol do portal do Arquivo Nacional;
- 3) Aprimoramento da comunicação com a sociedade, por meio da criação de novas ferramentas de divulgação das atividades da Instituição. Dentre as ações específicas para esse fim, a COACE vem trabalhando, em articulação com a Coordenação de Tecnologia da Informação – COTIN, para o desenvolvimento do Aplicativo do Arquivo Nacional, um aplicativo institucional para difusão do acervo por meio de dispositivos eletrônicos móveis (celulares e tablets);
- 4) Implantação de um programa de itinerância de exposições. A principal medida para a concretização dessa meta é a implantação do projeto AN Itinerante, por meio da locação de uma unidade móvel para percorrer municípios de todas as regiões do país realizando atividades culturais e educativas.
- 5) Mapeamento e padronização de processos de atendimento ao usuário no Rio de Janeiro e em Brasília; e
- 6) Desenvolvimento de política de capacitação de profissionais de referência da área de atendimento.

• **045N - Appreciar 5.000 requerimentos de anistia política.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

A política de reparação econômica de caráter indenizatório, baseada na Lei nº 10.559/2002, prevê prestação mensal, permanente e continuada aos anistiados políticos que conseguem comprovar a existência de vínculos laborais à época das violações de seus direitos. Já a reparação em prestação única é concedida aos anistiados que tiveram seus direitos violados, porém, não conseguem comprovar perda de vínculo empregatício nos períodos de exceção do Estado Brasileiro.

Ao longo de seu período de funcionamento, a Comissão recepcionou mais de 77.394 requerimentos. Cerca de 65.459 processos já foram apreciados, restando, portanto, aproximadamente 12.789 (*) requerimentos a serem julgados.

(*) Considerar que existem requerimentos já apreciados para os quais existem pedidos de revisão. Assim, a soma de requerimentos recebidos e julgados e a serem julgados não resulta na soma total de requerimentos recebidos.

Em 2017, a Comissão julgou 684 requerimentos de anistia, sendo 595 em sessões de turma e 89 em sessão plenária.

Esclareço que a média de requerimentos julgados é menos em relação ao do exercício anterior, considerando que no ano de 2017, houveram diversas trocas de gestão e dos membros do conselho, assim inviabilizado a quantidade de sessões realizadas e conseqüentemente o número de processos julgados.

Quantidade alcançada

1.402 unidades

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Melhorias no fluxo de trabalho com adoção de força-tarefa e solicitação de incremento na força de trabalho visando dar maior celeridade a análise processual.

• **045U - Aprimorar o atendimento de demandas de migrantes, reduzindo o tempo médio dos processos de naturalização, igualdade de direitos e permanência.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

Em 2017: No tocante à tal meta registra-se novamente a ação adotada pelo CONARE ao simplificar o formulário da solicitação de refúgio e a desburocratização dos pedidos de solicitação de refúgio apresentados por grupo familiar, impondo-se apenas ao solicitante principal a incumbência de preenchimento de formulário completo de solicitação, cabendo aos demais, meros solicitantes por extensão, a apresentação de seus dados qualificativos e informações sobre vínculo com o principal.

Ainda nesta meta, de rigor observar que a simplificação já adotada em 2016 do registro de imigrantes junto à Polícia Federal está prestes a ser ampliada e aprofundada com a assinatura e vigência da Portaria de processamento concomitante de autorização de residência e registro cuja minuta foi preparada em conjunto pelo DEMIG/SNJ e PF. Por meio de tal instrumento, propõem-se que todas as autorizações de residência que são passíveis de uma avaliação objetiva por meio do exame de documentação prevista em lista aprovada pelo Ministro da Justiça já sejam deferidas no âmbito da Polícia Federal, registrando-se e emitindo-se a respectiva carteira de registro nacional migratório - CRNM na sequência. No mesmo diapasão, nos casos em que a documentação prevista não é apresentada, sugere-se o indeferimento do pedido também no âmbito da Polícia Federal, não havendo necessidade de transmissão dos procedimentos ao DEMIG. Estima-se, pois, a adoção de um sistema mais claro e célere na instrução de decisão dos

pedidos de autorização de residência, sempre garantindo-se o direito ao contraditório e ampla defesa nos casos de indeferimento.

Detalhamento das providências a serem tomadas

As principais providências necessárias para garantir o atingimento da meta no que se refere aos processos de naturalização são as seguintes: a) devido cumprimento da Portaria nº 1949 de 25.11.2015, publicada em 26/11/2015, com a instrução completa dos processos de naturalização, incluindo documentos necessários conforme anexos desta Portaria e realização de diligências; capacitação específica dos servidores de todos os órgãos públicos envolvidos, tanto quanto ao funcionamento do Sistema Eletrônico de Informações -SEI, quanto ao atendimento ao migrante e aos procedimentos dos processos de naturalização, em todas as suas fases.

Em relação aos processos de permanência, uma das providências que já está sendo tomada no intuito de garantir o atingimento da meta é a definição do fluxo dos processos de haitianos e demais processos retornados do Conselho Nacional de Imigração. Uma providência importante e que ainda precisa ser efetivada é a formação de equipe voltada especificamente para trabalhar com esse tipo de processo.

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação;

Detalhamento das providências a serem tomadas

As principais providências necessárias para garantir o atingimento da meta no que se refere aos processos de naturalização são as seguintes: a) devido cumprimento da Portaria nº 1949 de 25.11.2015, publicada em 26/11/2015, com a instrução completa dos processos de naturalização, incluindo documentos necessários conforme anexos desta Portaria e realização de diligências; capacitação específica dos servidores de todos os órgãos públicos envolvidos, tanto quanto ao funcionamento do Sistema Eletrônico de Informações -SEI, quanto ao atendimento ao migrante e aos procedimentos dos processos de naturalização, em todas as suas fases.

Em relação aos processos de permanência, uma das providências que já está sendo tomada no intuito de garantir o atingimento da meta é a definição do fluxo dos processos de haitianos e demais processos retornados do Conselho Nacional de Imigração. Uma providência importante e que ainda precisa ser efetiva é a formação de equipe voltada especificamente para trabalhar com esse tipo de processo.

- **045P - Fortalecer ações educativas, de memória e reparação integral, por meio da implantação e manutenção do Memorial da Anistia Política do Brasil e promoção dos projetos Caravanas da Anistia, Marcas da Memória e Clínicas do Testemunho.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

O projeto do Memorial da Anistia Política do Brasil, criado no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania (MJC) em maio de 2008, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tem como objetivo construir um espaço de memória e consciência, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG.

Informo que a obra do Memorial da Anistia Política do Brasil da Comissão de Anistia passou por auditoria e teve o Relatório de Auditoria entregue somente no dia 25 de abril de 2017. Após o recebimento do Relatório de Auditoria, verificou-se a necessidade de cumprimento das recomendações apresentadas no documento, o que impossibilitou a continuidade das transferências orçamentárias e/ou financeiras, visto os apontamentos apresentados no Relatório.

Destaco ainda, que com Operação "Esperança Equilibrista" da Polícia Federal, que investiga desvios nas obras do Memorial da Anistia, em Belo Horizonte, a Comissão de Anistia está buscando informações sobre o processo para definir o melhor encaminhamento a ser dado ao TC 001/2009.

Esclareço ainda, que em relação a manutenção das ações de reparação moral realizadas no âmbito da Comissão de Anistia, quais sejam: Caravanas, eventos educativos (oficinas, lançamentos de livros, seminários e cursos), não foram realizadas considerando os ajustes orçamentários.

RAP – Informo que no exercício de 2017, não houveram pagamento de recursos financeiros referentes a Restos a Pagar.

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Detalhamento das providências a serem tomadas

A Comissão de Anistia está buscando informações sobre o processo de investigação, para definir o melhor encaminhamento a ser dado ao TC 001/2009.

- **04ML - Fortalecer a Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em todas as suas modalidades, com ênfase nas situações relacionadas à exploração do trabalho análogo ao escravo e à exploração sexual.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

No decorrer do ano de 2017 diversas frentes de trabalho foram realizadas para fortalecer a Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, tais como:

1. Realização da 7ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP);
2. Participação na 15ª Conferência dos Ministros da Justiça da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa CMJCPLP (Academia da PF);
3. Capacitação no Município de Cáceres/MT – “Abordagem sobre Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes”;
4. 4ª Semana Nacional de Mobilização para Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
5. I Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes, Rio de Janeiro/RJ;
6. Realização da XIII Reunião Técnica de Núcleos e Postos Avançados – Rio de Janeiro/RJ;
7. Apoio a Capacitação sobre Tráfico de pessoas, contrabando de migrantes e mobilidade humana, Boa Vista/RR;
8. Ação Global Contra o Tráfico de Crianças e Adolescentes – Ilha de Marajó - Breves e Portel/PA;
9. Apoio ao II Simpósio Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Centro Oeste.

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Realização de ações de divulgação;

Detalhamento das providências a serem tomadas

É preciso garantir o direcionamento de esforços para avançar com as metas estagnadas e estruturar ações para a terceira versão do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

- **045S - Modernizar a gestão dos serviços arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal, com foco nos conselhos federais de profissões regulamentadas, hospitais federais e hospitais de universidades federais, ampliando o acesso à informação.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2016, a meta foi cumprida dentro do que foi proposto e teve continuidade no ano de 2017, obedecendo ao que foi estabelecido no PPA 2016-2019.

Podemos apontar, entre outros, como resultados relevantes a partir do desenvolvimento das atividades de orientação técnica:

- Ampliação do número de listagens de eliminação de documentos elaboradas pelos órgãos e entidades e autorizadas pelo Diretor-Geral (2015: 102 listagens autorizadas e 2016: 227 listagens autorizadas);

- Ampliação do número de editais de ciência de eliminação de documentos publicados pelos órgãos e entidades (2015: 41 editais publicados e 2016: 88 editais publicados);

ampliação do número de servidores capacitados que atuam na área de gestão de documentos nos órgãos e entidades (2015: 154 servidores capacitados e 2016: 344)

Em 2017, lançou o “Guia da Administração Brasileira: Império e Governo Provisório (1822-1891)” e em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) participou da elaboração do “Guia de Usuário do AtoM”, do “Guia do usuário Archivematica” e do “Guia de instalação e configuração Archivematica”, atendendo a uma crescente necessidade de informatização dos procedimentos arquivísticos ante o rápido aumento da produção de documentos em formato digital.

Importantes trabalhos vêm sendo desenvolvidos, merecendo destaque: a implementação da seção de Serviços ao Governo do Portal do AN, que disponibiliza informações sobre as atividades de gestão de documentos não digitais e digitais (orientação técnica e capacitação); o novo site do Programa de Pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA); a revisão do código de classificação e da tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos as atividades-meio da administração pública federal; a revisão do modelo de requisitos para a construção de sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (e-Arq Brasil); os testes de performance do repositório de documentos digitais do Arquivo Nacional no âmbito do Projeto AN Digital, bem como a publicação de instrumentos normativos para a entrada de documentos digitais no Arquivo Nacional e para o estabelecimento de sua política de preservação digital.

O fortalecimento do Arquivo Nacional, como órgão central do Sistema de Gestão de Documentos – SIGA, da administração pública federal (Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003), está diretamente relacionado à atuação da Coordenação-Geral de Gestão de Documentos, junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, no que diz respeito à orientação para o desenvolvimento das atividades relativas à gestão dos documentos não digitais e digitais.

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

A princípio a meta alcançada no ano de 2016 deverá ser mantida no exercício de 2017.

- **045I - Reduzir o grau de desigualdade de acesso à Justiça por Estado, por meio da ampliação do acesso da população a serviços judiciais e extrajudiciais e da articulação com órgãos do sistema de justiça.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

O acesso à Justiça, concebido não apenas como acesso ao Poder Judiciário, mas a uma ordem jurídica justa que consiga resolver os litígios em prazo razoável, está sendo buscado por meio do fomento de mecanismos de prevenção e de

resolução alternativa de conflitos. Esse fomento, cristalizado em iniciativas como a Estratégia Nacional de Não Judicialização (ENAJUD) e a Escola Nacional de Mediação (ENAM), envolve a articulação com atores vinculados à iniciativa privada e ao setor público. No caso da ENAJUD, em dezembro de 2016 foi realizada uma Oficina que marcou a retomada dos trabalhos. Foi, ademais, contratada uma consultoria especializada para analisar as metas e monitorar os resultados da ENAJUD no próximo biênio. No que diz respeito à ENAM, foi lançado um curso, em parceria com a Escola da AGU, para capacitar servidores públicos na área de mediação.

Conclusão do curso “Solução Pacífica de Conflitos”, realizado com parceria entre a ENAM/MJ – Escola Nacional de Mediação e Conciliação e a EAGU - Escola da Advocacia-Geral da União.

PERÍODO: março a novembro de 2017.

BREVE RESUMO: A ENAM, por intermédio da parceria com a Escola da AGU, promoveu a realização de cursos sobre solução pacífica de conflitos, na modalidade presencial e a distância, com a finalidade de capacitar membros e servidores da Advocacia Geral da União, de órgãos vinculados e de entidades parceiras, em âmbito nacional, nas novas técnicas de Resolução Pacífica de Conflitos, com vistas à formação de agentes capazes de introduzir na Administração Pública Federal o ambiente conceitual e pragmático necessário para repensar e substituir, sempre que possível, o modelo contencioso-judicial tradicional, com ganhos em eficiência, agilidade e redução de custos. Na modalidade presencial, 101 servidores foram certificados. O curso a distância ofertou 750 vagas, divididas em 3 (três) módulos: I - A Conciliação e a mediação na Advocacia Pública: Repensando os Paradigmas do Século XX com Vistas à Redução de Litígios; II - Resolução Alternativa de Conflitos em Âmbito Internacional e III - Negociação, Conciliação e Mediação em Ambientes Regulados.

Articulação para a realização do “Curso de Formação em Cidadania Plena”, por meio de nova parceria entre a ENAM/MJ e a Escola da AGU.

PERÍODO: outubro a novembro de 2017.

BREVE RESUMO: Trata-se de curso de capacitação, dentro do Programa “Casa de Direitos: Cidadania Plena”, em matéria de cidadania, acesso à justiça e solução pacífica de conflitos. O curso tinha como público-alvo: pessoas em situação de vulnerabilidade no Estado do Rio de Janeiro. Contudo, em razão do não prosseguimento da ação descrita acima (item 2), verificou-se a impossibilidade de realização do curso em tela.

Detalhamento das providências a serem tomadas

D, serão feitas novas reuniões da ENAJUD a fim de monitorar as metas propostas pelos atores envolvidos. Está prevista uma publicação no final do ano de 2018 com a análise dos resultados. No que tange à ENAM, serão oferecidos cursos a distância e presencias sobre mediação.

Em razão de considerar a meta proposta pela antiga SRJ “NÃO quantificável”, por ser muito difícil de mensurar “o grau de desigualdade de acesso à Justiça, judicial ou extrajudicial, por Estado, ou a efetiva governança que teríamos para reduzir esse grau. Nos resta, apenas atuar politicamente, já que nenhum dos órgãos ou entidades, com os quais mantemos parceria, são vinculados ao MJC.

Observação: A Coordenação-Geral de Assuntos Judiciários (CGAJUD) pretende retomar o diálogo com a Escola da AGU e outros parceiros federais (Universidades, por exemplo), a fim de verificar a possibilidade de realização, em 2018, de curso em matéria de cidadania, acesso à justiça e solução pacífica de conflitos, no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública do MJ.

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Durante 2017, serão feitas novas reuniões da ENAJUD a fim de monitorar as metas propostas pelos atores envolvidos. Está prevista uma publicação no final do ano com a análise dos resultados. No que tange à ENAM, serão oferecidos cursos a distância e presenciais sobre mediação.

Em razão de considerar a meta proposta pela antiga SRJ “NÃO quantificável”, por ser muito difícil de mensurar “o grau de desigualdade de acesso à Justiça, judicial ou extrajudicial, por Estado, ou a efetiva governança que teríamos para reduzir esse grau. Nos resta, apenas atuar politicamente, já que nenhum dos órgãos ou entidades, com os quais mantemos parceria, são vinculados ao MJC.

Observação: A Coordenação-Geral de Assuntos Judiciários (CGAJUD) pretende retomar o diálogo com a Escola da AGU e outros parceiros federais (Universidades, por exemplo), a fim de verificar a possibilidade de realização, em 2018, de curso em matéria de cidadania, acesso à justiça e solução pacífica de conflitos, no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública do MJ.

Iniciativas

- **04WQ - Fortalecimento da Estratégia Nacional de Não-Judicialização visando a redução de conflitos judicializados e fomento de métodos de solução autocompositiva de conflitos no país, no setor público e privado.**
Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

No exercício de 2017, houve articulação para a realização do “Curso de Formação em Cidadania Plena”, por meio de nova parceria entre a ENAM/MJ e a Escola da AGU - curso de capacitação, dentro do Programa “Casa de Direitos: Cidadania Plena”, em matéria de cidadania, acesso à justiça e solução pacífica de conflitos. O curso tinha como público-alvo: pessoas em situação de vulnerabilidade no Estado do Rio de Janeiro. Contudo, em razão do não prosseguimento da ação descrita acima (item 2), verificou-se a impossibilidade de realização do curso em tela.

Articulação para a implantação do Projeto “Casas de Direitos: Cidadania Plena” no Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a UFRJ – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

A Coordenação-Geral de Assuntos Judiciários (CGAJUD) pretende retomar o diálogo com a Escola da AGU e outros parceiros federais (Universidades, por exemplo), a fim de verificar a possibilidade de realização, em 2018, de curso em matéria de cidadania, acesso à justiça e solução pacífica de conflitos, no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública do MJ.

- **04WS - Redução do grau de vulnerabilidade social em zonas de alto nível de violência, por meio da prevenção e resolução de conflitos e do estímulo a projetos educacionais, esportivos e culturais.**
Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em razão de limitações orçamentárias, mudanças de gestão e de prioridades da Secretaria, tornou-se inviável o prosseguimento da referida ação. Contudo, vale mencionar que, em parceria com a Marinha do Brasil, a SNJ apoiou a realização de ação cívico-social e promoção do juizado itinerante no arquipélago de Marajó, com a participação de diversos órgãos. O trabalho desenvolvido garantiu acesso à justiça a ribeirinhos-da Amazônia, para os quais as políticas públicas são precariamente ofertadas. Foram realizados 3047 (três mil e quarenta e sete) atendimentos, sendo 624 (seiscentos e vinte e quatro) de conciliações homologadas

- **04WT - Aumento do número de capacitações em técnicas de mediação por ano no país.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A ENAM/SNJ – Escola Nacional de Mediação e Conciliação, através de parceria com a Escola da Advocacia-Geral da União, promoveu a realização de cursos sobre solução pacífica de conflitos, na modalidade presencial e a distância, com a finalidade de capacitar membros e servidores da Advocacia Geral da União, de órgãos vinculados e de entidades parceiras, em âmbito nacional, nas novas técnicas de Resolução Pacífica de Conflitos. Na modalidade presencial foram

ofertadas 200 vagas, tendo 101 servidores certificados. O curso a distância ofertou 750 vagas, divididas em 3 (três) módulos; o número de alunos certificados, na modalidade EaD, está em fase final de levantamento

A Coordenação-Geral de Assuntos Judiciários (CGAJUD) pretende retomar o diálogo com a Escola da AGU e outros parceiros federais (Universidades, por exemplo), a fim de verificar a possibilidade de realização, em 2018, de curso em matéria de cidadania, acesso à justiça e solução pacífica de conflitos, no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública do MJ.

• **04WV - Aprimoramento dos procedimentos de provimento e vacância de magistrados no Ministério da Justiça, modernizando o processamento e publicizando a tramitação interna dos processos.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

• **AÇÃO REALIZADA:** segundo dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Informações, foram tramitados ou analisados pelo Núcleo de Provimento e Vacância 237 (duzentos e trinta e sete) processos*, dos quais 104 (cento e quatro) processos de provimento de magistrados, 28 (vinte e oito) processos de vacância de magistrados, e 3 (três) processos de Desapropriação de Bens Imóveis (declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação).

• **BREVE RESUMO:** nessa atividade de análise, foram produzidos 515 (quinhentos e quinze) expedientes, entre despachos, minutas e diligências.

* Incluído nesse quantitativo os apoios aos candidatos de lista tríplice.

• **04WY - Realização de 45.440 ações de tratamento técnico e de 312.316 ações de reformatação dos acervos sob custódia do Arquivo Nacional ao final de 2019.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em 2016, nas ações relativas à Preservação do Acervo Nacional, foram desenvolvidas ações de ampliação do controle e disponibilização de informações ao cidadão, por meio da preservação de 902 fundos arquivísticos sob a guarda do Arquivo Nacional e do processamento técnico de 120 fundos.

Dentre os acordos de cooperação técnica, destacam-se as ações desenvolvidas conjuntamente com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal (APAE-DF). No portal institucional, 3 instrumentos de pesquisa foram publicados, com vistas à ampliação do acesso do cidadão à informação governamental, e foram inseridos 1.483.813 registros em bases de dados para acesso via Web.

Foram digitalizadas cerca de 510.860 itens documentais (documentos escritos, sonoros, iconográficos e cartográficos), gerando o mesmo número de representantes digitais matrizes em alta resolução e cerca de 334.481 representantes digitais derivados em PDF multipáginas organizados por processos ou dossiês. Foram também prestadas assistências técnicas para tratamento arquivístico e preservação de acervos em diversas Instituições, bem como a capacitação em preservação e reformatação de documentos.

Considerando a forma de cálculo apresentada no ano anterior, em 2017 foram processados tecnicamente 94 fundos, cadastrados 262 fundos ou coleções, 83.764 inserções de registros, 1.490.906 publicações (e republicações) de registros, 12.146 associações de imagens, 120.154 documentos reformatados (digitalização e microfilmagem), 108.624 documentos conservados. Além disso ocorreram 4.400.763 ações de preservação digital, 10 assistências técnicas, 27 apoios técnicos às entidades realizado no próprio arquivo nacional e 2 projetos realizados com auxílio de recursos externos.

Isto posto, a atual gestão explicita que as metas previstas podem incorrer em uma visão não fidedigna das atividades executadas ao utilizar apenas os índices de tratamento técnico e reformatação para monitorar o PPA 2016-2019 - Exercício de 2017.

A atual gestão acredita que apenas através do mapeamento de processos pode-se criar índices de acompanhamento mais coerentes e que representam o que de fato o Arquivo Nacional faz, medindo o desempenho de cada processo

individualmente com metas alcançáveis, específicas e mensuráveis. Para isso tem procurado implantar novas rotinas de trabalho com um planejamento baseado em uma visão de desenvolvimento de pessoas e aperfeiçoamento de monitoramento das ações realizadas pelo órgão.

Conforme já argumentado no relatório da CGU, utilizar o indicador unidade, fundo, acervo, folha ou página preservada parece ser a causa para que os resultados ultrapassem as metas, de forma inconsistente. Por outro lado, ao transformar os itens em atividades/ações acaba-se por aumentar ainda mais os resultados de acordo com as metas.

Portanto, cabe ressaltar, que as fórmulas de cálculo e os indicadores estão em processo de estudo e aperfeiçoamento para aquilo que acredita-se representar melhor os processos realizados.

Nesta nova metodologia de cálculo a ser adotada para 2018, os números seriam: 1.592.349 ações de processamento técnico e 12.049 ações de qualidade e normalização, 120.154 ações de formatação e digitalização, 108.624 ações conservação em documentos, 4.400.763 ações de preservação digital, 10 assistências técnicas, 27 apoios técnicos e 2 projetos realizados.

- **04X0 - Ampliação e atualização do parque tecnológico do Arquivo Nacional, com ênfase na implantação de repositório arquivístico digital confiável para ampliação do acesso online aos documentos sob a guarda do Arquivo Nacional.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

No exercício de 2017 foram adquiridos oito servidores de alta capacidade de processamento (já instalados) e dois servidores de armazenamento (previsão de entrega em fev/2018), que ampliarão em aproximadamente 25 % a capacidade de storage do AN.

Estas aquisições impactarão diretamente na capacidade de armazenamento, na rapidez do acesso e na confiabilidade e integridade do repositório arquivístico digital do Arquivo Nacional.

- **04X6 - Realização de 2.000 orientações técnicas aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA até 2019.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em 2016, nas ações relativas à Gestão de Documentos, o Arquivo Nacional atendeu a 145 órgãos e entidades da Administração Pública Federal e realizou 775 assistências técnicas, prestando orientação técnica no que diz respeito à elaboração, análise para aprovação e aplicação de códigos de classificação e tabelas de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, à elaboração e análise para aprovação de listagens de eliminação de documentos, ao acompanhamento dos trabalhos e atuação das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos e ao tratamento de acervos produzidos e acumulados por órgãos e entidades extintos. Além disso, em relação aos Documentos Digitais, prestou 104 orientações técnicas em gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais a 57 órgãos, entidades e cidadãos. Mediante a participação na Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos, promoveu orientação técnica para uso do PDF/A, bem como nova versão do Glossário. Participou do projeto internacional InterPARES Trust de preservação de documentos arquivísticos digitais no contexto da internet. Durante o ano de 2017, o Arquivo Nacional prestou 816 orientações técnicas, sendo 804 orientações a 109 órgãos da administração pública federal e 12 atendimentos diretamente ao cidadão. As orientações técnicas se referem à elaboração de instrumentos de gestão, autorização para eliminação, implantação de SIGAD, recolhimento, elaboração de normas e quaisquer procedimentos relacionados à gestão de documentos (digitais e não digitais), atendendo a dúvidas encaminhadas por e-mail, telefone e SIC.

- **04X8 - Criação de instrumento para aferir o grau de desenvolvimento dos programas de gestão de documentos nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

O Projeto eSiga foi criado para desenvolver uma ferramenta tecnológica que dará suporte as atividades do órgão central do SIGA e possibilitará o monitoramento constante do grau de desenvolvimento em gestão de documentos da administração pública federal. Atualmente o projeto se encontra na Fase 2, elaboração do documento de visão do eSiga. Em 2017 foi realizado um benchmarking com outros sistemas estruturantes e a criação da Equipe de Apoio à Governança do SIGA, que conduz o projeto. Além disso, foi realizada oficina de levantamento de insumos para o Documento de Visão do Projeto eSiga.

- **04XB - Fortalecimento da estrutura do Comitê Nacional de Refugiados – CONARE para atendimento adequado do crescente número de solicitações de refúgio.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

O Comitê Nacional para os Refugiados firmou acordo de cooperação técnica com a Universidade de Brasília que resultará em um banco de intérpretes para auxiliar nas entrevistas de solicitantes de refúgio. Ademais, realizou seleção de voluntários para apoiar as atividades administrativas em Brasília. A colaboração inclui transcrições de áudios de entrevistas dos solicitantes de refúgios, investigações e diagnósticos dos aspectos geopolíticos de países de origem dos solicitantes.

- **04XC - Aperfeiçoamento dos fluxos de respostas a demandas em migrações e refúgio.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A SNJ também articulou para garantir a regularização migratória dos estrangeiros oriundos da Venezuela, por meio do registro de solicitação de refúgio. Além disso, participou de debates que resultaram na edição da Resolução Normativa nº 126 do Conselho Nacional de Imigração – CNig, que viabilizou a residência temporária para imigrantes de países fronteiriços ao Brasil por dois anos.

- **04XD - Produção da matriz de coordenação de políticas públicas com outros órgãos federais e diretrizes para planos e políticas voltados a órgãos e entidades da agenda migratória.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A nova Lei de Migração entrou em vigor no dia 21 de novembro de 2017 com uma série de mudanças que colocam o Brasil na vanguarda do fluxo migratório, questão que merece atenção mundial em razão da intensa mobilidade das pessoas. O texto prevê a simplificação de diversos procedimentos administrativos para o imigrante.

Ressalte-se que, dentre as inovações da Lei de Migrações, há um capítulo específico que versa sobre o reconhecimento da apatridia e a facilitação da naturalização ordinária aos apátridas reconhecidos pelo Estado Brasileiro e que tenham residência permanente no país por pelo menos 2 anos.

Durante a discussão sobre a nova lei, a atuação da SNJ foi essencial para catalisar o processo legislativo. A secretaria, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e com a Polícia Federal, construiu diversas sugestões, como a tipificação do crime de contrabando de pessoas, a formalização do reconhecimento da condição de apátrida e a consequente facilitação da naturalização para os reconhecidos nesta condição.

- **06E9 - Consolidação do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil – SINRIC, por meio da implantação da infraestrutura central e das Unidades Regionais, necessárias à implementação do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil - CANRIC e pela emissão dos documentos do número único de Registro de Identidade Civil – RIC.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

O Registro de Identidade Civil - RIC surgiu com a Lei nº 9.454 de 07 de abril de 1997, tendo como objetivo central a institucionalização de um novo documento de identidade civil. Em 13 de outubro de 2009 foi sancionada a Lei nº 12.058 – art. 16 que alterou os arts. 1º e 2º e os §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei nº 9.454.

Após 13 anos, a Lei foi regulamentada através do Decreto nº 7.166 de 05 de maio de 2010, que criou o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil – SINRIC e o Comitê Gestor, tendo como órgão central o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP. O decreto também estabeleceu diretrizes e critérios para implantação, manutenção e controle do RIC, bem como regulamentou sua operacionalização.

Tratar-se-ia do novo documento de registro de identidade civil, que integraria todos os estados federados e o Distrito Federal, garantindo, através de processos multibiométricos e integração de bases de dados, a identificação unívoca do brasileiro nato ou naturalizado, com o objetivo de garantir sua segurança nas relações com a área pública e privada.

A missão do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil – SINRIC foi definida como: “Garantir a todo brasileiro a identificação civil nacional confiável, por meio de biometria e biografia.”

A visão do SINRIC foi definida como: “Ser instrumento de cidadania a partir da identificação civil de todo brasileiro, tornando suas relações com o Estado e a sociedade mais seguras e eficazes.”

Os valores do SINRIC foram assim definidos:

- □ Instrumento de inclusão social e garantia de direitos;
- □ Confiabilidade, segurança e praticidade na sua utilização;
- □ Transparência no uso e proteção dos dados pessoais;
- □ Universalização do acesso à identificação civil;
- □ Eficiência e excelência na implementação, execução e gestão do projeto;
- □ Participação efetiva dos entes federados.

Como se deram os estudos e pesquisas para o desenvolvimento do RIC?

A partir da publicação do Decreto nº 7.166, o Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal – INI/DPF deu início aos estudos para implantação do RIC. Foram criados grupos de trabalho técnicos para padronização dos processos de identificação, prospecção, análise e acompanhamento tecnológico, validade do documento RIC e interoperabilidade de sistemas e processos, culminando com a elaboração de proposta de um projeto piloto.

A partir de março de 2012 decidiu-se pela reestruturação do projeto, a cargo de equipe da Secretaria Executiva – SE do MJSP, em virtude da identificação de necessidades de aperfeiçoamento em questões técnicas durante a primeira fase do piloto.

Em julho de 2013 foi firmado pela SE/MJSP, Termo de Cooperação Técnica com a Fundação Universidade de Brasília – FUB, por intermédio do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – CDT, tendo como objeto identificar, mapear e desenvolver parte dos processos e da infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a implantação do número único de Registro de Identidade Civil - RIC no Brasil.

A Cooperação Técnica propiciou a realização de estudos e pesquisas, elaborados em conjunto pela equipe técnica do MJSP e pesquisadores do CDT/FUB, cujos resultados são apresentados através de Relatórios Técnicos.

Os estudos técnicos e pesquisas foram suspensos em julho de 2015, sem que todos os relatórios estivessem concluídos, em virtude da apresentação pelo Poder Executivo e pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE, do Projeto de Lei nº 1.775, de 28 de maio de 2015, o qual propôs a criação do Registro Civil Nacional – RCN, a ser implementado pelo TSE.

O Projeto de Lei passou por diferentes alterações realizadas pelo Congresso Nacional, culminando na aprovação da Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017 que dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN).

Os principais resultados do Programa RIC são relatórios técnicos desenvolvidos em conjunto pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Fundação Universidade de Brasília – CDT/FUB e pelo MJSP, a partir de estudos técnicos e pesquisas.

Com o objetivo de melhor gerenciar os temas envolvidos no Programa, os estudos e pesquisas foram divididos em 05 (cinco) projetos, a saber:

Biometria e Controle - Envolveram estudos e pesquisas para definição das biometrias que oferecem as melhores características técnicas para projetos de grande escala. Definição dos processos e padrões para coleta e tratamento de dados biográficos e biométricos. Definição dos processos de controle de qualidade e auditoria do programa RIC. Plano de execução e implantação dos processos e procedimentos padronizados.

Infraestrutura Tecnológica – Tratou-se dos estudos e pesquisas para implantação de todo o conjunto de sistemas e infraestrutura de TIC para viabilizar a operacionalização do Registro de Identidade Civil - RIC, além de promover a interoperabilidade das bases de dados dos Institutos de Identificação dos Estados, do Distrito Federal e de outros órgãos com os demais sistemas do SINRIC; e aquisição de tecnologia de software, hardware e estrutura física compatível.

Gestão Integrada – Tinha como objeto o planejamento, desenvolvimento e a implementação da comunicação com a sociedade, utilizando as diferentes mídias existentes e os mecanismos de interlocução institucional para promover a integração dos estados federados e o Distrito Federal, bem como os diferentes órgãos que integrariam o Sistema Nacional de Identificação Civil – SINRIC. Objetivava, ainda, o estabelecimento de um modelo que manteria o equilíbrio do Sistema e forneceria a governança necessária à implantação do Registro de Identidade Civil em todo o país. Além disso, visava elaborar proposta de Sustentabilidade para o Projeto RIC contemplando recursos financeiros, estrutura organizacional e legislação normativa.

Estrutura Documental - Tratou dos estudos e pesquisas para proposição de artefato de identificação/individualização com elevada segurança documental contemplando a especificação técnica para interfaces (físicas e lógicas) e de certificação digital ICP-Brasil para pessoa física (para uso em larga escala) utilizando-se do artefato proposto pelo Programa RIC.

A proposta contemplava 4 (quatro) possibilidades de Artefatos de Identificação civil para o RIC, a saber:

1. Sem artefato físico;
2. Artefato de papel;
3. Artefato, sem chip;
4. Artefato, com chip.

Escritório de Projetos e Processos - Envolve o apoio técnico no planejamento, monitoramento, gestão de mudanças e encerramento dos projetos que compõem o Programa RIC.

Capacitação e desenvolvimento das equipes nas melhores práticas de gestão de projetos e processos e consolidação das documentações técnicas relativas ao programa.

Mapeamento, identificação, definição e documentação dos processos finalísticos, gerenciais e de apoio necessários para a implementação do Registro de Identidade Civil e sua estrutura operacional, tais como processos de cadastramentos, consultas, auditorias, qualidade, dentre outros.

Todos os relatórios técnicos produzidos no âmbito do programa podem ser acessados, através do seguinte endereço: <http://justica.gov.br/Acesso/governanca/ric>

• **06EA - Prevenção e abordagem de situações de risco em contextos de mobilidade humana de crianças e adolescentes.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

O Ministério dos Direitos Humanos que, como membro da Coordenação Tripartite (juntamente com a Secretaria de Política para Mulheres e o Ministério da Justiça Segurança Pública) tem o papel de coordenar a gestão estratégica e integrada da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Essa esta em processo de fortalecimento e para isso, em setembro de 2017, foi realizado o I Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes. Entre os principais objetivos do Seminário destaca-se a compreensão das características do

Contrabando de Migrantes no contexto dos novos fluxos migratórios que incluem o Brasil como país de destino, considerando em especial o público de crianças e adolescentes.

Outra atividade que merece destaque foi a Ação Global contra o Tráfico de Crianças e Adolescentes realizada na Ilha de Marajó (Breves e Portel/PA) de 6 a 10 de novembro de 2017. No curso o foco foi a realidade da exploração de crianças e adolescentes na Ilha de Marajó, com destaque para o novo marco legal do tráfico de pessoas, desenvolvendo diálogos formativos para profissionais das redes locais para o enfrentamento da violência contra a criança e ao adolescente, de forma a consolidar e fortalecer a rede de serviços de atendimento. As denúncias indicam que a região da Ilha do Marajó possui rotas mistas de tráfico de pessoas, onde as crianças ribeirinhas e indígenas são as principais vítimas. A proximidade com a Guiana Francesa e o Suriname faz com que a região também seja afetada por rotas marítimas de barcos que buscam o turismo nas riquezas naturais que a região oferece e o turismo de exploração sexual de crianças e adolescentes. Essa característica da região se confirmou na percepção da rede durante os cursos realizados. A região também possui alta concentração do trabalho infantil, principalmente em atividades domésticas, na pesca e turismo. Além da exploração da mendicância de crianças.

- **06EB - Promoção de ações de prevenção e atenção nos contextos de mobilidade humana com fins ao enfrentamento de situações de exploração do trabalho e outras violações de direitos.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em relação aos trabalhos de Promoção de ações de prevenção e atenção nos contextos de mobilidade humana com fins ao enfrentamento de situações de exploração do trabalho e outras violações de direitos, além da realização do I Seminário Internacional já mencionado na iniciativa 06EA, que também contou com a participação de representante da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, outras iniciativas conjuntas foram realizadas para estreitar o trabalho desenvolvido pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério dos Direitos Humanos.

- **06N6 - Incentivo institucional à prática de atos administrativos em consonância com a jurisprudência pacificada no âmbito dos tribunais superiores.**

Individualizada: Não

- **06N7 - Aperfeiçoamento das normas para conciliação, mediação, negociação e arbitragem, dispensa de apresentação de defesa e não interposição ou desistência de recursos.**

Individualizada: Não

- **06N8 - Implantação da estrutura e mecanismos de conciliação, mediação, negociação e arbitragem previstas na nova lei de mediação.**

Individualizada: Não

- **06N9 - Promoção da desconstitucionalização da delegação da competência da Justiça Federal à Justiça Estadual e a sua gradual extinção por lei ordinária, e a retirada das causas acidentárias como exceção à regra de competência da Justiça Federal.**

Individualizada: Não

- **07FP - Capacitação de 350 servidores de órgãos e entidades Administração Pública Federal integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em 2016, houve um gerenciamento dos processos de inscrição e divulgação de 2 cursos de procedimentos de protocolo e 1 oficina de classificação de documentos de arquivo, ministrados por técnicos do Arquivo Nacional; 243 atendimentos a servidores e empregados públicos, em especial a Membros da Comissão de Coordenação do SIGA e das comissões permanentes de avaliação de documentos e das de documentos sigilosos de órgãos e entidades da Administração Pública Federal integrantes do SIGA, versando sobre diferentes matérias no âmbito do SIGA. No que se refere à capacitação, os técnicos do Arquivo Nacional capacitaram cerca de 344 servidores públicos em Cursos Básicos de Gestão de Documentos, Procedimentos de Protocolo e Classificação de Documentos de Arquivo. O Arquivo Nacional realizou também, dois Cursos no Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), capacitando 62 participantes.

No ano de 2017 foram realizados sete cursos de capacitação atingindo um total de 259 servidores que trabalham diretamente nas atividades de gestão de documentos de 100 órgãos da administração pública federal. Os cursos de capacitação oferecidos pelo Arquivo Nacional são: Curso Básico de Gestão de Documentos – Módulo I e II (total de 21 horas/aula) cujo objetivo é apresentar noções básicas de arquivos e das atividades de gestão de documentos, mesclando aspectos teóricos e práticos; Curso Básico de Gestão de Documentos – Módulo III (total de 16 horas/aula) cujo objetivo é orientar sobre o conteúdo básico da gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais, problematizando os avanços tecnológicos no cenário atual para a produção, uso, manutenção e preservação dos documentos; Curso de Procedimentos de Protocolo (total de 21 horas/aula) que visa instruir sobre os procedimentos gerais para o desenvolvimento que visa instruir sobre os procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo em conformidade com a Portaria interministerial n. 1677, de 07 de outubro de 2015; e Oficina de Classificação de Documentos de Arquivo que visa contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos teóricos e práticos referentes às operações de classificação e arquivamento de documentos de arquivo.

Também houve ação junto ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), ministrando capacitação ao público pertencente a sua esfera de atuação, atingindo um total de 44 servidores do executivo federal que trabalham diretamente nas atividades de gestão de documentos de 21 órgãos da administração pública federal. Os cursos de capacitação oferecidos junto ao CONARQ foram: Curso de Gestão de Documentos com ênfase na avaliação e destinação de documentos de arquivo (total de 8 horas/aula) cujo objetivo é disseminar conhecimentos para gestão de documentos, com destaque para os procedimentos para a eliminação de documentos públicos; e Oficina de Repositórios arquivísticos digitais confiáveis – o ambiente de Preservação e Acesso cujo objetivo é introduzir os conceitos de repositório digital, repositório digital confiável, repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq) e apresentar os cenários de uso de RDC-Arq e exemplos práticos de software livre para RDC-Arq.

OBJETIVO: 1044 - Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a atuação integrada das forças de segurança pública e instituições parceiras.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional do Objetivo

No ano 2017 foi alterada a política de segurança pública no âmbito do Ministério da Justiça, antes a atuação do órgão estava voltada para o planejamento e aperfeiçoamento do Plano Nacional de Redução de Homicídio (PNRH), mas devido a mudança de perspectivas e de atuação o órgão está direcionando esforços na implementação do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), o qual abarca além das ações para redução de homicídios, outros eixos, como enfrentamento da violência contra as mulheres e combate aos crimes transnacionais.

Podemos destacar que mesmo com as mudanças no ano 2017, ocorreram atuações que possibilitaram o funcionamento de 26 (vinte e seis) Gabinetes de Gestão Integrada Estaduais (GGI-E), refletindo a importância dada pelos governos estaduais pela organização da segurança pública de forma a aperfeiçoar os mecanismos de governança em segurança pública.

As soluções tecnológicas do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), instituído pela Lei nº 12.681/2012, foram ampliadas. Visando difundir o alcance de suas soluções, em 2017, o Sinesp estreitou os acordos de cooperação com os entes federados, investiu no desenvolvimento de novas ferramentas, aperfeiçoando a parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), dinamizando o desenvolvimento do projeto, com maior alcance e menor custo. Como principais realizações do Sinesp no exercício 2017, destacamos: (i) Ampliação da utilização da solução Procedimentos Policiais Eletrônicos (Sinesp-PPE) em oito unidades da federação (Amapá, Acre, Tocantins, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Maranhão). (ii) Ampliação da utilização da solução Cadastro de Atendimento e Despacho (Sinesp-CAD) pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), para os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins,

totalizando 14 unidades da federação; (iii) Utilização da solução Cadastro de Atendimento e Despacho (Sinesp-CAD) por forças policiais dos Estados do Acre, Amapá, Maranhão, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro; (iv) Utilização da solução Sinesp-Integração pelos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Sergipe.

Ainda cabe mencionar o apoio e o fortalecimento dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGI), por meio da ampliação do Sistema de Informações sobre Gabinetes de Gestão Integrada (Sinesp InfoGGI), alcançando 222 (duzentos e vinte e dois) Gabinetes que utilizam essa solução de gestão para facilitar a organização e funcionamento de um GGI, bem como promover a interação entre as esferas municipal, estadual e federal, auxiliando e facilitando a organização dos trabalhos cotidianos como agendamento, realização e acompanhamentos das reuniões e ações integradas, notificação dos participantes, arquivamento dos trabalhos realizados, entre outros.

O sistema de consulta da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Rede Infoseg) foi substituído pelo Sinesp-Infoseg e atualmente possui mais de 55.000 (cinco e cinco mil) usuários ativos, tendo capacidade de comportar cerca de 800 mil usuários, entre os quais agentes de segurança pública, como polícias civil, militar, guardas municipais e organismos de inteligência de 600 (seiscentos) órgãos e 300 (trezentas) prefeituras.

As ações voltadas à atividade de inteligência de segurança pública no exercício de 2017, que compreendem: i) reestruturação da plataforma de pesquisas de segurança pública, com a inclusão de cerca de 47.000 usuários; ii) estabelecimento de rede de atuação e cooperação, por meio das polícias investigativas das unidades da federação, com vistas à padronização de procedimentos; iii) implementação de célula integrada de inteligência de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro, a fim de auxiliar nas ações da "Operação Rio quer mais segurança e paz".

Na dimensão da educação, foram realizadas atividades de ensino para os profissionais de segurança pública, propondo a adoção de novas técnicas e metodologias de difusão do conhecimento. Os cursos ofertados aos profissionais de segurança pública foram realizados na modalidade presencial e a distância em temáticas que qualificam para a “redução de homicídios”, “enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher” e “combate aos crimes transnacionais”, aderentes ao Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP).

No exercício de 2017, foram capacitados 161.983 (cento e sessenta e um mil, novecentos e noventa e oitenta e três) profissionais de segurança pública, totalizando um investimento de cerca de 15 milhões de reais.

Metas 2016-2019

- **045F - Capacitar mais de 855.000 profissionais de segurança pública até 2019, em diversas temáticas, com ênfase na redução de homicídios, na prevenção e no enfrentamento à criminalidade violenta, considerando a transversalidade das temáticas racial, de igualdade de gênero e de direitos humanos.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2017, em atenção ao Plano Nacional de Segurança Pública, as capacitações da Senasp foram direcionadas à qualificação dos profissionais da área para a redução de homicídios, o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres e o combate aos crimes transnacionais. As capacitações seguiram estritamente os preceitos da Matriz Curricular Nacional, em especial, seus eixos articuladores e áreas temáticas, privilegiando o respeito aos direitos humanos, a qualificação dos policiais para enfrentamento da criminalidade violenta e a resolução pacífica de conflitos. No planejamento de ensino, buscou-se, pois, qualificar os profissionais da polícia judiciária, da polícia de preservação da ordem pública, da polícia de proximidade, bem como o fortalecimento da perícia científica na produção da prova técnica.

Assim, foram desenvolvidas diversas capacitações, seja na modalidade presencial ou a distância, por meio da Rede EaD/Senasp. O portfólio de cursos da Rede EaD/Senasp disponibilizou 73 capacitações em 3 ciclos durante o ano. Já na modalidade presencial foram ofertados 33 cursos, em mais de 100 edições.

Os arranjos de gestão privilegiaram a manutenção de parcerias firmadas com as Instituições de Ensino Superior, Embaixada dos Estados Unidos no Brasil e as Instituições de Segurança Pública dos Estados e DF.

Em 2017, na modalidade presencial, foram capacitados 1.467 profissionais de segurança pública, nas seguintes capacitações: i) Análise Criminal; ii) Investigação de Homicídios e Drogas Ilegais; iii) Gestor de Unidades de Combate as Drogas; iv) Patrulha Maria da Penha; v) Local de Crime para Profissionais de Segurança Pública; vi) Unidades Especializadas de Fronteira, nível operador; entre outros.

Como resultado da parceria Senasp/Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), em 2017, 247 policiais civis e militares concluíram a 1ª Edição do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, executado no ambiente virtual de aprendizagem da plataforma EaD/Senasp.

A capacitação dos profissionais para atividades de inteligência em segurança pública foi ampliada em Cursos de Produção do Conhecimento, Segurança Orgânica, Inteligência Financeira e Operações de Inteligência. Nesta temática, cerca de 800 agentes de inteligência foram treinados.

Importante destacar os cursos ofertados aos mobilizados da Força Nacional de Segurança Pública, tropa federal e diretamente empenhada no Plano Nacional de Segurança Pública e outras ações de preservação e manutenção da ordem pública. Ao todo, 3.579 profissionais da Força Nacional de Segurança Pública foram capacitados em Instruções de Nivelamento de Conhecimentos (INCs), Estágios de Readaptação e Operações de Fronteira. Na dimensão do fomento ao acesso ao ensino superior, a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança pública – Renaesp, por meio de parcerias com Instituições de Ensino Superior, capacitou, em 2017, 204 profissionais de segurança pública em cursos de especialização lato sensu. Ao todo, nas modalidades presencial e a distância, a Senasp capacitou 161.983 profissionais de segurança pública.

Do total de capacitado em 2017, embora a meta de capacitações seja mensurada no final do ciclo do PPA, ficamos abaixo do número ideal, visto que anualmente, devemos atingir cerca de 25% da meta física. No exercício de 2017, o total de capacitados, levando-se em consideração a meta final, corresponde a 19%. O número final de capacitados no ano ficou abaixo do estimado tendo em vista que por ocasião do ciclo 39 da Rede EaD/SENASP (01/02 a 16/05/2017), devido às restrições orçamentárias que foram impostas no início deste exercício, a oferta de matrículas no ciclo foi reduzida em 60%. Ainda no primeiro semestre de 2017 o orçamento da ação 2320 foi recomposto.

Para o exercício de 2018, estimamos desenvolver ou atualizar, cerca de 10 cursos na plataforma virtual da Rede EaD/Senasp. Ampliar a capacitação em cursos presenciais, bem como, fomentar o acesso à cursos superiores por meio da Renaesp. As parcerias com os Institutos Federais serão fomentadas para a execução de novas turmas do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, na modalidade a distância.

Quantidade alcançada

379.716 unidades

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Adoção de medidas de gestão;

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Detalhamento das providências a serem tomadas

No PPA 2016-2019, para o atingimento da meta 045F, algumas medidas de gestão deverão ser adotadas, tais como, ampliação do quadro de pessoal da Coordenação-Geral de Ensino, aumento da oferta de vagas dos cursos da Rede EaD/Senasp, bem como, articulação com as demais Diretorias da Senasp que possuem em sua área negocial a atribuição de capacitação dos profissionais de segurança pública.

Cabe mencionar que o TCU, por meio do Acórdão 1320/2017, rejeitou a meta 045F, no atributo "confiabilidade",

tendo em vista a possibilidade de um mesmo profissional de segurança pública ser contabilizado em mais de uma capacitação, bem como, haver 52 profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) capacitados no "Curso de Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios".

Cumpra esclarecer que no exercício de 2016 a Senasp promoveu 217.733 capacitações, sendo que o atributo "confiabilidade" foi refutado visto que dentro deste universo, 52 profissionais do SUS foram capacitados no curso destinado ao atendimento integral e humanizado às pessoas vítimas de violência sexual. Os referidos profissionais são médicos, enfermeiros e psicólogos que promovem o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, com escuta qualificada, profilaxia, registro de informações e coletam os vestígios que futuramente poderão instruir a ação penal contra o violador. Entre outros objetivos, o curso busca integrar profissionais da perícia oficial e servidores do SUS, bem como evitar, na medida do possível, a revitimização das mulheres vítimas desta violência. Esses 52 profissionais não são, evidentemente, profissionais de segurança pública, mas atuam de maneira integrada e complementar em importante temática de interesse da área de segurança pública.

Assim, acatamos a recomendação do TCU, razão pela qual, solicitamos a alteração do descritor da referida Meta 045F, conforme segue:

"Promover mais de 855.000 capacitações em temas relacionados à segurança pública até 2019, em diversas temáticas, com ênfase na redução de homicídio, na prevenção e no enfrentamento à criminalidade violenta, considerando a transversalidade das temáticas racial, de igualdade de gênero e de direitos humanos".

Com a alteração do descritor, conforme proposto acima, serão contabilizadas as "capacitações", e não, "profissional capacitado", evitando-se com isso, divergências metodológicas na interpretação do resultado da meta e manutenção da série histórica do indicador. Outra possibilidade é promover a capacitação de profissionais, que embora não sejam originários da segurança pública, contribuam com temas relevante e relacionados com a área.

Uma vez alterado o descritor da meta, entendemos que a recomendação do TCU estará plenamente atendida, inclusive no "atributo confiabilidade".

• **0458 - Fomentar o funcionamento de 27 Gabinetes de Gestão Integrada - GGIs estaduais.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

Os Gabinetes de Gestão Integrada se constituem como um fórum deliberativo e executivo composto por representantes do poder público das diversas esferas e por representantes das diferentes forças com atuação na área da segurança pública, operando por consenso, em regime de mútua cooperação e sem hierarquia. Têm como objetivo discutir, deliberar e executar as políticas públicas com vistas à diminuição da criminalidade, prevenção às violências, à manutenção da paz social e a promoção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas, a partir da integração sistêmica dos órgãos e instituições federais, estaduais e municipais atuantes na área de segurança pública, justiça criminal e sistema prisional existentes em suas respectivas áreas de atuação.

A criação e o funcionamento dos GGIs ficam à cargo dos entes da federação, que podem ser tanto os estados como também os municípios. Ao Governo Federal cabe oferecer orientação e apoio para implementação da política.

No intuito de facilitar a gestão dos Gabinetes, é oferecido aos entes uma ferramenta denominada InfoGGI, que auxilia na gestão, promovendo interação entre os representantes e organizando os trabalhos cotidianos. Este sistema não é de uso obrigatório, contudo permite acompanhar o funcionamento dos GGIs através das informações inseridas localmente. Atualmente, estão cadastrados no sistema um total de 24 unidades da Federação, com a recente constituição do Gabinete de Gestão Integrada de Minas Gerais. Os Estados de Espírito Santo e Mato Grosso do Sul já contam com esse órgão colegiado constituído, faltando apenas seu cadastramento no sistema, o que totaliza 26 unidades da Federação

com GGIs estaduais funcionando. O GGI de São Paulo ainda não foi constituído. Ainda, insta-nos informar o progresso em relação a criação e cadastramento dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais, que perfazem, atualmente, 185 órgãos colegiados vinculados ao sistema INFOGGI. Contamos ainda com 09 (nove) Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira cadastrados, sendo que os dois restantes também estão vinculados ao INFOGGI pois são considerados Câmaras Técnicas de GGI-E (Roraima e Amazonas).

Quantidade alcançada

26 unidades

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Articulação de atores para implementação da meta;

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Realização de ações de divulgação;

Detalhamento das providências a serem tomadas

À época da definição da meta, a intenção era utilizar a figura dos GGIs Estaduais, que já eram fomentados pela SENASP desde 2003, como lócus de discussão do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, sendo os pontos focais do Ministério da Justiça para acompanhamento da implementação do pacto e monitoramento de suas ações. No entanto, não tendo ocorrido o lançamento do Pacto, o objetivo primeiro da Secretaria com relação aos GGIs volta a ser a expansão da filosofia da gestão integrada para o maior número possível de entes. Levar os estados que não possuem os GGIs no formato estabelecido a fazê-lo é uma consequência da expansão da filosofia de gestão integrada e não a meta em si, principalmente quando considerado o fato de que o Governo Federal não possui competência para obrigar os entes a fazê-lo, sendo apenas responsável pelo incentivo à organização dos Estados e Municípios. Em suma, a Meta 0458 tornou-se pouco representativa do esforço atual da Secretaria. Desta forma, entende-se necessário alterar o descritor da meta para que a mesma abranja o esforço de expansão da filosofia, modificando-a para uma meta qualitativa com o descritor “Fomentar a criação e o funcionamento dos Gabinetes de Gestão Integrada – GGI nos entes da federação”. Para além da modificação da meta, entende-se necessária uma articulação permanente com os entes federados, além da disponibilização de recursos, para que a política continue sendo incentivada a contento pela União, contribuindo para a execução desta meta. Para 2018, está prevista a realização de eventos com os gestores dos Gabinetes para troca de experiências e divulgação de boas práticas em GGIs.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	4	31/12/2017
Região Nordeste	9	unidade	9	31/12/2017
Região Norte	7	unidade	7	31/12/2017
Região Sudeste	4	unidade	3	31/12/2017
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2017

• 045A - Implantar Centros Integrados de Comando e Controle em todas as capitais.

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

Cumprir esclarecer que a Meta 045A foi proposta com o objetivo de iniciar e promover o desenvolvimento de Centros Integrados de Comando e Controle (CICC), em continuidade aos projetos propostos preliminarmente pela Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE/MJ), onde todas as capitais dos Estados e o Distrito

Federal tivessem um centro integrado implantado. Uma vez estruturados, os referidos centros seriam doados aos respectivos Estados para utilização própria. Este trabalho consiste em adequar as soluções tecnológicas já existentes nos estados, incluindo os doze beneficiados com a implantação dos centros por ocasião do evento Copa do Mundo FIFA 2014, modernizá-las e integrá-las. Essa integração será parte importante do Sistema Integrado de Comunicação, Coordenação, Comando e Controle (SIC4), com previsão de implantação em todos os estados e o Distrito Federal, simultaneamente a implantação dos centros e sua integração ao Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN). Entretanto, em consonância com as novas diretrizes da política de segurança pública, bem como a realidade financeira instalada no país, o projeto de implantação dos CICC está em fase de replanejamento, com previsão de término para dezembro de 2019, com 13 (treze) centros implantados. Em paralelo, as atividades de implantação nos estados de Goiás e Santa Catarina seguem através da execução de convênios. O estado de Goiás tem a previsão de término de execução para dezembro de 2018 e o estado de Santa Catarina para dezembro de 2019.

Quantidade alcançada

0 unidades

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Articulação de atores para implementação da meta;

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Em atendimento as recomendações do TCU, ratificamos que os 12 centros implantados em 2014 foram lançados erroneamente como quantidade alcançada no exercício de 2016. Desta forma, ratificamos que a meta precisa sofrer alteração em seu quantitativo, no que se refere a quantidade alcançada, qual seja, de 12 (doze) para 0 (zero). Por oportuno, solicitamos ainda que haja redução do quantitativo do descritor da Meta 045A de 27 (vinte e sete) para 15 (quinze) Centros Integrados de Comando e Controle, nos seguintes termos: “Implantar Centros Integrados de Comando e Controle em 15 (quinze) capitais”

• **045K - Sistematizar dados de segurança pública no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – Sinesp.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

Compete ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – Sinesp, por força da Lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012, sistematizar as informações da área. Pela complexidade do tema, os acordos de cooperação com os Entes Federados são firmados, após reuniões de alinhamento e arranjos de gestão, verificando a viabilidade política e técnica, uma vez que cada Unidade da Federação (UF) possui seu próprio sistema para registro dos boletins de ocorrência, procedimentos de polícia judiciária, lavratura de termos circunstanciados, atendimento e despacho de emergência, entre outros. Enfim, as soluções tecnológicas propostas e disponibilizadas pelo Sinesp, devem possuir aderência de linguagem com os sistemas dos Estados. Ademais, respeitado o pacto federativo, os Estados poderão ou não, por critérios de conveniência e oportunidade, aderir ao Sinesp. Talvez esse entrave de convencimento e articulação com os Estados seja o principal desafio na implementação da política pública.

Em 2016, apenas o Estado de Roraima, precursor no projeto piloto do Sinesp, fazia uso de suas soluções. Já no exercício de 2017, temos: (i) 08 UFs utilizando o Sinesp-PPe (AP, AC, TO, PI, RN, SE, RR e MA); (ii) a PRF, que em 2016 utilizava o Sinesp-CAD no DF, PB, PE e RN, ampliou para AL, BA, CE, GO, MG, MS, MT, RS, SP e TO,

totalizando 14 UFs; (iii) Forças Policiais de 5 UFs utilizando o Sinesp-CAD (RJ, AP, RN, AC e MA); (iv) Sinesp-Integração utilizado por 3 UFs (MS, SE e GO); (v) 55 mil usuários no Sinesp-Infoseg.

Ainda cabe mencionar o apoio e o fortalecimento dos Gabinetes de Gestão Integrada, por meio da ampliação do Sinesp InfoGGI, alcançando 222 Gabinetes que utilizam essa solução de gestão para facilitar a organização e funcionamento de um GGI, bem como promover a interação entre as esferas municipal, estadual e federal, auxiliando e facilitando a organização dos trabalhos cotidianos como agendamento, realização e acompanhamentos das reuniões e ações integradas, notificação dos participantes, arquivamento dos trabalhos realizados, entre outros.

O valor investido em 2017 na sistematização de dados de segurança pública no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas – SINESP foi de R\$ 77.285.000,00 (R\$27.285.000,00 oriundos da Ação Orçamentária 215R e R\$ 50.000.000,00 por meio do TED nº 04/DEPEN).

Outro fator de destaque foi a formulação do Contrato nº 021/2017, com o SERPRO, em substituição ao anterior, 045/2013.

Para 2018 existe uma demanda reprimida de vários Estados que já apontaram o interesse em conhecer, implementar ou expandir o uso das soluções Sinesp, ficando evidente a credibilidade alcançada e a qualidade dos serviços prestados.

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Serão ampliados os arranjos de gestão no sentido de ampliar a integração ao Sinesp. No que tange a normativas, o Regimento Interno do Conselho Gestor do Sinesp (CONSINESP), deverá ser revisado.

Dar andamento às tratativas com os diversos órgãos governamentais visando a integração das bases de dados junto ao Sinesp.

Garantir no desenvolvimento das soluções do Sinesp a estabilização de suas ferramentas, aprimorando a confiabilidade dos sistemas.

Iniciativas

• 04VZ - Criação da Escola Nacional de Altos Estudos de Segurança Pública (ENAESP).

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

O projeto de criação da Escola Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (ENAESP) foi devidamente desenvolvido no ano de 2015, com a parceria do Ministério da Educação. A estimativa era que no exercício do PPA 2016-2019, a Enaesp fosse devidamente institucionalizada junto a Diretoria de Ensino, Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal – DEPAID/SENASP. O normativo para criação da ENAESP, qual seja, uma minuta de Decreto Presidencial, em ato contínuo, foi enviado à Secretaria de Assuntos Legislativos. Tendo em vista a mudança da gestão no governo federal e as novas diretrizes, a iniciativa está sendo revisada.

No ano de 2017, foi finalizada a Consultoria de Código ENAESP, a qual visou subsidiar o fortalecimento da concepção e estrutura da ENAESP. A consultoria foi apoiada pelo PNUD, Programa BRA 04/029.

Não obstante, a falta de institucionalização da ENAESP não prejudicou o avanço da meta física de capacitação para os profissionais de segurança pública.

Em 2017 o projeto ENAESP foi mantido no portfólio de Projetos da SENASP.

• 04W6 - Fortalecimento dos Gabinetes de Gestão Integrada e/ou Centros Integrados de Comando e Controle nacional, regionais, estaduais e municipais

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

No transcorrer do ano de 2017, foi fomentada a constituição de novos gabinetes, em sua versão municipal, e também a continuidade da política juntos aos estados, através da disseminação eletrônica da política, com a divulgação da Cartilha dos Gabinetes de Gestão Integrada, a realização de seminário e encontros, envolvendo atores estaduais e municipais e também a participação em reuniões de Colegiado Pleno em municípios que constituíram seus respectivos gabinetes. Foram também realizadas capacitações presenciais em encontros regionais com a presença de representantes de estados e municípios objetivando a correta utilização do INFOGGI, a solidificação da política, a difusão de boas práticas e a troca de informações e conhecimento entre os participantes.

Dados os contingenciamentos econômicos e o cenário político, a proposta para 2017 acabou sendo sensivelmente impactada, o que impediu que fosse estabelecido um relacionamento mais próximo junto aos GGIs já existentes e que fosse realizada a mobilização necessária para fomento aos GGIs ainda não criados.

- **04W8 - Integração das Instituições de Ensino em Segurança Pública à ENAESP.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A presente iniciativa está intimamente aderente a iniciativa 04VZ. No final do ano de 2016, apoiada pelo Projeto BRA 04/029, a Senasp realizou consultoria especializada que identificou o total de Instituições de Ensino em Segurança Pública, além de mapear a forma de ingresso e os currículos dos cursos de formação para os profissionais da área. Para o exercício de 2018, acredita-se que será criada a rede de instituições de ensino em segurança pública, após encontro técnico que será promovido pela SENASP, agregando os gestores das instituições de ensino em segurança pública.

- **04WN - Estruturação e fortalecimento da Força Nacional de Segurança Pública.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

No ano de 2017 houve a reestruturação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, quando a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) passou a ser uma Diretoria, o que significou um considerável fortalecimento da FNSP, a qual também passou a ter nova estrutura, com a criação da Coordenação-Geral de Polícia Judiciária e Perícia, por exemplo.

É importante ressaltar a publicação da Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017, por meio da qual foram revogadas as Medidas Provisórias nº 737, de 6 de julho de 2016 e Medida Provisória nº 781, de 23 de maio de 2017, para permitir, por força de Lei, a mobilização, pela Força Nacional, de Policiais Militares inativos dos Estados e do Distrito Federal, bem como os Reservistas das Forças Armadas Brasileiras, que prestaram serviços temporários.

Por fim, cumpre esclarecer que as ações de fortalecimento da Força Nacional são planejadas e condicionadas essencialmente ao interesse, oportunidade e conveniência da Administração Pública Federal, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública

- **04XA - Instituição do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP).**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Essa iniciativa tinha por objetivo apoiar as ações do Objetivo 1044 por ocasião da construção do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios (PNRH), planejado em 2015. Em 2016, ainda no primeiro semestre, novos rumos, conceitos e definições foram atribuídos à política de segurança pública. Assim, em 2017, iniciou-se o desenho do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), com novas ações, políticas e projetos sendo planejados. Logo, relatamos que não ocorreu atuação no ano 2017 para implantação do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) e para o ano de 2018 a SENASP entende que essa iniciativa está descontinuada com a nova política do PNSP, assim será encaminhado quando possível solicitação de exclusão da mesma.

- **06SS - Justiça, Cidadania e Segurança Pública no Estado de Rondônia**

Individualizada: Não

• **06Z4 - Apoio a ações de valorização e melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Quanto as ações de valorização e melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, em 2017, destacamos a democratização ao acesso ao ensino aos profissionais da área em cursos da Rede EaD/SENASP e parcerias na execução de capacitações presenciais, promovendo a qualificação dos policiais civis, policiais militares, bombeiros militares e guardas municipais, em cursos técnicos, de aperfeiçoamento profissional, de graduação tecnológica e superior.

No exercício de 2017, ainda foram pactuados dois convênios para melhoria da qualidade de vida e saúde mental dos trabalhadores da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Os investimentos propostos por emendas parlamentares impositivas chegaram ao montante de R\$300.000,00, tendo por escopo, a reabilitação de profissionais de segurança pública portadores de doenças ocupacionais ou de serviço, bem como, a estruturação de centro de equoterapia.

• **07H4 - Criação e/ou atualização de 20 cursos da plataforma EaD/Senasp.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A iniciativa irá auxiliar na renovação do portfólio de cursos da rede EaD/SENASP, contribuindo para o atingimento da meta 045F. No exercício de 2017, foram desenvolvidos 4 novos cursos e atualizadas 03 capacitações. Cursos Atualizados: (i) “Atendimento às Mulheres em Situação de Violência”; (ii) “Balística Forense Aplicada”; (iii) “Educação para o Trânsito para Profissionais de Segurança Pública.

Cursos novos: (i) “Filosofia dos Direitos Humanos Aplicada à Atuação Policial – Casos Práticos”; (ii) “Polícia Comunitária 2”; (iii) “Videomonitoramento”; (iv) “Introdução à Tecnologia Sprinkler”.

Iniciativa em andamento: Meta: 20 novos cursos ou atualização na plataforma EaD/Senasp / Realizados em 2017: 7 Cursos novos/atualizados.

• **07H5 - Reestruturação da Agência Central do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública - SISP.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Consoante a iniciativa de reestruturação da Agência Central do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública – SISP, no ano de 2017 promoveu-se a alteração legislativa necessária à elevar a então Coordenação-Geral de Inteligência (CGI) da Secretaria Nacional de Segurança Pública ao status de Diretoria, passando a denominação de Diretoria de Inteligência (DINT), nos termos de Decreto Nº 9.150, de 4 de setembro de 2017, cujos efeitos se deram a contar de 5 de outubro de 2017. A reorganização ampliou a estrutura interna da Agência Central do SISP, antes composta por uma coordenação subordinada (Coordenação de Enfrentamento as Ações Criminosas Organizadas – CEACO), constituindo a nova Diretoria de seis coordenações: Coordenação-Geral de Inteligência, Coordenação-Geral de Integração do SISP, Coordenação-Geral de Contrainteligência, Coordenação Administrativa, Coordenação de Projetos e Capacitação e Coordenação de ações Especializadas. Em virtude da nova estrutura a Diretoria recebeu salas para alocação de seus órgãos componentes, localizadas no sexto andar do anexo II do Ministério da Justiça e Segurança Pública, iniciando processos aquisitivos e de reorganização dos espaços para instalação das equipes de trabalho. Foram iniciados estudos preliminares e levantamento das necessidades dos recursos para atender as competências da Diretoria junto à SENASP, com a definição de um Plano de Ação para mobilização de recursos de ISP no âmbito da Diretoria, que terá sua execução no exercício de 2018. Decorrentes deste planejamento inicial, já em 2017 foram adquiridos 150 computadores tipo Notebook para atender às demandas da reestruturação da DINT.

• **07H6 - Implantação do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública Nacional – CIISP-N**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Esta iniciativa decorre da reformulação do Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública para

o período 2015/2019, promovida mediante repactuação de diversas ações, dentre elas a carteira de Projetos Estratégicos do Ministério, na qual foi introduzida a iniciativa de implantação do CIISP-N. Considerando a efetivação da nova carteira de Projetos Estratégicos, a partir da aprovação dada pela Portaria GM nº 675, de 14/08/2017, se iniciou, no âmbito da SENASP, a elaboração do projeto de implantação do CIISP-N em Brasília para efetivação ao longo do exercício de 2018. Ainda, considerando a decisão da implantação do CIISP-N nas próprias dependências do Anexo II do Ministério da Justiça e Segurança Pública, disponibilizadas para a alocação das dependências da DINT, se encontra em fase de análise o Projeto Básico apresentado pela Diretoria, definindo as necessidades básicas para a referida implantação física, contemplando ainda a estrutura orgânica e de recursos materiais e humanos necessários.

• **07H7 - Implantação dos Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública Regionais – CIISP-R**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Posto a reformulação da carteira de Projetos Estratégicos do Ministério, promovida pela repactuação aprovada pela Portaria GM nº 675, de 14/08/2017, a presente iniciativa também se inseriu no rol de Projetos Estratégicos para o período 2015/2019. Atualmente se encontra em discussão no âmbito da Diretoria de Inteligência da SENASP, para consecução do projeto de implantação e alinhamento ao Plano Nacional de Segurança Pública, em elaboração no âmbito da Secretaria.

• **07H8 - Implantação da Base Nacional de Inteligência de Segurança Pública - BNISP**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Posto a reformulação da carteira de Projetos Estratégicos do Ministério, promovida pela repactuação aprovada pela Portaria GM nº 675, de 14/08/2017, a presente iniciativa se insere no rol de Projetos Estratégicos para o período 2015/2019. Trata-se de Projeto de alta complexidade, cujo planejamento se encontra em fase de definições de tecnologias de informação e comunicação necessárias, considerando os objetivos específicos propostos para o Projeto de integração de sistemas de inteligência, correlação de dados para decisões mais assertivas, padronização da forma de produção de conhecimento e promoção de uma base única de inteligência para consulta de dados.

• **07H9 - Fortalecimento das Agências de Inteligência dos Entes Federativos em formação de pessoal, equipamentos e programas de TI, de forma padronizada.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em 2017 foi efetuado estudo junto aos 26 Estados e Distrito Federal visando levantamento preliminar das principais necessidades em recursos de inteligência para o fortalecimento das Agências de Inteligência a estes subordinadas, resultando em um rol de vinte e seis (26) principais itens de equipamentos, voltados à operações de inteligência, contrainteligência, informática e veículos. Ainda em 2017, atendendo a demanda identificada, foram realizadas aquisições de equipamentos de proteção individual para atuação de agentes em campo, totalizando a compra de 496 coletes balísticos. Também foram adquiridos 266 computadores tipo Desktop e 532 monitores.

Financiamentos Extraorçamentários

- BNDES Estados - BNDES Proinveste - Implantar o CICC nas capitais e cidades gêmeas de fronteira.

OBJETIVO: 1045 - Promover sistema penal justo e que viabilize a reintegração social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional do Objetivo

Análise Situacional do Objetivo: O Objetivo '1045' tem como finalidade articular junto aos demais entes ações relacionadas ao acesso a serviços como saúde, educação e trabalho, além da modernização e qualificação das unidades prisionais, sobretudo de forma a promover atividades que busquem a redução do número de pessoas presas, como forma de se evitar os malefícios à sociedade (especialmente em termos de segurança pública) decorrentes do encarceramento em massa. E de igual maneira, viabilizar um sistema mais justo que respeite os direitos fundamentais. Nesse sentido,

segue abaixo a descrição de forma sucinta das atividades realizadas no ano de 2017 para o alcance do objetivo deste Departamento.

Observa-se que tivemos várias entregas importantes em 2017, como o Projeto Identidade Cidadã, testes de saúde, vacinação, rodas de conversa sobre prevenção, entre outras executadas em conjunto pelo DEPEN e os Estados; ocorreu, também, o 4º Encontro Nacional de Gestores de Trabalho Prisional, onde foi feito o lançamento do Selo Resgata, que reconhece as empresas e instituições que contratam pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional.

No âmbito das Políticas de Alternativas Penais, foi realizada agenda estratégica para capacitação e formação de equipes técnicas estaduais que atuam nas Centrais Integradas de Alternativas Penais locais, visando o aprimoramento metodológico e a implementação do modelo de gestão para a política nacional de alternativas penais promovido pelo DEPEN.

Em 2017, foram transferidos, via repasse fundo a fundo, o montante de R\$ 89.568.888,88 (oitenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais oitenta e oito centavos) de recursos financeiros para o Estado da Bahia e Ceará, que não haviam recebido os recursos no final de 2016. Além disso, em dezembro de 2017, foi realizado o segundo repasse dos recursos na modalidade Fundo a Fundo às 27 Unidades da Federação, no montante total de R\$ 590.625.000,00.

Foram também assinados Acordos de Cooperação Técnica com outras entidades, visando integração e execução de ações voltadas ao acesso e promoção da cultura para as pessoas cumpridoras de penas e egressas e seus respectivos familiares.

De igual maneira ocorreram avanços importantes nas demais metas relacionadas ao DEPEN:

- Ampliação de números de pessoas privadas de liberdade que participam de atividades laborais

Foram realizadas ações de política para mulheres, saúde, acompanhamento dos convênios firmados para implementação de oficinas de produção - PROCAP - nas unidades prisionais.

- promoção da modernização e qualificação de estabelecimentos prisionais

No campo de aparelhamento e tecnologia, foram doados 292 veículos furgões cela, sendo beneficiados os 27 sistemas prisionais estaduais, como também 21 caminhões 4x4 a 9 Estados. Além disso, foram inauguradas 4 novas penitenciárias com recursos federais em GO, MG, AM e RO, criando 1263 novas vagas.

- ampliação do número de pessoas envolvidas em atividades educacionais

Primeiramente cabe informar que os dados referentes ao ano de 2017 ainda estão em fase de validação. Contudo é importante destacar que a oferta de turmas de qualificação profissional, por meio do Pronatec, nos anos de 2016 e 2017 foram em quantidade inferior ao planejado em 2015, razão pela qual o DEPEN optou por financiar diretamente as vagas em 2018, repassando R\$ 48 milhões em recursos do FUNPEN ao MEC, o correspondente à 24 mil novas vagas.

COBERTURA DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Cabe destacar, antecipadamente, que os dados relativos ao ano de 2017 ainda estão sendo consolidados.

Atualmente, todas as unidades federativas brasileiras e 284 municípios aderiram à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Pessoa Privada de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). Até o mês de competência financeira setembro/2017 existiam 546 equipes de saúde prisional cadastradas no CNES, entretanto, 247 equipes fizeram jus ao recebimento do incentivo financeiro federal de custeio.

Metas 2016-2019

• **045B - Aumentar de 130 mil para 250 mil o número de pessoas presas que participam de atividades laborais, incluindo a inserção laboral em cooperativas sociais.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

De antemão, cabe destacar que os dados referentes ao ano de 2017 estão sendo coletados e validado pela Coordenação do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional junto aos Entes da Federação. Cabe informar que nesta semana, do dia 22 a 26 de janeiro, esta sendo realizado seminário da referida coordenação com os pontos focais

dos Estados para definição dos procedimentos e fluxos do processo de informação.

A fonte de dados utilizadas para o aferimento da Meta 045B é o Infopen - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. O último relatório do Infopen publicado pelo Depen tem como referência os dados de junho de 2016. Tal relatório está disponível no site www.depen.gov.br

A meta 045B foi definida ainda no ano de 2015, quando a perspectiva da oferta de vagas de trabalho eram muito positivas. Naquela época, os últimos dados disponíveis eram referentes a dezembro de 2013. Segue abaixo os quantitativos de pessoas envolvidas em atividades laborais. É possível observar o crescimento de pessoas presas trabalhando.

2010: 96.852

2011: 709.310

2012: 111.909

2013: 119.517

Considerando o crescimento progressivo das vagas de trabalho no sistema prisional nos anos anteriores e ainda a situação econômica e política da época, foi feita uma previsão de quantas pessoas estariam envolvidas em atividades laborais em 2015 (para servir de linha de base) e para os anos seguintes, até 2019. Pelos motivos expostos, foi estabelecida a linha de base de 130 mil pessoas trabalhando (que deveriam ser os dados de 2015, mas não estavam disponíveis).

O motivo do decréscimo está diretamente relacionado ao cenário econômico e político brasileiro entre os anos de 2015 e 2017, visto que eram muito diferentes de quando foram projetadas as metas do PPA. A recessão econômica e financeira enfrentada pelo país nos últimos anos tem sido decisiva para a diminuição de ofertas de trabalho no país e consequentemente no sistema prisional. Segue abaixo os quantitativos que apontam o período de crescimento e o declínio.

2014: 115.794

2015: 98.285

2016: 95.967

Quantidade alcançada

95.967 unidades

Data de Referência

31/12/2016

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Avaliação da estratégia da política pública e, consequentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Detalhamento das providências a serem tomadas

As atividades laborais no sistema prisional continuarão sendo fomentadas pelo Governo Federal (DEPEN) ao longo de 2018, visando a ampliação do número de trabalhadores. Ainda no 1º semestre será realizada a Mostra Nacional de Trabalho no Sistema Prisional, que irá, dentre outros pontos, chamar empresários e instituições públicas e privadas para atuarem no sistema prisional. Além disso, outras estratégias de financiamento e incentivos serão adotadas.

Lançamento do Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional – RESGATA, que visa reconhecer e incentivar empresas, órgãos públicos e entidades de economia solidária para a oferta das vagas de trabalho. Ainda em 2017, foi aberto o primeiro ciclo de concessão do selo, com previsão de entrega em 2018. Em 2017, foi lançado também o Projeto Mulheres Livres que visa a inclusão social das mulheres que estão ou passaram pelo sistema de justiça penal, oferecendo vagas de trabalho pactuada com as Federações Estaduais de

- **045G - Promover a modernização e qualificação de 120 estabelecimentos prisionais com requisitos mínimos de estrutura, aparelhamento e serviços, visando a humanização do sistema penal .**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

Em 2017, foram entregues 292 veículos furgões cela totalizando 52 Milhões, sendo beneficiados os 27 sistemas prisionais estaduais. Ainda no ano de 2017, foram entregues 21 caminhões 4x4 a 9 Estados, com investimentos na ordem de R\$ 6 Milhões.

Cabe destacar que apesar dessa gama de entregas a quantificação desta meta não esta definida, pois, foram feitas inúmeras reuniões da área técnica do DEPEN para definir os equipamentos e as melhorias nos estabelecimentos penitenciários beneficiados, porém sem definição certa. Nesse sentido, foi sugerido a modificação desta meta de quantitativa para uma meta qualitativa, mas definição dos órgão superiores.

Porém, é importante destacar que com a adoção da modalidade de transferência obrigatóriovia fundo a fundo em 2016 um total de 346 milhões para aparelhamento de diversos estabelecimentos prisionais nos 27 Estados, para execução em 2017. Finalmente, em 2017 foram inauguradas 4 novas penitenciárias com recursos federais em GO, MG, AM e RO, criando 1263 novas vagas.

Quantidade alcançada

0 unidades

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Acompanhamento das entregas das doações dos aparelhamentos aos Estados.

- **045J - Promover a redução do número de pessoas presas.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

Preliminarmente, cabe destacar que a meta de redução de pessoas presas não consiste exatamente em diminuir o número de pessoas aprisionadas, mas sim uma preocupação de que as ações que o DEPEN executa possam contribuir para a diminuição do encarceramento.

Neste sentido, as ações voltadas às políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica de pessoas, fomentadas exclusivamente pelo DEPEN ou em parceria com o Conselho Nacional de Justiça junto às Unidades da Federação e Tribunais de Justiça, tem o condão de evitar que um contingente significativo de pessoas adentre ao cárcere, evitando o aumento desnecessário da população carcerária.

Sendo assim, a Diretoria de Políticas Penitenciárias por meio desta Coordenação-Geral de Alternativas Penais iniciou em 30.10.2017 coleta de dados sobre o número de pessoas que deixaram de adentrar no Sistema Penitenciário Nacional no ano de 2017.

Para contabilizar esta quantidade de pessoas, levou-se em consideração:

- 1) o número de pessoas encaminhadas às audiências de custódia que não tiveram sua prisão decretadas:
 - a) decretação de medida cautelar diversa da prisão com ou sem acompanhamento social/assistencial;
 - b) decretação de medida cautelar diversa da prisão com monitoração eletrônica;
 - c) decretação de medida protetiva de urgência com ou sem monitoração eletrônica;

TOTAL: 148.672

- 2) número de pessoas em cumprimento de alternativas penais (excetuando-se as já contabilizadas no item 1. e

previstas na Portaria MJ 495/2016 – Política Nacional de Alternativas Penais)

- a) penas restritivas de direitos;
- b) transação penal e suspensão condicional do processo;
- c) suspensão condicional da pena privativa de liberdade;
- d) conciliação, mediação e técnicas de justiça restaurativa;

TOTAL: 47.616

Após a compilação dos dados coletados junto aos estados, chegamos a um total de 196.288 pessoas que, devido às políticas acima elencadas, deixaram de adentrar ao Sistema Penitenciário Nacional, o que equivale aproximadamente a 31,54% do número de pessoas que se encontravam presas em dezembro de 2014, período este utilizado como linha de base para a definição da meta da redução de pessoas presas prevista no PPA, ou ainda aproximadamente 27,5% em relação ao número de pessoas presas em junho de 2016.

Há de se destacar ainda, que algumas Unidades da Federação não encaminharam os dados solicitados principalmente no que se refere ao item 02, e que os dados referentes às audiências de custódia obtidos junto ao CNJ são do mês de junho de 2017, é possível ponderar que os dados obtidos ainda estão aquém do Número de pessoas realmente alcançado pelas ações executadas.

Nesse sentido, não houve redução no número de pessoas presas. De dezembro de 2014 até junho de 2016 a população prisional cresceu em 104.510 pessoas privadas de liberdade. Cabe informar que os dados da quantidade alcançada foram retiradas do Infopen 2016, pág 12.

Por oportuno, informamos que nos registros de 2016 foram inseridos os dados de 2014, pois o DEPEN estava com dificuldades de coleta de dados junto aos Entes da Federação, porém os dados, correspondente ao dados de 2016 são os informados acima.

Cabe destacar que esta meta não está totalmente sob a governança do DEPEN, pois envolvem políticas complexas que devem ser articuladas entre diversos o poder Judiciário, Polícias e a Sociedade Civil organizadas na forma dos conselhos penitenciários.

Quantidade alcançada

352,63 pessoas presas/100.000 habitantes

Data de Referência

31/12/2016

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Detalhamento das providências a serem tomadas

As POLÍTICAS DE ALTERNATIVAS PENAIIS e POLÍTICAS DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA DE PESSOAS são as principais estratégias do Sistema de Justiça Criminal para contribuir com a racionalização do Sistema Prisional, pois qualifica/reduz o fluxo de entrada de pessoas nas Unidades Prisionais ao promover outros meios eficazes de responsabilização penal para pessoas que cometeram delitos de menor e médio potencial ofensivos. Para tanto, o DEPEN financia junto as Unidades da Federação a implantação de Centrais Integradas de Alternativas Penais, compostas por equipes multidisciplinares (psicologia, assistência social e direito) capacitadas para a execução de metodologias de atendimento, acompanhamento, articulação de rede e inclusão social, dando efetividade as alternativas penais aplicadas pelo Poder Judiciário e as Centrais de Monitoração Eletrônica que busca fomentar diretrizes nacionais voltadas à qualificação da política com o intuito de estimular seu potencial desencarcerador e assegurar o uso da ferramenta com respeito aos direitos fundamentais.

As Alternativas Penais mais aplicadas pelo Judiciário são: penas restritivas de direito; transação penal; suspensão condicional do processo e da pena; medidas cautelares diversas da prisão e medidas protetivas de urgência. Tendo em vista sua maior capacidade para contribuir com a redução dos presos provisórios, o DEPEN tem induzido o direcionamento dos atendimentos realizados pelas Centrais junto as Audiências de Custódia (com foco nas medidas cautelares diversas da prisão). Logo o objetivo dos convênios firmados pelo DEPEN é de se criar ou reforçar estruturas, nas Unidades da Federação, de acompanhamento das medidas cautelares, inclusive como suporte à instalação das Audiências de Custódia em cada Estado.

Diante disto, como intuito de contribuir para a diminuição do número de pessoas presas no país, pretende-se realizar:

Implementação dos convênios para implantação das Centrais Integradas de Alternativas Penais nas UFs: AP, RS, RN, ES, MS, MT, PA e PR

Implementação dos convênios para implantação das Centrais de Monitoração Eletrônica de Pessoas nas UF: AM; AP; RS; MG; PR.

Iniciativas

- **04VY - Apoio à melhoria da gestão dos serviços penais fortalecendo a cooperação federativa.**
Individualizada: Não
- **04W0 - Aprimoramento do uso de ferramentas da tecnologia da informação e implantação do sistema previsto na Lei 12.714/2012.**
Individualizada: Não
Análise Situacional da Iniciativa

O Módulo de Informações Penitenciárias do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN, já foi implementado em todas as 27 Unidades de Federação, tendo como principal entrega duas coletas de dados estatísticos do sistema prisional: uma com a coleta de dados em andamento (referente ao primeiro semestre de 2017) e outra em fase de validação de dados (referente ao segundo semestre de 2016).

Em relação ao Módulo de Cadastro Nacional de Custodiado e Gestão Prisional, informamos que os Estados de Tocantins e Bahia tiveram seus sistemas de gestão prisional informatizados com a utilização do SISDEPEN, de forma que é possível obter dados sobre sua população prisional de maneira imediata através do sistema. É possível obter dados de localização carcerária, do perfil socioeconômico da população privada de liberdade, dados da fase de persecução penal, bem como dados de gestão prisional.

Foram ministrados vários treinamentos no território nacional, com o intuito de capacitar servidores estaduais no uso correto da ferramenta SISDEPEN. Com relação ao Módulo I - Informações Penitenciárias, foram realizados treinamentos em Brasília, com a participação de dois representantes de cada uma das Unidades da Federação, que atuam como cadastradores e multiplicadores de conhecimento nos seus respectivos órgãos. Com relação ao Módulo II - Cadastro Nacional do Custodiado foram realizados treinamentos específicos, com foco na integração de dados via webservice, em Brasília/DF, Porto Alegre/RS, São Paulo/SP e Aracaju/SE. Nas cidades de Palmas/TO, Salvador/BA, Porto Velho/RO, Natal/RN, João Pessoa/PB e Macéio/AL foram realizados treinamentos para cadastro manual dos custodiados no SISDEPEN.

Houve a entrega da primeira parte do Módulo de Gestão Prisional. Algumas funcionalidades já estão sendo utilizadas pelos estados da Bahia, Tocantins e Paraíba.

• **04W7 - Construção da Escola Nacional de Serviços Penais e a Sede do Departamento Penitenciário Nacional.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Devido a mudança de governo, problemas e a priorização na Construção da 5ª Penitenciária, não foi possível iniciar a Construção da Escola e da Sede do DEPEN.

Em 2016, a Diretora da Escola atuante foi pessoalmente na SPU (Superintendência do Patrimônio da União), para consultar por que o processo estava parado e aproveitou para pedir agilidade.

Em 2017, com o anúncio da construção das 5 Penitenciárias Federais, o MJSP informou ao Diretor Geral do DEPEN da época que a construção da Escola não era prioridade - status este que permanece até hoje frente à construção das 5 penitenciárias federais.

A então Diretora da ESPEN, em 2017, fez um follow up com a SPU sobre o apostilamento, e constatou que permanecia na fila para atendimento.

• **05GR - Ampliação da aplicação de alternativas penais em substituição à privação de liberdade.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Com o intuito de aferirmos o impacto das políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica de pessoas, fomentadas exclusivamente pelo DEPEN ou em parceria com o Conselho Nacional de Justiça junto às Unidades da Federação e Tribunais de Justiça, esta Diretoria de Políticas Penitenciárias por meio desta Coordenação-Geral de Alternativas Penais iniciou em 30.10.2017 coleta de dados sobre o número de pessoas que deixaram de adentrar no Sistema Penitenciário Nacional no ano de 2017.

Para contabilizar esta quantidade de pessoas, levou-se em consideração:

1) o número de pessoas encaminhadas às audiências de custódia que não tiveram sua prisão decretadas:

- a) decretação de medida cautelar diversa da prisão com ou sem acompanhamento social/assistencial;
- b) decretação de medida cautelar diversa da prisão com monitoração eletrônica;
- c) decretação de medida protetiva de urgência com ou sem monitoração eletrônica;

TOTAL: 148.672

2) número de pessoas em cumprimento de alternativas penais (excetuando-se as já contabilizadas no item 1. e previstas na Portaria MJ 495/2016 – Política Nacional de Alternativas Penais)

- a) penas restritivas de direitos;
- b) transação penal e suspensão condicional do processo;
- c) suspensão condicional da pena privativa de liberdade;
- d) conciliação, mediação e técnicas de justiça restaurativa;

TOTAL: 47.616

Após a compilação dos dados coletados nos estados, chegamos a um total de 196.288 pessoas que, devido às políticas acima elencadas, deixaram de adentrar ao Sistema Penitenciário Nacional, o que equivale aproximadamente a 31,54% do número de pessoas que se encontravam presas em dezembro de 2014, período este utilizado como linha de base para a definição da meta da redução de pessoas presas prevista no PPA.

Há de se destacar ainda, que algumas Unidades da Federação não encaminharam os dados solicitados principalmente no que se refere ao item 02., e que os dados referentes às audiências de custódia obtidos junto ao CNJ são do mês de junho de 2017, é possível ponderar que os dados obtidos ainda estão aquém do Número de pessoas realmente alcançado pelas ações executadas.

- **05GS - Implementação e fortalecimento da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional.**
Individualizada: Não
Análise Situacional da Iniciativa

A política voltada ao público feminino no sistema prisional implementada por meio das seguintes ações no ano de 2017:

 - i) Reuniões do Comitê Gestor da Pnampe com participação do Depen e dos Ministérios e instituições responsáveis pelas políticas;
 - ii) Aparentamento de unidades prisionais femininas com itens de salas de aleitamento e brinquedotecas;
 - iii) Fomento da aplicação do Decreto publicado em 12 de abril de 2017, estabelecendo critérios para concessão de indulto e comutação da pena de mulheres presas, nacionais e estrangeiras, por ocasião do Dia das Mães;
 - iv) Incentivo da elaboração dos Planos Estaduais sobre Mulheres em Situação de Prisão;
 - v) Projeto Piloto Mulheres Livres que promove condições para o desencarceramento de mulheres privadas de liberdade e inserção e preparação para o mundo do trabalho e políticas de proteção social.
- **05GT - Apoio à organização e à oferta de ações afirmativas nos serviços penais para promoção da igualdade racial.**
Individualizada: Não
Análise Situacional da Iniciativa

Em 2017 foram iniciadas tratativas com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) para a elaboração conjunta de estratégias que pensem nas questões raciais que envolvem a população privada de liberdade.
- **05GU - Ampliação do acesso a serviços e da promoção de direitos no sistema prisional, considerando as diversidades e o respeito aos direitos humanos.**
Individualizada: Não
Análise Situacional da Iniciativa

Em relação às populações vulneráveis no sistema prisional, o Depen está desenvolvendo política nacional de atenção às diversidades no sistema penal, buscando a promoção da igualdade efetiva e a garantia de direitos considerando as especificidades relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, condição de deficiência, geração, religião, nacionalidade, condição de moradia, tipo penal, condição de imputabilidade e condição de saúde.
- **06NF - Modernização do Sistema Penitenciário Federal.**
Individualizada: Não
Análise Situacional da Iniciativa

Para modernização do Sistema Penitenciário Federal, foram iniciadas/instruídas/finalizadas as seguintes aquisições em 2017:

 - Beliches
 - Ar Condicionado
 - Algemas e cadeados
 - Materiais Esportivos para internos
 - Lixeiras e Dispensers
 - Material Copa e Cerimonial
 - Material de Consumo e Expediente
 - Mobiliário
 - Kit asseio para presos
 - Eletrodomésticos
 - Lixeiras e carros coletores
 - Uniformes para presos
 - Equipamentos Hospitalares
 - Arma de eletrochoque
 - Materiais Odontológicos

Materiais Hospitalares
Equipamentos Odontológicos
Equipamentos hospitalares
Computadores e notebooks
Uniformes para servidores
Equipamento operacional
Coletes nível II e granadas menos letais
Veículos caracterizados e descaracterizados
Equipamentos de Raio X
Body Scan
Ferramental manutenção Armamento
Ferramental Tecnologia da Informação
Aparelhos de musculação para servidores
Escudos Balísticos
Equipamento de Airsoft
Plataforma de monitoramento
Brises PFBRA
Motores eletrônicos delizantes PFBRA
Toldos PFBRA
Rede lógica PFBRA
Catracas PFBRA
Serviços técnicos Sistemas de Segurança e CFTV
Fornecimento e plantio de mudas de espécies arbóreas do bioma Cerrado
Confecção e instalação de Placas de Comunicação Visual PFBRA
SUV blindadas

• **06ST - Apoio ao fortalecimento e aperfeiçoamento do sistema penal e carcerário**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em 2017, foram entregues 292 veículos furgões cela totalizando 52 Milhões, sendo beneficiados os 27 sistemas prisionais estaduais. Ainda no ano de 2017, foram entregues 21 caminhões 4x4 a 9 Estados, com investimentos na ordem de R\$ 6 Milhões. Foram transferidos via fundo a fundo em 2016 um total de 346 milhões para aparelhamento de diversos estabelecimentos prisionais nos 27 Estados, para execução em 2017. Finalmente, em 2017 foram inauguradas 4 novas penitenciárias com recursos federais em GO, MG, AM e RO, criando 1263 novas vagas.

• **06VL - Apoio aos Estados e Municípios com população superior a 15 mil habitantes para a implantação de estabelecimentos socioeducativos juvenis**

Individualizada: Não

• **06Z0 - Construção de penitenciárias federais**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

1. 5ª Penitenciária Federal: Foi finalizada a construção da Penitenciária Federal em Brasília/DF, cuja inauguração está prevista para março de 2018.

2. 6ª Penitenciária Federal: Foi celebrado Protocolo de Intenções entre DEPEN, Estado do Rio Grande do Sul e Município de Charqueadas/RS, para fortalecimento da articulação institucional no tocante à construção da Penitenciária Federal em Charqueadas/RS. Ademais, o respectivo terreno está em processo de incorporação por parte da União.

3. 7ª Penitenciária Federal: O município de Itaquitinga, no estado de Pernambuco, foi selecionado para receber a 7ª Unidade Prisional Federal, cujas próximas fases de implementação estão em discussão.

4. As outras 3 Penitenciárias Federais anunciadas pelo Governo Federal estão em processo de análise quanto à sua localização desde 2017, considerando ofertas realizadas por diversos municípios, e deverão ser definidas durante o ano de 2018.

• **07FQ - Indução da oferta de serviços voltados à reinserção social da pessoa egressa do sistema prisional**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

No que tange à políticas que alcancem o público egresso do sistema prisional, ao longo de 2017 algumas estratégias foram adotadas

- i) Projeto Piloto "Alvorada" com o Instituto Federal de São Paulo - Campus Campinas, que visa a qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho de egressos do sistema prisional, adotando metodologias de empreendedorismo, acompanhamento psicossocial, jurídico, etc.
- ii) O escopo do projeto piloto Mulheres Livres envolve mulheres egressas do sistema prisional, de forma a incluir nas políticas públicas e estratégias previstas no projeto.

• **07FR - Fortalecimento de política nacional de controle e participação social na execução penal.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais é o órgão responsável pela promoção, fomento e fortalecimento da Política de Controle e Participação Social na Execução Penal. No ano de 2017, destacam-se as seguintes ações realizadas no tema:

- Contratação de Consultoria Técnica Especializada para o Fortalecimento da Política de Controle e Participação Social na Execução Penal, com produção, ainda em 2017, dos documentos “Avaliação das Atividades Desenvolvidas pela Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais” e “Manual de Procedimentos: Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais”. Os documentos foram produzidos em diálogo com equipe da Ouvidoria e com especialistas no tema reunidos em Grupo de Trabalho reunido para discussão dos materiais, servindo como referência técnica para a qualificação da atuação do órgão no fomento à participação social nos serviços penais.

- Contratação da pesquisa “Cartas do Cárcere”, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU), tendo sido selecionada a equipe de pesquisa liderada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). No ano de 2017 foi desenvolvido e entregue Plano de Pesquisa Revisado e foram analisadas e sistematizados dados sobre todas as cartas recebidas pela Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais em 2016, totalizando mais de 8.000 documentos. Além de apresentar um quadro sobre as manifestações e principais demandas que chegam ao órgão, munindo o poder público e a sociedade civil de informações essenciais ao desenvolvimento da participação social nos serviços penais, essa etapa já realizada da pesquisa servirá de subsídio para o desenvolvimento, em 2018, da publicação “Cartas do Cárcere” e do desenvolvimento de campanha de sensibilização no tema.

- Publicação do Edital de Chamamento Público nº 1/2017, do Departamento Penitenciário Nacional, tendo por objeto a seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de colaboração para a execução de projeto voltado ao aperfeiçoamento de metodologias de inspeção em unidades prisionais. Entre as metas do projeto, está (i) o apoio à realização de consulta pública sobre os campos de formulário padronizado de inspeções prisionais, inclusive quanto à mobilização de atores relevantes e análise dos resultados obtidos; (ii) o mapeamento e desenvolvimento de melhorias em sistema informatizado, considerando as necessidades de gestão de cadastro e de relatórios de inspeção, bem como de ferramentas de transparência e painéis de controle; (iii) a realização de ações voltadas à capacitação de instituições quanto à realização de inspeções prisionais, considerando, inclusive, o uso de sistema informatizado; e (iv) a elaboração de recomendações para o aperfeiçoamento de metodologias de inspeção prisional, considerando a

pluralidade de atores envolvidos e a articulação com organizações da sociedade civil. O projeto busca implementar o Compromisso 8 do 3º Plano de Ação Brasileiro na Open Government Partnership (Parceria para Governo Aberto), que prevê a instituição de “sistema informatizado, único e de formato aberto de inspeção prisional, garantindo a participação da sociedade civil na sua construção e gestão”.

- Diálogo com sociedade civil em casos sensíveis envolvendo o sistema prisional, a exemplo das atividades de monitoramento de medidas aplicadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e ações do projeto Justiça e Cidadania nos Estados de RN, AM e RR, envolvendo atividades de atendimento jurídico, de saúde e oitiva de denúncias e demandas de pessoas privadas de liberdade.

Financiamentos Extraorçamentários

- BNDES Estados - BNDES Proinveste - Finem Comércio e Serviços Setorial Segurança Pública - Promover a modernização e humanização de estabelecimentos prisionais com requisitos mínimos de estrutura, aparelhamento e serviços.

OBJETIVO: 1046 - Fortalecer a defesa da concorrência e do consumidor por meio da ampliação da escala e da efetividade das políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional do Objetivo

São princípios constitucionais a liberdade de iniciativa, a livre concorrência, a função social da propriedade, a defesa dos consumidores e a repressão ao abuso do poder econômico. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, que compõem o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, assim como a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) são os responsáveis por conduzir o fortalecimento da defesa da concorrência e do consumidor. Essas duas ações se complementam na criação de um ambiente econômico saudável, promovendo o bem-estar econômico dos cidadãos.

Para fortalecer a defesa da concorrência, no segundo ano do PPA 2016-2019, o Cade buscou orientar sua atuação com vistas, especialmente, a assegurar a qualidade e a eficiência do controle de concentrações, fortalecer o combate a condutas anticompetitivas, promover a cultura da concorrência no Brasil e exercer protagonismo na agenda antitruste internacional. Além disso, o ano de 2017 foi marcado pelo realinhamento estratégico do órgão, após a troca de comando em postos-chaves do órgão, em decorrência de término de mandato. Para esse realinhamento estratégico, a alta cúpula se debruçou sobre os avanços que pretende realizar para a sociedade até 2020, bem como assegurar aquelas já conquistados.

Já a SENACON atuou com vistas a fortalecer a defesa do consumidor, por meio da participação em grupos de trabalhos interministeriais, manifestações técnicas acerca de demandas legislativas, participação em acordos de cooperação internacional.

Segue, nos documentos anexos, detalhamento da análise situacional do Objetivo 1046 sob a perspectiva do Cade e da Senacon.

Metas 2016-2019

- **045R - Ampliar em 60% o número de atendimentos realizados aos consumidores, alcançando mais de 15 milhões de atendimentos ao final de 2019.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON possui como meta ampliar o número de atendimentos aos consumidores realizados no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC e do Consumidor.gov.br. Juntos esses sistemas são responsáveis por consolidar cada atendimento registrado em âmbito

nacional das demandas dos consumidores.

SINDEC

O Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor -Sindec permite o registro das demandas individuais dos consumidores que recorrem aos Procons, formando um banco nacional de informações sobre problemas enfrentados pelos mesmos. Trata-se do sistema utilizado por Procons de todo o país presente nas 27 Unidades da Federação.

Consumidor.gov.br

O Consumidor.gov.br é uma plataforma de autocomposição focada na resolução de conflitos de consumo, por meio da internet, através da qualificação dos mecanismos de atendimento ao consumidor e atuando como canal de solução alternativa de conflitos de consumo, concebida com base em princípios de transparência e controle social, fornecendo ao Estado informações essenciais à elaboração e implementação de políticas públicas de defesa dos consumidores e incentivando a competitividade no mercado pela melhoria da qualidade e do atendimento ao consumidor.

O Consumidor.gov.br, vem se consolidando cada vez mais, tendo, hoje, 414 empresas cadastradas, mais de 1 milhão de reclamações finalizadas e mais de 772 mil consumidores cadastrados, salientando-se que o número de atendimentos acima mencionado foi contabilizado desde a criação do referido sistema em 2014. Para alcançar o objetivo de ampliar o número de atendimentos realizados aos consumidores a Secretaria Nacional do Consumidor firmou Acordos de Cooperação Técnica no âmbito do Consumidor.gov.br. Atualmente, há acordos dessa natureza firmados com Procons, Ministérios Públicos, Tribunais de Justiça e Defensorias Públicas. Ao longo de 2017, foram firmados novos acordos com Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos e Procons. Naquele ano, a SENACON assinou, também, Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC para adesão do Consumidor.gov.br

Para análise da meta de ampliação do atendimento aos consumidores foram considerados, em conjunto, os atendimentos realizados tanto no SINDEC (tipos de atendimento: Cálculo; Carta de Informações Preliminares; Atendimento Preliminar; e Abertura direta de reclamação) quanto no Consumidor.gov.br.

Dessa forma, cabe expor breve histórico dos números aferidos em 2016 e 2017. A Secretaria Nacional do Consumidor possui como meta institucional a ampliação em 60% até 2019 dos atendimentos aos consumidores em todo país. A ampliação será quantificada com base no número de atendimentos registrados até dezembro de 2015, que àquela época possuía 9.734.377 registros junto ao banco de dados do SINDEC e do Consumidor.gov.br. Ressalte-se, também, que o Consumidor.gov.br é um canal alternativo para tratamento das demandas dos consumidores novo, lançado em 2014.

Assim sendo, no ano de 2016 registrou-se 1.857.872 atendimentos, dos quais 1.569.269 atribuídos ao SINDEC e 288.603 ao Consumidor.gov.br. Já no exercício de 2017 foram computados 1.994.732 atendimentos, sendo 1.523.984 do SINDEC e 470.748 do Consumidor.gov.br.

Com a consolidação das informações e dados acima apresentados, correspondentes aos exercícios de 2016 e 2017, a quantidade de atendimentos registrados evoluiu de 9.734.377 para 13.586.981.

Quantidade alcançada

13,53 milhões

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Realização de ações de divulgação;

Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Para o bom andamento da meta a Senacon irá buscar novas parcerias para adesão ao consumidor.gov.br e integrar novos Procons ao SINDEC.

- **045L - Analisar Atos de Concentração com celeridade, mantendo o tempo médio de instrução pelo rito sumário abaixo de 30 dias, priorizando a solução de problemas concorrenciais por meio de acordos.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

Trata-se de meta destinada à aferição da eficiência do Cade no controle de concentrações econômicas, com foco nos processos com menor potencial ofensivo à concorrência, que podem ser instruídos por meio de rito sumário, conforme critérios estipulados pela Resolução Cade nº 2/2012. A meta foi cumprida em 2017: 313 processos de Atos de Concentração (AC) instruídos com tempo médio de instrução pelo rito sumário de 15 dias – muito abaixo, portanto, do máximo de 30 dias estabelecidos.

Esse resultado reflete a crescente eficiência do Cade na análise das operações com menor potencial ofensivo à concorrência, na medida em que o tempo médio de instrução desses atos vem decrescendo, nos seguintes termos: em 2014, 20,5 dias; em 2015, 18 dias; em 2016, 16 dias.

Entre os principais fatores que contribuíram para o cumprimento da meta foi a continuidade dos esforços direcionados ao aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho (tempo de tramitação), às melhorias procedimentais bem como à ampliação do número de técnicos. O aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho trouxe ganho de eficiência que levou à redução do prazo médio em 1 dia, em comparação com o ano anterior, que já apresentava uma média excelente em comparação com a experiência internacional. As melhorias procedimentais, como o Guia de Análise de Atos de Concentração Horizontal/2016 e o Manual Interno para Atos de Concentração Apresentados sob o Rito Ordinário/2017, geraram mais clareza e transparência aos agentes econômicos. O Manual Interno para Atos de Concentração Apresentados sob o Rito Ordinário tem como objetivo consolidar a experiência dos últimos anos do órgão na análise dos atos de concentração ordinários apresentados após a entrada em vigor da Lei 12.529/11. O Manual documenta as melhores práticas adotadas no período e poderá servir de guia para os atuais e os novos servidores da autarquia. A publicação também permite a maior uniformidade dos procedimentos, facilitando o planejamento das ações e a eficiência e efetividade das análises do Cade relacionados às operações ordinárias.

Ressalta-se que houve um aumento no número de casos mais complexos e com graves problemas concorrenciais, o que levou a autarquia a reprovar 3 operações submetidas ao CADE: uma no mercado de educação superior (Kroton-Estácio), uma no setor de distribuição de combustíveis (Ipiranga-Alesat) e uma no setor frigorífico (Mataboi e JBJ

Agropecuária).

Destaca-se ainda que essa meta foi cumprida mesmo em um ano de fortes restrições orçamentárias e de diversas mudanças na alta administração do CADE, notadamente com o fim do mandato do Superintendente-Geral em julho, seguido de um período de interinato entre julho e outubro e da chegada do novo Superintendente em final de outubro.

Quantidade alcançada

15 dias

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

A fim de manter o bom andamento da meta, o Cade manterá esforços direcionados ao aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho (tempo de tramitação), às melhorias procedimentais bem como à ampliação do número de técnicos, em especial para negociação de acordos em Atos de Concentração. Espera-se que com a revisão do Regimento Interno do CADE, prevista para 2018, haja uma melhora na organização e na celeridade na condução dos processos, contribuindo para o bom andamento da meta.

- **045T - Aprimorar as ações de produção do conhecimento referente aos direitos do consumidor por meio do fortalecimento da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) e do Centro de Inteligência em Defesa do Consumidor.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

Considerando o papel estratégico da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) na formação e qualificação profissional continuada principalmente dos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), e também da sociedade, a Senacon firmou cooperação histórica com a Fundação Universidade de Brasília (UNB) desde agosto de 2015 para o desenvolvimento de projeto de pesquisa que objetiva o desenvolvimento de soluções tecnológicas que vão auxiliar a Senacon no desenvolvimento de políticas públicas em áreas como educação, fiscalização e indicadores de consumo. No âmbito da citada cooperação, durante o ano de 2017 os membros do SNDC e a sociedade tiveram acesso aos novos cursos desenvolvidos, conforme descrito abaixo, e também ao novo Sistema de Inscrições da ENDC, que facilitou o processo de matrícula.

Os cursos desenvolvidos em 2017 foram:

- Programa de Educação Financeira para Consumidores – Curso 2
- Programa de Educação Financeira para Consumidores – Curso 3
- Formação de Tutores:
- Consumo Seguro e Saúde
- Vigilância Sanitária e Defesa do Consumidor
- Princípios e Direitos Básicos do CDC

Além dos novos cursos da Escola Nacional acima mencionados, foram ofertados também em 2017 os seguintes cursos:

- Programa de Educação Financeira para Consumidores – Curso 1
- Elaboração de Projetos e Execução de Convênios
- Oferta e Publicidade
- Curso Planos de Saúde e Relações de Consumo
- Curso Introdução à defesa do Consumido

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Está em andamento procedimentos para contratações por meio de Acordo de Cooperação Técnica Internacional com o PNUD para elaboração de novos conteúdos para a plataforma moodle de educação a distância da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, propiciando a produção de novos conhecimentos para a sociedade e para o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

- **0450 - Elevar a efetividade do combate a condutas anticompetitivas, por meio de uso crescente de técnicas de investigação e de gestão de processos.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

Trata-se de meta qualitativa, que guarda relação com a função repressiva do Cade e as ações que vem implementando para aprimorar suas técnicas de investigação de infrações contra a ordem econômica e de condução dos processos de combate a condutas anticompetitivas.

Em 2017, apenas 30% das investigações de infrações contra a ordem econômica foram arquivadas pela Superintendência-Geral do Cade o que denota que grande parte dos casos priorizados pelas áreas de investigação de fato representaram ameaça ao ambiente concorrencial. O quantitativo de arquivamento de investigações guarda relação com a efetividade da autarquia na seleção de casos relacionados ao combate a condutas anticompetitivas.

Entre os principais fatores que contribuíram para esse resultado, cabe salientar: o fortalecimento do Programa de Leniência e da Política de Acordos em processos punitivos do Cade; melhorias no âmbito do Projeto Cérebro e o próprio uso dessa nova ferramentas de mineração de dados e de aplicação de filtros econômicos; a consolidação da integração com órgãos investigativos federais (MPF e PF); a ampliação do intercâmbio de informações com instituições nacionais e internacionais, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica; e, padronização nas práticas de busca e apreensão cíveis (B&E) do Cade.

No âmbito do Programa de Leniência, destaque para a revisão pontual de alguns dos guias, como o de TCC e leniência, que sistematizaram medidas práticas que já vinham sendo adotadas e entendimentos que passaram a ser consolidados pelo Tribunal na celebração de acordos, servindo de referência para os administrados.

Em relação às práticas B&E do Cade, destaque para a publicação de documento contendo as práticas utilizadas pela SG na condução de medidas de busca e apreensão (B&E) cíveis, dando ainda mais transparência ao trabalho do órgão além de previsibilidade para os administrados. Esse documento é finalista da premiação da revista francesa Concurrences.

Por fim, a melhoria da infraestrutura de processamento de provas digitais e a ampliação do quantitativo de servidores e a realização de capacitações voltadas à qualificação do corpo técnico da autarquia foram cruciais para conferir maior eficácia às investigações de infrações contra a ordem econômica. No caso da capacitação da equipe, destaque para a implementação do curso em técnicas de negociação que capacitou os servidores do órgão para desempenhar melhor a política de acordos, bem como o curso de técnicas de entrevista e interrogatório ministrado pelo FBI/DOJ, capacitando os servidores envolvidos em negociações de acordo e investigação/inteligência para melhor desempenhar suas funções.

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

A fim de manter o bom andamento da meta, o Cade realizará recrutamento de servidores de outros órgãos, para dar continuidade a ampliação do corpo técnico; incentivará a utilização da Gratificação de Encargo de Cursos de Capacitação (GECC) para atendimento das necessidades de capacitação; e, promoverá a ampliação e integração de suas bases de dados, para estender a aplicação de filtros econômicos em novos mercados relevantes.

- **045M - Investigar infrações contra a ordem econômica com mais celeridade de modo que o número de casos em investigação há mais de 5 anos não ultrapasse 20% do estoque.**

Órgão responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Análise Situacional da Meta

A meta se destina a medir a celeridade e a eficiência com que o Cade conduz investigações de infrações contra a ordem econômica. A meta foi cumprida em 2017: a quantidade de Procedimentos Administrativos (Procedimentos Preparatórios, os Inquéritos Administrativos e os Processos Administrativos) em investigação na Superintendência-Geral do Cade há mais de 5 anos representam atualmente apenas 9,88% do total – abaixo, portanto, dos 20% previstos no PPA 21016-2019.

Esse resultado demonstra a crescente eficiência do Cade na finalização de processos punitivos contra infrações à ordem econômica, o que aumenta a efetividade e o caráter dissuasório das decisões, além de diminuir a sensação de impunidade.

Entre os principais fatores que contribuíram para o cumprimento da Meta 045M, destacam-se a ampliação do número de técnicos nas unidades de instrução e a adoção de estratégia de monitoramento e priorização dos casos mais antigos. Como resultado, o percentual de processos em estoque com mais de 5 anos vem em contínua redução nos últimos anos – em 2014, esses processos representavam 25% do total, em 2015, 17% e em 2016, 13%. A constante diminuição da idade do estoque demonstra também que o CADE tem conseguido processar com mais celeridade e tempestividade os casos mais recentes. Diante disso, é possível que, ao final deste PPA, o CADE possa, inclusive, revisar o patamar de 20% para baixo.

Destaca-se ainda que essa meta foi cumprida mesmo em um ano de fortes restrições orçamentárias e de diversas mudanças na alta administração do CADE, notadamente com o fim do mandato do Superintendente-Geral em julho, seguido de um período de interinato entre julho e outubro e da chegada do novo Superintendente em final de outubro.

Quantidade alcançada

9,88 %

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

A fim de manter o bom andamento da meta, o Cade manterá esforços direcionados à capacitação e ampliação da equipe para o tratamento dos procedimentos administrativos relativos a infrações contra a ordem econômica bem como à adoção de estratégias de priorização. A expectativa é que com a contínua melhoria do percentual vinculado à meta seja possível ter revisão para baixo para o próximo PPA. Uma das providências que pode contribuir para tanto, prevista

para 2018, é a revisão do Regimento Interno do CADE, que pode possibilitar uma melhor organização e celeridade na condução dos processos.

Iniciativas

- **04WO - Fortalecimento da política de combate a cartéis, com ênfase na persecução de cartéis em compras públicas, inovando e aprimorando os mecanismos de investigação e de inteligência por meio do uso integrado de informações e da institucionalização de parcerias com órgãos da administração pública e organismos internacionais.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

O fortalecimento da política de combate a cartéis, especialmente cartéis em licitações públicas, é prioridade para o Cade: o órgão busca manter o fluxo de processamento dos casos de cartéis equilibrado, mesmo em condições de restrição orçamentária e de mudança de comando na Superintendência-Geral, por término do mandato, como foi o ano de 2017. O equilíbrio do fluxo de processamento está representado pela Meta 045M, tempo ‘abaixo de 5 anos’ dos casos investigados em estoque no Cade. No ano de 2017, embora tenha se verificado um número maior de novos casos (286 novos casos) em relação ao número de saída de processos (234 processos que foram finalizados), a meta referente ao tempo de estoque de casos ficou em 9,88%, superando a Meta 045M.

A política de combate a cartéis, notadamente em licitações públicas, tem como destaque o Programa de Leniência do Cade e o Projeto Cérebro. A política de combate a cartéis envolve a realização de busca e apreensão cíveis (B&E) do Cade bem como apoio a operações de natureza criminal, conduzidas pelo Ministério Público e Polícia Federal.

O Programa de Leniência compreende os institutos Acordos de Leniência (AL) e Termos de Cessação de Conduta (TCC) bem como o conjunto de documentos, série “Guias”, que consolidam as melhores práticas e procedimentos a serem adotados nos processos de negociação de acordos no âmbito do Cade, a exemplo do “Guia Programa de Leniência Antitruste do Cade” (2016) e do “Guia Termo de Compromisso para casos de cartel” (2016), que foram atualizados em 2017. Esses guias não apenas orientam a atuação dos agentes econômicos, promovem a transparência e a sinalização positiva aos agentes econômicos sobre os procedimentos e vantagens dos acordos firmados no âmbito da autarquia. Os Guias contribuem para dar transparência, previsibilidade e segurança jurídica aos cidadãos perante o Cade.

No âmbito do Programa de Leniência, destaca-se o número recorde de Acordos de Leniência celebrados no ano de 2017 (21 AL e 3 Aditivos), bem como o aumento em casos de Leniência Plus (7) - aqueles casos em que um integrante de terminado cartel procura o CADE para obter uma leniência, mas não se qualifica para tal, porém traz um novo cartel ao conhecimento do CADE, recebendo o benefício da leniência neste segundo cartel e um benefício de redução de pena quanto ao primeiro. Destaque, ainda, para o número recorde de Termos de Compromisso de Cessação de Conduta: 70 no total, sendo 50 em casos de cartel. A importância deste tipo de acordo em cartel é fundamental tanto porque resulta em mais provas e colaboração, o que leva a condenação daqueles que não colaboraram, como porque resulta no pagamento antecipado da multa e, obviamente, na cessação da conduta. Assim, a resposta esperada pela sociedade, qual seja, o fim da conduta e a punição, é alcançada de maneira mais tempestiva e efetiva. O sucesso desta política revela-se também na quantidade de requerimentos de leniência (markers) realizados no de 2017, que atingiu o número de 122.

Especificamente com relação aos cartéis em licitações e compras públicas, cumpre destacar que 1/3 dos Acordos de Leniência assinados em 2017 são decorrência de desdobramentos da chamada Operação Lava-Jato em diversos setores e estados brasileiros: Arco Metropolitano do Rio de Janeiro; Complexo Lagunar de Janeiro; Obras viárias da Prefeitura do Rio de Janeiro; Obras do Rodoanel em São Paulo; Obras do Sistema Estratégico Metropolitano de São

Paulo; Obras de construção de linhas e manutenção de Metrô e Monotrilhos em 8 estados e Obras viárias no DF.

Já o Projeto Cérebro tem como desafio identificar e mensurar risco de colusão de mercados ou setores específicos e detectar comportamentos suspeitos dos agentes no mercado. O Projeto Cérebro, que vem sendo desenvolvido desde 2014, congrega conhecimentos de TI, estatística e concorrência para apurar, mediante o uso intensivo de dados de compras públicas, a existência de comportamentos suspeitos e o risco de colusão e a identificação de potenciais infrações à ordem econômica.

O ano de 2017 representa o marco para o Projeto Cérebro, mesmo funcionando com uma versão em desenvolvimento da ferramenta ‘Cérebro’, ela vem sendo usada para as atividades diárias do Cade. Destaca-se a contribuição da ferramenta para as seguintes atividades do Cade em 2017: (i) diligências de busca e apreensão (facilitar a identificação de alvos - pessoas físicas e jurídicas - e contribuir na priorização de alvos); (ii) agregar informações - principalmente em casos de cartéis em licitações já em andamento – dados contextuais acerca da dinâmica dos certames; e, (iii) fornecer insumos para instrução de Atos de Concentração e Processos Administrativos (dados cadastrais de investigados e identificação de redes societárias). O ‘Cérebro’ contribui para a atuação proativa do Cade na identificação de cartéis por meio de provas econômicas. A ferramenta ‘Cérebro’ aliada a outros métodos de investigação permitiu, em 2017, a instauração de 2 processos administrativos relacionado ao mercado de órteses e próteses e materiais especiais destinados ao serviço público de saúde e hospitalar.

Verifica-se, portanto, o potencial de incremento às investigações com o pleno uso dessa ferramenta. Assim, em 2017, uma série de iniciativas foram tomadas, como: a) a atualização da base de dados utilizada nas tarefas de mineração de dados e a atualização e aquisição de bases da RFB, SIAFI e RAIS; b) a reimplantação das tarefas de mineração de dados como painéis analíticos e das ferramentas cadastrais por meio de novos softwares, tornando o uso mais fácil para os analistas do Cade não treinados em TI; c) a reconstrução do banco de dados de redes societárias para inclusão de novas informações; e, d) melhorias na infraestrutura e segurança do sistema.

Dada a potencialidade da ferramenta, espera-se, ainda, que em 2018 se possa iniciar um processo de compartilhamento da solução com o Ministério do Planejamento para identificação de potenciais comportamentos colusivos em processos de compras do governo federal em tempo real.

Em relação às práticas B&E do Cade, destaque para a publicação de documento contendo as práticas utilizadas pelo órgão na condução de medidas de busca e apreensão (B&E) cíveis, dando ainda mais transparência ao trabalho do órgão além de previsibilidade para os administrados. O documento consolida mais de 15 anos de prática do CADE e da antiga SDE/MF na condução das medidas de B&E e serve de referência para outros órgãos públicos que lidam com a mesma temática. O documento está em linha com o que outras autoridades antitruste no mundo fazem de melhor nesta atividade para a obtenção de provas de condutas anticompetitivas.

Destaque-se, ainda, para as parcerias estabelecidas com demais órgãos da administração pública e organismos internacionais no processo investigativo dos casos de cartel. Na dimensão internacional, o Cade em 2017 foi alçado à posição de co-chair do Cartel Working Group da International Competition Network (ICN), organismo multilateral que congrega mais de 180 autoridades de concorrência ao redor do mundo. Na dimensão nacional, o Cade tem buscado consolidar a sua estratégia de integração com demais órgãos investigativos federais, Ministério Público Federal e da Polícia Federal, maximizando os esforços na área. Em 2017, das 3 operações de busca e apreensão realizadas - 2 delas relacionadas com cartéis em licitações públicas, respectivamente nos mercados de fornecimento de alimentação escolar e para órgãos públicos e de conexões de PVC - contaram com a parceria do Ministério Público Federal e com a condução da Polícia Federal.

- **04WR - Implementação de melhores práticas reconhecidas internacionalmente para prevenção e repressão a condutas anticompetitivas, de modo a aumentar a eficácia, eficiência e efetividade do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Essa Iniciativa (04WR) tem forte contribuição do esforço do Cade em consolidar sua participação nos principais fóruns internacionais e em buscar confirmar seu protagonismo no cenário internacional para a implementação consistente de uma política de defesa da concorrência.

Trata-se de um esforço que começou em 2012, em três vertentes: (i) criação de uma agenda de inserção e fortalecimento de contatos; (ii) organização de eventos que permitiram a interação com funcionários de agências antitruste do mundo; e (iii) criação e disseminação de conhecimento em direito comparado para os servidores do Cade. Ao longo desse período, o foco foi estruturar a participação do Cade no International Competition Network (ICN) - em relação ao qual o Cade assumiu a vice-presidência do fórum no período de 2013 a 2016 bem como a co-presidência de dois Grupos de Trabalho, Cartel e Estrutura Operacional – e, a agenda de cooperação das autoridades de concorrência dos BRICS.

A atuação internacional do Cade criou oportunidades de cooperação no combate a cartéis internacionais e no controle de fusões transnacionais bem como no alinhamento às melhores práticas internacionais no âmbito do controle de concentrações.

Registre-se que a realização, no Brasil, em 2017, da 5ª edição da Conferência dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), contribuiu para que fossem intensificadas as parcerias com seus membros para a consecução de novos acordos (Memorando de Entendimento) para troca de informações e compartilhamento de práticas, experiências e informações entre os países. Assim, como decorrência do evento do BRICS, foram negociados acordos com autoridades de defesa da concorrência da Rússia Serviço Federal Antimonopólio da Rússia – FAS), Índia (Competition Commission of India da República da Índia) e China (Ministério do Comércio da República Popular da China – MOFCOM e a Comissão de Reforma e Desenvolvimento Nacional da República Popular da China).

No ano de 2017, destaca-se, ainda, a formalização do pedido de adesão feito pelo Brasil para se tornar membro permanente que no Comitê de Concorrência da OCDE e a posição conquistada pelo Cade como co-chair do Cartel Working Group da International Competition Network (ICN).

Como resultado dessa ativa parceria com organismos antitrustes internacionais a autarquia tem colhido reconhecimento internacional por sua atuação.

Em 2017, o Cade foi premiado pela revista britânica Global Competition Review (GCR) como melhor agência antitruste das Américas em 2016 (3ª vez) e, com quatro estrelas no ranking realizado anualmente (5º ano consecutivo). No caso da colocação do Cade no ranking da GCR, a nota foi mantida pelo padrão do tempo médio de análise dos atos de concentração e pela habilidade em conduzir análises mais profundas em operações complexas, incluindo os casos Hypermarchas/Reckitt Benckiser, HSBC/Bradesco e SBT/RedeTV/Record – todos aprovados com restrições. Além disso, o relatório da GCR aponta como indicativo do bom desempenho da autarquia a publicação dos guias de compliance (2016), leniência (2016), TCC's (2016) e atos de concentração horizontal (2016), que geraram mais clareza e eficiência para a comunidade antitruste brasileira. O Guia do TCC do Cade, em especial, recebeu prêmio de primeiro colocado (Best Soft Law) na categoria práticas concertadas do Antitrust Writing Awards 2016, outra tradicional premiação de defesa da concorrência – promovida pela revista francesa Concurrences.

As premiações recebidas pelo Cade sinalizam positivamente para a estratégia adotada pelo Cade em manter a sua performance com órgão ágil e eficiente em suas decisões e em investir para elevação da qualidade das análises. Estratégia essa que se alinha às metas estabelecidas para o Objetivo 1046 qual seja de garantir celeridade em análise de AC e em investigação de infrações a condutas contra a ordem econômica e efetividade no combate a condutas anticompetitivas.

• **04WU - Ampliação da geração de conhecimento sobre defesa da concorrência por meio da sistematização da jurisprudência do Conselho, do fomento à produção acadêmica e da realização de estudos econômicos com ênfase em setores de grande impacto econômico e social.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A ampliação da geração de conhecimento sobre defesa da concorrência está fundamentada no tripé do conjunto das decisões do Cade (jurisprudência), nos estudos econômicos setoriais realizados pelo Cade e no potencial da produção acadêmica que pode ser gerada a partir da própria atuação do órgão.

Em relação à sistematização da jurisprudência do Conselho, iniciou-se esforço para a organização e estruturação das informações relativas aos julgados do Conselho em atos de concentração, de forma a permitir pesquisa tanto do público interno como externo. A divulgação dessas informações de forma sistematizada irá aumentar a transparência das decisões do Cade, e possibilitar à sociedade maior conhecimento sobre posicionamentos já firmados pela autarquia. Para 2018, o foco serão os processos de conduta anticompetitiva.

Em relação aos estudos econômicos, o Cade vem focando sua atenção na análise em setores de grande impacto econômico e social que vêm se consolidando na série de estudos “Cadernos do Cade”. O objetivo dos “Cadernos Cade” é consolidar, sistematizar e divulgar jurisprudência do Cade sobre determinado tema econômico ou concorrencial. As duas últimas edições do “Cadernos” são fruto dos estudos realizados pelo órgão em dois importantes mercados: o de serviços portuários (4ª edição “Cadernos do Cade”) e o de transporte aéreo de passageiros e cargas (5ª edição “Cadernos do Cade”). Nessas duas edições, buscou-se apresentar o panorama atual desses mercados para que servisse como material de interesse para o estímulo ao desenvolvimento de pesquisas relacionadas às questões antitruste em portos e na aviação como um todo, dado o grande impacto socioeconômico desses setores no contexto brasileiro.

Em paralelo aos estudos econômicos, o Cade atua em duas outras frentes de trabalho: Notas Técnicas e Documentos de Trabalho. Os temas relacionados são relevantes seja para antecipar futuros temas de interesse para o Cade seja pelo potencial de integração com demais políticas públicas cujas temáticas tenham afinidade com a política de defesa da concorrência.

Destaque para a Nota Técnica preliminar sobre o mercado de transporte individual de passageiros que discute alguns estudos recentes acerca da economia do compartilhamento e traz algumas considerações preliminares sobre o estudo de avaliação do impacto da entrada da Uber no mercado de táxis no Brasil, ainda em andamento e com previsão de conclusão em 2018.

No caso dos Documentos de Trabalho, destaque para aqueles voltados para a análise: (i) do papel da cooperação na inovação e de suas relações com antitruste e políticas públicas em diferentes países, (ii) de indicadores de concorrência, suas discussões conceituais e testes empíricos e (iii) de antidumping e concorrência no Brasil em termos empíricos. Nesses casos, buscou-se oferecer instrumentos teóricos e empíricos para discussões vinculadas e com aplicações em diversos mercados.

Ainda no âmbito do Documentos de Trabalho, as contribuições do Cade ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à

Secretaria-Executiva do Programa de Parceria de Investimentos (SPPI /Casa Civil). O primeiro Documento de Trabalho consolidado a pedido do Ministério de Minas e Energia como parte dos esforços da iniciativa “Combustível Brasil”, é uma contribuição do Cade às questões concorrenciais no setor de refino de petróleo e distribuição de combustíveis líquidos. O segundo Documento de Trabalho teve como objetivo de propor medidas para melhoria do ambiente concorrencial nas concessões do setor de infraestrutura, contribuição feita ao Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal, criado pela Lei nº 13.334/16. Considera-se, como decorrência dessa contribuição do Cade dada ao PPI, a criação do Grupo de Trabalho com o Ministério da Fazenda (MF) para que seja apresentada proposta de instrumento de cooperação que contemple, entre outras atividades, ações conjuntas para estimular a concorrência, o bem-estar do consumidor e o desenvolvimento econômico, como palestras e seminários; troca de informações entre os órgãos; e aprimoramento de instrumentos previstos para consolidação de políticas efetivas no âmbito do PPI.

Claramente se constata que por meio dessa Iniciativa (04WU) de disseminação do conhecimento sobre defesa da concorrência, o Cade vem demonstrando as oportunidades de atuação conjunta com demais programas governamentais de outros órgãos afetados por políticas de defesa da concorrência e os benefícios gerados para a sociedade da integração da política de defesa da concorrência e demais políticas públicas.

Vale ressaltar, a parceria entre o Cade e o Ipea e entre Cade e Bacen nas formas, respectivamente, de Acordo de Cooperação Técnica – ACT e formação de Grupo de Trabalho vislumbrando novas oportunidades de pesquisas a serem exploradas. No caso da parceria com o Ipea, o Acordo prevê a elaboração de estudos sobre revisões de atos de concentração, condutas unilaterais, avaliações ex-post e detecção e identificação de cartéis em licitações. No caso da parceria com o Bacen, o objetivo é a realização de estudos sobre a defesa da concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - SFN, inclusive quanto à forma e aos limites de suas atuações e da cooperação entre ambas. Novas frentes de pesquisas seja para aprimorar a atuação interna do Cade em suas análises de atos de concentração e condutas infratoras à ordem econômica (Ipea) seja para promover a efetiva complementaridade entre o agente regulador e a autoridade de concorrência.

• **04WX - Disseminação da cultura da concorrência no Brasil por meio da adoção de práticas educativas e formativas sobre o tema.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A disseminação da cultura da concorrência no Brasil se apóia no esforço do Cade em elaborar e implantar uma programação de eventos com o objetivo de aproximar um público variado às temáticas afetas à defesa da concorrência. Para tanto, o Cade vem atuando em mais de uma frente de trabalho para atender a diferentes tipos de público.

O Cade vem investindo na disseminação da cultura da concorrência, por meio de dois tipos de ação educativa: Seminários sobre economia e defesa da concorrência (eventos abertos ao público em geral) e Observatórios da Concorrência (eventos voltados para a capacitação intragovernamental). Além disso, o Cade tem uma programação de formação continuada voltada para o público acadêmico, o Programa de Intercâmbio do Cade – Pincade, e publicação anual de periódico sobre política de defesa da concorrência, a Revista de Defesa da Concorrência (RDC) para um público especializado.

Em relação aos Seminários, destaque para os realizados no ano de 2017: "Antidumping e Concorrência: proteção comercial, poder de mercado e produtividade"; "Concorrência e infraestrutura: licitações em rodovias e aeroportos" e "Arbitragem e Concorrência". Houve, ainda, apresentação coordenada de vários seminários organizados de modo sistematizado em um grande evento (pré-evento da 5ª Conferência do BRICS), proporcionando assim a participação de especialistas das mais divers: as regiões do Brasil e do mundo. Durante esse evento (Lectures in Competition Analysis)

e do Competiton and Regulation European Summer School (CRESSE), contemplando as seguintes temáticas: Vertical Restraints in online markets; Cartel Damage Estimates; Cartel Screening Filters; Unilateral Effects of Merger; Design of Antitrust Remedies; Antitrust and the Clash of Sovereigns e Antitrust enforcement issues in the shared economy.

Quanto aos Observatórios da Concorrência, o Cade focou em assuntos de interesse em mercados regulados, atuando em parceria com as agências reguladoras, contemplando os seguintes temas: Observatório sobre “Regulação Econômica no Setor de Telecomunicações”; Observatório sobre “Gerenciamento Tarifário, Formação de Malha (Hub and Spoke) e Desregulamentação de Bagagem; Observatório sobre “Advocacia da Concorrência na Agenda do G20: medidas para o crescimento global ante a implementação de políticas contra-cíclicas após a crise de 2008”.

Na área de formação continuada, o Cade abre anualmente inscrições para o para estudantes de graduação e pós-graduação de todos o país para vivenciarem as atividades cotidianas do Cade, tanto nas áreas técnicas quanto nas processuais, no âmbito do Programa de Intercâmbio do Cade. Os alunos selecionados participam do Curso Aplicado de Defesa da Concorrência; de estudos e análises de casos concretos; e do processo de elaboração de notas técnicas e de relatórios de atos de concentração econômica e de processos administrativos em trâmite no Cade. O programa é realizado desde 1999, e cerca de 400 estudantes já participaram da iniciativa.

Por fim, a Revista de Defesa da Concorrência (RDC), editada pelo Cade, tem como objetivo contribuir para o fomento da produção acadêmica sobre defesa da concorrência e difundir conhecimento sobre os temas concorrenciais. A revista é editada semestralmente e publica artigos que tratem de temas concorrenciais sob as óticas do Direito, da Economia, das Relações Internacionais e de outras áreas de interesse do Cade. A RDC tem atualmente qualificação “B2” da área de Direito no âmbito do Qualis/Capes. O Cade vem empreendo esforços no sentido de aprimorar os parâmetros de qualificação científica estabelecidos pela Capes bem como o controle para o atendimento desses pré-requisitos.

- **04X7 - Consolidação da plataforma Consumidor.Gov.Br como um serviço público de solução alternativa de conflitos de consumo.**
Individualizada: Não
- **04X9 - Implantação da nova versão do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec 2.0).**
Individualizada: Não



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/01/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	972.840.152,72	940.170.683,12	Despesas Orçamentárias	6.807.246.728,51	5.872.204.787,90
Ordinárias	272.517.602,70	262.269.114,57	Ordinárias	4.223.264.780,57	2.291.892.852,66
Vinculadas	704.368.779,01	681.246.527,85	Vinculadas	2.583.981.947,94	3.580.311.935,24
Alienação de Bens e Direitos	4.908.246,94	3.527.307,99	Seguridade Social (Exceto RGPS)	1.642.000.605,30	753.766.810,93
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	676.085.242,46	648.340.264,81	Operação de Crédito	491.608.842,06	2.369.965.174,19
Outros Recursos Vinculados a Fundos	23.375.289,61	29.378.955,05	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	428.758.105,71	433.746.163,28
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-4.046.228,99	-3.344.959,30	Outros Recursos Vinculados a Fundos	21.614.394,87	22.833.786,84
Transferências Financeiras Recebidas	13.492.105.311,04	11.613.124.884,97	Transferências Financeiras Concedidas	7.708.389.656,90	6.692.970.460,75
Resultantes da Execução Orçamentária	12.977.448.018,49	11.001.502.736,56	Resultantes da Execução Orçamentária	6.506.819.845,00	5.483.027.659,19
Repasso Recebido	6.491.492.038,25	5.519.529.223,16	Repasso Concedido	2.040.847,31	1.054.145,79
Sub-repasso Recebido	6.485.955.980,24	5.472.845.006,61	Sub-repasso Concedido	6.485.955.980,24	5.472.845.006,61
Sub-repasso Devolvido		9.128.506,79	Repasso Devolvido	18.823.017,45	
Independentes da Execução Orçamentária	514.657.292,55	611.622.148,41	Sub-repasso Devolvido		9.128.506,79
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	487.122.308,12	582.124.361,74	Independentes da Execução Orçamentária	1.201.569.811,90	1.209.942.801,56
Demais Transferências Recebidas	7.257.428,03	6.613.248,89	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	255.091.835,69	303.086.836,50
Movimentação de Saldos Patrimoniais	20.277.556,40	22.884.537,78	Demais Transferências Concedidas	3.709.028,14	3.363.248,89
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	942.768.948,07	903.492.716,17
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	328.545.461,79	399.583.893,11	Despesas Extraorçamentárias	305.390.132,44	364.863.261,99
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	27.209.888,87	4.393.210,79	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.874.547,59	76.381.499,37
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	299.097.510,32	394.057.127,15	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	266.523.356,60	248.371.192,19
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.215.600,90	1.036.961,95	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.234.197,87	1.034.039,93
Outros Recebimentos Extraorçamentários	22.461,70	96.593,22	Outros Pagamentos Extraorçamentários	32.758.030,38	39.076.530,50
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	9.485,60		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		2.177,68
Passivos Transferidos		96.593,22	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	10.817,38	32.917,13
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	971,24		Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	32.747.213,00	38.957.102,70
Demais Recebimentos	12.004,86		Demais Pagamentos		84.332,99
Saldo do Exercício Anterior	63.359.456,75	40.518.506,19	Saldo para o Exercício Seguinte	35.823.864,45	63.359.456,75
Caixa e Equivalentes de Caixa	63.359.456,75	40.518.506,19	Caixa e Equivalentes de Caixa	35.823.864,45	63.359.456,75
TOTAL	14.856.850.382,30	12.993.397.967,39	TOTAL	14.856.850.382,30	12.993.397.967,39



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/01/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	665.541.706,00	665.541.706,00	967.995.352,72	302.453.646,72
Receitas Tributárias	591.013.063,00	591.013.063,00	886.837.572,80	295.824.509,80
Impostos	-	-	-	-
Taxas	591.013.063,00	591.013.063,00	886.837.572,80	295.824.509,80
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	228.039,00	228.039,00	193.056,96	-34.982,04
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	228.039,00	228.039,00	193.056,96	-34.982,04
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	74.300.604,00	74.300.604,00	80.964.722,96	6.664.118,96
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	73.905.596,00	73.905.596,00	75.593.632,77	1.688.036,77
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	214.080,00	214.080,00	5.194.877,11	4.980.797,11
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	180.928,00	180.928,00	176.213,08	-4.714,92
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	4.844.800,00	4.844.800,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	4.844.800,00	4.844.800,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	4.844.800,00	4.844.800,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/01/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	665.541.706,00	665.541.706,00	972.840.152,72	307.298.446,72
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	665.541.706,00	665.541.706,00	972.840.152,72	307.298.446,72
DEFICIT	-	-	5.834.406.575,79	5.834.406.575,79
TOTAL	665.541.706,00	665.541.706,00	6.807.246.728,51	6.141.705.022,51
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	5.801.671.012,00	6.841.540.343,00	6.724.247.074,38	6.501.114.652,78	6.473.909.645,99	117.293.268,62
Pessoal e Encargos Sociais	4.708.712.966,00	5.702.380.700,00	5.679.367.587,96	5.668.067.327,42	5.668.027.995,70	23.013.112,04
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.092.958.046,00	1.139.159.643,00	1.044.879.486,42	833.047.325,36	805.881.650,29	94.280.156,58
DESPESAS DE CAPITAL	107.915.840,00	173.123.387,00	82.999.654,13	7.034.565,41	7.029.683,33	90.123.732,87
Investimentos	107.915.840,00	173.123.387,00	82.999.654,13	7.034.565,41	7.029.683,33	90.123.732,87
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	217.016.328,00	217.016.328,00	-	-	-	217.016.328,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	6.126.603.180,00	7.231.680.058,00	6.807.246.728,51	6.508.149.218,19	6.480.939.329,32	424.433.329,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/01/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	6.126.603.180,00	7.231.680.058,00	6.807.246.728,51	6.508.149.218,19	6.480.939.329,32	424.433.329,49
TOTAL	6.126.603.180,00	7.231.680.058,00	6.807.246.728,51	6.508.149.218,19	6.480.939.329,32	424.433.329,49

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	78.085.118,52	267.018.948,60	136.362.576,93	136.280.737,07	122.496.493,82	86.326.836,23
Pessoal e Encargos Sociais	17.653.370,29	64.105.850,24	23.396.519,76	23.392.815,54	19.378.564,51	38.987.840,48
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	60.431.748,23	202.913.098,36	112.966.057,17	112.887.921,53	103.117.929,31	47.338.995,75
DESPESAS DE CAPITAL	77.016.267,96	127.038.178,55	131.878.428,14	130.242.619,53	11.496.959,40	62.314.867,58
Investimentos	77.016.267,96	127.038.178,55	131.878.428,14	130.242.619,53	11.496.959,40	62.314.867,58
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	155.101.386,48	394.057.127,15	268.241.005,07	266.523.356,60	133.993.453,22	148.641.703,81

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	254.341,17	4.149.822,83	3.525.607,73	379.905,96	498.650,31
Pessoal e Encargos Sociais	-	189.114,66	60.446,97	-	128.667,69
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	254.341,17	3.960.708,17	3.465.160,76	379.905,96	369.982,62
DESPESAS DE CAPITAL	2.125,00	348.939,86	348.939,86	2.125,00	-
Investimentos	2.125,00	348.939,86	348.939,86	2.125,00	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	256.466,17	4.498.762,69	3.874.547,59	382.030,96	498.650,31



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/01/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	3.057.845.654,46	2.597.411.515,26	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.057.845.654,46	2.597.411.515,26

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	35.823.864,45	63.359.456,75	PASSIVO FINANCEIRO	475.520.250,83	554.006.168,76
ATIVO PERMANENTE	3.022.021.790,01	2.534.052.058,51	PASSIVO PERMANENTE	1.271.507,80	8.586.031,92
			SALDO PATRIMONIAL	2.581.053.895,83	2.034.819.314,58

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	75.038.599,22	123.209.860,70	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	817.608.196,48	688.078.639,57
Execução dos Atos Potenciais Ativos	75.038.599,22	123.209.860,70	Execução dos Atos Potenciais Passivos	817.608.196,48	688.078.639,57
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	23.658.622,40	15.548.760,31	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	50.958.976,82	107.313.799,56	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	1.982.706,98	3.110.557,57
Direitos Contratuais a Executar	421.000,00	347.300,83	Obrigações Contratuais a Executar	815.625.489,50	684.968.082,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	75.038.599,22	123.209.860,70	TOTAL	817.608.196,48	688.078.639,57

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-50.896.066,64
Recursos Vinculados	-388.800.319,74
Seguridade Social (Exceto RGPS)	34.249,52
Operação de Crédito	-153.766.346,82
Alienação de Bens e Direitos	8.351.900,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-240.282.940,80
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-3.137.181,64
TOTAL	-439.696.386,38



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 26/01/2018	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	105.240.850,42	178.192.405,00
INGRESSOS	14.462.329.240,76	12.550.922.023,26
Receitas Derivadas e Originárias	967.995.352,72	936.663.583,12
Receita Tributária	886.837.572,80	859.284.193,63
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	193.056,96	196.069,49
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	1.932,15
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	80.964.722,96	77.181.387,85
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	13.494.333.888,04	11.614.258.440,14
Ingressos Extraorçamentários	2.215.600,90	1.036.961,95
Passivos Transferidos	-	96.593,22
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	971,24	-
Transferências Financeiras Recebidas	13.492.105.311,04	11.613.124.884,97
Demais Recebimentos	12.004,86	-
DESEMBOLSOS	-14.357.088.390,34	-12.372.729.618,26
Pessoal e Demais Despesas	-5.995.357.181,80	-5.129.317.210,78
Legislativo	-	-
Judiciário	-622.009,39	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-3.959.343.375,07	-3.515.766.614,90
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-2.016.207.624,78	-1.607.198.233,07
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-1.548.129,40	-2.527.799,41
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-50.600,00	-9.300,00
Ciência e Tecnologia	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/01/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-219.442,44
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-17.594.928,76	-3.593.643,28
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	9.485,60	-2.177,68
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-618.349.323,39	-510.333.553,98
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-614.187.504,70	-510.333.553,98
Outras Transferências Concedidas	-4.161.818,69	-
Outros Desembolsos das Operações	-7.743.381.885,15	-6.733.078.853,50
Dispêndios Extraorçamentários	-2.234.197,87	-1.034.039,93
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-10.817,38	-32.917,13
Transferências Financeiras Concedidas	-7.708.389.656,90	-6.692.970.460,75
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-32.747.213,00	-38.957.102,70
Demais Pagamentos	-	-84.332,99
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-132.776.442,72	-155.351.454,44
INGRESSOS	4.844.800,00	3.507.100,00
Alienação de Bens	4.844.800,00	3.507.100,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-137.621.242,72	-158.858.554,44
Aquisição de Ativo Não Circulante	-137.226.932,34	-139.990.895,55
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-394.310,38	-18.867.658,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/01/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-27.535.592,30	22.840.950,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	63.359.456,75	40.518.506,19
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	35.823.864,45	63.359.456,75



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15.060.498.822,38	12.898.207.038,87
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	855.406.884,84	821.261.077,60
Impostos	-	-
Taxas	855.406.884,84	821.261.077,60
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	193.056,96	197.768,71
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	193.056,96	197.768,71
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	17.290,17	21.048,61
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	17.290,17	21.048,61
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	13.689.764.470,59	11.714.042.830,17
Transferências Intragovernamentais	13.496.950.111,04	11.616.631.984,97
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	192.814.359,55	97.410.845,20
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	435.201.069,02	286.429.100,46
Reavaliação de Ativos	425.935.395,78	256.838.224,75
Ganhos com Alienação	1.000.308,62	499.667,57
Ganhos com Incorporação de Ativos	8.228.180,75	9.251.592,17
Ganhos com Desincorporação de Passivos	37.183,87	19.839.615,97
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	79.916.050,80	76.255.213,32
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	265.813,80	21.800,00
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	79.650.237,00	76.233.413,32
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	14.628.686.172,28	12.782.895.473,42
Pessoal e Encargos	3.804.528.436,15	3.196.462.419,65
Remuneração a Pessoal	3.003.580.997,49	2.515.412.026,86
Encargos Patronais	615.432.219,52	509.152.056,89
Benefícios a Pessoal	160.706.817,40	143.833.224,95
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	24.808.401,74	28.065.110,95
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.021.680.985,99	1.611.129.248,56
Aposentadorias e Reformas	1.438.989.142,34	1.113.336.898,52
Pensões	579.435.615,76	494.733.831,65
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.256.227,89	3.058.518,39
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	785.155.735,10	839.014.518,99
Uso de Material de Consumo	66.197.317,06	63.659.080,23
Serviços	637.714.127,68	696.815.944,93
Depreciação, Amortização e Exaustão	81.244.290,36	78.539.493,83
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.368.411,41	790.613,22
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	4.354.810,30	772.027,35
Variações Monetárias e Cambiais	6.224,36	12.819,55
Descontos Financeiros Concedidos	7.376,75	5.766,32
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	7.869.628.047,19	6.802.061.092,84
Transferências Intragovernamentais	7.713.234.456,90	6.696.477.560,75
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	4.161.818,69	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	152.231.771,60	105.583.532,09
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	60.746.189,91	280.714.182,72
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	38.060.580,76	64.781.732,21
Perdas com Alienação	2.244.873,03	1.147.285,10
Perdas Involuntárias	852.853,04	390.719,68
Incorporação de Passivos	865,69	18.876.008,59
Desincorporação de Ativos	19.587.017,39	195.518.437,14



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	1.414.841,47	1.255.555,47
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.072.233,89	1.021.451,19
Contribuições	342.607,58	234.104,28
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	81.163.525,06	51.467.841,97
Premiações	7.990,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	81.155.535,06	51.467.841,97
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	431.812.650,10	115.311.565,45

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

NOTAS EXPLICATIVAS

A Polícia Federal (PF) está aplicando regularmente a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI em relação à depreciação, por meio do módulo Patrimônio do Sistema de GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (E-LOG) e registrando no SIAFI. Quanto à amortização, a PF está adotando as medidas necessárias para ajustar o sistema E-LOG, a fim de permitir o controle e o cálculo da amortização dos bens intangíveis. Além disso, está sendo levantado o prazo de amortização dos bens intangíveis das Unidades Gestoras do Órgão. Em relação à exaustão, não há bens sujeitos a esse tipo de redução de valor.

Quanto à aplicação da NBCT 16.10, a maioria das Unidades Gestoras vinculadas a esta Unidade Prestadora de Contas (UPC) realizou a avaliação dos bens elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.35, em conformidade com as orientações da referida macrofunção e da MOC 11/2011 – DLOG/PF. As Unidades Gestoras que não concluíram a avaliação dos bens apresentaram justificativas que estão evidenciadas na Declaração do Contador.

A vida útil econômica do ativo foi obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 6, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 6.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, em conformidade com o item 7.2 da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

A metodologia de avaliação e mensuração dos ativos e passivos consiste em:

- ✓ As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- ✓ O crédito e as dívidas são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- ✓ Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado;
- ✓ A Polícia Federal não possui Ativo de Investimentos;
- ✓ O imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. O teste de recuperabilidade e a depreciação foram realizados em conformidade com a macrofunção 02.03.30 e 02.03.35 do Manual SIAFI;
- ✓ O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção; e
- ✓ A Polícia Federal não possui Ativo Diferido.

A utilização dos critérios contidas nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 possibilitou evidenciar adequadamente os ativos e passivos da Polícia Federal, para fins de apoio ao processo de tomada de decisão; à adequada prestação de contas; e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle.